



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

**A Comissão Estadual da Verdade e as memórias sobre a ditadura no Oeste e Sudoeste
do Paraná**

MARCELO HANSEN SCHLACHTA

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2019**

MARCELO HANSEN SCHLACHTA

**A Comissão Estadual da Verdade e as memórias sobre a ditadura no Oeste e
Sudoeste do Paraná**

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História – Nível
Doutorado – Unioeste Campus de
Marechal Cândido Rondon.**

**Orientadora: Prof. Dra. Méri
Frotscher**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Schlachta, Marcelo Hansen

A Comissão Estadual da Verdade e as memórias sobre a ditadura no Oeste e Sudoeste do Paraná / Marcelo Hansen Schlachta; orientador(a), Méri Frotscher, 2019.
300 f.

Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

1. Memória. 2. Ditadura. 3. História Oral. 4. Comissão Estadual da Verdade. I. Frotscher, Méri . II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



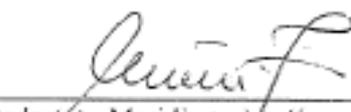
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE MARCELO HANSEN SCHLACHTA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 27 dia(s) do mês de junho de 2019 às 8h30min, no(a) Sala 60, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) Marcelo Hansen Schlachta, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Doutorado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Carla Simone Rodeghero, Alexandre Felipe Fiuza, Paulo José Koling, Roseli Terezinha Boschilia, Meri Frotscher Kramer. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Meri Frotscher Kramer, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: "A Comissão Estadual da Verdade e as memórias sobre a ditadura no Oeste e Sudoeste do Paraná". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Carla Simone Rodeghero, Alexandre Felipe Fiuza, Paulo José Koling, Roseli Terezinha Boschilia. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a). De acordo com o que está previsto no § 8 e § 9 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de defesa de Doutorado foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de videoconferência. Diante desta circunstância, os membros presentes assinam esta Ata e atestam a conformidade das Prof^{as}. Dr^{as} Carla Simone Rodeghero e da Prof^a Dra Roseli Terezinha Boschilia em relação ao resultado da defesa de Tese e ao conteúdo do parecer descritivo anexado.


Orientador(a) - Meri Frotscher Kramer

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Carla Simone Rodeghero
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE MARCELO HANSEN SCHLACHTA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Alexandre Felipe Fiuza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Paulo José Koling

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Roseli Terezinha Boschilia

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Marcelo Hansen Schlachta

Candidate(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Moisés Antiqueira
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 5114/2018-GRE

RESUMO

O Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Lei 17.362, de 27 de novembro de 2012, criou a Comissão Estadual da Verdade (CEV-PR), cujo objetivo residiu em contribuir com a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e examinar os graves casos de violações aos direitos humanos ocorridas no Estado. Orientado pelo Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), que pontua o “direito à memória e à verdade”, uma série de trabalhos foram iniciados, tendo em vista compreender uma série de situações de violência, expropriação e silenciamento de inúmeros sujeitos sociais. No Paraná, foram realizadas várias Audiências públicas, promovendo a oitiva de vítimas, testemunhas e familiares de vítimas da ditadura-civil-militar que se estabeleceu no Brasil no período de 1946-88.

Esta pesquisa teve como objetivos realizar uma análise dos trabalhos e dos relatórios finais da Comissão Estadual da Verdade do Paraná publicados em 2014 e 2017 – em especial aqueles que se referem aos eventos ocorridos no Oeste do Paraná –, focalizando as condições de produção e os usos dos depoimentos prestados na Audiência Pública de Cascavel – PR, e cotejar estes depoimentos com entrevistas posteriormente realizadas com depoentes desta Audiência pelo autor da tese. Ao analisar estas narrativas, procuramos adentrar em percepções mais amplas, ligadas às trajetórias de vida narradas nas entrevistas de História Oral dos depoentes/entrevistados, relacionando-as com suas experiências durante a ditadura civil-militar brasileira.

Procuramos compreender como as relações entre passado, presente e futuro aparecem nas narrativas presentes nos depoimentos prestados e nas entrevistas construídas, como estas memórias são trabalhadas pela Comissão, como o próprio ambiente de construção dos testemunhos influencia na construção dos relatos, entre outros. Para tanto, promovemos uma discussão sobre memória e narrativa, as diferenças no uso de depoimentos e da História Oral. Adentramos na problemática relativa à amplitude e limites dos testemunhos de segunda geração. Também realizamos o debate em torno da história social da memória, analisando a construção das narrativas produzidas por um mesmo sujeito ao longo de diferentes momentos de sua vida.

Palavras-chave: Memória; Ditadura; Narrativa; História Oral; Comissão da Verdade do Paraná.

ABSTRACT

The Government of the State of Paraná, by the Law nr. 17.362, of November 27, 2012, created a State Truth Commission (CEV-PR), which purpose was to contribute with the National Truth Commission (CNV) and to examine the serious cases of human rights violations that occurred in the State. Guided by the National Human Rights Plan (PNDH3), which highlights the "right to memory and truth", a series of works were initiated, with a view to understanding many situations of violence, expropriation and silencing of numerous social subjects. In Paraná, several public hearings were held, promoting the hearing of victims, witnesses and relatives of victims of the military-civilian dictatorship that settled in Brazil in the period between 1946 and 1988.

The objectives of this research were to analyze the works and final reports of the Paraná State Truth Commission published in 2014 and 2017 - especially those that refer to events that occurred in the west of Paraná - focusing on the conditions of production and uses of the testimonies provided at the Public Hearing of Cascavel - Paraná, and to compare these testimonies with interviews subsequently made with witnesses of this audience by the author of the thesis. In analyzing these narratives, we tried to enter into broader perceptions, linked to the life trajectories narrated in interviews of Oral History of the witnesses/interviewees, relating them to their experiences during the Brazilian civil-military dictatorship.

We strived to understand how the relations between past, present and future appear in the narratives contained in the testimonies given and in the interviews constructed, how these memories are worked by the Commission, how the environment of testimonies construction itself influences the construction of the reports, and others. Therefore, we promote a discussion about memory and narrative, the differences between the use of testimonies and Oral History. We addressed the issue of the breadth and limits of second generation testimonies. We also conducted the debate around the social history of memory, analyzing the construction of narratives produced by the same subject throughout different moments of his life.

Keywords: Memory; Dictatorship; Narrative; Oral History; Truth Commission of Paraná.

Aos que amo sempre mais: minha esposa Georgia e meu filho Caetano.

À minha mãe Cristina e meu irmão Eduardo.

Pela incondicionalidade do amor, carinho e presença.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho somente foi possível enquanto construção coletiva, realizada graças a participação, apoio e incentivo de várias pessoas, que de certa forma deixaram um pouco de si à medida que também levaram um pouco de mim, ao longo dessa jornada de crescimento e busca.

Agradeço à amiga e professora Méri Frotscher, por quem alimento profunda admiração, pela orientação competente e profissional, pela dedicação e clareza de ideias. Pela serenidade no acolhimento de meus desabafos e inconstâncias. Nunca conheci alguém com tamanho profissionalismo.

Agradeço à professora e amiga Geni Rosa Duarte, que inicialmente me orientou na feitura deste trabalho, pela atenção e disponibilidade sempre dispensada com a simplicidade e a gratuidade que lhes são inconfundíveis.

Ao professor e amigo Davi Félix Schreiner, meu orientador na graduação e mestrado. Pessoa que me iniciou no universo da pesquisa. O aprendizado que me possibilitou veio acompanhado de lições de amizade e sabedoria.

À Prof. Dra. Carla Rodeghero e Prof. Dr. Alexandre Fiuza pelas considerações e discussões levantadas, que foram de grande valia acadêmica durante a banca de qualificação e defesa do trabalho. Também ao Prof. Dr. Paulo Kolling e à Prof. Dra. Roseli Boschillia pela disponibilidade em participar da banca de defesa e pelas contribuições assinaladas.

Ao IFPR – Instituto Federal do Paraná, pela possibilidade de realizar esta pesquisa vinculada a instituição, me oferecendo suporte e condições de desenvolver esta tese simultaneamente às minhas atividades enquanto docente. Aos amigos formados em minha caminhada dentro dessa instituição, que conseguem conciliar ensino, pesquisa e extensão com sorrisos e prestatividade.

Pela contribuição significativa dos amigos e colegas de turma, pelos momentos compartilhados juntos durante esses quatro anos, pelas ricas e fecundas oportunidades de discussões feitas em sala de aula. De modo especial aos colegas da Linha de Pesquisa Cultura e Identidades.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste, que muito mais que o saber, conseguiram socializar a amizade e a competência, sendo possível identificar no decorrer do trabalho alguns traços de cada um.

Dedico especial agradecimento a todos os depoentes da Audiência Pública de Cascavel, que conseguiram, antes de um pesquisador, com seus exemplos de vida e testemunhos de luta, desenvolver um ser humano mais sensível às necessidades por estes vividas e com maior compreensão da dimensão assumida em suas constituições enquanto sujeitos.

Aos amigos e compadres Ediney e Soraya e também Márcio e Fernanda, seus nomes estarão para sempre gravados em meu coração. Aos APC's e aos amigos do Clube da Quinta, amigos de infância, que hoje, entre uma cerveja e outra, sempre acompanhadas de muitas risadas, tem o dom de tornar mais alegre a minha vida.

A minha esposa Georgia, por quem alimento profunda admiração, respeito e amor, minha companheira de muitos sorrisos e desabafos. Pedra basilar que me municiou de todo apoio para a realização desse projeto, sem ela me dando suporte nas dimensões intelectual, espiritual e humana esta tese não teria sido possível. Ao meu filho Caetano, que preenche minha vida com uma forma de amor pura e que me impulsiona a ser sempre melhor. Do modo mais genuíno ele me fez encontrar alegrias e forças em meio ao turbilhão de dificuldades que envolveram a feitura desta tese.

Ao Hemitartarato de Zolpidem, que em meio ao cenário de ansiedade e esgotamento durante construção desta tese me permitiu dormir com um pouco mais de tranquilidade ao longo dos últimos dois anos.

Finalmente a todos os familiares, amigos, colegas de trabalho, “manos” da Universitária e todos aqueles que deixaram suas pegadas em minha vida. Pessoas que, de uma maneira ou de outra, sempre se fizeram presentes, ajudando-me a construir-se enquanto ser humano e desbastar minhas arestas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 01 – DITADURA, MEMÓRIA E COMISSÃO DA VERDADE NO OESTE DO PARANÁ	35
---	-----------

1.1. A Ditadura e Repressão no Oeste/Sudoeste do Paraná.....	35
1.2. A Comissão Estadual da Verdade e o Comitê Memória, Verdade e Justiça do Oeste do Paraná	43
1.3. A Audiência Pública de Cascavel.....	59
1.3.1. A Repercussão na Imprensa.....	64
1.3.2. A Audiência Pública de Cascavel: Condições de Produção dos Depoimentos	67
1.4. O Relatório da CEV: Os Resultados das Investigações Sobre a Ditadura Civil-Militar no Oeste do Paraná	73
1.4.1. O Relatório da CEV e os Testemunhos	82
1.4.2. O Grupo dos Onze no Relatório da CEV.....	83
1.4.3 A Resistência Feminina no Relatório da CEV	88

CAPÍTULO 02 – TESTEMUNHOS SOBRE O GRUPO DOS ONZE	95
---	-----------

2.1. “ <i>Essa mancha fica pra sempre</i> ”: entrevista com Waldemar Rossini	100
2.2. “ <i>Foi uma satisfação muito grande eu poder esclarecer</i> ”: entrevista com Lauro Adão Rossini:	113
2.3. “ <i>E a verdade vos libertará</i> ”: entrevista com Adair Amaro	135
2.4. “ <i>Eu fui preso sem saber de nada. Eu não sabia daquilo</i> ”: entrevista com Benjamim Machado	156

CAPÍTULO 03 – TESTEMUNHOS DE SEGUNDA GERAÇÃO.....	173
3.1. “ <i>O sangue já não jorra mais, restaram, porém, profundas cicatrizes</i> ”: depoimento sobre Reneu Mertz à Comissão da Verdade.....	176
3.2. “ <i>Eu não tinha conhecimento da história de vida do pai... eu, com um professor em casa</i> ” – Entrevista sobre Ramiro Boaventura Mariano	192
CAPÍTULO 04 – UMA HISTÓRIA SOCIAL DA MEMÓRIA.....	216
4.1. Narrativas sobre Valdetar Antônio Dorneles	216
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	268
ANEXOS	284
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	288

INTRODUÇÃO

Priorizamos enfoque calcado na descrição dos fatos relativos às graves violações de direitos humanos do período investigado, com especial atenção ao regime ditatorial que se prolongou de 1964 a 1985. Evitamos aproximações de caráter analítico, convencidos de que a apresentação da realidade fática, por si, na sua absoluta crueza, se impõe como instrumento hábil para a efetivação do direito à memória e à verdade histórica. (CNV, 2014: 15)

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) iniciou seus trabalhos no Brasil em 2012, revelando um passo importante dado pelo Estado na construção de um espaço de fala e escuta sobre as graves violações ocorridas durante os anos de 1946-88. Com ela abriu-se um canal para que uma série de acontecimentos ocorridos durante a ditadura civil-militar no Brasil pudesse ecoar em diferentes setores sociais afastados do assunto, ainda que até o presente momento a judicialização em relação aos crimes praticados tenha sido praticamente nula.

A CNV teve por objetivo principal “o esclarecimento das graves violações aos direitos humanos praticadas no Brasil”, bem como o “resgate da memória e da verdade” (CNV, 2014: 20). O documento final elaborado pela CNV, por várias vezes, faz menção a essa dimensão de “resgate” da memória e do passado, bem como sua “recuperação”. Não diferente, a Comissão Estadual da Verdade do Paraná (CEV-PR), que desenvolveu seus trabalhos entre 2012 e 2017, seguindo as orientações nacionais, cingiu-se dos mesmos elementos. Em seu Relatório Final, a CEV-PR pontua que “os trabalhos das Comissões da Verdade são fundamentais para a reconstrução de uma narrativa que recupera a verdade, recria a memória e, assim, possibilita um futuro digno de ser vivido” (CEV-PR1, 2017: 25).

Ambos os relatórios sugerem um compromisso com a verdade. Para tanto, no exercício da prática historiográfica, que pretendemos desenvolver ao longo desta tese, é importante ao historiador compreender como depoimentos e documentos foram trabalhados, pensados e entendidos no âmbito de uma Comissão da Verdade. Também é relevante pensar como essa dimensão de “resgate” dos acontecimentos e de apresentação de uma “realidade fática, por si, na sua absoluta crueza”, se dá em meio ao diálogo que se faz entre passado e presente. Para o historiador Jacques Le Goff, os vestígios que subsistem ao tempo não representam a totalidade daquilo que existiu no passado, mas são uma “depuração efetuada pelas diversas forças que atuaram no desenvolvimento temporal do mundo, quer pela ação

consciente daqueles que se dedicam à ciência do passado” (LE GOFF, 1994: 535). Assim, entendemos que a atribuição de sentido passa a ser creditada pela ação consciente do homem. Portanto, os vestígios do passado não seriam, por si só, objetivamente, uma “realidade fática” desprovidas de sentidos e ordenação, fora aquelas que lhe foram atribuídas.

O interesse por um estudo sobre a Comissão da Verdade surgiu ainda em 2014, quando acompanhei a Audiência Pública realizada pela Comissão Estadual da Verdade (PR) na cidade de Cascavel – PR. Uma série de inquietações advindas dos depoimentos, bem como uma gama de indagações me acompanharam por semanas. Como os depoimentos carregavam em si uma forte carga de tensão e emoção, minhas reflexões também se encaminhavam para a questão de como lidar com esses testemunhos no fazer historiográfico. Essas angústias se faziam embaladas naquilo que Tzvetan Todorov assinalou como sendo a “fragilidade dos testemunhos tardios” (TODOROV, 2002: 251), em razão da sobreposição de uma série de experiências e acontecimentos que vão se dando entre o espaço do vivido e do narrado, assinalando a ação do tempo sobre os processos da memória.

Ao iniciar as atividades no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), inicialmente o projeto pensado objetivava analisar as memórias silenciadas durante o passado da ditadura civil-militar no Oeste do Paraná – indígenas, camponeses, posseiros, entre outros – e o legado conservador acerca desse período no presente, com base nos depoimentos da Comissão Estadual da Verdade, de modo complementar. Todavia, ao me debruçar de modo mais direto sobre os depoimentos prestados à CEV e sobre os documentos cedidos pelo jornalista Aluizio Palmar, que também foi vítima do regime, ao CEPEDAL – Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná, órgão da UNIOESTE, novas possibilidades surgiram.

Concomitante a isso, as leituras sugeridas e feitas nas disciplinas do Doutorado em História, bem como os debates com os colegas do Programa de Pós-Graduação em História, foram ampliando os horizontes e afunilando o recorte da pesquisa, de forma que nos concentramos nas fontes produzidas para a Audiência Pública de Cascavel e nos documentos produzidos a partir dela, incluindo também entrevistas concedidas a mim por alguns dos que prestaram depoimentos à CEV. A questão começou a se encaminhar para a problemática do direito à memória e à verdade no período de justiça de transição, voltando-se de modo mais intenso sobre o modo pelo qual os relatórios preliminar e final da Comissão Estadual da Verdade trabalhavam com os depoimentos prestados em suas respectivas Audiências.

Na esteira desse trabalho, decidiu-se por produzir narrativas orais com aqueles que deram depoimentos à Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade em Cascavel, aplicando-se a metodologia da História Oral, para, em seguida, realizarmos uma análise comparativa entre as memórias produzidas nas entrevistas de História Oral a este autor e os testemunhos presentes nos depoimentos prestados à CEV.

Iniciei o trabalho sobre os depoimentos e o material recolhido em campo com a escuta e a transcrição dos áudios da Audiência Pública. Ao lado disso, fui elaborando um quadro com informações objetivas sobre os depoentes/pessoas a serem entrevistadas, como idade, residência, local e, após produzir entrevistas com parte destas pessoas, procurei realizar uma espécie de diário de campo, descrevendo a situação de entrevista e uma primeira indicação da linha de trajetórias e temas recorrentes destacados pelos próprios sujeitos, tanto no depoimento, quanto na entrevista. Em seguida, fiz uma segunda leitura do conjunto das entrevistas que produzi, ouvindo-as quando necessário para correções e adequações de sentidos e construí um quadro geral dos temas mais abordados.

A partir dessa sistematização procurei promover uma crítica analítica dessas fontes com base em referencial teórico-metodológico, nas discussões realizadas nos eventos que participei, dos trabalhos de orientação, procurando compreender de modo mais atento alguns desdobramentos dos comparativos entre os depoimentos prestados à Comissão da Verdade e as entrevistas produzidas por mim, quer seja em relação às condições sociais de fala e escuta, bem como em relação ao modo como a CEV utilizou os depoimentos em seu relatório.

No Paraná, a Comissão da Verdade organizou entre 2013 e 2014 um total de 12 Audiências públicas em 7 cidades (Apucarana, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina e Umuarama). Estas Audiências possibilitaram o testemunho de vítimas, familiares, bem como perpetradores de violências, em alguns casos, procurando uma “reconstrução do passado” numa perspectiva que não aquela até então oficialmente reconhecida pelo Estado. Nas Audiências foram prestados 106 depoimentos – destes 27 foram na Audiência Pública de Cascavel, foco desta pesquisa – e do seu cotejamento com outros materiais produzidos nessas Audiências, documentos levantados no Arquivo Público do Paraná, bem como com outras fontes e materiais se originaram os Relatórios da CEV-PR.

Dos 27 depoimentos da Audiência Pública de Cascavel, 8 foram realizados por indígenas que não se encontram no escopo principal desta tese. Assim, 19 depoimentos perfazem o núcleo estruturante de nosso estudo. Destes, 9 estão relacionados a integrantes dos

Grupos dos Onze¹ e 7 com pequenos camponeses na faixa de 70 a 85 anos, residentes no Sudoeste do Paraná, e outros 2 foram proferidos por filhos de integrantes deste grupo. Outros 3 depoimentos foram dados por integrantes da Operação Três Passos, um depoimento sobre a VAR-Palmares, um sobre a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e um sobre o PCB (Partido Comunista Brasileiro), sendo esses dois últimos realizados por filhos das vítimas. Outros quatro depoimentos foram inseridos dentro de um espectro mais amplo, o da Operação Condor.

Destes 19 depoimentos, somente 3 aparecem citados textualmente ao longo dos relatórios finais da CEV. Os testemunhos que aparecem citados nas conclusões da CEV-PR foram expressos de modo bastante objetivo, pontuando fatos, locais, datas, nomes de vítimas e perpetradores – como analisaremos mais detidamente no primeiro capítulo. Outros testemunhos não foram citados, principalmente de camponeses que integravam os Grupos dos Onze. São testemunhos revestidos de timidez, brevidade e com narrativas de violência que adentram naquilo que discutiremos sob o ponto de vista da violência simbólica.

Primeiramente procuraremos compreender a produção desses depoimentos a partir do cenário histórico em que foram produzidos e como a Comissão da Verdade lidou com as temporalidades presentes nos testemunhos, bem como qual a dimensão memorialista utilizada pela Comissão, ao manejar essas narrativas.

Uma das primeiras reflexões que realizamos nesta tese se refere à questão das temporalidades presentes numa entrevista e sua correlação com o cenário histórico do presente. A temporalidade contemporânea, já debatida por outros historiadores, foi pensada por François Hartog (2013: 140-1) com base na noção de “regime de historicidade”, desenvolvida por ele, mais especificamente na noção de presentismo, regime de historicidade atual marcado pela aceleração do tempo. Segundo François Hartog, nos últimos tempos se intensificou a sensação de que vivemos em um tempo acelerado, no qual as transformações se processam de modo muito rápido e intenso nos mais diferentes campos do conhecimento humano: política, mídias, informação, relacionamentos, memória, entre vários outros. Esse tempo acelerado do presente também se encontra sobreposto a projetos de memória, que procuram compensar um tempo passado, muitas vezes remoto. Principalmente nas últimas décadas do século XX, culturas da memória têm se desenvolvido em diferentes lugares no

¹ “Também conhecidos como Comandos Nacionalistas foram concebidos por Brizola no fim de 1963. Tomando por base a formação de um time de futebol, imagem de fácil assimilação e apelo popular, Brizola pregava a organização de pequenas células – cada uma composta de onze cidadãos, em todo o território nacional – que poderiam ser mobilizadas sob seu comando. (in: http://www.institutojoaogoulart.org.br/noticia_imprimir.php?id=157) <acesso em 05 de junho de 2018>.”

mundo, lembrando passados que não devem ser repetidos, seja o Holocausto, sejam os regimes de terror implantados por ditaduras.

Na obra *Evidências da História*, François Hartog explica como desde a década de 1980 vivemos a era da testemunha. O autor nos remete ao modo como se desenvolve uma “progressiva ascendência da testemunha”, sendo que a

testemunha – entendida, por sua vez, como portadora de memória – impôs-se, gradualmente, em nosso espaço público; ela é reconhecida e procurada, além de estar presente e, até mesmo, à primeira vista, onipresente. A testemunha, qualquer testemunha, mas acima de tudo, a testemunha como sobrevivente: a pessoa que o latim designava precisamente por *superstes*, ou seja, alguém que está firmado sobre a própria coisa, alguém que ainda subsiste (HARTOG, 2011: 204).

É nessa “era da testemunha” que surgem as Comissões da Verdade no Brasil, cujos objetivos orbitam em torno de “esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos” (Lei 12.528/2011), com “a tarefa de dar voz aos que não a tiveram, abordar temas considerados tabus e enfrentar verdades reconhecidas como oficiais até o presente” (Núcleo de Preservação da Memória, 2009: 17).

Nesta tese discutiremos mais detidamente sobre a Audiência Pública de Cascavel e sua interlocução com a CEV-PR, bem como uma série de dimensões concernentes a elas – direito à verdade, memória, justiça, reconciliação, reparação - no decorrer do primeiro capítulo. Após a análise de seu mandato e do conteúdo dos seus relatórios finais, percebemos que, no tocante à História, as Comissões da Verdade no Brasil encontram revestidas daquilo que concebem enquanto “verdade histórica” (CEV-PR, 2017:49). Esse termo é recorrente nas páginas do Relatório Final da CEV, que, todavia, não reconhece as limitações em torno de se atingir esse ideal.

De fundamental importância para a redação do trabalho foram as considerações da obra *Tempo Passado – Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*, da escritora e crítica literária argentina Beatriz Sarlo, que analisa as movimentações da justiça de transição na Argentina e discute como as narrativas testemunhais e as subjetividades ali presentes ocupam lugar de destaque ao longo desse processo. Esta autora debate os modos pelos quais essa cultura da memória que se desenvolveu na Argentina elevou o testemunho em primeira pessoa a um status de verdade ou como um dos elementos mais importantes para a reconstituição do passado (SARLO, 2007: 19). Nesta obra a autora oferece uma análise dos mecanismos e elementos que compõem a articulação entre testemunho e verdade, procurando analisar a

confiabilidade ímpar do testemunho na reconstituição do passado. Para esta autora, faz-se necessário lançar olhares mais críticos ao testemunho enquanto ícone da verdade. Um dos principais argumentos levantados é o da inevitabilidade do presente na narrativa de acontecimentos do passado, não podendo este ser reconstituído sem infiltrações do tempo presente. O presente povoa o passado, orienta emoções, interpretações, seleções etc. Além disso, para Beatriz Sarlo, para além de um mero testemunho que objetiva a construção de conhecimentos, faz-se necessário interpretar essas memórias à luz do presente, pois elas são construídas em interpretações que se faz do mundo, a partir do que a autora denominou “retórica testemunhal de primeira pessoa”.

Em razão de meu objeto – a Comissão Estadual da Verdade no Paraná – perpassa toda a tese uma reflexão sobre a noção de memória. O termo memória pode assumir sentidos diferentes, assim como possui variados usos em processos histórico-sociais distintos. O crítico literário Andreas Huyssen (2014), ao analisar a Alemanha contemporânea, debruça-se sobre o papel ativo da memória na reorganização do país após a Segunda Guerra Mundial. O autor problematiza questões referentes à memória no pós-guerra, o modo como o espaço público passa a ser atravessado pelo reconhecimento de experiências traumáticas, principalmente na Alemanha Ocidental, onde museus e memoriais acerca do Holocausto procuram tecer uma espécie de reconhecimento do passado de violações à medida que procura utilizá-lo como vetor para sua não repetição. Uma abordagem interessante trazida por este autor é o modo como a memória pode ser utilizada, em diferentes contextos pós-ditatoriais, não apenas como um elemento de coesão e apaziguamento de conflitos, mas também na negociação entre vítimas e violadores, os quais coexistem num mesmo espaço social e temporal. O autor, assim, demonstra o complexo processo que envolve esquecimento e construção da memória em contextos de transição.

Observamos que a demanda por políticas de memória referente a processos de violência de Estado, como é o caso do Brasil, e a atuação das Comissões da Verdade trazem consigo o objetivo de “superação do passado”, por meio da superação do esquecimento e da construção de uma solução em relação ao presente e ao futuro. Nesse contexto contemporâneo, a “recuperação” da memória (CNV, 2014: 39) faz parte de uma agenda política atrelada à defesa dos Direitos Humanos.

Após do golpe de 1964, o Brasil viveu 21 anos sob um regime ditatorial. Esse período foi marcado por inúmeras violações aos direitos humanos, censura, repressão a manifestações contrárias ao governo, prisões políticas e ilegais, desaparecimentos, torturas e

mortes, em meio a uma política econômica que procurava acobertar a situação no país sob a sombra de um suposto “milagre econômico”. Destacamos que o esclarecimento sobre as graves violações aos direitos humanos cometidas durante esse período não possui apenas ligação com o passado, mas é também prospectiva. A noção de direitos humanos tem íntima ligação com a concretização de processos institucionais de afirmação plena de direitos, atrelados a uma ampliação da participação política e reconhecimento dos direitos das minorias, visando romper, assim, com o cenário de exclusão e violência que se enraizou ao longo da ditadura.

A noção de direitos humanos possui uma base mais filosófica do que jurídica, consistindo no reconhecimento de que cada indivíduo possui certo número de liberdades e direitos, pelo simples fato de existir. De acordo com Giuseppe Tosi e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, organizadores da obra *Violação dos Direitos Humanos: Tribunal Russel II*, publicada pela Comissão da Anistia:

São estas liberdades que são chamadas “Liberdades Públicas”, consagradas pelo direito positivo dos Estados e também pelos textos internacionais, dos quais o principal é a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Os Direitos Humanos podem, então, definir-se como o reconhecimento, em benefício de cada indivíduo, de certo número de liberdades públicas, cujo conteúdo é especificado pelo direito positivo. Este conteúdo mudou com o tempo e, hoje, pode-se dizer que os Direitos Humanos incluem, grosso modo, as regras relativas à segurança da pessoa, à liberdade da pessoa física, à liberdade da pessoa intelectual e moral, às liberdades sociais e econômicas. Além disso, existe uma estreita relação entre liberdades públicas e regime constitucional e político (BRASIL, 2014: 50)

É no sentido acima exposto que pontuamos que a noção do passado, que a Comissão da Verdade se propõe a “resgatar”, se encontra atravessada por situações atreladas ao presente e ao futuro. Por isso, Andreas Huyssen, no artigo *Direitos Naturais, Direitos Culturais e Política da Memória*, defende que a memória e os direitos humanos devam vincular-se de modo bastante intenso, tanto no plano discursivo como prático, “*de forma a impedir que a memória torne-se um exercício vazio de auto-alimentação parasita e para evitar que os direitos humanos percam a sua base histórica arriscando a abstração legalista e o abuso político*” (HUYSSSEN, S/D: 01).

Essas e outras questões são reveladoras de como diferentes sociedades e modelos de Estado lidam com seu passado autoritário e o que fazer com a herança desse mesmo passado. Conceitualmente, esse processo encontra-se inserido nas práticas da chamada Justiça de Transição, implicando uma série de questões, tais como o direito à memória, o esclarecimento

de situações relativas ao passado, a responsabilização dos perpetradores, a reparação das vítimas, objetivando uma “reconciliação nacional”, tal como se propôs a Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014: 22).

Embora não seja possível simplesmente reescrever o passado brasileiro unicamente ancorado nos testemunhos de alguns sujeitos, haja vista que as memórias podem, muitas vezes, serem limitadas e falhas, compreendemos que para “seguir adiante” se faz mister esclarecer os acontecimentos violentos do passado da ditadura civil-militar brasileira. Revisitar esse passado e apurar o que se tentou acobertar pelo peso do esquecimento forçado, todavia, não deve ser orientado a partir de uma visão simplificada e maniqueísta dos acontecimentos. É preciso compreender toda a sua complexidade e as contradições da realidade com a qual se trabalha.

Nesse sentido, seria simplório em demasia visualizar que o país se encontrava dividido entre uma parcela da sociedade que oprimia e dominava, no caso, os militares, e outra que resistia e lutava por democracia. Esta interpretação maniqueísta se mostra deveras equivocada, conforme acentua o historiador Carlos Fico: *“amplos setores da sociedade brasileira apoiaram o golpe de 64. Goulart foi derrubado porque dava a impressão de permitir algumas conquistas populares inaceitáveis para a elite e para a classe média naquela ocasião. A sociedade também apoiaria o ‘milagre econômico’, tornando o general Médici bastante popular”*².

Mencionamos essas questões, pois pensamos que não se deve buscar uma versão ímpar e totalizante como única versão para a realidade daquele período. É exatamente um cenário cercado por uma multiplicidade de antagonismos que constitui o terreno pantanoso por onde se movimentam os trabalhos da Comissão da Verdade: um espaço marcado por tensões e disputas distintas acerca do passado nacional e por um conjunto de inquietudes inerentes a períodos marcados por violações aos direitos humanos.

A historiadora Maria Paula Araújo (2012) pontua que esses elementos acima listados são articulados, em vários países, a questões estruturais e conjunturais, mas que por mais diferentes que os processos sejam, um elemento tem sido fundamental: a palavra. Pois, ao *“revelar os fatos, tornar públicas as violações, denunciar as arbitrariedades, nomear os responsáveis, resgatar a memória de lutas e resistências, tudo isso tem tido enorme papel*

² FICO, Carlos. Memória romântica e história oficial. 26 de julho de 2011. In: <http://www.brasilrecente.com/2011/07/memoria-romantica-e-historia-oficial.html> <acesso em 15 de março de 2018>.

simbólico e político na construção de um novo pacto nas sociedades pós-conflitos” (ARAÚJO, 2012: 13).

No caso brasileiro, a justiça de transição é marcada pela centralidade do tema da anistia, noção que traz consigo elevado grau de complexidade. Ela pode ser entendida tanto como uma vitória parcial da sociedade e dos grupos que se opunham ao regime, mas também como uma vitória parcial dos militares e de camadas sociais dirigentes, haja vista a desobrigação da apuração de responsabilidades pelos crimes cometidos pelo Estado.

Ao longo da década de 1990 e da primeira década do século XXI, o Estado brasileiro sofreu diferentes ações de familiares de mortos e desaparecidos políticos, sendo condenado ao pagamento de várias indenizações. Para além dessas condenações no âmbito jurídico, devemos observar que a Corte Interamericana também proferiu uma condenação moral ao silêncio brasileiro sobre os crimes e violações ocorridos no período ditatorial.

Cabe aqui ressaltar a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos de que o Brasil por duas vezes descumpriu a Convenção Americana de Direitos Humanos: primeiramente pela omissão em relação ao processo e julgamento das mortes e ocultações de cadáveres na Guerrilha do Araguaia, bem como pela interpretação da Lei da Anistia, de 1979, pelo Supremo Tribunal Federal, que provocou o apagamento dos graves crimes contra opositores políticos durante a ditadura brasileira³.

Nesse cenário, por intermédio da Lei 12.528/2011, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, foi estabelecida a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e abriu-se caminho para a instalação das demais Comissões Estaduais, Universitárias, Camponesas etc. As Comissões inserem-se no âmbito das medidas que compõem a chamada justiça de transição, a qual se incorpora no conjunto de ações que marcam a passagem de regimes autoritários para regimes democráticos, procurando lidar com o passado de violência, repressão e violações aos direitos humanos.

O mandato da Comissão da Verdade teve por objetivo investigar e “esclarecer graves violações aos direitos humanos”, procurando consolidar uma “política de direito a memória” e a “verdade histórica” (Cf.: Lei 12528/2011). Cabe aqui pontuar que a Comissão da Verdade não possui poder punitivo ou indenizatório, haja vista que esse poder é conferido aos trabalhos da Comissão de Anistia e a Comissão de Mortos e Desaparecidos. Desta feita, os trabalhos da CNV se voltaram para o esclarecimento das circunstâncias em que se desenrolaram as violações durante o regime autoritário.

³ Cf.: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,oea-condena-brasil-por-mortes-na-guerrilha-do-araguaia,653670> <acesso em 10 de dezembro de 2017>

Podemos, por assim dizer, que as Comissões possuíam uma função de justiça, possibilitando a produção de testemunhos de vítimas da ditadura. Assim, a Comissão se coloca como responsável por tentar garantir que o direito à voz das diferentes vítimas e familiares seja assegurado, visando promover uma restituição de sua história e de sua dignidade. A leitura do Relatório da Comissão da Verdade e de documentos norteadores dos trabalhos da comissão nos remete a vários aspectos do pensamento da filósofa Hannah Arendt, principalmente ao se debruçar sobre o caso Eichmann, por meio do qual delinea a noção de que a narrativa possui um poder esclarecedor e redentor (ARENDR, 1999: 15).

Seguindo esse pensamento, Celso Lafer, advogado, jurista, professor, membro da Academia Brasileira de Letras e ex-ministro das Relações Exteriores brasileiro, em artigo publicado no Jornal *O Estado de São Paulo*, em 20 de maio de 2012, debateu sobre a questão da objetividade e a necessidade da criação de uma “memória da verdade factual de graves direitos humanos” presentes nos objetivos da CNV. Para este jurista:

A natureza da verdade que cabe à comissão apurar não é a verdade jurídica proveniente da judicialização de processos políticos. É, para recorrer novamente a Arendt, a verdade factual dos fatos e eventos, que é a verdade da política. Esta se caracteriza porque o seu oposto não é o erro, a ilusão ou a opinião, mas sim a falsidade da ocultação ou a mentira na manipulação dos fatos. Por isso seus modos de asserção não são os de evidência da verdade racional, mas o desvendamento dos fatos pelo testemunho e pelo acesso à informação escondida. Seu papel é, assim, e esta é a função principal da comissão, o de impedir o esquecimento por apagamento de rastros da violação de direitos humanos. ” (Celso Lafer. O Estado de S. Paulo. 20 de maio de 2012)

Partindo dessa dimensão, ponderamos que os depoimentos e documentos levantados pela Comissão, embora aspirem à busca pela verdade factual e pela objetividade, com o intuito de reescrever o passado, serão uma contribuição para a História e não são a História em si. Nesse sentido, a própria Comissão se constrói como um local de memória da verdade factual da violação aos direitos humanos no país. Cabe lembrar aqui a linha tênue que separa a memória da História, uma vez que ambas operam seleções, escolhas e são vividas tendo o presente por seu espaço de experiências, mas tendo o futuro e as preocupações com o que se visa construir como seu horizonte de expectativas.

Nesse sentido, lembramos também o historiador Peter Burke ao pontuar que história e memória devem ser compreendidas em sua complexidade, pois lembrar o passado e sobre ele escrever não são atividades neutras ou inocentes como fora julgado, principalmente, pelo positivismo. Memória e história não se constituem em objetividade. Em ambos os casos devem os historiadores considerar de modo analítico seleções que se operam consciente e

inconscientemente, bem como interpretações e distorções. Segundo este historiador: “*Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados*” (BURKE, 2000: 69-70).

Nesse ponto, complementamos, com base no filósofo Paul Ricoeur, que história é passado e é irreversível. A história somente pode ser uma história-narrativa: “na medida em que o historiador está implicado na compreensão e na explicação dos acontecimentos passados, um acontecimento absoluto não pode ser atestado pelo discurso histórico” (RICOEUR, 1994: 140).

Deste modo, procuraremos analisar como, ao tomar depoimentos e relatos testemunhais e criar um espaço para a produção de testemunhos em Audiências públicas, a Comissão da Verdade transporta os mesmos em seu relatório. Lançaremos atenção dedicada a observar se esse processo se dá dentro de um panorama de objetividade e factualidade, concebendo como “verdade histórica” o passado narrado, bem como priorizando um determinado tipo de memória da violência, estabelecendo uma dimensão de “reconstrução” do passado sem levar em conta as diferenças entre história e memória.

Podemos observar que em sua atuação, a Comissão Estadual da Verdade, utiliza-se da concepção de “coleta” de depoimentos orais, documentos e investigações, com o objetivo de expor violações ocorridas durante um período da história do Brasil recente, quando o país se encontrava imerso em um regime de exceção. Tanto a Lei 12528/2011, quanto os relatórios da CNV e CEV-PR, se utilizam da ideia de uma “coleta” de informações e depoimentos, a qual traz em si a noção de que as verdades já se encontram prontas, bastando “coletá-las”.

Para o historiador francês Jacques Le Goff, em seu livro *História e Memória* (1994), a história enquanto conhecimento se constrói na compreensão de que seus dados não são absolutos, apresentando-se na maioria das vezes de modo esparso e fragmentário, cabendo ao historiador compreender suas estruturas, transformações, permanências, rupturas, equívocos e dinâmicas próprias aos eventos. O autor pondera que, apesar de ser almejada, a objetividade não faz parte da natureza científica da história. Portanto, a história não pode se prender exclusivamente ao passado, sendo necessário entender o passado pelo presente, bem como o presente pelo passado.

O debate em torno da objetividade e subjetividade nos conduz, de modo quase inevitável, ao campo da discussão em torno da verificabilidade do conhecimento histórico produzido, bem como a relação entre o historiador e as suas fontes – uma vez que ambos se encontram imersos em subjetividades próprias. Nesse sentido, a aporia que insere a História e

o conhecimento nesse emaranhado de desafios é muito bem colocada pelo historiador Reinhart Koselleck, em seu livro *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006).

Para este autor, o historiador, ao mesmo tempo em que é convocado a produzir “enunciados verdadeiros”, também é conduzido a confrontar-se com a relatividade que envolve suas proposições. Koselleck pontua o caráter relativo do conhecimento histórico, pois, para ele, a representação do passado é afetada pelo tempo, uma vez que o presente articula de maneiras diferentes “espaço de experiência” e “horizontes de expectativas”, uma vez que “*novas experiências se agregam, antigas são ultrapassadas, novas expectativas se abrem. Logo, colocam-se novas questões em relação ao passado, que nos levam a repensar a história, a observá-la sob outros olhos, a demandar novas investigações*” (KOSELLECK, 2006: 161)

Assim, o passado é demarcado, selecionado e reconstruído em cada presente. O presente acaba por sempre lançar um novo olhar sobre o passado, podendo ressignificá-lo. Não se pode perder a dimensão que, no presente, os sujeitos também se relacionam com o futuro, operando escolhas e atrelando-se a projetos de cunho político. Essa aporia do tempo faz com que cada presente construa uma relação própria entre passado e futuro, produzindo uma representação de si mesmo em relação as suas necessidades.

Destarte, ao nos propormos realizar entrevistas com depoentes da Audiência Pública da Comissão da Verdade em Cascavel, compreendemos as narrativas orais como fontes e a História Oral como metodologia capaz de possibilitar importantes debates neste campo de trabalho. Nosso objetivo é demonstrar que, partindo dos trabalhos das Comissões da Verdade, que de maneira geral se utilizam de depoimentos como um “processo gerador de dados”⁴, podemos adentrar em construções sociais mais complexas e envoltas em múltiplas esferas de significado.

Nesse sentido, ao pensar sobre os depoimentos produzidos pela Comissão da Verdade, nos deparamos com a necessidade de pensá-los dentro de seu processo de composição. Partindo das considerações do historiador Alexander Freund (2013: 35) sobre a

⁴ Alexander Freund pontua que entrevistas e depoimentos tem sido costumeiramente utilizados como um “processo gerador de dados”, haja vista serem produzidos visando atender demandas específicas, nas quais o pesquisador identifica os sujeitos da pesquisa (depoentes, entrevistados, informantes, narradores etc.), e aborda questões e problemas específicos. Para o autor, não se pode visualizar isso como um processo gerador de dados como muitos optam por fazer, mas enquanto dados gerados pelo pesquisador. Destarte, a análise das entrevistas/depoimentos deve ser feita a partir de uma leitura que abarque o conhecimento da natureza dessas fontes: como foram produzidas, em que circunstâncias, por quais indivíduos e permeadas em quais objetivos, bem como o método e entendimento teórico que pesam sobre estas histórias, como de obter “um caminho para um uso mais eficiente e eficaz de entrevistas”. (FREUND, 2013: 39-41).

utilização de depoimentos, entrevistas e dados coletados por outros historiadores, cientistas sociais e pesquisadores de outras áreas, percebemos como é importante conhecer as metodologias empregadas, como forma de tornar mais eficaz e eficiente a utilização de histórias orais enquanto fontes para o estudo da história. O autor em questão pondera sobre algo que norteou em grande parte nossas análises, isto é, a noção de uma pretensa objetividade, distanciamento ou não envolvimento entre entrevistador e entrevistado, na produção de uma entrevista, que não existiria sem a presença de ambos. Conforme Freund, esta relação “*cria uma das estruturas subjacentes da entrevista de história oral. Essa estrutura precisa ser entendida, a fim de dar sentido à entrevista*” (FREUND, 2013: 40). Tal consideração se torna relevante uma vez que expectativas, suposições, elaborações de natureza variada, tanto do entrevistador, quanto do entrevistado, irão dar forma e sentido à entrevista.

Partindo das considerações de Donald Ritchie, escritor e historiador oral estadunidense, Freund pondera sobre a capacidade de controle que, até certo ponto, os entrevistados exercem sobre os entrevistadores, procurando adequar suas falas, agradar, dizer o que se quer ouvir. Para exemplificar, o autor traz um pequeno excerto da obra de Ritchie:

Um estudo de entrevista do Federal Writers Project, realizado na década de 1930, entrevistou ex-escravos e descobriu que uma mulher negra idosa foi entrevistada duas vezes, uma por uma mulher branca e, novamente, por um homem negro. Ela relatou nitidamente diferentes fatos da sua escravidão, contando uma história menos sofrida para a mulher branca e uma muito mais dura para o homem negro. Ela poderia ter contado uma história diferente para outra mulher negra (RITCHIE apud FREUND, 2013: 40)

Depreendemos a necessidade de os historiadores que trabalham com narrativas orais levarem em consideração importantes elementos partícipes da construção de uma narrativa, sejam eles idade, gênero, etnia, posição social, ideologia política, entre outros, como o momento histórico-social, as relações intersubjetivas presentes na construção da entrevista, de forma de possibilitar uma análise mais complexa acerca das configurações que uma determinada narrativa assume.

Na esteira dessas constatações, pontuamos que a História Oral e todo o seu arcabouço teórico e instrumental se constituiu enquanto uma das possibilidades para avaliar as memórias e experiências de violações no passado, assim como uma importante metodologia para a ampliação do debate acerca de como se constroem essas memórias, rompendo com os silêncios que pesam sobre as violências perpetradas durante o período ditatorial brasileiro.

Um total de 15 entrevistas foram realizadas para esta tese, sendo 03 com integrantes da Comissão, 09 com depoentes da Audiência Pública de Cascavel e mais 03 com familiares

de vítimas. Optamos pela montagem de um roteiro semi-estruturado o qual objetivasse estimular narrativas sobre a vida (família, infância, trabalho, migrações etc.) e a trajetória política e de militância dos entrevistados. Na análise das entrevistas procuramos focar de modo mais direto questões relativas às perseguições, violências sofridas, prisões e tortura, mas também atentamos para outros aspectos atrelados à violência simbólica e ao modo pelo qual esses acontecimentos atravessaram e ainda atravessam suas vidas.

Como já mencionado, as considerações de Andreas Huyssen (2014: 160-5) foram de grande valia para este trabalho, por demonstrar o dinamismo das narrativas sobre o passado, a relação entre o que é lembrado e o que é esquecido, de acordo com a conjuntura e as possibilidades em cada momento histórico. Para evidenciar o modo como a memória se constrói de acordo com as necessidades e possibilidades políticas de uma determinada época, recorreremos também a uma abordagem própria da História Oral e a suas relações com a História do Tempo Presente. Segundo a pesquisadora e professora da UFF Marieta de Moraes Ferreira:

A emergência da história do século XX com um novo estatuto, definido por alguns como a história do tempo presente, portanto portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos que sob certo aspecto condicionam o trabalho do historiador, coloca obrigatoriamente em foco os depoimentos orais. Além disso, as próprias transformações das sociedades modernas e as conseqüentes mudanças no conteúdo dos arquivos, que cada vez mais passam a dispor de registros sonoros, impulsionam a tendência a uma revisão do papel das fontes escritas e orais. Por outro lado, o retorno do político e a revalorização do papel do sujeito estimulam o estudo dos processos de tomada de decisão. Esse novo objeto de análise também dá maior oportunidade ao uso dos depoimentos orais. Os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os meandros tortuosos dos processos decisórios. (FERREIRA, 2002: 324)

Ao nos ocuparmos da história oral, adentramos na problematização de como a memória é capaz de orientar o debate histórico, podendo pensar a discussão da história enquanto narrativa. Deste modo, entendemos como importante as aproximações realizadas entre a história oral e a história do tempo presente, como forma de problematizar as relações entre memória, história e esquecimento.

Seguindo essas questões, entendemos que a história do tempo presente se caracteriza no estudo de um objeto - no presente caso, as memórias do passado ditatorial brasileiro - que se encontra imerso e constituído no presente (TODOROV, 2002: 195). Assim sendo, as recordações do período da ditadura compartilham uma temporalidade atual. Embora a Comissão Estadual da Verdade objetive o “resgate da verdade histórica” (CEV-PR, 2017:

378), as memórias sobre esse passado estão situadas no presente. Ao trabalharmos com a memória, o passado é retomado a partir de movimentos de rememoração que se processam na contemporaneidade, conforme procuraremos discutir ao longo dessa tese.

Ao estendermos a percepção de memória e história que se reveste a Comissão da Verdade podemos depreender que a mesma, ao procurar trazer à tona memórias abafadas pelos ideais políticos de reconciliação, presentes na Lei da Anistia, assim nos encontramos diante de intencionalidades ligadas à substituição do esquecimento e do silêncio por memória. Essas nuances são reveladoras da complexidade a qual se reveste o tema e como a memória e a história se encontram imersas em um amplo conjunto de disputas e tensões.

À medida que história e memória servem de substrato uma à outra, a história sendo portadora de elementos capazes de desconstruir uma determinada visão do passado, nos fornece elementos simbólicos, concepções, plasma visões e conceitos acerca do passado, contribuindo para o modo pelo qual a sociedade pensa a si mesma e sua relação com esse mesmo passado. A história carrega a capacidade de realçar representações da memória coletiva.

A Comissão Estadual da Verdade (CEV-PR) desenvolveu intensos trabalhos no tocante às memórias acerca das violações aos Direitos Humanos durante a ditadura civil-militar, memórias que foram suprimidas ou sequer visibilizadas. O objetivo desta tese consiste em pensar o modo pelo qual se estruturou a construção dessa memória, tomando por base os relatórios da Comissão Estadual da Verdade (PR) e por foco da análise o espaço geográfico do Oeste do Paraná. Trata-se, pois, de proceder, primeiramente, a uma análise das representações acerca das noções de verdade, esquecimento, silêncio, mentira, que orientam os relatórios da Comissão Estadual, em 2014, em relatório preliminar e 2017 no documento final. Para tanto, foi necessário, na parte inicial desta tese, situar historicamente o debate acerca da articulação dessas memórias no lugar material que lhes é correspondente, bem como pensar a produção dos depoimentos em relação à metodologia e estrutura montada na Audiência Pública ocorrida em Cascavel.

Este trabalho se orientou ainda pelo intuito de revisitar os depoentes das Audiências da CEV realizadas em Cascavel – PR e produzir entrevistas, mas com outra metodologia e duração. Procurou-se, assim, adentrar em percepções mais amplas e ligadas às trajetórias de vida dos entrevistados e cotejar suas narrativas com as experiências testemunhadas para a CEV. A tese tem como objetivo compreender como se dá a construção das memórias desses sujeitos em relação ao passado, ao presente e ao futuro, atentando também para o modo como estas memórias foram produzidas para a Comissão e utilizadas por ela.

A Audiência Pública realizada na cidade de Cascavel, em março de 2014, reuniu depoentes atrelados a diferentes movimentos e grupos sociais, os quais, cada um ao seu modo e com suas particularidades, questionaram as estruturas de poder do Estado de Exceção inaugurado após 1964. Prestaram depoimentos nessa Audiência integrantes da Operação Três Passos, do Grupo dos Onze, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do Partido Comunista Brasileiro, bem como indígenas que sofreram com o processo de expropriação durante o período ditatorial. Devido a questões metodológicas, optamos por não incluir os depoimentos dos indígenas nessa pesquisa⁵.

Deste modo trabalharemos com um total de 19 depoimentos prestados na Audiência de Cascavel. Realizamos entrevistas com 12 desses depoentes, alguns foram entrevistados mais de uma vez. Como forma de compreender o processo de configuração de suas memórias, em alguns casos realizamos entrevistas com familiares desses depoentes. Em função de nossos objetivos, optamos, na maioria dos casos – como será explicitado em suas análises específicas –, por contatos iniciais e visitas antes das entrevistas, com o intuito de construir uma relação de aproximação antes de gravar as entrevistas.

Algumas entrevistas realizadas não foram utilizadas de modo direto no decorrer desta tese. Todavia foram analisadas em perspectiva análoga as que aparecem no decorrer deste trabalho, cotejadas com os depoimentos e com o conteúdo geral abordado na tese e colaboraram para a compreensão ampla do objeto estudado. Em função da extensão que o trabalho adquiriria e por se aproximarem em muito de problemáticas já abordadas em outras entrevistas, optamos por utilizá-las em um momento futuro.

Destacamos que, para a análise dos depoimentos não nos ativemos apenas à transcrição e à edição dos depoimentos realizadas pela Comissão, mas fizemos uma análise concomitante à escuta dos áudios das próprias Audiências.

Entendemos a História Oral como uma metodologia que produz e analisa fontes históricas a partir de registros de situações de entrevista. Destacamos que as fontes e todo

⁵ Em função da amplitude de grupos sociais que prestaram depoimento na Audiência Pública de Cascavel – Indígenas, Grupo dos Onze, Operação Três Passos, membros do PCB, VAR-Palmares, MR8, argentinos afetados na Operação Condor etc –, optamos por estabelecer um recorte, o qual orbita de modo mais direto em torno da questão de populações ligadas ao campesinato. Por compreender que o trabalho de entrevistas orais com indígenas envolveria o desenvolvimento de outro tipo de manejo com as entrevistas orais, com metodologias que exigiriam ampliar o debate teórico, extrapolando em tamanho a dimensão desse trabalho, escolhemos deixar esse grupo para um trabalho futuro. Tal empreitada acarretaria um aumento considerável do número de depoentes/entrevistados. Destacamos também que, por uma questão de dimensionamento da tese, entrevistas feitas com integrantes de grupos acima mencionados também ficaram de fora da análise desenvolvida neste trabalho e serão objeto de análise em outro momento.

substrato de informações que vão emergindo no processo da entrevista são construídas naquele momento numa relação intersubjetiva com o entrevistador, não são algo que se encontra pronto objetivamente. Tendo em vista estas narrativas serem produzidas a partir de uma gama de variáveis, visualizamos essas fontes como artificiais, parciais e variáveis. Por isto, na produção de fontes orais com depoentes da Comissão Estadual da Verdade, procuramos dedicar atenção às construções narrativas, mapeando antes um perfil prévio dos entrevistados, tanto pelo conteúdo de seus depoimentos, quanto por alguns aspectos possíveis de serem levantados em decisões da Comissão de Anistia disponíveis na internet, bem como constantes no Diário Oficial da União. Ademais, as visitas e conversas prévias sempre foram de grande valia para estabelecer um perfil mínimo dos entrevistados. Esse conhecimento prévio sobre os entrevistados se faz de importância ímpar, haja vista nossa compreensão de que a História Oral se interessa mais pelos significados atribuídos aos eventos, do que aos eventos em si (PORTELLI, 1996: 60).

Na Audiência Pública observamos uma convergência de diferentes movimentos no espaço geográfico do Oeste/Sudoeste do Estado que contribuíram para diluir na sociedade uma visão até certo ponto cristalizada no espaço público de que a ditadura civil-militar não se fez sentir na região. A partir da análise dos depoimentos prestados, da variedade de fatos levantados e da multiplicidade das formas de narrar, levantou-se uma reflexão acerca da natureza das fontes orais da CEV-PR, bem como a dinâmica interna da própria comissão.

Entendemos que a entrevista é uma construção intersubjetiva na qual se delineia uma relação entre um indivíduo, que a partir de suas concepções permeadas de subjetividade lança perguntas, e outro que a partir de suas percepções e subjetividades responde a estas indagações. Assim, dialogamos com a perspectiva de Beatriz Sarlo ao debater a relação passado e presente no processo de rememoração, atentando para o fato de como o passado narrado em um depoimento pode encontrar-se permeado por diferentes visões plasmadas no presente:

a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (SARLO, 2007: 93)

Nesta perspectiva, levantamos algumas perguntas como: se a CEV percebe essas relações entre passado e presente na construção dos depoimentos prestados? Como essa

relação é pensada? De que maneira ocorre a construção dos depoimentos, como o próprio ambiente das Audiências influencia os depoimentos? Como as narrativas coletadas são transportadas para os relatórios finais? Quais depoentes foram selecionados para citações, quais trechos foram citados e de que maneira? Como foi estruturado o relatório, que temas foram focalizados, bem como qual o peso dos depoimentos – em comparação a outros documentos na composição do relatório?

Para tanto, dialogamos com Michel Pollak (1989: 4) ao pontuar a necessidade do pesquisador se posicionar frente à memória, haja vista que, muitas vezes, o indivíduo silencia acerca do passado, talvez como uma espécie de proteção, por crer que é o melhor naquele momento – o que não representa necessariamente um ato de esquecimento. Nesse sentido, não devemos visualizar a memória como sendo indissociável da organização social da vida, uma vez que possibilita algumas pessoas falar sobre determinado fato em detrimento de outros.

Na obra *O Tempo Passado*, Beatriz Sarlo pondera sobre a maneira como as Comissões da Verdade delineiam ambientes propícios para um determinado modelo de narrativas, as quais privilegiam testemunhos que se pautam nas violações de direitos. Elas estimulam narrativas vitimizadoras e, por vezes, desconsideram as trajetórias de vida dos depoentes, impossibilitando uma plena reconciliação dos sujeitos com o seu passado. Relacionamos essas ideias com as perspectivas de Alessandro Portelli, que visualiza a subjetividade presente nas narrativas orais como algo que, se analisado de modo mais complexo, revelará algo para além das realidades objetivas, uma vez que “a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais. [...] não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro” (PORTELLI, 1996: 4).

Outra perspectiva que também orienta as análises vindouras encontra-se em James C. Scott, em sua obra *A Dominação e Arte da Resistência – Discursos Ocultos* (2013), que faz uma crítica ao poder restrito ao Estado, apontando para como outros espaços sociais são portadores de resistência, adentrando no cotidiano da classe trabalhadora e pensando o sentido político da resistência.

A experiência narrada pelo sujeito traz em si possibilidades de tornar o passado presente, aflorar sensibilidades, sentimentos, opiniões, que permitem ao pesquisador lançar olhares sobre as diversificadas possibilidades acerca da vida humana. Assim, as subjetividades são reinventadas no ato de narrar sobre si. Paul Ricoeur (2007: 101) pontua que

o historiador deve ter como preocupação central não a constituição de uma história que se pretenda objetiva, mas uma história nutrida por uma boa subjetividade.

Nesse sentido, a relação entre História e memória é desenhada a partir de um conjunto de aproximações e distanciamentos, debates sobre imparcialidade e neutralidade, especialmente no que concerne ao ofício do historiador no trato com as memórias. Desta feita, pergunta-se de que modo os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões da Verdade conseguem promover um modelo na constituição de uma memória das vítimas da ditadura? As ações até então desenvolvidas contribuem no processo de reconciliação dos sujeitos consigo mesmos, com o seu passado e com os outros? Os diálogos entre presente e passado são interpretados de que modo pela Comissão? Estas são algumas perguntas que demarcam os primeiros passos deste trabalho.

No **primeiro capítulo** apresentaremos como a Ditadura e a repressão atuaram no Oeste e Sudoeste paranaense, de modo a desconstruir a visão de colonização ordeira e pacífica, a qual nega a atuação da ditadura militar nessa região. Para tanto, procuraremos dar alguns indícios de como o projeto político para a região se coloca em choque com pequenos proprietários, comunidades indígenas, atingidos por barragens, desempregados em função da modernização do campo, entre outros.

Atentaremos para como o cenário historicamente constituído aglomera diferentes sujeitos históricos, com composições sociais e culturais diferentes, mas submetidos a um mesmo projeto que, de modo genérico, desrespeita valores e saberes inerentes a estas populações.

Na esteira destas constatações, traremos à discussão a constituição da CEV-PR e do Comitê Memória, Verdade e Justiça do Oeste do Paraná, com o intuito de compreender seu funcionamento, as condições políticas de sua constituição e do seu mandato no Paraná e na região Oeste/Sudoeste. Procuraremos apresentar as especificidades da Comissão da Verdade no Oeste do Paraná, adentrando na sistemática de como funcionou a Audiência Pública de Cascavel, a sistemática empregada, o ambiente propiciado, quem foram os depoentes, quem participou da Audiência e como a mesma foi organizada.

A partir das considerações de Beatriz Sarlo, na obra *o Tempo Passado* (2008), analisaremos neste capítulo como as comissões da verdade constroem um ambiente propício para um determinado tipo de depoimento, criando condições sociais de fala e de escuta para que se delineiem narrativas acerca de violências físicas concretas, com foco na figura da vítima. Tendo realizado esse delineamento, adentraremos em aspectos dos Relatórios da

CEV-PR, atentando para os avanços e resultados da Comissão, pensando sua metodologia e algumas escolhas dentro de um universo de temas, fontes e narrativas possíveis.

No âmbito da CEV, foi dada prioridade a um determinado tipo de depoimento, aqueles que descrevem graves violações físicas aos direitos humanos – até mesmo em função do mandato das Comissões ser o esclarecimento desses casos e também por ser inviável dar conta de uma totalidade dos eventos.

Em nosso entendimento, outros casos que traduzem diferentes tipos de violações, quer físicas ou simbólicas, são prescindidos. Estes casos demonstram como as falas dos depoentes, embora não descrevam violências físicas objetivas, caracterizam outras formas de violência, nem por isso menos reais e que fazem emergir memórias que denotam o substrato do que podemos considerar como sendo os fundamentos das relações de dominação durante o período ditatorial e, ao mesmo tempo, a base para que a violência seja elaborada e reproduzida.

A pesquisa com memórias não se assenta somente na transcrição de entrevistas. A escuta da memória exige uma atenção dedicada sobre a história dos sujeitos, seus sentimentos, suas visões de mundo, seus esquecimentos, o que se escolhe contar e até mesmo a forma pela qual se conta. A atuação do historiador deve cingir-se da preocupação de uma imersão com os entrevistados e a memória.

O **segundo capítulo** se debruça de maneira mais direta sobre os depoimentos à Comissão e entrevistas feitas pelo autor desta tese com os agricultores Waldemar e Lauro Rosim, Adair Amaro e Benjamim Machado, camponeses e familiares de integrantes dos chamados “Grupos dos Onze”.

A maioria dos depoimentos prestados à Comissão passa a esmo das conclusões e abordagens trazidas pelo Relatório Final da CEV-PR. Procuraremos discutir como no relatório é delineada a violência contra esse grupo de camponeses, se dentro de um plano teórico ou trazendo os sujeitos reais e suas experiências com as violações no período ditatorial.

A partir da análise das diferentes narrativas, buscaremos demonstrar que tanto os depoimentos prestados à Comissão da Verdade, quanto as entrevistas por nós produzidas, não são traduções objetivas do passado, mas composições de narrativas feitas no presente sobre fatos que ocorreram no passado. Conforme pontua a socióloga Gabriele Rosenthal, esse passado não está mais disponível, sendo criado no ato de narrar, sendo necessário diferenciar o passado vivenciado e o narrado, sendo o passado condicionado pelo presente e a dinâmica inversa também (ROSENTHAL, 2014: 232).

Outrossim, procuraremos compreender neste capítulo o modo como em muitas dessas narrativas, para além da não objetificação do passado, nos encontramos diante de experiências transformadas em linguagem. O próprio ato de narrar opera com seleções e organizações da fala, conforme o sentido que se quer atribuir ao passado. Neste aspecto, conforme pontua o historiador Alistair Thomson, temos “necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver” (1997: 57). Assim, podemos inferir que os sujeitos vão ratificando sua memória ao narrar constantemente determinados acontecimentos, produzindo uma dimensão memorialista de suas vidas e determinadas representações do passado.

No **terceiro capítulo**, seguiremos a tônica do anterior, trazendo à tona os depoimentos e entrevistas com vítimas e familiares de integrantes do PCB, VPR e VAR-Palmares. O núcleo estruturante são os depoentes da Audiência de Cascavel e a maneira com a qual seus depoimentos e entrevistas são matizados no presente.

Ao analisarmos o depoimento de Clarissa Mertz acerca do seu pai, Rene Mertz, preso como integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em Três Passos – RS, procuraremos demonstrar como um testemunho pode se encontrar articulado a diferentes suportes de memória, como correspondências familiares e jornais.

No depoimento e entrevista de Jaime Mariano e sobre seu pai, Ramiro Boaventura Mariano, procuremos demonstrar a maneira pela qual a memória se constrói acerca do passado, ressignificando aspectos do vivido e construindo novos entendimentos sobre sua vida. Nesse sentido, procuramos identificar na construção discursiva acerca do passado, elementos que caracterizem uma inferência da obra “Caminhadas Vermelhas” (2010), de Nelci Veiga Mello, no tocante a sua memória no presente. O livro aborda a atuação de movimentos de esquerda na região Centro-Oeste paranaense, principalmente na região de Campo Mourão, no período de 1956-74.

Neste capítulo, analisaremos a maneira pela qual a linguagem se faz suporte para a experiência, debatendo os meios pelos quais se seleciona, organiza e interpreta o passado de forma a atribuir um sentido aos eventos. Nesse sentido, procuramos demonstrar como a memória pode traduzir reminiscência do passado no presente, organizando a sucessão de acontecimentos narrados de modo a relacioná-los a diferentes eventos e incidentes, organizando a narrativa em uma totalidade a qual se faça portadora de sentidos.

Neste capítulo, procuraremos atentar de modo mais intenso às memórias de familiares de vítimas da ditadura, através de testemunhos que podemos classificar como sendo de “segunda geração”. Diferente dos testemunhos diretos de vítimas, as falas presentes nesses testemunhos estão pautadas mais em avaliações e descrição de sensações acerca dos episódios

e do ente familiar, do que do apontamento de fatos. Estes testemunhos, comumente, delineiam uma visão mais panorâmica sobre os acontecimentos, haja vista partirem de um outro lugar social, o lugar de quem não experimentou diretamente a tortura e a violência, mas nem por isso não as sentiu sob outras formas.

Analicamente procuraremos compreender estas memórias na perspectiva da obra dos autores Welzer, Moller e Tschuggnall (2012), que analisa entrevistas sobre o nazismo e a guerra com pessoas de diferentes gerações de famílias alemãs e problematiza as memórias a partir do que chamam de “*o caráter moral de nossos pais*”. A problematização da memória se pauta na questão da moralidade construída em torno de figuras familiares, na observação da mediação do afeto na construção da memória e dos laços familiares de lealdade construídos entre os familiares.

No **quarto capítulo** trabalharemos na perspectiva de construir uma história social da memória, a partir da análise do depoimento prestado pelo Sr. Valdetar Antônio Dorneles à CEV. Este testemunho, desde o momento inicial, nos chamou bastante a atenção, quer seja pela duração de quase uma hora, quer seja pela estruturação coerente das ideias, pela persuasão ou pela factualidade e precisão almejada. Em 2016, iniciamos os contatos com Valdetar e produzimos uma primeira entrevista, a qual também se encontra perpassada por estruturação semelhante. Por conseguinte, na pesquisa bibliográfica sobre o tema, encontramos a tese de doutorado “Operação Três Passos: a história, o direito e o político” da historiadora Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori, pela UFSC, no ano de 1993. Nessa tese, Valdetar aparece como um dos principais depoentes sobre o conflito. Na sequência, descobrimos a obra “Confidências de um Guerrilheiro” (2008), do autor Teobaldo Branco, o qual irá remontar a trajetória de Valdetar, a partir de seus relatos acerca da família, o trabalho na agricultura, suas impressões políticas sobre o período, a guerrilha, a prisão e tortura, bem como a redemocratização.

Nosso objetivo neste capítulo, a partir deste estudo de caso, será perceber como a memória se estrutura a partir de diferentes contextos históricos, com distintas condições sociais de fala e escuta, bem como imerso em ambientes e objetivos diferentes, procurando compreender como em momentos diferenciados o passado é narrado por um mesmo indivíduo.

Completa-se, assim, um trabalho que, tomando por ponto de partida as memórias alcançadas pela CEV-PR, tem por interesse trazer à tona uma variedade de olhares, interpretações e práticas que entrelaçam diferentes sujeitos históricos e suas percepções do passado entremeado pelo presente.

CAPÍTULO 01

DITADURA, MEMÓRIA E COMISSÃO DA VERDADE NO OESTE DO PARANÁ

1.1. A Ditadura e repressão no Oeste/Sudoeste do Paraná

Uma ideia de certo modo naturalizada por alguns paranaenses é a de que no Oeste e Sudoeste do Paraná a ditadura militar praticamente não foi sentida, que prisões foram raras, que não houve movimentos de resistência e que violações aos direitos humanos não existiram, diferente de grandes centros como no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais. Tal afirmação se dá em uma perspectiva que reforça a concepção de uma colonização e ocupação do território desenvolvida de forma ordeira, pautada nas ações de companhias colonizadoras e do papel do Estado, bem como nas concepções ligadas à maciça presença de descendentes de imigrantes que vieram para a região com uma mentalidade ordenada pelo trabalho e progresso⁶.

A própria historiografia mais tradicional muitas vezes parece imputar uma irrelevância aos episódios ocorridos durante a ditadura no Paraná, pois produz uma narrativa histórica que sugere o entendimento de uma ditadura branda no Paraná. Em sentido diferente a historiadora Marionilde Dias Brehpol de Magalhães, reflete sobre uma ideia de senso comum bastante generalizada entre os paranaenses é a de uma população ordeira e pacata (MAGALHÃES, 2001: 89). Nesse mesmo sentido, a historiadora Carla Conradi avalia que esse senso comum, não raras vezes, leva muitas pessoas a enxergarem as resistências e a repressão como algo próprio da realidade de outros Estados, e que “o Paraná, por ter um suposto perfil político de direita e conservador, teria se alinhado ao governo militar, desde a instauração do golpe em 1964, sem muita resistência, tanto na esfera governamental quanto pela sua sociedade civil” (CONRADI, 2015: 154-155).

Essa perspectiva é bastante reforçada quando tratamos das regiões Oeste e Sudoeste do estado, áreas estas, por certo, ocupadas mais tardiamente em relação às outras regiões e

⁶ Não se faz objetivo desta pesquisa uma análise mais detalhada de como se constroem as memórias e culturas de história nos espaços fora dos círculos acadêmicos, bem como fora dos círculos de ex-presos e perseguidos políticos e seus familiares.

com a presença intensa de migrantes sulistas – mais comumente de origem italiana e alemã – e alvo da ação de grandes companhias colonizadoras⁷.

Como observei anteriormente na dissertação de mestrado intitulada *O MST e a Questão Agrária: uma cultura política em movimento* (2008), tanto a historiografia tradicional, quanto os meios de comunicação social, tem forte tendência a negligenciar as irregularidades ao longo do processo de colonização, bem como ocultar a existência de conflitos que existem até os tempos atuais. Isso demonstra que a ocupação e o desenvolvimento regional não se deram tão pacificamente como muitas vezes se procura fazer crer, conforme também pontua o historiador Ângelo Priori:

Numa perspectiva social, o Paraná possui um amplo histórico de conflitos que envolve a disputa por terras. Nas regiões Sudoeste e Oeste do Paraná não foi diferente. Isso porque geralmente as terras doadas ou vendidas às colonizadoras estavam em sua maioria ocupadas por posseiros e essas empresas se encarregavam de expulsá-los. A Revolta de 1957 e os conflitos agrários na região Oeste são exemplos de como esse processo de colonização ocorreu no limiar entre o progresso e a violência. (PRIORI, 2012: 83-84)

Inúmeras famílias de posseiros foram expulsas de suas terras cedendo lugar para a ação de Companhias Colonizadoras e famílias mais abastadas financeiramente. As dimensões políticas das visões das Companhias Colonizadoras e do poder político estão presentes em discursos que circulam no espaço público até hoje e objetivam justificar sua atuação em prol do desenvolvimento regional. Por outro lado, visões de pessoas comuns revelam traços da memória social da população oestina que não apresentam outras interpretações para esse mesmo processo, e que constam na chamada “História Oficial”. Esta memória é reveladora de um imaginário social muitas vezes marcado pelo poder e pela violência a que foram submetidos certos grupos sociais que não se alinhavam a determinadas práticas e políticas desenvolvidas na região.

⁷ Um pouco sobre essa visão “ordeira” acerca do processo de ocupação do Oeste paranaense, bem como trazem silêncios ou uma visão pacífica sobre o período da ditadura civil-militar pode ser encontrado nas seguintes obras: SPERANÇA, Alceu A. *Cascavel: A História*. Curitiba. Lagarto, 1992.; NIEDERAUER, Ondy H. *Toledo no Paraná – História de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo. Grafo-Set. 1992; COLODEL, Augusto. *Obragens & Companhias Colonizadoras - Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988; CIRIO, Dom Armando. *Arquidiocese de Cascavel: Ontem e Hoje – 1978-1983*. Assoeste, Cascavel, 1983; PAWELKE, J. *Ficando rico no Oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon: Igreja Martin Luther, 1970; SAATAKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: História de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: Assoeste, 1984.

Um dos exemplos mais emblemáticos para a memória social foi o Levante de Posseiros do Sudoeste, em 1957, que teve suas raízes em projetos governamentais que objetivavam a ocupação das áreas para a colonização, atraindo colonos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sob promessas de facilidades e de infraestrutura. Conforme evidenciado no livro do historiador e professor da UNIOESTE, Paulo Koling, intitulado “A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações” (2018), as raízes dos enfrentamentos estão no fato de que o conflito agrário de 1957 envolveu os novos posseiros – residentes no meio rural e urbano – bem como antigos posseiros remanescentes, excluídos dos processos sociais por conta uma estrutura injusta, excludente e desigual. Para o autor: “A luta pela terra mobilizou novos sujeitos que reivindicavam o direito à propriedade legal de suas posses e a eliminação da grilagem praticada pelas novas companhias imobiliárias” (KOLING, 2018: 72).

As companhias começaram a pressionar os colonos para a regularização das terras⁸, uma vez que as mesmas detinham os títulos de propriedade. Como a maioria dos colonos não aceitou, iniciou-se por parte das companhias uma série de ameaças e de violências contra posseiros e colonos. Frente às ações violentas das companhias os colonos passaram a se armar e partir para o enfrentamento. A situação ganhou contornos bastante graves, uma vez que, como nos retrata a literatura sobre o assunto, os posseiros e jagunços se entrincheiraram respectivamente em Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, à espera do conflito, sendo necessária a intervenção militar na região para abafar a contenda.

Segundo a autora Iria Zanoni Gomes, deve-se olhar para a luta empreendida pelos posseiros como uma experiência importante de organização dos trabalhadores do Sudoeste do Estado, onde a maioria eram posseiros que se dispuseram à reivindicação e ao enfrentamento em nome do título de sua propriedade⁹ (ZANONI, 1986: 55-56). Apesar das intervenções do governo estadual e a distribuição de milhares de títulos de terras aos colonos da região, o conflito deixou uma série de marcas que possibilitaram a emergência de novas lutas por justiça e terra na região.

Durante as décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura civil-militar, a política de “modernização” agrária foi um dos principais projetos estimulados pelo governo e que

⁸ Sobre a ação dessas Companhias Colonizadoras, GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço...* op. cit., assevera que o Governo paranaense concedia grandes extensões territoriais na região a estas empresas particulares. Entretanto, como bem frisado pelo autor, há que se observar a existência de inúmeros posseiros nessas áreas já tituladas pelo Governo do Estado para essas Companhias.

⁹ Cf. GOMES, Iria Zanoni. *A revolta dos posseiros...* op. cit.

encontrava ampla consonância com os projetos das colonizadoras, bem como com a mentalidade de muitos migrantes que aqui se estabeleceram. Estes fatos contribuíram para a construção de uma memória hegemônica acerca do Oeste paranaense e sobre o período da ditadura nesta região.

Em sua dissertação de mestrado, a professora e doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Unioeste, Irene Spies Adamy, bem delinea como este processo se deu e quais os mecanismos utilizados pela Sociedade Rural do Oeste do Paraná para consolidar sua hegemonia num ambiente regional conflituoso. A autora reconhece a consolidação do latifúndio e do poder de seus proprietários ao longo do processo de ocupação da terra a estruturação fundiária de Cascavel e outros municípios da região, bem como durante processo de modernização conservadora adotado de modo mais direto durante a Ditadura. (ADAMY, 2010: 116).

Desta forma, embora não tão visíveis, as ações promovidas na região dentro do regime de Estado de exceção foram portadoras de elevado grau de violência, tanto física quanto simbólica, voltando-se normalmente para uma camada da população que teve poucos meios para sua defesa e sob a qual o silenciamento acerca das violações sofridas e das memórias disso produzidas, contribuiu para operar a consolidação de uma memória harmônica acerca do passado regional.

Populações camponesas, comunidades indígenas, quilombolas, posseiros, colonos, entre outros sujeitos sociais, por não possuírem uma mentalidade e um conjunto de práticas que se adequassem à noção de progresso pretendida como forma de ampliação da fronteira agrícola nacional, ou por realmente se encontrarem no caminho de grandes empresas e latifundiários, foram objetos de expulsão e de formas variadas de violação – física, psicológica, simbólica, jurídica, entre outras – durante o período.

Os reflexos do projeto de modernização no Oeste e Sudoeste do estado foram bastante intensos, haja vista o claro aumento das populações em áreas urbanas, a mecanização das lavouras, e, por consequência, o incremento da produtividade agrícola. No entanto, válido é mencionar que o referido projeto trouxe consigo impactos altamente nocivos para alguns grupos locais, elevando os índices de violência.

O Relatório Preliminar da CEV-PR delinea em suas conclusões o modo como se desenrolou este processo:

Um dos mais importantes projetos realizados pelos governos militares foi a política de modernização da agricultura, que teve efeitos em termos da renovação e remodelação dos contornos que definiam e definem a questão agrária brasileira. Buscaremos discutir os reflexos indiretos do regime ditatorial. Embora não tão visíveis, também foram altamente atentatórios à condição humana, atingindo uma camada da população que poucos espaços tiveram para sua defesa. No mais das vezes o silêncio sobre eles é parte da estratégia de construção de uma memória harmônica sobre a ditadura no interior do Brasil. (CEV, 2014: 692)

No sentido exposto, diferentes populações camponesas (colonos, pequenos posseiros, caboclos, indígenas, quilombolas, meeiros, entre outros) sofreram variadas formas de expropriação e violência, através dos mecanismos engendrados pela política agrária do período ditatorial. Em termos gerais, foram forçados a abandonar seus modos de vida tradicionais, sua moradia, sua forma de plantio, suas sociabilidades e outros, em detrimento de uma determinada noção de progresso e desenvolvimento que estava dissociada de seus saberes tradicionais e em praticamente nada os favorecia.

Durante as décadas 1960 e 1970, começa a se processar no Brasil e também no Paraná, a chamada “Revolução Verde”¹⁰. O uso contínuo de tecnologias para o melhoramento de sementes e plantas, de venenos e adubos sintéticos, bem como de maquinário pesado para a obtenção de uma maior produtividade são características determinantes desse momento, assim como o melhoramento genético de animais.

Este processo está ligado ao que denominamos modernização conservadora¹¹. O meio rural modernizou-se, incorporando novas tecnologias, equipamentos mecânicos, técnicas de controles de pragas, entre outros, promovendo um aumento da produção. Por outro lado, tivemos a expulsão de trabalhadores, o aumento da concentração fundiária e de renda, barrando o acesso a uma série de fatores que promovem o aumento do nível da qualidade de vida do trabalhador rural – saúde, educação, segurança, entre outros.

¹⁰ Revolução verde diz respeito à invenção e disseminação de práticas agrícolas, sementes, melhoramentos genéticos, utilização de herbicidas, adubos sintéticos, utilização intensa de maquinário e outros, que permitiram um grande aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos, durante as décadas de 1960 e 70. Sobre o assunto ver: PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1979.

¹¹ No tocante ao uso desse termo, partimos da interpretação dada por Alberto Passos Guimarães, que postula que se trata de uma ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária (GUIMARÃES, 1977: 3).

A este cenário somam-se os expropriados pela criação da barragem da Usina de Itaipu, construída durante o período militar (1975-82), bem como o grande número de trabalhadores demitidos pela empresa e que, sem condições de retornarem às suas regiões de origem, acabaram permanecendo na região e engrossando os movimentos sociais que lutam pela terra para trabalho, fomentando o surgimento de diferentes movimentos de reivindicação, os quais unificam suas pautas de luta dando origem ao MST¹².

No tocante a construção da barragem de Itaipu, o número aproximado de desapropriados foi de 40 mil pessoas. Os problemas mais comuns sofridos pelos expropriados foram relativos a medições e avaliações de terras, indenizações, formas de pagamento, indenizações de bens comunitários (silos, estradas, acessos etc), escolha dos locais para novo assentamento, reestruturação para aqueles que permaneceram nas proximidades ou que foram parcialmente atingidos. Nesse cenário surgiram diferentes manifestações em favor dos expropriados, muitas delas recebendo apoio de representantes das igrejas locais, jornalistas, sindicatos, advogados e militantes de esquerda (Cf. NASCIMENTO, 2010).

No sentido exposto, o geógrafo Wagner Cipriano do Nascimento, que estudou as relações de poder ao longo do processo de construção da Usina, assinala:

A Itaipu tem sua gênese na época do regime militar que preconizava as abstinências de opinião por parte da sociedade brasileira. Entretanto, surgem manifestações sociais contra ações ditatoriais do militarismo, no caso da construção de Itaipu, emerge na região da Costa Oeste inúmeras articulações políticas e mobilizações sociais contrárias, e de caráter de negociação, vivenciadas no processo de desapropriações, que repercutiram e polemizaram a nível nacional e internacional (NASCIMENTO, 2006: 10).

Em meio a este cenário regional complexo envolvendo disputas pela terra, posseiros, grileiros, grandes proprietários, indígenas, atingidos por barragens, pequenos proprietários e outros, tem-se o desenvolvimento de uma mentalidade que associa a região a expansão da fronteira agrícola, ao progresso e aumento da produção.

Neste ínterim, a violência praticada ao longo de todo o processo de modernização da agricultura por diversas vezes se deu mais do ponto de vista simbólico, mas nem por isso foi

¹² Sobre a temática ver: CALLEGARI, Ricardo. Entre lutas, valores e pressões: Juventude Rural Sem Terra e a organização social do trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan. Dissertação de Mestrado. M.C. Rondon, 2015; SCHRENEIR, Davi F. Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002; SCHLACHTA, Marcelo. O MST e a Questão Ambiental: Uma Cultura Política em Movimento. Dissertação de Mestrado. M.C. Rondon, 2008.

menos real e agressiva. O projeto de modernização planejado para a região enquanto fronteira agrícola sublimou os conhecimentos e saberes tradicionais associados às populações camponesas (SCHREINER, 2002: 323). Suas formas de interação e compreensão do mundo, o manejo da terra, seus valores simbólicos foram desrespeitados, passando a ser representados de modo diminuto e, comumente, associados à ignorância e ao desconhecimento.

O panorama até aqui delineado demonstra que a história regional no Oeste e Sudoeste do Paraná, ao longo do período ditatorial, não foi tão harmônica quanto se propaga. Para além das questões fundiárias, expropriações e afins, se faz importante fazer menção, mesmo que apenas para constar, que nestas regiões houve também a ação de militantes principalmente do MR8, da VAR-Palmares, do PCB, Grupos dos Onze contra o governo militar.

Assim, devemos lembrar que a região foi atravessada pelos mecanismos desenvolvidos pela Governo Militar e que a Ditadura foi sentida de diferentes maneiras, seja por intermédio de um modelo de ocupação de terras e modernização específica a qual privilegiava um grupo frente a outro, seja por meio da repressão a movimentos de oposição.

Acerca do silêncio que paira sobre a ditadura na região Oeste/Sudoeste, Aluizio Palmar, jornalista, ex-militante do MR8, muito atuante no levantamento de documentos sobre casos de violação na região e ativo na luta pela memória do período, pontua que:

Construiu-se a sociedade do medo e do silêncio, onde prevalece o calar-se e fingir que não aconteceu, ou que todos os crimes divulgados fazem parte de ideologias partidárias ou resquícios de ações 'comunistas'. Este silêncio brasileiro também revela a própria dificuldade das pessoas falarem sobre o assunto por ser algo que as toca de uma forma negativa, pois o que é humano atinge, fere, mesmo sem que a pessoa seja testemunha ocular dos fatos. Mais do que isso, admitir que o horror aconteceu aqui também implicaria assumir parcela de culpa que cada um tem: culpa por trancarem-se em suas casas e preocuparem-se apenas com sua rotina, mesmo vendo seus vizinhos serem presos, sumirem ou serem mortos. (PALMAR in: SILVA, 2014: 153)

No tocante ao golpe e ao desenvolvimento da ditadura civil-militar, vários autores já debateram acerca do Paraná durante a ditadura sob diferentes prismas: os movimentos sociais que se estruturaram, o movimento estudantil, os partidos políticos e as organizações de esquerda, as perseguições, a repressão e as violações praticadas. Partindo das formulações até aqui apresentadas, a Comissão da Verdade atuaria, no nível regional, de modo a trazer à tona

outras memórias, que não aquela reconhecida e difundida pelo Estado, e que se encontra abafada na maioria das vezes.

Em Dissertação de Mestrado intitulada “Resistência e repressão no oeste paranaense: o caso da VAR-Palmares em Nova Aurora em 1970” (2014), Marcos Adriani Ferrari de Campos, demonstra a articulação deste movimento em resistência à ditadura, por intermédio de um grupo revolucionário regional ligado ao Rio Grande do Sul e com adesão de camponeses, professores e outros membros locais. O historiador demonstra como eles procuraram estabelecer uma resistência e trabalho de conscientização nos anos 1970, sendo presos, torturados e acusados de terrorismo e sequestro, entre outras acusações (CAMPOS, 2014).

A historiadora Mara Dhulle dos Santos Silva, na dissertação de Mestrado “Guaíra: a cidade em tempos de ditadura civil-militar (1964-1985)”, demonstra como na região de Guaíra, localizada no extremo Oeste do Paraná, foi afetada durante a vigência da Doutrina de Segurança Nacional pela articulação do Poder Executivo Federal e do Executivo Municipal, direcionando os projetos para a cidade durante aqueles anos, bem como, com apoio do Poder Executivo Federal aplicou diferentes formas de coerção em cidades próximas (SILVA, 2016).

Em sentido complementar a estas perspectivas, a historiadora Fabiana Chaparini, analisa a atuação de Gernote Kirinus, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), demonstrando como sua atuação destacava problemas ligados aos conflitos e injustiças latentes na região ao longo do período da ditadura civil-militar vigente no país, analisando como as ações e narrativas do pastor estavam imbricadas dentro de uma construção social, resultante de um período que difundia o “Terror de Estado” (CHAPARINI, 2016: 41)

A literatura histórica sobre o período, de modo mais direto uma série de teses e dissertações produzidas pelo PPGH da Unioeste, algumas acima listadas, demonstra direta e indiretamente como os Governos Militares atuaram na região Oeste e Sudoeste paranaense, os projetos políticos, os desdobramentos de suas ações, os principais atingidos, os impactos da violência, entre outros. Por ser uma literatura mais circunscrita ao meio acadêmico acaba por possuir pouca penetração na composição do ideário social. Assim, no que tangencia às memórias dos atingidos pelas ações dos Governos durante a Ditadura, no tocante a criação de espaços materiais, monumentos, patrimonialização, o que foi feito em grande medida está

circunscrito a algumas ações das universidades (montagem de acervos, produção de artigos, dissertações e teses), ou iniciativas isoladas de alguns representantes do poder público ou de movimentos de luta contra tortura e organizações de direitos humanos.

Ainda hoje existe uma política de silenciamento e esvaziamento dos acontecimentos e conteúdos relativos ao período militar – aos sobreviventes, aos movimentos que fizeram resistência, a estruturação social etc – muitas vezes envolto nos embates políticos ocorridos entre grupos antagônicos no sistema vigente. Nesse sentido, perscrutar esse passado de contradições e apresentar reflexões as demandas do presente demonstram a necessidade de atuação da CEV ao largo dessa ambiência do Oeste/Sudoeste do Paraná. O estabelecimento e apresentação dos fatos relativos a temática da ditadura militar, bem como das memórias de perseguições, prisões, exílios, censura, tortura, desaparecimento e mortes devem ser envoltas na proposta prospectiva de que não mais aconteçam.

1.2. A Comissão Estadual da Verdade e o Comitê Memória, Verdade e Justiça do Oeste do Paraná

Um ano depois da instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011, com o objetivo de apurar e esclarecer as violações aos Direitos Humanos ocorridas no período de 1946 a 1988, o governo do Estado do Paraná, por intermédio da Lei 17.362, de 27 de novembro de 2012, criou a Comissão Estadual da Verdade (CEV-PR), cujo objetivo reside em contribuir com a Comissão Nacional e examinar os graves casos de violações aos direitos humanos ocorridas no Estado. Ambas Comissões foram orientadas pelo Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), que pontua o “direito à memória e à verdade”, uma série de trabalhos foram iniciados, tendo em vista compreender variadas situações de violência, expropriação e silenciamento de inúmeros sujeitos sociais, como intentando a “*formulação de pactos que assegurem a não-repetição de violações de Direitos Humanos*” (BRASIL, 2009: 20). Assim, foram realizadas várias Audiências públicas, promovendo a oitiva de vítimas, testemunhas e familiares de vítimas da ditadura civil-militar entre 1964 e 1985.

As comissões da verdade permitem o testemunho de fatos por vítimas, familiares, bem como por seus algozes, em alguns momentos, objetivando a reconstrução do passado a partir de uma perspectiva que não aquela oficialmente difundida e reconhecida pelo Estado.

No caso da CEV, sete cidades sediaram Audiências públicas no Paraná (Apucarana, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina e Umuarama), totalizando doze Audiências nas quais importantes casos foram apresentados à sociedade. O material coletado nessas Audiências, os documentos levantados nos arquivos públicos do Paraná, bem como as oitivas de diferentes testemunhas culminaram nos Relatórios da CEV-PR.

O cenário histórico desenvolvido no Paraná ao longo da segunda metade do século passado, de modo mais específico no Oeste e Sudoeste do Estado, como procuramos demonstrar na parte inicial deste capítulo, justificou a necessidade da implantação de uma Comissão da Verdade que se prestasse a investigar o quadro de acontecimentos e as violações ocorridas nessa ambiência.

Nesse sentido, por ocasião do ato de criação da CEV-PR, em 2012, Maria Tereza Uille Gomes, Secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná, pontuou que a Comissão “*será considerada de serviço público relevante e honorífico pela concretização do Estado Democrático de Direitos e promoção dos Direitos Humanos no Paraná*”. O então Governador Beto Richa lembrou a trajetória de seu pai, o ex-governador José Richa, atribuindo ao mesmo papel importante na consolidação da democracia e pontuou que “*reconhecendo a responsabilidade do Estado nas atrocidades ocorridas nos porões da ditadura. Conquistamos a democracia a duras penas e precisamos garantir que a violação dos direitos humanos nunca mais ocorra neste país*”¹³,

A CEV-PR foi composta por sete membros, designados pelo Governador do Estado do Paraná, na época Beto Richa, e considerados com notório saber na área de Direitos Humanos: Olympio de Sá Sotto Maior Neto (Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná) – e que se tornou o Coordenador Estadual da Comissão; Ivete Maria Caribé da Rocha (Advogada e integrante do Comitê de Refugiados do Paraná); José Antônio Peres Gediél (Procurador de Justiça e professor do curso de Direito da UFPR); Márcio Mauri Kieller Gonçalves (Bancário e vice-presidente da CUT no Paraná); Maria Aparecida Blanco de Lima (Desembargadora do Tribunal de Justiça); Pedro Bodê (Professor da área de Ciências Humanas da UFPR e especialista em violência); Vera Karan de Chueri (Professora e vice-diretora do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR). Observamos aqui o peso maior dado a profissionais ligados a área do Direito na composição da CEV-PR.

¹³ In: <http://www.justica.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1225&tit=Comissao-Estadual-da-Verdade-do-Parana-entrega-Relatorio-final-de-trabalho-ao-Governador-do-Estado> <acesso em 02 de abril de 2018>.

Em 2014, por intermédio do Decreto nº 10.941, a Comissão Estadual do Paraná passou a ser denominada “Comissão Estadual da Verdade do Paraná Teresa Urban” em homenagem a esta militante paranaense tida como um emblema da resistência à ditadura civil-militar no Paraná, segundo o Relatório Final da CEV, sua escolha se deu “*por sua intransigência em relação aos princípios que pautaram sua vida, por sua crítica e por sua sensibilidade é que essa comissão, em homenagem à sua história e à sua memória, nomeou-se Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban*” (CEV-PR, 2017: 26).

Os trabalhos da Comissão tiveram que lidar com diferenças regionais profundas no tocante a composição do Paraná. Modelos de colonização diferenciados, composições populacionais e étnicas variadas, diferentes atividades e organizações econômicas, variações culturais e específicas formas de atuação da Ditadura em cada região. Este pode ser apontado como um dos elementos dificultadores dos trabalhos, aumentando a complexidade das abordagens a serem feitas. A isso se somaram limitações financeiras. Em entrevista que realizamos com o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, ele pontuou as dificuldades relativas à abrangência dada à Comissão: “*Nós não pudemos realizar todas as regiões do Estado e várias dificuldades, até porque todos os integrantes da comissão, além de não ter remuneração nenhuma, continuam ou continuaram com as suas atividades profissionais normais*” (entrevista com MAIOR, Olympio. 2017: A/A).

Como historiador, atento para a reflexão sobre o tipo de abordagem a qual se prestou a CEV-PR. Considerando as áreas de formação e atuação dos seus membros - notadamente da área do Direito -, podemos perceber em sua atuação e em seu Relatório Final uma determinada tradição intelectual que parte de concepções de história e de verdade que não são as mesmas do campo da historiografia, como, por exemplo a concepção de “reconstrução do passado” (CEV-PR, 2014: 20).

As considerações de Michel de Certeau sobre a produção do conhecimento nos são úteis para pensar a atuação da CEV, visto a relação que se deve estabelecer entre saber e lugar da produção deste saber. A operação historiográfica, pensada por Certeau, se pauta em analisar a escrita da história a partir do lugar social de sua produção, considerando o não dito e as estruturas que compõem uma verdade subjetiva, que se faz reveladora da subjetividade do autor. É um procedimento distinto da ideia de reconstituição objetiva dos fatos.

Observamos que entre os envolvidos na constituição das comissões – nacional e estadual – uma série de pesquisadores, psicólogos, advogados, juízes, militantes dos direitos humanos, entre outros, se fizeram presentes. Grande parte dos nomes os quais levantamos tem

vinculações intelectuais claras com políticas públicas de Direitos Humanos e possuem orientações políticas humanistas. Estes elementos não podem ser desconsiderados ao se pensar a proposta e a memória que se almejava construir, haja vista que colaboraram para a edificação de uma série de dimensões que foram constituídas e se fazem presentes nas ações da Comissão. Não pretendemos aqui questionar a qualidade dos escritos da Comissão, mas analisá-los enquanto fontes, ou seja, compreendê-los como documentos constituídos em determinados lugares sociais e históricos de produção¹⁴. Salientamos aqui, a predominância de profissionais da área do Direito na constituição da CEV-PR.

As orientações acerca da organização, montagem e confecção de relatórios finais das Comissões da Verdade no Brasil se pautam em objetivos bastante próprios do expediente jurídico, diferindo-se de metodologias utilizadas no campo da História, o que servirá de vetor para análises a serem feitas no transcorrer dos capítulos.

A Comissão Estadual da Verdade (PR) teve seu mandato e suas atribuições definidas pela Lei 17.362/2012, que em seu artigo 6º, assim determina suas finalidades e competências:

- I - receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada;
- II - requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;
- III - convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados;
- IV - determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;
- V - promover Audiências públicas;
- VI - requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração com a Comissão Nacional da Verdade;
- VII - promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; e
- VIII - requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos.

¹⁴ De modo geral, percebemos entre os nomeados para as Comissões da Verdade um predomínio de pessoas do campo do Direito. A Associação Nacional de História (Anpuh), em nota intitulada “Comissão da Verdade: entre a memória e a história” <Disponível em: <http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=2976&t=comissao-da-verdade-entre-amemoria-e-a-historia>> , posicionou-se a respeito, enfatizando a capacidade que historiadores possuem no manejo de arquivos, análises de documentos, trabalho com fontes orais e suas devidas interpretações, sendo, por isto, fundamental sua participação entre os membros da CNV. Apesar da manifestação da Anpuh, a entre os conselheiros principais da Comissão não figuraram historiadores.

O mandato da Comissão da Verdade se assenta em prerrogativas que objetivam o levantamento de documentos e testemunhos os quais possibilitem o acesso a fatos que contribuam para o esclarecimento do passado em questão.

Ao analisarmos essa perspectiva, urge que o historiador, em seu ofício, adentre no campo das memórias, devendo discuti-las, contextualizá-las, problematizá-las, confrontá-las e não apenas coletá-las e reproduzi-las. Analisando as Audiências e materiais produzidos pela Comissão Estadual, entendemos que a mesma se coloca na condição de trazer elementos para reescrever a história, fornecendo todo um arcabouço o qual objetiva a produção de memórias históricas capazes de enfrentar os negacionismos do passado e do presente, por intermédio da compilação de fatos e testemunhos passíveis de mobilizar ações atreladas aos direitos humanos no presente.

Partindo de uma análise das finalidades delineadas pela CEV-PR podemos pontuar que a mesma pretende fornecer substratos para a estruturação de uma memória acerca do doloroso processo e das cicatrizes deixadas pela Ditadura Civil-Militar no Brasil, observamos que uma das proposições é a da emergência das memórias das pessoas que sofreram algum tipo de violação ou privação de direitos durante o período militar. Ao pautar-se na noção de “direito à memória”, destinado a grupos sociais que tiveram suas experiências sociais e históricas silenciadas, encontramos-nos diante de um projeto político que visa estabelecer ou dar visibilidade a memórias que se encontraram obliteradas por uma visão oficial ou que nega a violência militar na ambiência do Oeste/Sudoeste do Estado.

Na esteira dessa dimensão novamente recorreremos à noção de “estabelecimento dos fatos”, proposta por Tzvetan Todorov, com o objetivo de trazer ao conhecimento da sociedade os crimes e as graves violações ocorridas no passado como forma de procurar impedir que mentiras se proliferem, que se incorram em negacionismos acerca da tortura, dos desaparecimentos e das mortes: “*quando os acontecimentos vividos pelo indivíduo ou pelo grupo são de natureza excepcional ou trágica, esse direito se transforma em dever: o de lembrar-se e testemunhar*”(2002: 144). Assim, a Comissão intenta retomar determinados acontecimentos históricos, com o objetivo de demonstrar um passado o qual se procurou silenciar¹⁵.

¹⁵ Na esteira dessa dimensão de redimensionar este passado no presente, tomando por base narrativas de memória, lembramos que para Tzevetan Todorov (2002), a primeira etapa a ser cumprida consiste no “estabelecimento dos fatos”. Segundo o autor, esta seria a base sob onde repousariam as construções seguintes. Sem esta etapa seria impossível falar de um trabalho em que se busque pelo passado. Estabelecer os fatos

Ao estabelecer fatos, tomando a responsabilidade de determinar uma “memória histórica”, a Comissão da Verdade coloca à mesa uma importante questão acerca da relativização e negação dos acontecimentos do passado, procurando expor graves violações, bem como trazer à tona a necessidade da reflexão histórica acerca dos vestígios do passado, os documentos, a verdade, o valor da prova, bem como da justiça, para que a sociedade compreenda essa faceta do seu passado.

O relevo atribuído à verdade se encontra atrelado à condição de determinadas violações aos direitos humanos, as quais se encontram comumente acobertadas, negadas ou mantidas em segredo. Assim, ao lidar diretamente com esse tipo de violações, podemos inferir que no acento dado à verdade, pela CNV e CEV, se deve a este intuito trazer ao conhecimento do público os fatos do passado e, por consequência, implica também no reconhecimento desse passado, isto é, o reconhecimento público e oficial sobre esse passado, compartilhando o seu peso sobre toda a sociedade.

Para Luis Eduardo França Jardim, professor de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e doutor em Psicologia Social, no artigo *Psicologia Social e Pesquisa com Memória: Método e Reparação de Danos da Ditadura Civil-Militar* (2017), ao longo de mais de três décadas se individualizou o sofrimento das vítimas. Ele se refere a “sofrimentos políticos não enfrentados apenas psicologicamente” (JARDIM, 2017: 105), o que teria culminado não apenas na privatização do dano, mas dimensionado a subsistência de uma cultura do medo.

Jardim destaca ainda que a superação deste passado não é apenas individual, mas atravessa a construção de uma base material que possa contribuir para emergir da memória dos depoentes fundamentos que nos possibilitem refletir acerca das relações de dominação na ditadura e a violência no período como questões que nos afetam enquanto sociedade. Nesse sentido, “reparação nunca pode ser entendida como um ponto final que reinstala um esquecimento, mas como processo, conversa perene, algo que mantém viva a lembrança de uma história que não pode ser esquecida” (JARDIM, 2017: 111).

Destarte, a perspectiva da reparação também pautou os trabalhos da CEV-PR. O Procurador de Justiça do Ministério Público, Dr. Olympio de Sá Soto Maior, em entrevista a

implica numa operação de seleção e hierarquização, haja vista “[...] de todos os sinais deixados pelo passado, escolheremos só reter e só consignar alguns, julgando-os, por uma razão ou por outra, dignos de ser perpetuados.” (TODOROV, 2002: 143).

qual realizamos, delineia que os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade, no Paraná, se orientaram metodologicamente pela:

identificação dos casos de graves violações aos direitos humanos do Estado, do período de 1946 a 1988. Enfim, fizemos em alguns temas uma concentração do período da Ditadura Militar, mas em alguns temas, nós, o retorno, né, ao ano de 1946. Por exemplo na questão indígena, o governo Lupion, né... tem uma importância negativa, diga-se, desde logo, determinante em relação as comunidades indígenas. Então esse retorno, né? Ao período anterior ao Golpe de 1964, traz também casos no Paraná significativos de violação dos direitos humanos pra saber a perspectiva da identificação das vítimas, sempre pensando na reparação, tanto uma reparação que pode ser material, mas também uma reparação moral, uma reparação do estado brasileiro, reconhecendo que praticou essa violência contra os direitos humanos, atingindo determinadas pessoas ou determinados segmentos e a gente ainda acredita na justiça, né? que depois da identificação desses casos, possa ser alterado o entendimento, especialmente do Supremo Tribunal Federal, que ele aplicando de forma equivocada a Lei da Anistia, entendeu que esses crimes estariam prescritos, ou que não seriam suscetíveis de persecução penal (entrevista com MAIOR, Olympio. 2017: A/A)

Dr. Olympio procura explicitar, em sua fala, a orientação da CEV pela elucidação, num primeiro momento, das graves violações aos direitos humanos cometidas no Paraná, demonstrando a necessidade de compreender esses fatos em sua perspectiva histórica, suas relações de continuidade e descontinuidade dentro de um espectro político mais amplo do ponto de vista histórico. Por isso cita como exemplo os indígenas e camponeses, em relação aos quais as violações sofridas ao longo do período militar são desdobramentos das expropriações e outras formas de violências que já se delineavam em período anterior.

Diferentes estudos acerca das Comissões da Verdade no Brasil¹⁶ – nacional, estaduais, universitárias etc., dimensionam um conjunto de tensões atinentes aos limites de atuação das Comissões. Comumente, essa demarcação se encontra envolta no embate entre forças que se pretendem hegemônicas ao largo do processo de “justiça de transição” brasileiro. Na CEV-PR esses limites e tensões também são aparentes. A própria fala do Dr. Olympio nos demonstra esse quadro de tensões ao pontuar sobre a alteração do entendimento atual do STF e de sua aplicação da Lei de Anistia. Ele pondera sobre a necessidade de

¹⁶ Caroline Bauer pontua que o período transicional no Brasil consolidou uma “ideologia da reconciliação” que, dentre variadas consequências, impôs a equiparação entre os crimes promovidos pelo Estado, com as ações e crimes realizados pelas organizações revolucionárias e grupos guerrilheiros. Deste modo, um equacionamento e divisão de culpas foram atribuídos, ambos considerados culpados e sendo a imposto como solução o esquecimento recíproco.

identificação das violações aos direitos humanos no Paraná, de modo a alterar o entendimento atual sobre muitas pessoas, inclusive de membros do STF.

A “reconciliação” que a legislação e seus idealizadores procuram fazer valer nos conduz a ponderar acerca de questões relativas à natureza do processo transicional brasileiro. Também leva a refletir sobre suas implicações no presente e no próprio fazer-se efetivo de uma “justiça de transição” que seja eficiente na superação do legado autoritário ainda enraizado em nossa jovem democracia. A reconciliação proposta visando “pacificar” o país acobertou e silenciou o passado de violações aos direitos humanos cometidos pelos agentes da Ditadura, não se resumindo aos mecanismos que interdita o acesso ao passado, mas também por impedir que criminosos sejam julgados pelos crimes que praticaram.

Essas percepções também ressoam entre os membros do Comitê que compuseram a mesa na Audiência Pública de Cascavel. Por exemplo, o representante da OAB na Comissão da Verdade (PR), advogado e militante do PCdoB, Yves Consentino Cordeiro, em entrevista que produzíamos que ressalta que:

Teve que fazer mil acordos no Congresso pra fazer passar a proposta (da Comissão da Verdade), porque a direitona, principalmente a direita militar, não queria que isso acontecesse. Em outros países, da América Latina, todos eles arrumaram suas Comissões da Verdade e esclareceram e puniram os crimes dos seus criminosos daquele tempo. (Entrevista com CORDEIRO, Yves. 2017: A/A)

O advogado destaca a divisão existente desde a gestação da Comissão da Verdade no Legislativo, fazendo ecoar vozes mais conservadoras adeptas do modelo de “conciliação” presente na Lei da Anistia, entendida por ele como “uma lei de anistia pra favorecer os torturadores, pra absolver, livrar, limpar a barra dos torturadores” (idem).

Uma das grandes expectativas quanto às recomendações do relatório da CNV residia na revisão da Lei de Anistia, embora, durante os trabalhos da Comissão, as tensões e disputas ocorridas indicassem o contrário. Aliás, desde a retirada do termo “justiça” do nome da Comissão, o Estado brasileiro dava sinais de uma postura branda que não ousaria rever as imposições da Lei de Anistia, tampouco contrariar os setores militares¹⁷.

¹⁷ Em nota divulgada à imprensa, em 2009, os presidentes dos Clubes Militar, Naval e da Aeronáutica, que representavam os militares da ativa e da reserva, registraram que a proposta da criação da Comissão Nacional da Verdade causaria “divisão dos brasileiros” e traria “sequelas deixadas por ambos os lados”. Argumentavam, ainda, que tal comissão romperia o ambiente de conciliação estabelecido pela Lei da Anistia de 1979 (Lacerda apud Maciel: 123-4). Todo esse clima propício às tensões e disputas por uma memória continua a existir - vide o embate, em 2010, entre os ministros Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) e Nelson Jobim (Defesa), no qual este último chegou a ameaçar entregar a pasta e se demitir por acreditar que o projeto de uma comissão da

Os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade se desenvolveram ao longo de cinco anos, investigando as violações aos direitos humanos praticadas no Paraná entre os anos de 1946 até 1988. Ao todo a Comissão produziu mais de 150 depoimentos e realizou 73 Audiências (12 delas públicas) em diferentes regiões do Estado do Paraná, o que culminou em um relatório com mais de 800 páginas que demonstra as graves violações ocorridas em todo território durante o período investigado.

Para se chegar até o resultado final, o mapeamento dos inúmeros casos de violação e a compreensão da amplitude das diferentes formas que a violência assumiu ao longo da Ditadura, um longo trabalho foi necessário. A Comissão Estadual contou com um amplo trabalho de estudo e compreensão dos meandros da Ditadura no Paraná, para um posterior mapeamento dos casos. O coordenador da CEV, Dr. Olympio, assim pontua acerca destes trabalhos:

Nesse contexto dos trabalhos da Comissão, destacamos a intervenção, a interferência, a colaboração extraordinária que a Comissão recebeu da Academia. Nós recebemos de autores de livros sobre o tema, enfim, há um contexto de colaboração muito significativo, né? Pra além do trabalho daqueles que compunham a Comissão e daqueles que auxiliaram diretamente, uma ampla participação, de historiadores, de políticos... de pessoas que foram orientando, né? os trabalhos da Comissão. (Entrevista com MAIOR, Olympio. 2017: A/A)

A publicação dos Relatórios Finais e a organização de Audiências Públicas são apenas algumas das partes mais visíveis. As leituras acadêmicas, as conversas com pesquisadores, os levantamentos documentais, a busca por testemunhas, a organização de Audiências (públicas ou privadas), o contato com comitês locais, grupos de pesquisa, entre outros, compõem toda uma dimensão logística extremamente ampla e complexa, a qual envolveu muito tempo e dedicação.

verdade era “revanchista e provocativo” à honra e memória dos militares - e embora ocorrido ainda na época da instalação da Comissão, não desapareceram por completo, nem mesmo com o término de seus trabalhos. Portanto, podemos asseverar que a criação da comissão vem despida do caráter de punição jurídica ou criminal dos envolvidos optando por reparações que se dariam muito mais no campo simbólico do que do direito e da reparação material, tanto que o termo “Justiça” foi retirado e o nome foi apreciado como “Comissão da Verdade”. Acerca deste episódio ver: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral/jobim-faz-carta-de-demissao-apos-ameaca-de-mudar-a-lei-de-anistia,488515>

Em termos organizacionais, a CEV-PR se estruturou a partir de Grupos de Trabalho (GT), os quais ficaram responsáveis pelas pesquisas, levantamentos documentais, oitivas de testemunhas, organização de Audiências etc. Os GT's organizados foram: Graves Violações aos Direitos Humanos; Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura; Operação Condor; Violações no Campo e Povos Indígenas; Segurança Pública e Militarização. Também foi criada uma Secretaria Executiva, tendo função de fornecer apoio técnico-administrativo, viabilizar eventos e contribuir com a estrutura, e um setor de Memória, Arquivo e documentação, responsável pela classificação de todo acervo reunido (Cf.: comissaodaverdade.pr.gov.br¹⁸).

A capilaridade desses grupos de trabalho é bastante ampla. Eles buscaram conexões com universidades, sindicatos, associações, militantes de direitos humanos, entre outras pessoas e instituições, que atuam em nível local por todo o Estado do Paraná. No Oeste e Sudoeste paranaense, os contatos e a atuação mais direta foram feitas pelo Comitê Memória, Verdade e Justiça do Oeste do Paraná, e pela Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, que contou com a participação de professores e grupos de pesquisa que se vinculam a essa problemática.

Salientamos que os comitês estaduais e regionais possuem autonomia, sendo que muitos ainda permanecem desenvolvendo suas atividades. O Comitê Memória, Verdade e Justiça do Oeste do Paraná foi criado em 2013, possuindo entre seus objetivos a realização de um trabalho de investigação de crimes e violações aos direitos humanos durante o período ditatorial (1964-85). O Comitê contou com a participação de vários membros, como o Aluizio Palmar, jornalista, ex-militante do MR-8 e perseguido durante a ditadura, os professores da Unioeste: Prof. Dra. Carla Luciana Silva e o Prof. Dr. Gilberto Calil, historiadores e membros do colegiado de História, o Prof. Dr. Alexandre Fiuza, historiador e membro do colegiado de Pedagogia, o Prof. Dr. Alfredo Batista, filósofo e membro do colegiado de Serviço Social, bem como destacamos a intensa participação do Grupo de Pesquisa História e Poder da Unioeste e de seus integrantes.

O trabalho desenvolvido pelo Comitê primou pelas pesquisas e coletas de dados, realização de entrevistas com pessoas que vivenciaram o período e familiares de vítimas dos atingidos pela violência e repressão.

Para a compreensão da amplitude e complexidade do cenário do período um trabalho amplo se fez necessário. O amparo institucional de pesquisadores e grupos de pesquisa que há anos trabalham com a temática regional forneceu substrato para esse trabalho. Como podemos

¹⁸ comissaodaverdade.pr.gov.br <acesso em 10 de janeiro de 2019>.

observar no artigo “História de Resistências contra o Terror” (2014), da Prof. Dra. Carla Luciana Silva, pesquisadora sobre o assunto, integrante do Comitê Verdade, Memória e Justiça, e uma das organizadoras da Audiência de Cascavel:

Ao mesmo tempo, há uma forte aceitação no senso comum de que a Ditadura teria sido amplamente apoiada no interior do Brasil, o que as pesquisas recentes têm servido para desmentir. Não foi apenas na região do Araguaia que houve uma Ditadura atuante. O fato de que não tenha havido aprofundamento das guerrilhas rurais não pode servir para menosprezar o impacto da Ditadura em outros aspectos da repressão, especialmente aquelas relacionadas à chamada “modernização da agricultura”, que levou ao êxodo e a infindáveis conflitos pela terra. Todo o processo de modernização da Ditadura (grandes obras como Itaipu) deixaram atrás de si rastros de desapropriações, mortes, vidas destruídas, e isso também é Ditadura. (SILVA, 2014: 8)

Para além dos elementos que demonstram razões importantes para a realização de uma Audiência da CEV-PR na região, principalmente ligados aos silêncios e a mentalidade de que não houve ditadura na região, Carla Silva destaca como a compreensão do cenário histórico e dos projetos políticos gestados no período em relação a esta ambiência abrem uma seara importante para o entendimento de uma série de ações desenvolvidas no âmbito das violações aos direitos humanos e o trabalho custoso para pensar essa realidade.

Carla Silva destaca a atividade conjunta para a realização do evento e o apoio prestado pela Universidade. A autora pontua que “havia uma dificuldade a mais, que era a distância de muitos dos possíveis depoentes. Por isso, foi necessário o deslocamento para realizar os contatos. Esta atividade prévia tem caráter complexo do ponto de vista da análise histórica” (SILVA, 2015: 10). Importante destacar que os depoentes desta Audiência residem em diferentes cidades do interior do Sudoeste do Paraná e Oeste Catarinense, bem como do Rio Grande do Sul. Boa parte deste itinerário eu pude refazer, quando produzi entrevistas com os depoentes dessa Audiência. Este trajeto deu uma ideia das dificuldades encontradas para localizar essas vítimas, estabelecer contatos iniciais, mapear as violações, convencê-lo a falar na Audiência, entre uma série de outras demandas.

Grande parte desse trabalho para que a Audiência pudesse ser realizada foi feito por Aluizio Palmar, jornalista e militante dos direitos humanos desde 1979. Entrevistamos Aluizio em duas ocasiões, uma como vítima da ditadura e outra como membro da Comissão da Verdade. Assim ele fala sobre a Audiência:

A Audiência Pública de Cascavel surgiu a partir da criação do Comitê Memória, Verdade e Justiça do Oeste. Nós criamos o Comitê, e fizemos contatos com a reitoria da Unioeste, graças ao Alfredo que você conhece... Nos ajudou bastante, e com isso nós decidimos fazer uma reunião, uma Audiência Pública no auditório da Unioeste para ouvir os depoimentos de pessoas que sofreram graves violações na região sudoeste do Paraná. A partir dessa proposta e do apoio dado pela Unioeste, nós fizemos várias incursões, com esses documentos em mãos, na região Sudoeste... digamos, do Oeste de Santa Catarina à Sudoeste do Paraná, nós fomos atrás dos remanescentes, dos sobreviventes do Grupo dos Onze. Numa segunda incursão, nós fomos até Três Passos, e ali nos municípios daquela região celeira, atrás de sobreviventes daquela Operação Três Passos... Você conhece, não preciso detalhar... falamos e gravamos com os sobreviventes. Com esses dados em mãos e mais os dados da região Oeste, nós decidimos convidar essas pessoas para essa Audiência. Fomos atrás, enviamos os convites pelo Comitê Memória, Verdade e Justiça e assim nós fizemos a Audiência com o apoio que foi muito boa... a Audiência foi promovida pelo Comitê Memória, Verdade e Justiça do Oeste. Nós convidamos para estar presente e ouvir, a Comissão Estadual, então veio o Norton, a Ivete, veio o promotor que eu não lembro o nome dele mais... (Entrevista com PALMAR, Aluizio. 2017: A/A)

Para além da Audiência Pública em si, onde foram reunidas diferentes vítimas do período militar, bem como produzidos depoimentos perpassados pela violência e forte carga de sentimentos, houve toda uma organização intensa. A divulgação do evento, os folders, o auditório repleto, a estrutura montada, as atividades prévias, demonstram todo o trabalho e dificuldades encontradas pelos membros da comissão, de modo mais direto do militante Aluizio Palmar. Sem esse trabalho de busca, mapeamento, contato, entrevistas prévias, a realização da Audiência não seria possível.

Na esteira destas constatações, a atuação destacada do Sr. Aluizio Palmar foi fundamental para todo o processo. O militante vem de longa data levantando materiais e reunindo documentos sobre a atuação da Ditadura no Oeste/Sudoeste Paranaense. O livro de sua autoria, intitulado “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?”, de 2006, relata sua busca pelos restos mortais de militantes atraídos para uma emboscada no Parque Nacional do Iguaçu, onde foram fuzilados e enterrados em lugar desconhecido. As buscas e os levantamentos de Palmar, que culminaram na redação do livro e, posteriormente, na criação do site “Documentos Revelados”¹⁹, que disponibiliza vasto acervo documental sobre a

¹⁹ O site criado e alimentado por Aluizio Palmar se encontra no endereço documentosrevelados.com.br <acesso em 15/04/2018>.

repressão militar, foram de grande valia para uma compreensão da Ditadura no Oeste do Paraná e para os trabalhos da Comissão da Verdade.

Em entrevista que realizamos em 2016, Aluizio Palmar assim comenta sobre este processo:

[...] já nos anos... não sei quais mais, eu fico perdido com isso... 2005, 2004, eu comecei a fazer pesquisa nos documentos que estavam acessíveis... o arquivo que ficou acessível foi o Arquivo Público aqui do Estado do Paraná, não foi?

Marcelo: Sim...

Bem, mas em seguida eu comecei a pesquisar em outros arquivos, eu fui várias vezes no Arquivo Público do Rio de Janeiro e de São Paulo... fiquei bastante tempo trabalhando nesses arquivos aí, depois eu fui fazer pesquisa no Arquivo do Rio Grande do Sul, lá em Porto Alegre, mas era um arquivo fraquinho porque queimaram muitos documentos. Em 2005 eu fui credenciado pela Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos para pesquisar os arquivos da Polícia Federal, porque houve um acordo entre o Ministério da Justiça e a Polícia Federal... a Polícia Federal é submetida ao Ministério da Justiça, mas precisam de um protocolo né, e nesse protocolo ficou autorizado um grupo de pessoas amigos e familiares dos desaparecidos políticos para pesquisar os arquivos da Polícia Federal em busca de pistas que levassem aos desaparecidos. Eu fui pesquisar no Arquivo de Foz do Iguaçu, um arquivo que estava inteirinho, que nunca tinha sido mexido, como os outros foram mexidos, aqui estava inteiro. Fiquei dois meses trabalhando nesses arquivos da Polícia Federal aqui de Foz do Iguaçu, e esse arquivo atualmente está no Arquivo Nacional, e a papelada foi toda para lá... muitas caixas de documentos. Depois... passei a fazer plantão no Arquivo Nacional em Brasília, onde estão todos os documentos da ditadura... em Brasília, fiquei lá trabalhando e pesquisando. Depois fui pesquisar em Pernambuco, Salvador, em outros estados e tudo mais. Com isso aí eu fui tendo acesso a muitas informações, e eu resolvi criar esse site “Documento Revelado” para arquivar os papeis e os documentos que eu tive acesso. (Entrevista com PALMAR, Aluizio. 2017: A/A)

Palmar nos demonstra o vultoso trabalho para levantamento e obtenção de documentos que contribuíram para a robustez das pesquisas por ele realizadas. Uma década depois todo arcabouço documental levantado por Palmar serviu aos propósitos da Comissão da Verdade, bem como para a criação do seu website “documentosrevelados.com.br” onde se encontram publicizados e vindo a servir de base para inúmeras pesquisas.

Nesse sentido, conseguimos visualizar um pouco o árduo trabalho desenvolvido pelos integrantes do Comitê Memória, Verdade e Justiça na estruturação e seleção de como abordar a Ditadura no Oeste do Paraná. Após levantamento documental, trabalho com leituras, entre outros, fez-se necessário localizar as vítimas, contatá-las e convencê-las a depor

para a Comissão. Este trabalho ficou a cargo de Aluizio Palmar e exigiu grande empenho e dedicação para localização dos depoentes. Acerca desse processo, Palmar nos relata em entrevista que

Foi muito difícil, claro. Tendo os documentos em mãos nós tínhamos os nomes, mas como todo o jornalista tem um faro como o jornalista deve... é... foi feito busca dali, busca daqui, e fomos localizando as pessoas, porque um indica o outro, né... chega numa cidade, como a cidade de Barracão, que fica tudo junto, ali um fala do outro e nós fizemos uma reunião em Barracão com as pessoas atingidas, que tiveram essas violações, que foram torturadas e tudo mais. Fizemos uma reunião em Três Passos... duas ou três reuniões em Três Passos, depois nós fomos nos sítios, nas pessoas... em Pérola e Capanema, São Miguel do Iguazu, nesses locais. (Entrevista com PALMAR, Aluizio. 2017: A/A)

Pude reconhecer a dificuldade de encontrar as pessoas, relatada pelo entrevistado, ao longo de minha própria pesquisa para a elaboração desta tese. Uma série de empecilhos nos fez praticamente refazer o caminho e os contatos para localização dos depoentes. Posso aqui relatar um pouco das dificuldades de se embrenhar no interior do Sudoeste do Estado, percorrendo quilômetros de estradas rurais em meio a plantações, em dias de chuva e com muita lama, conversando com um e com outro, conseguindo um novo contato, passando dias e, às vezes semanas, na busca pela pessoa a qual necessitávamos.

Isso nos proporcionou um reconhecimento empírico das barreiras e desafios encontrados por Aluizio Palmar na localização e, depois, busca dos depoentes até Cascavel, para participarem da Audiência Pública (destacamos que nesta segunda parte, Palmar contou com a colaboração do Prof. Dr. Alexandre Fiúza, da Unioeste). Sobre essas dificuldades e todo o empenho dos integrantes do Comitê para que fosse possível realizar a Audiência, a Prof. Carla Silva assim avalia o trabalho realizado:

O mapa do caminho percorrido é sintomático dos caminhos da resistência no Oeste do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foram duas viagens de exploração. Na primeira delas, foram 850 km percorridos de Foz do Iguazu a Andrezito (Argentina), chegando a Porto Soberbo para atravessar de balsa até chegar a Três Passos, no Rio Grande do Sul, onde visitaram cidades próximas como Coronel Bicaco. Na segunda incursão, foram 500 km até Santo Antônio do Sudoeste, passando por Barracão, Capanema e outras cidades. Esses contatos, realizados amistosamente com o intuito de propor os convites, foram essenciais para o convencimento dos depoentes e seus familiares. Posteriormente, um esquema de transporte foi acionado pela Universidade para que o deslocamento fosse feito nos dias da Audiência. A partir dessa prévia, dada por contatos e conhecimento anterior, a pesquisa se

debruça sobre alguns movimentos, em especial, Operação Três Passos, Grupo dos Onze, VAR-Palmares, MR8 e Conexões Internacionais. (SILVA, 2014: 10-11)

O excerto citado destaca a dimensão dificultosa para a realização da Audiência Pública em Cascavel e o trabalho de compreensão mais amplo da ambiência regional, onde se desenrolaram os acontecimentos atrelados às violações. Destacamos que a realização da Audiência pelo Comitê Memória, Verdade e Justiça ocorreu com apoio técnico da Secretaria Executiva da CEV-PR, em parceria com a Unioeste. Mas também o transporte dos depoentes e o local foram articulados pela instituição, que teve importância mais efetiva.

A Audiência foi organizada a partir de Projeto de Extensão da Unioeste, sob o título “Audiência Pública - Comitê Memória, Verdade e Justiça do Oeste do Paraná”, sob coordenação do Professor Alfredo Aparecido Batista (Campus de Toledo) e colaboração dos professores Gilberto Grassi Calil e Carla Luciana Silva (Campus de Marechal Cândido Rondon) e Alexandre Felipe Fiuza (Campus de Cascavel). O projeto envolveu ainda colaboradores externos à Universidade: Aluizio Palmar (Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu), Yves Consentino Cordeiro (Representante da OAB-PR), Daniele Braz (Representante da OAB-Cascavel), Júlio Carignano (Sindicato dos Jornalistas do Paraná); Aline (Direitos Indígenas e das Mulheres), Mayara Kopceski (OAB-Cascavel), Madson Oliveira (Câmara Municipal de Cascavel), entre outros.

Dentre os objetivos listados pelo Projeto, estão:

- Apurar e denunciar crimes e violações dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar (1964-1985) nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná;

Específicos:

- Possibilitar um conhecimento mais aprofundado sobre a ditadura;
- Estimular a partir desta ação pontual um espaço de diálogo e de debate sobre as violações dos direitos humanos na atualidade;
- Desencadear ações e reflexões que possibilitem o debate em torno do tema da ditadura civil-militar brasileira e a importância da averiguação/punição junto aos responsáveis pelos graves crimes contra os direitos humanos perpetrados durante este período autoritário. (PROJETO Audiência Pública: 2013).

A apuração dos fatos e as reflexões a que se propõe o Projeto se inserem em uma dinâmica mais ampla, que discutiremos mais adiante, de dar visibilidade e estabelecer os fatos, de modo a impedir que o silêncio, as distorções e os negacionismos proliferem. Pelo

excerto citado observamos que os formuladores do projeto acenam para a vontade de punição dos responsáveis pelas violações, assim como há também uma preocupação com a memória pública, já que se representa a Audiência com um estímulo a um “espaço de diálogo e de debate sobre as violações dos direitos humanos”.

A especificidade guardada pelas atividades da Comissão, a partir dos depoimentos da Audiência de Cascavel, se percebe principalmente do ponto de vista da exposição das violências sofridas por populações camponesas e indígenas. É o que expõe o coordenador da Comissão no Paraná, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, em entrevista. Para ele, as investigações trouxeram à tona fatos até então desconhecidos, principalmente sobre as pessoas mais vulneráveis socialmente, possibilitando dar maior visibilidade a essas histórias não contadas:

[...] mas aí, a região, nós tivemos um interesse especial aí na região Oeste, seja por causa das comunidades indígenas, situação essa ligada à territorialidade das comunidades indígenas até hoje insolúvel, Guaíra, mesmo em Cascavel, mas especialmente na região de Guaíra, e também dessa investigação que diz respeito aos camponeses, aquilo que ocorreu no tempo que tava fora dos registros. Aliás, esse tema estava totalmente fora de registro oficial aqui no estado do Paraná. Certamente o relatório da Comissão vai trazer elementos históricos significativos que antes não eram suficientemente conhecidos e temas não devidamente tratados. Foram 12 Audiências públicas que nós fizemos no Paraná, e aí, como eu disse, a questão indígena, a questão dos camponeses e a questão da hidrelétrica de Itaipu, também com o destaque que deve ser dado. (Entrevista com MAIOR, Olympio. 2017: A/A)

A atuação dos comitês locais e dos centros produtores de conhecimentos foi importante, pois possibilitou explicitar uma série de relações e acontecimentos que se encontravam abafados por narrativas acerca da ditadura ou não visíveis em razão de uma perspectiva mais voltada para acontecimentos ocorridos nos grandes centros e envolvendo personagens mais conhecidos.

Como aponta Souto Maior, a expectativa em relação à Audiência da CEV em Cascavel foi priorizar vítimas que estavam “fora dos registros”, sobretudo camponeses e indígenas e apurar fatos ligados à construção da Itaipu. Deste modo, a CEV faz emergir as vítimas que foram submetidas ao terror, tortura, a expropriação, a das famílias que testemunharam ou herdaram essa história, um passado que não foi ainda contado ou não foi ouvido e que não deve ser esquecido.

1.3. A Audiência Pública de Cascavel

A Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade, em Cascavel, aconteceu nos dias 20 e 21 de março de 2014, no anfiteatro da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel (ANEXO 01). Ao longo de toda a semana foi realizada ampla programação acadêmica e cultural que se iniciou no dia 16 de março, com um Ato Ecumênico em homenagem aos mortos e desaparecidos, que ocorreu na Igreja Anglicana. No dia 17, no Centro da Juventude ocorreu uma mostra e discussão de filme sobre a ditadura militar. Já o dia 18 foi marcado por atos de protestos nos Colégios Estaduais Castelo Branco e Costa e Silva, cujos nomes homenageiam presidentes do período da ditadura militar, e no dia 23 foi realizado o Festival Ditadura Nunca mais, no local Café com Prosa.

O evento foi realizado pela Unioeste e pelo Comitê Memória, Verdade e Justiça do Oeste do Paraná, com respaldo da Comissão Estadual nomeada pelo Governo do Paraná. Em seu folder de divulgação (ANEXO 02), se destaca que o objetivo da Comissão da Verdade era:

[...] entender o que aconteceu no país nos chamados ‘anos de chumbo’. A Ditadura instaurada em 1964 deixou atrás de si uma enorme série de crimes cometidos por agentes do Estado, violência e violação dos Direitos Humanos. A Comissão da Verdade tem como objetivo trazer à luz essas violações, envolvendo a sociedade na história recente. Se os atos foram cometidos “nos porões”, já passa da hora de que os conhecemos (sic), para reparar as vítimas, permitir que elas falem e que lutem por justiça (FOLDER CEV, 2014)

A Audiência Pública é entendida como uma forma de “dar voz a quem precisa falar do que aconteceu”, à medida em que oportuniza a possibilidade de a sociedade conhecer sobre esse período do passado recente brasileiro e regional. O ato de publicizar as violações cometidas em nome do Estado é entendido não apenas como uma forma de denunciá-las e/ou exigir punições e reparações, mas de se delinear uma realidade prospectiva de que esse passado não torne a se repetir, como se destaca no folder de divulgação da Audiência: “A Audiência é um evento público. Todos podem participar. Se você foi vítima da Ditadura Brasileira venha dar seu depoimento também. Precisamos conhecer nossa História. Não podemos esquecer. Para que nunca mais aconteça” (idem).

No folder, as vítimas são representadas enquanto vítimas de um regime político, ou melhor, a “Ditadura Brasileira”. Julgamos pertinente destacar que o documento, centraliza a culpa na figura do Estado, ou na “DITADURA BRASILEIRA”, conforme escrito no folder, inclusive, com iniciais maiúsculas, indicando que se faz menção a responsabilidade do Estado ou dos agentes do Estado. A necessidade de lembrar e de não esquecer, assim, remete as responsabilidades a um ente abstrato.

Em relação à organização das atividades da Audiência Pública, na mesa de trabalhos estiveram presentes o Procurador-Geral de Justiça do Paraná, Olympio de Sá Sotto Mayor Netto, o representante da Comissão da Verdade da OAB, Yves Consentino Cordeiro, o também advogado do Fórum Paranaense de Resgate da Memória, Verdade e Justiça, Norton Nohama, a advogada Ivete Maria Caribé da Rocha, o jornalista Aluízio Palmar, bem como os professores do colegiado de História da Unioeste, Gilberto Calil e Carla Silva.

Lembramos, neste aspecto, que foram seguidas as orientações da Comissão da Anistia sobre a montagem e as funções de uma Audiência Pública, presentes na obra “Busca da Verdade: Elementos para a criação de uma comissão da verdade eficaz”, de 2013:

A Audiência Pública é uma das atividades mais importantes de uma comissão da verdade, permitindo aos cidadãos obterem informações sobre as violações diretamente das vítimas, principais partes interessadas, e de peritos. Conforme o caso, uma unidade específica deve ser responsável pela organização das Audiências, coordenando as diferentes unidades da comissão que irão participar e assegurar a logística para produzi-las e difundi-las. (ANISTIA, 2013: 44)

Estes requisitos foram observados em sua íntegra para a organização da Audiência Pública de Cascavel cujo o objetivo, além de produzir depoimentos que contribuíssem para os trabalhos e relatório da CEV-PR, tem importância relevante na compreensão do impacto da Ditadura na região, bem como consistiu em uma oportunidade de dar visibilidade às graves violações ocorridas ao público presente na ocasião e a outros que foram alcançados por atividades posteriores.

As Audiências Públicas são comumente organizadas a partir de três modelos sugeridos pela obra, anteriormente citada, “Busca da Verdade: Elementos para a criação de uma comissão da verdade eficaz”:

– Audiências para o testemunho de vítimas diretas ou sobreviventes, agregadas de acordo com critérios geográficos;

- Audiências temáticas, em que o testemunho de vítimas e sobreviventes é agregado de acordo com padrões de violação de direitos humanos;
- Audiências de especialistas ou pessoas-chave, em que líderes políticos ou pessoas de notório saber e experiência podem compartilhar informações e perspectivas nos assuntos de interesse e atenção da comissão. (COMISSÃO DE ANISTIA, 2013: 39)

De modo geral, podemos perceber que a Audiência de Cascavel, objeto de estudo aqui, se insere no primeiro molde, no qual as vítimas e sobreviventes são agregados a partir de critérios de natureza geográfica. Nesse sentido, embora muitos tenham sido presos no Sudoeste do Paraná ou no Oeste catarinense ou do Rio Grande do Sul, de uma forma ou de outra, suas trajetórias encontram pontos de toque com a região Oeste/Sudoeste do Paraná, alguns por terem sido detidos e levados até o Batalhão de Fronteira, em Foz do Iguaçu, outros, como é o caso dos combatentes da Guerrilha de Três Passos (RS), por terem deslocado o conflito até o Sudoeste do Estado, sendo presos e levados até Foz do Iguaçu. Integrantes dos Grupos dos Onze se encontravam espalhados por toda a região, onde foram procurados pelo exército.

Dentre os 106 depoimentos prestados à CEV em todo Paraná listados no Relatório Final, 27 deles foram prestados em Cascavel²⁰. Sobre os testemunhos, o relatório final assim caracteriza que “o processo de dar voz às vítimas das violações ou a seus familiares foi o mais relevante. Rememorar os acontecimentos e os detalhes foi uma ação de luta contra o esquecimento” (CEV, 2017: 10). Podemos perceber, com base no relatório, que estes depoimentos visam “atestar”, demonstrar “aquilo que viu” e, o historiador não pode “ver pelo outro” (SELIGMANN-SILVA, 2005: 85).

²⁰ Os depoentes na Audiência Pública de Cascavel foram: Abrão Antônio Dorneles; Valdetar Antônio Dorneles; Vergílio Soares Lima (Operação Três Passos) Adair Amaro; Benjamin Machado; Braulino Oliveira; Eliseo de Quadros; Geraldo da Rocha; Sérgio Goulart; Waldemar Torres Rosin; Sinval Shreiner; Werner Walber (Grupo dos Onze); Clarissa Mertz (VPR); Jaime Mariano (PCB); Alberto Fávero (VAR-Palmares); Domiciana Gimenez (Operação Condor); Antunes Aluizio Ferreira Palmar (MR8). Elvira Luís dos Santos (índia Kaingang); Euzébio Garcia (índio Guarani); Honório Karai Benitez (índio Guarani); Maria B. Santos (índia Guarani); Romancil Cretã (índio Kaingang); Rosalina Benitez (índia Guarani) Silvana Benitez (índia Guarani); Teodoro Tupã Alves (índio Guarani). O relatório final traz a fala introdutória da Profa. Maria Lúcia Brant de Carvalho na Audiência de Cascavel listada como um depoimento. Outrossim, o depoimento de Marly Teresinha Rodrigues acabou por ser desconsiderado. Esta depoente se apresentou voluntariamente no dia da Audiência para relatar o caso de seu pai. Em função das incongruências de acontecimentos, datas e outras inconsistências apresentadas, bem como a ausência de um levantamento prévio sobre os fatos como acontecera com os demais depoentes, seu depoimento não foi utilizado pela CEV-PR.

Embora passadas mais de três décadas, aqueles que sofreram ainda são vítimas e o fato de testemunhar pode ser um momento de trazer ao público memórias e experiências individuais que permitam ao depoente “sair da condição de vítima”, colocando-se na condição de testemunha, denunciando aqueles que de uma forma ou de outra violaram seus direitos. Desta forma, se possibilitam caminhos para a construção de uma nova identidade “pós catástrofe” (SELIGMANN-SILVA, 2005: 87-88).

Contudo, entendemos que o ambiente proporcionado pela Comissão lembra a uma estrutura de um tribunal e, com ela, todo um espectro que influencia o desenvolver dos trabalhos e a narrativa dos depoentes, principalmente em relação aos cuidados sobre o que e como falar. Neste aspecto, destacamos a realização da Audiência num grande auditório, a presença do púlpito, de onde eram proferidos os depoimentos, de uma mesa condutora da Audiência, bem como a presença de um Procurador de Justiça. Ademais, ressaltamos que embora o intuito da Audiência esteja ligado ao ato de ouvir ou dar atenção a quem fala, o termo Audiência remonta de modo bastante intenso ao seu sentido jurídico: “Sessão solene que, ocorrendo num tribunal, tem o objetivo de julgar uma causa, ouvir as testemunhas, os advogados e/ou partes interessadas em sua resolução”.²¹

Também em razão destas condições, conforme demonstraremos nos capítulos seguintes, muitos depoentes são tomados por um nervosismo intenso durante seus depoimentos. Eles se colocam na condição de quem se encontra sob os auspícios de um júri, alguns deles inclusive sentindo a necessidade de jurar e procurar meios de atestar que se encontram a dizer a verdade. Essa percepção nos foi reforçada na entrevista que realizamos com Aluizio Palmar acerca dos trabalhos da Comissão em Cascavel:

As pessoas tinham uma dificuldade em falar, uns falavam mais ou menos, e os filhos não sabiam de nada, a família não sabia de nada, as pessoas não queriam falar, e se falassem... e quando falavam, falavam coisas desconexas... foi muito difícil. Chegando em Cascavel, muitos guardaram silêncio, outro foi lá no palco e se ajoelhou e rezou e abençoou o plenário, só havia sido preso e nada mais... outro também negou, depois, em conversa reservada nós mostramos os documentos e ele reconheceu e sente vergonha... os agricultores tem vergonha que tenham sido presos, e quase todos foram discriminados nas suas comunidades, igreja, nas festas da comunidade, pois eram tidos como bandidos. A realidade do campo é diferente da cidade. Eles sofreram muito durante trinta anos, tiveram essa

²¹ Cf.: <https://www.dicio.com.br/audiencia/> <acesso em 16 de abril de 2018>.

discriminação fortíssima nas suas comunidades, e dificultou no seu trabalho na agricultura, dificultou perante o comércio, dificultou no banco, tiveram muitas dificuldades porque eram tidos como bandidos na comunidade (entrevista com PALMAR, Aluizio. 2017: A/A)

Palmar traz à tona uma série de elementos que iremos desenvolver no decorrer da tese, como, por exemplo, os desencontros entre o que os membros da Comissão esperavam e o que os depoentes falaram, as formas distintas de violência, algumas simbólicas (por exemplo, a discriminação em suas comunidades), a vergonha de muitos em testemunhar, levando alguns a negar violências e documentos, bem como a própria dificuldade em narrar o que aconteceu e melhor articular suas vivências.

Uma forma distinta destas características acima apontadas foi o testemunho do Sr. Valdetar Antônio Dorneles, integrante da Operação Três Passos, preso político e hoje militante e advogado ligado a processos de anistia. Sua fala é muito articulada e, talvez por isto, se fez emblemática ao longo dos trabalhos da CEV-PR em Cascavel. Seu depoimento é repleto de informações, rico em detalhes, bem estruturado, seguindo uma ordem cronológica dos acontecimentos. O depoente narra com precisão de datas, nomes e fatos, talvez em função de sua atuação na articulação de uma nova memória acerca do período de repressão militar. A descrição detalhada e rica sobre os excessos cometidos pelos agentes da repressão e o relato da violência e tortura sofridos ecoaram no auditório.

Vemos na fala do Sr. Valdetar traços semelhantes da fala de uma “voz autorizada”, alguém capaz de atestar a veracidade de tudo o que ali é relatado, como pontua a pesquisadora em Comunicação Social e professora da Unesp Eliza Casadei:

É pela vivência direta que se cria a impressão de que as testemunhas estão autorizadas a comentar sobre o assunto e, mais do que isso, tem o seu depoimento acreditado. A presunção de verdade é acionada pela posição que os personagens assumiram na cadeia de eventos passados e, como participantes diretos dos acontecimentos, suas falas funcionam como provas de autenticidade das posições que se querem confirmadas (CASADEI, 2010: 122).

O depoimento e as entrevistas realizadas com o Sr. Valdetar Dorneles serão objeto de análise ao longo do quarto capítulo. Adiantamos aqui, apenas para pensar como a estrutura da Audiência como um todo pôde ser capaz de influenciar a composição dos testemunhos. A fala

deste militante e advogado abriu os trabalhos da Audiência de Cascavel. Ela exerceu um apelo bastante significativo – até mesmo pelo seu tempo de duração, que foi de aproximadamente 53 minutos, enquanto outras falas de depoentes oscilaram entre apenas 3 a 8 minutos. Ela, em certo ponto, influenciou na estruturação, no conteúdo e na própria linguagem de depoimentos subsequentes, como o uso de alguns termos, por parte de outros depoentes, como analisaremos no segundo capítulo.

Outro aspecto importante sobre as condições de produção dos depoimentos diz respeito à interlocução entre depoentes com a Comissão durante a Audiência Pública. Durante a audição dos depoimentos, pudemos perceber que as questões lançadas pelos membros da Comissão procuravam buscar informações que a Comissão julgava importante, bem como assegurar o fluxo sequencial daqueles depoimentos, ajudando a compor aquele passado que era rememorado na Audiência e que, posteriormente, foi transposto para os relatórios finais. A produção dos depoimentos, a partir das perguntas feitas durante a Audiência, revela o intuito de localizar formas específicas de violação aos direitos humanos, de forma a produzir testemunhos detalhados de sofrimentos e violações perpetradas por agentes do Estado.

O formato da Audiência e o reduzido espaço para falar não possibilitaram, muitas vezes, a expressão de outras violências, operadas de um ponto de vista simbólico, mas nem por isso menos reais e traumáticas, como poderemos perceber nos capítulos subsequentes, com base nas entrevistas orais.

1.3.1. A repercussão na imprensa

Os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê Memória, Verdade e Justiça em parceria com a Comissão Estadual da Verdade para a realização da Audiência em Cascavel foram de grande vulto. Passando pela estruturação do evento, a busca pelos depoentes, os estudos acerca da ditadura na região, o trabalho de divulgação com cartazes, folderes e outros, bem como o auditório da Unioeste repleto de pessoas para acompanhar os depoimentos. Apesar disso, a cobertura destinada pela imprensa local foi praticamente nula. Apenas alguns veículos de imprensa deslocaram profissionais para acompanhar o evento. A repercussão da Audiência em jornais, revistas, rádios, portais de internet e emissoras de televisão foi pequena. Ela foi maior em websites e blogs ligados a grupos consonantes à esquerda, como, por exemplo, o site do vereador Paulo Porto (PCdoB), bem como do Sindijor – Sindicato dos Jornalistas

Profissionais do Paraná, bem como os portais da Unioeste, da UFPR e da Agência Estadual de Notícias (AEN).

Dentre os portais tradicionais na cidade de Cascavel, apenas a CGN – Central Geral de Notícias (pertencente ao grupo Gazeta do Paraná) repercutiu a Audiência em nota em seu site, cinco dias antes da Audiência. Foi noticiado que a CEV estaria realizando Audiência Pública em Cascavel, nos dias 20 e 21 de março de 2014, no auditório da Unioeste e que:

Através dessa comissão, vítimas e agressores deste período passaram a ser ouvidos. A exemplo, no ano passado foi criado o Comitê Memória, Verdade e Justiça Oeste do Paraná, com o objetivo de auxiliar os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade (in: cgn.com.br, 15 de março de 2015).

A divulgação se deu de modo bastante objetivo, basicamente reproduzindo os dados contidos no folder da Audiência. A nota destaca também que outras Audiências já haviam sido realizadas no Paraná, como, por exemplo, em Foz do Iguaçu, Londrina, Curitiba.

Dos canais de televisão com ampla abrangência regional, a RPC, afiliada à Rede Globo foi a única a divulgar a ocorrência da Audiência em seu telejornal Bom Dia Paraná, no dia 21 de março de 2014. O material foi assim vinculado:

Repórter Cícero Bitencourt: Na plateia personagens que viveram os anos de chumbo.

Aluizio Palmar: Tem um companheiro aqui que tá com o olho furado, tem o olho de vidro, o outro foi arrastado. Seis mortos na Estrada do Colono, assassinados pela Ditadura Militar.

Repórter Cícero Bitencourt: Yves Consentino Cordeiro era estudante na época da repressão e sentiu na pele a truculência dos militares.

Yves Consentino Cordeiro: A gente fazia muita arruaça, muita passeata proibida, muito congresso clandestino, então a DOPS, cheia de informantes em todos os lugares, vivia nos prendendo. A gente ia pra delegacia de manhã e saía de tarde.

Repórter Cícero Bitencourt: A comissão Estadual da Verdade está percorrendo várias cidades para colher depoimentos e informações sobre casos de tortura e o desaparecimento de pessoas durante a ditadura. Em Cascavel, 20 pessoas irão prestar depoimento durante os dois dias de Audiência e elas tem muita coisa a contar, afinal a região Oeste foi palco de vários movimentos de resistência à ditadura.

Dr. Olympio: Temos um caso emblemático que é o de Foz do Iguaçu, onde os agentes da repressão foram buscar pessoas que se encontravam já vivendo na Argentina, sob o argumento que eles deveriam voltar para a rearticulação da resistência da Ditadura e essas pessoas foram trazidas e foram executadas na estrada do colono.

Repórter Cícero Bitencourt: A Audiência Pública está sendo realizada aqui no auditório da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. O local não foi escolhido por acaso. Atrair a atenção e o interesse dos jovens é um dos principais objetivos desta Comissão da Verdade, que pretende resgatar a força da articulação política estudantil, reprimida durante os anos de ditadura militar.

Ivete Caribé da Rocha: Isso pode despertar sim na juventude a vontade de estar militando socialmente para o bem da sociedade.

Repórter Cícero Bitencourt: A Bianca tem só 16 anos, ainda nem entrou para a faculdade, mesmo assim a estudante fez questão de assistir a Audiência porque já aprendeu a importância de conhecer o passado.

Bianca Melo de Assis: Acredito que o passado só não se repete quando se conhece ele. Então é essencial que a população acabe sabendo disso pra que a gente possa prevenir que não volte a acontecer as violações de direitos humanos que ocorreu durante esse tempo. (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE ESTÁ EM CASCAVEL, in: g1.globo.com. 21 de março de 2014)

O material em sua totalidade tem aproximadamente 2 minutos e escuta figuras chave do Comitê Memória, Verdade e Justiça, e da Comissão Estadual da Verdade, procurando dar uma dimensão em linguagem televisiva acerca da importância desses trabalhos. Destaca pontos das falas dos organizadores acerca da violência perpetrada, da importância de conhecer esse passado, bem como mobilizar-se no presente no sentido de sua não repetição.

Os demais jornais com circulação impressa, como O Paraná, Jornal Hoje, Gazeta do Paraná, entre outros, não destacaram ou publicaram qualquer movimento acerca da Audiência realizada. Canais de TV como Tarobá (Band), Naipi (SBT), RIC (Record), CATVE, não deram destaque à Audiência em sua programação jornalística até onde conseguimos apurar.

Nesse sentido, entendemos que a distribuição da opinião pública acerca de um tema reflete interesses que revelam o imaginário social no qual esse veículo está inserido, bem como o tipo de ideias as quais ele julga importantes serem divulgadas. Ao optar pela não cobertura do evento em detrimento de outros temas e fatos avaliados como de maior relevância, os meios de comunicação muitas vezes acabam por criar zonas de silêncio, relegando à invisibilidade certos temas julgados incômodos para debate ou até mesmo para

conhecimento público. Assim, se o fato não é noticiado, se o público não o conhece, ele não existe, esta é a lógica. O silêncio é também uma forma de produção de sentidos, pois se cria uma dimensão a partir daquilo que não foi dito.

Em nosso entendimento, o silêncio acerca da Comissão e de seus trabalhos é sintomático, sendo revelador de uma mentalidade, destacada no início deste capítulo, que nega a atuação da repressão intensa na região Oeste/Sudoeste do Estado. Desta forma, se avaliaria que a ocupação destas terras teria se dado de forma harmônica, com atuação marcadamente importante das Companhias Colonizadoras e reafirmando o papel de famílias tradicionais e dos ditos “pioneiros”.

Assim, ante ao exposto, observamos elementos que denotam a necessidade de investigar e trazer à tona fatos que evidenciam a atuação da ditadura militar nessa ambiência. Os silêncios sobre esse passado de violações, bem como a exploração intensa de uma memória harmônica e pacífica sobre esse período, negligenciando acontecimentos e grupos sociais vitimados pelas ações no âmbito do Governo Militar, justificam a importância dos trabalhos realizados pela Comissão da Verdade.

1.3.2. Audiência Pública de Cascavel: As condições de produção dos depoimentos

Em 21 de março de 2014, dia seguinte aos depoimentos de membros do Levante de Três Passos, de integrantes dos Grupos dos Onze, VPR, PCB, MR8 e de agricultores atingidos pela violência do Estado durante o governo militar, foram ouvidos indígenas que narraram as experiências de suas comunidades durante a ditadura. Embora a questão indígena não faça parte do recorte delimitado para esta tese, que está centrada nas narrativas de camponeses e outros depoentes ligados ao meio rural e urbano, se faz importante, nesse momento, demonstrar como se deu a participação dessas populações na Audiência Pública de Cascavel em razão da relevância dada à questão indígena pela própria Audiência.

Neste item retrataremos um pouco das condições de produção dos depoimentos, fazendo-o a luz dos indígenas, que tiveram relevância na Audiência, sendo que os demais temas/pessoas escolhidas para depor serão trabalhados de forma mais aprofundada nos capítulos 2 e 3. Ou seja, aqui a intenção será adiantar elementos sobre a condição de produção dos testemunhos também para estes sujeitos, dada a relevância dada a este tema pela Audiência em Cascavel.

Estes testemunhos também são um rico repertório para análise dos trabalhos da CEV. A fala da Guarani Silvania Benitez, que morava na aldeia São João, na região de Sete Quedas, é repleta de elementos os quais devem ser problematizados, como a questão do deslocamento forçado de populações indígenas:

Eu lembro pouco né. Naquela época eu era pequena ainda né. Mas eu lembro que na época que deram as enchentes a gente saiu de lá, meu pai ficou desesperado, minha mãe também, porque a gente perdeu tudo que tinha né? E fomos pro porto de Guaíra daí, ficamos lá, embaixo de lona, e meu pai levou a gente de bote. E deu pra levar pouca coisa, era muito e não deu pra levar tudo né. As coisas foram deixadas, e a gente perdeu bastante. A única coisa que deu pra levar foi nós mesmos e umas peças de roupa que a gente tinha! E eu me lembro que foi bem triste, porque na verdade a gente não sabia pra onde ir né, e toda aquela água entrando e a gente sem ter pra onde ir! E nós éramos todos pequenos né... (BENITEZ, Silvania. Audiência CEV-PR).

Quando do período da inundação da área onde se localizava a aldeia, Silvania ainda era criança. Suas lembranças podem não ser as mais precisas, mas se estruturam a partir, também, de relatos compartilhados pelos pais e demais integrantes da tribo, fixando imagens em sua memória e construindo elementos que norteiam suas percepções acerca do vivido.

A fala da indígena demonstra a gravidade da violência de uma expulsão de suas terras, a perda de vínculos afetivos que desenvolvem no lugar onde se constroem vivências coletivas, mas analisamos o modo pelo qual a depoente organiza sua fala, utilizando-se de imagens que retratam o desespero e a tristeza de abandonar praticamente tudo o que possuíam sem saber para onde.

O historiador François Hartog pondera que o estatuto de vítima garante o suporte necessário à autoridade e nutre uma espécie de “temor reverente” que, muitas vezes, promove uma identificação perigosa entre verdade e autenticidade, “no momento em que deveria ser mantida a separação entre a veracidade e a confiabilidade, por um lado, e, por outro, a verdade e a prova” (HARTOG, 2006: 227). Em direção muito semelhante, Beatriz Sarlo acena para os modos pelos quais o ambiente das Comissões da Verdade constrói uma atmosfera propícia para as vítimas elaborarem narrativas, nas quais os sujeitos produzem um discurso que se adéqua àquilo que pressupõem quererem ouvir os entrevistadores.

Não podemos esquecer que a entrevista não é algo natural, mas algo provocado pelo historiador, no caso específico, por uma Comissão da Verdade, à qual se põe a ouvir os mais diferentes tipos de violações que ocorreram no passado. A fala de Silvania Benitez, bem como de outros indígenas, não é tão espontânea quanto possa parecer. O trecho acima inserido é a resposta dela à pergunta, feita momentos antes, pela antropóloga Maria Lúcia Brant de Carvalho, a qual havia indagado: “E nunca ninguém indenizou o que vocês perderam?”. As construções narrativas não podem simplesmente ser analisadas retiradas do contexto mais amplo da entrevista ou depoimento.

Diante do nosso entendimento, a pergunta da entrevistadora abre margem para um ponto fundamental: a aproximação da condição de vítima que se invoca com uma das principais reivindicações dos povos indígenas: a terra. Ao abordar sobre a não indenização aos povos retirados da região de Guaíra, envereda-se para um campo no qual a não reparação adequada destes indivíduos e a realocação forçada é um dos principais estruturadores de suas vivências desde a expulsão.

Os relatos dos indígenas na Audiência realizada no dia 21 de março de 2014 e foram precedidos por uma fala inicial da antropóloga Maria Lúcia Brant de Carvalho contextualizando a questão dos povos indígenas no Estado do Paraná. A fala é riquíssima em detalhes e esclarecimentos acerca da problemática das terras indígenas e das violações sofridas por essas populações. A antropóloga mencionou o quão delicado e perigoso se torna adentrar nesse debate em tempos atuais.

Outrossim, devemos observar que muitos indígenas, até mesmo como um mecanismo de defesa, costumam falar aquilo que o interlocutor quer ouvir ou, até mesmo, costumam dar desinformações propositalmente para o indagador. Ao longo dos depoimentos percebemos discretamente uma tendência a tentar reproduzir falas com conteúdo político e questões ligadas à expropriação. Não estamos aqui sugerindo uma interferência grosseira nas narrativas dos indígenas, pois a literatura histórica acerca do assunto e o próprio trabalho da antropóloga servem de baliza para constatar a violência e o constante avanço da agricultura sobre as áreas indígenas, mas que esta realidade ligada às terras deles se torna o mote principal a ser explorado nos depoimentos.

Para Beatriz Sarlo o testemunho tem por base a experiência - sem ela não existe o testemunho. Não obstante, a experiência somente existe com a narração, pois

a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (SARLO, 2007: p. 24-5).

Partindo dessas considerações, devemos assinalar que a relação entre testemunho e experiência é bastante complexa e possibilita uma fluidez, bem como uma perenidade em sua composição, não podendo estes serem tomados pelo historiador como algo fixo e imutável, uma vez que ao narrar o passado é o presente que delinea as formas desse passado, a partir das experiências as quais se orienta o narrador. Mas também a experiência é objeto do testemunho que a cria e recria através de enredamentos muitas vezes contraditórios. Nessa perspectiva, assinalamos ainda uma dificuldade ou impossibilidade de separação entre experiência, memória e narrativa, pois inexiste uma unidade do eu, e a subjetividade do relato se encontra perdida em múltiplas temporalidades.

A memória, como postula Halbwachs (2006), suporta a tensão e o anacronismo, trazendo o passado recordado para muito perto da realidade em que se vive. Aqueles que lembram não estão isentos das lutas e conflitos na contemporaneidade, podendo imputar ao passado as impressões que são próprias do presente. Sob esta seara, as constantes menções ao passado no depoimento de Rosalina se dão no sentido de delinear as privações e problemas sofridos após a expulsão. Em nenhum momento das Audiências se considera como eram a vivências anteriores a isso. Na fala de Rosalina, por exemplo, ela se refere ao lugar de onde saíram, o que ocorreu com a saída forçada do lugar:

É a ilha... São Pedro! Ilha São Pedro! E nós morávamos lá, e depois viemos pra cá, nesse lugar que a gente tá agora, e até hoje não encontramos todo mundo, família até hoje não apareceram. Minha filha, minha cunhada morreu. E as crianças quando chegaram também, pegaram sarampo, pegaram tudo, só por Deus que não morreram de outras maneiras. E nós perdemos tudo que a gente tinha! Perdemos cachorro, perdemos gatos, e as crianças todas pequenininhas ainda! Lá a gente ainda plantava, tinha mandioca, tinha milho. Mas nessa terra não dá nada! (BENITEZ, Rosalina. Audiência CEV-PR).

Podemos observar que a narrativa acima é estruturada em torno dos episódios trágicos que se sucederam com e após a expulsão da terra. Uma das interpretações possíveis da fala de Rosalina é o modo como a narrativa de acontecimentos passados se encontra envolta de elementos que compõem uma retórica de perda, como a separação e a perda de membros da família, as doenças das crianças, a insuficiência e infertilidade da terra:

Sobre aquela pergunta de antes, eu achei que fosse interessante de colocar como a gente se sente hoje né. Naquela época que nós morávamos lá, a gente tinha mais família, e eu lembro que nós éramos todos pequenos e meu pai fazia as danças né, eles tinham a cultura deles. E daí depois da enchente, cada um foi pra um canto e a gente veio pra Castro, não teve mais isso, sabe? E antes a gente até tinha um pouco de afinidade de entender as coisas, entender o que eles falavam, mas agora... A gente foi crescendo no meio dos brancos e foi perdendo essa cultura! Então eu acho que o pior de tudo isso foi a gente perder a nossa cultura, porque além de perder tudo o que nós perdemos, nós ainda perdemos nossa cultura! (BENITEZ, Sylvania. Audiência CEV-PR).

A fala de Sylvania evidencia como o deslocamento foi não apenas forçado, como também os transferiram para uma região bastante longe de sua localidade inicial. O depoimento traz um dos raros momentos em que o passado anterior à expulsão é relembrado: “naquela época que morávamos lá, a gente tinha mais família”. A rememoração dessa anterioridade faz parte da construção do sentido o qual a entrevista quer dar, apresentando o impacto negativo de todo processo de realocação para os membros da aldeia. Outro ponto destacado é a transformação cultural que se deu a partir do contato e incorporação de costumes externos aos da sua comunidade.

A descrição da entrevistada apresenta-se envolta numa gama de subjetividades as quais demonstram como a expropriação da tribo foi imbuída de violência material, mas também simbólica, capaz de causar o desenraizamento e a perda de elementos identitários do grupo. Como a identidade é um dos condicionantes da relação indivíduo-coletivo, resta claro ser através dela que o indivíduo desenvolve sentimentos de pertencimento, sentindo-se parte do grupo. No entanto, perder traços de sua cultura implica, também, perder parte daquilo que se é no mundo, vivendo uma situação de estranhamento, de perda de referências, com impactos sociais e psicológicos de grande proporção.

Como assinala James C. Scott (2013), as práticas de resistências e lutas advêm também de um determinado modo de vida. Nesse sentido, a luta não se dá apenas por motivos econômicos, mas por valores, pertencimento, ambiência, preservação de saberes, etc. Os comportamentos assumem sentido a partir do momento que os sujeitos lhe atribuem significados. Ou seja, o autor pondera que o “discurso oculto” não serve apenas para elucidar ou explicar a conduta dos indivíduos, mas contribui em sua constituição e é aí que se observa a construção e o papel do “infrapolítico”, a construção de uma consciência dos direitos dos indivíduos, fomentando práticas que, se assumidas publicamente, colocariam em perigo os sujeitos. Em outras palavras, os indivíduos constroem suas interpretações acerca do que é legal e do que é moral, sendo possível estabelecer um paralelo com as discussões de E.P. Thompson e a “economia moral camponesa” no tocante ao direito consuetudinário, ligado à tradição, ao costume, a memória, atuando na construção de sentimentos, práticas e sentidos, que irão impregnar a consciência e as ações cotidianas dos indivíduos (THOMPSON, 1998: 259).

Os apontamentos até aqui realizados partem de uma leitura que nos possibilita pensar algumas tensões e ambiguidades na estruturação e nos trabalhos das comissões, bem como a importância de problematizar a hegemonia moral que se confere ao testemunho.

Destacamos que, embora construídos dentro de certa perspectiva estética e retórica, as narrativas não são mais ou menos verdadeiras, são fundamentalmente a expressão de quem tem algo a dizer sobre aquelas situações. Diante disso, faz-se necessário pensar a abordagem que compreenda amplamente a relação entre memória e direitos humanos, garantido a esta memória uma vitalidade política, pois, como aponta Andreas Huyssen, existe um risco do discurso da memória que procura uma legitimação para o presente, voltando seu olhar para o passado, sem pensar no futuro. Os discursos da memória, segundo o autor, devem estar em consonância com o discurso dos direitos humanos olhando também para o futuro. Em direção oposta, o discurso liberal tipificado tende a pensar os direitos humanos de forma individualizada, desconsiderando as múltiplas histórias e culturas locais, sobrepondo valores ocidentais para realidades que se estruturam de modo completamente diferente. Para Huyssen, o discurso da memória deve acenar para um amplo entendimento das particularidades históricas que o discurso dos direitos humanos individuais costuma deixar em segundo plano (Cf. HUYSSSEN, 2014).

1.4. O Relatório da CEV: os resultados das investigações sobre a ditadura civil-militar no Oeste do Paraná

Esta pesquisa se desdobra não apenas em uma análise do relatório final da CEV-PR e o cotejamento dos depoimentos prestados em Audiências públicas promovidas pela Comissão na cidade de Cascavel – PR com entrevistas posteriormente realizadas com depoentes destas Audiências. Ela procura fornecer substrato para compreender como se dá a construção das memórias desses sujeitos em relação ao passado e ao presente, atentando também para o modo pelo qual estas memórias são trabalhadas pela Comissão. Assim sendo, faz-se necessário atentar primeiramente para o relatório da Comissão Estadual no Paraná.

No caso específico da CEV-PR, um relatório preliminar foi publicado em dezembro de 2014, sendo realizada uma nova publicação em novembro de 2017, com adequações em sua estrutura e revisão de partes visando uma melhor clareza. Para efeito de compreensão, iremos nos referir doravante ao Relatório Preliminar (2014) e ao Relatório Final (2017).

O Relatório Preliminar encontra-se estruturado a partir de uma introdução, a qual faz uma reflexão sobre o esquecimento e sobre a necessidade de construção de uma memória acerca das vítimas da ditadura no Paraná, conforme pontuamos anteriormente. Na sequência tem-se a apresentação de documentos, depoimentos, conclusões e recomendações de cada um dos Grupos de Trabalho (GT).

As primeiras discussões são realizadas pelo GT Violações e Direitos Humanos, que descreve uma série de graves violações registradas no Paraná, como o “Massacre de Medianeira”²², a “Operação Marumbi”²³, o caso da “Família Fávero”²⁴, entre outros que

²² O Massacre de Medianeira, ocorreu no extremo-oeste do Paraná, em julho de 1974, quando um grupo de exilados que se encontrava foragido na Argentina, acabou por ser atraído para uma emboscada na região de Medianeira, no Parque Nacional do Iguaçu, sendo presos e executados. Os corpos continuam sem ter sido encontrados até hoje. As investigações ligadas à Comissão da Verdade apontaram para o fato de que a operação foi realizada no âmbito da Operação Condor, mobilizando a cooperação inteligência de outros países da América do Sul após consulta ao Centro de Informações do Exército (Cf. CEV-PR, 2017: 103).

²³ Operação Marumbi foi realizada em 1975 contra manifestantes ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A operação abrangeu as cidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Paranaguá, Mandaguari, Apucarana, Rolândia, Guarapuava, Ponta Grossa, Paranaíba, Cianorte e Cascavel. De acordo com o relatório final da CEV: “A operação foi desencadeada em setembro de 1975 com a finalidade de impedir a reorganização do PCB, ou sua articulação com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que obtivera significativa vitória para seus candidatos nas eleições de 1974 em todo o Brasil. Essa operação repressiva se inscreve na mesma linha da “Operação Bandeirantes” (SP) e da “Operação Barriga Verde” (SC). Nessa operação, no Paraná, foram presos e interrogados, com uso de tortura física e psicológica, cerca de cem militantes e simpatizantes do PCB e também algumas pessoas que ocasionalmente tinham relações com esses militantes. Foram indiciadas 65 pessoas” (CEV-

denotam o uso de violência extrema e desproporcional por parte das forças do Estado. O texto aponta a necessidade da construção de referências memoriais a estes episódios.

Na sequência, no decorrer das páginas 37 a 509, são publicados os resultados das investigações, pesquisas e considerações acerca da “Operação Condor” no Paraná. O relatório é composto por um total de 789 páginas. Estas discussões ocupam, portanto, praticamente 60% de toda a publicação. Além de uma ampla contextualização sobre a Operação, esta parte apresenta uma gama de documentos, as vezes de modo aleatório, apenas inseridos no decorrer do texto. O texto adentra em vários casos específicos, trazendo detalhes sobre as vítimas, as circunstâncias das violações, os agentes responsáveis e a cadeia de comando.

Este GT ocupa a maior parte do relatório preliminar, talvez por tratar de um desdobramento de uma política internacional intensiva durante a ditadura e que possibilita compreender as ações militares em território paranaense em um contexto mais amplo, atrelado ao cenário sul-americano e suas relações com a Guerra Fria. A Operação Condor serve como elemento importante para a compreensão de medidas desenvolvidas pelo exército brasileiro, bem como a postura assumida em diferentes casos que se caracterizam enquanto violações, seja contra militantes políticos de esquerda, movimentos de guerrilha, movimentos de opositores ao regime, camponeses, indígenas, estudantes, dentre outros.

Na sequência temos as constatações do GT Segurança Pública e Militarização, que traz importantes considerações sobre o aparelhamento e militarização da sociedade brasileira, a atuação dos DOI-CODI, as orientações dos Manuais militares, etc. Ao final, tem-se uma ponte de como essas estruturas se atrelam historicamente à violência no presente, aos abusos

PR, 2017: 114). Ao total foram presas 106 pessoas, com 65 processadas e enquadradas no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional, tendo ao seu final 15 condenados.

²⁴ Luiz André e Clari Izabel Fávero militaram no movimento estudantil do Rio Grande do Sul. Luiz André foi presidente da União Caxiense de Estudantes Secundários e depois da União Gaúcha dos Estudantes Secundários. Passaram a militar na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), e, por decisão dessa organização, vieram para o Paraná, pois não poderiam permanecer na ilegalidade no Rio Grande do Sul. Decidiram montar uma base de resistência no oeste do Paraná, onde o pai de André tinha um pequeno sítio. Lá morava também Alberto Fávero, cunhado de Izabel. A prisão foi na madrugada de 4 para 5 de maio de 1970. Uma verdadeira operação de guerra, com cerca de setecentos homens armados que invadiram a cidade, fizeram levantamento aéreo e cercaram a área. Participaram da operação o DOPS do PR e a 5ª Cia. de Polícia do Exército do 1º Batalhão de Fronteira de Foz (5ª Região Militar), comandada pelo capitão Kruger. Na operação foram destruídos bens dos pais de Luís André, agricultores. Eles tiveram a colheita queimada e ficaram detidos na residência que foi revirada durante toda a operação, na madrugada de 5 de maio. Todos foram detidos arbitrariamente e levados para instalações do Exército no 1º Batalhão de Fronteira de Foz (5ª Região Militar), onde ficaram presos e foram torturados por agentes militares e civis da ditadura. Izabel estava grávida e foi torturada fisicamente com choques elétricos. Em decorrência dos maus-tratos sofridos na prisão, teve sangramentos e abortou. (CEV-PR, 2017: 107-108)

das polícias, às chacinas e mortes sumárias, bem como à criminalização de determinadas categorias e a conclusão geral da necessidade da desmilitarização da polícia.

O GT “Partidos Políticos, Sindicados e Ditadura” apresenta a ação repressiva frente a esses organismos, bem como as perseguições, prisões e violações sofridas, organizadas em uma lista de 49 depoentes, com um breve resumo com o histórico de cada um.

Já o GT “Ditadura, Sistema de Justiça e Repressão”, “levantou elementos sobre a atuação de advogados, de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado do Paraná durante o regime ditatorial, sob o que se convencionou chamar de ‘legalidade autoritária’, violadora de regras e institutos democráticos” (CEV-PR, 2014: 613).

O Relatório se fecha com os apontamentos do GT Graves Violações de Direitos Humanos contra Povos Indígenas e Camponeses. Esta parte procura demonstrar através da combinação de artigos, pesquisas, entrevistas e documentos como durante a ditadura militar ocorreu uma intensificação do conjunto de violações sobre camponeses e indígenas. O relatório pontua que “O número de vítimas é expressivo e a memória destas violações permanece viva nas coletividades e entre os familiares, a despeito da invisibilidade que o período ditatorial lançou sobre estas vítimas de violência” (CEV-PR, 2014: 35).

Enquanto realizávamos a leitura do Relatório lançado pela CEV-PR em 2014 e seu cotejamento com bibliografia sobre o período e com as entrevistas que produzimos, foi confeccionada uma revisão do Relatório, visando o lançamento de um Relatório Final, que ocorreu em novembro de 2017. Várias rugosidades do relatório anterior foram corrigidas e o texto foi melhor estruturado.

O Relatório Final foi construído a partir do levantamento documental, do conteúdo acumulado nas 59 Audiências públicas realizadas, bem como em oitivas individuais com vítimas, agentes do Estado e civis, sendo que muitos se apresentaram voluntariamente para contar suas experiências no Ministério Público.

Se o Relatório de 2014, que passou a ser considerado preliminar, apresentava-se bastante assimétrico em seus resultados – vide o exemplo do Grupo de Trabalho da Operação Condor, o qual anexou materiais e documentos no meio do relatório, tornando-o demasiado extenso –, o Relatório Final equalizou melhor essa dimensão. Como pudemos observar no Grupo de Trabalho sobre os sindicatos, uma série de depoimentos que apareciam sem

referência alguma no relatório de 2014, foi organizada de maneira clara e uniforme na versão de 2017.

No tocante ao GT sobre os conflitos no campo, no primeiro relatório a maior parte das conclusões estava contida em dois textos sobre os conflitos em Porecatu e sobre a modernização agrícola do Oeste paranaense – respectivamente dos historiadores Angelo Priori, da Universidade Estadual de Maringá, e Carla Silva, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - que foram integrados às conclusões finais.

O Relatório Final apresentado em 2017 aparece com um texto mais estruturado, conseguindo trazer dimensões presentes nas Audiências de forma mais nítida. Suas conclusões são pautadas de maneira mais direta, numa leitura geral do que foi coletado nas Audiências realizadas em todo o Estado e conforme as orientações e modelo do Relatório da Comissão Nacional. O documento produzido pela CEV traz, ao final das constatações de cada Grupo de Trabalho, recomendações acerca de medidas a serem tomadas acerca dos casos avaliados.

Os intensos trabalhos da Comissão da Verdade incluíram o estudo prolongado das diferentes composições regionais do Paraná, suas especificidades e conflitos, como forma de mapear o conjunto de tensões as quais demarcam a historicidade de cada região. O trabalho incluiu a coleta de documentos e investigações, bem como a produção de testemunhos com vítimas de torturas, prisões e outras violações aos direitos humanos, de modo mais atento ao período pós 1964. O material coletado foi sistematizado e reunido em um Relatório Final composto de 2 volumes e dividido em 11 capítulos.

O primeiro volume, com seis capítulos, traz em seu início um panorama geral resumindo as atividades desempenhadas pela CEV “Teresa Urban”, apontando o Marco Legal para a Comissão, a metodologia utilizada, as reuniões, o processo de oitiva das testemunhas, as Audiências Públicas, uma breve biografia de Teresa Urban e quem foram os torturadores envolvidos.

O segundo capítulo, sob o título: “Ditadura, sistemas de justiça e repressão”, foi elaborado por Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Daniel de Oliveira Godoy Junior e Maria Aparecida Blanco de Lima, versando sobre como a ditadura atuou ao largo de todo Poder Judiciário: Justiça Estadual, Ministério Público, Justiça Federal, Justiça Militar, bem como interferiu na atuação profissional de advogados.

O terceiro capítulo, elaborado por Vera Karam de Chueiri, José Antônio Peres Gediél, Eduardo Faria Silva e Heloisa Fernandes Câmara, traz as “Graves violações de direitos humanos”, trazendo o caso da Família Fávero (em Nova Aurora, Oeste do Paraná), o Massacre de Medianeira (no Parque Nacional do Iguaçu), a Operação Marumbi, a repressão ao movimento estudantil em episódios como “Três Reis” e a “Chácara do Alemão”, entre outros.

O quarto e quinto capítulos são os que mais se servem do material produzido a partir da Audiência Pública de Cascavel. Ambos foram coordenados pelo Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, sendo que no quinto foi compartilhado com o historiador Angelo Priori.

No quarto capítulo, “Graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas”, traz o amplo processo de expropriação, expulsão e perseguição de indígenas, pela expansão do latifúndio, bem como pela construção de barragens para hidrelétricas, com destaque para Itaipu.

O quinto capítulo, intitulado “Graves violações de direitos humanos no campo”, se assenta sobre vários aspectos ligados ao Oeste e Sudoeste do Estado de modo bastante direto: a grilagem, o Levante dos Posseiros, os Grupos dos Onze, a Operação Três Passos, a ação de jagunços, o MST, os quilombolas etc.

O sexto capítulo trata de “Segurança pública e militarização”, com a coordenação de Pedro Rodolfo Bodê de Moraes e Silvia Calciolari, aborda a atuação de um aparato ligado a Doutrina de Segurança Nacional, como o DOPS, o DOI-CODI e outros.

O volume dois do Relatório está organizado em cinco capítulos: o primeiro sobre a “Operação Condor”, demonstrando como diferentes Governos e forças de segurança do Cone-Sul agiram em consonância na perseguição de “inimigos internos”. O segundo capítulo aborda “Outras graves violações de direitos humanos”. Ambos foram coordenados por Ivete Maria Caribé da Rocha e Norton Nohama. Na sequência, o terceiro capítulo, faz a abordagem acerca de “Partidos políticos, sindicatos e ditadura”, sendo escrito por Márcio Mauri Kieller Gonçalves e Roberto Elias Salomão. Ao final, tem-se uma seção de “Textos temáticos”, feito sob a coordenação de Fátima Branco Godinho de Castro, Maria Aparecida Blanco de Lima, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Angelo Aparecido Priori, Jefferson de Oliveira Sales, Raquel de Souza Ferreira Osowski e Mauro Domingues dos Santos.

Em seus dois volumes, o Relatório Final traz mais de 100 recomendações, entre as quais as mais constantes são: revogação da Lei da Anistia, desmilitarização das polícias, restituição de terras a indígenas, encaminhamento de processos de indenização, alteração de nomes de colégios, prédios e outras obras públicas, pedidos de desculpas formais pelo Estado às vítimas, memoriais às vítimas, etc.

Observamos um grande avanço nas denúncias de arbitrariedades cometidas durante o período, principalmente no tocante à Itaipu e aos indígenas, apresentando imputações contundentes acerca das expropriações da área da barragem, da violência contra tribos locais e outros elementos que, embora não façam parte do escopo dessa pesquisa, são importantes mencionar por seu mérito²⁵.

Outro aspecto que merece destaque são os avanços apresentados sobre a questão das mulheres no cenário da ditadura, embora no relatório a noção de resistência e os depoimentos abordados não deem conta de dimensionar a amplitude da participação feminina em meio à luta contra a ditadura, como procuraremos demonstrar a seguir²⁶. Outrossim, as mulheres que são ouvidas e apresentadas são, em essência, brancas, de famílias católicas, com estudo superior – Isabel Fávero, Clarissa Mertz, Tereza Urban – o que reproduz um pouco do cenário e ideia presentes na mentalidade conservadora compartilhada por parte da população do Estado.

Os próprios integrantes do Grupo dos Onze, em sua maioria camponeses e analfabetos ou com pouca escolarização, são apresentados apenas a partir de uma visão geral, como abordaremos a seguir. Todavia, o trabalho realizado é de grande importância para o entendimento de como operou a repressão política na região, desmistificando visões

²⁵ O Relatório Final constatou que a remoção dos indígenas, efetuada sob as ordens diretas da “diretoria de desapropriações” da Itaipu, obedecia a um *modus operandi* que consistia na retirada primeiro “amigável”, depois compulsória “daqueles que não queriam sair”. Essa remoção seria seguida da ação, operada pelo setor em que trabalhava o servidor que prestou depoimento à CEV, consistente em “botar fogo” nas “ocas” dos índios que a Itaipu “descobriu”, as quais foram descritas como “barracos”, ou com “algumas paredes”. A respeito de tal procedimento, o entrevistado enviou fotos que identificam “ocas dos índio que nós [servidores da Itaipu] queimava” – as fotos trazem imagens dos incêndios com servidores à frente, e há também a imagem de edificação similar à moradia indígena tradicional, na qual se pode identificar um servidor da Itaipu em frente à entrada. É importante registrar, que o entrevistado chega a associar uma dessas queimas de “ocas” ou “barracos” à remoção de indígenas para Oco’y. (CEV-PR, 2017: 253)

²⁶ Sobre essa temática ver: CONRADI, Carla. Memórias do Sótão. Op. Cit. O objeto central da pesquisa é a Invisibilidade feminina, promovendo uma discussão das memórias das mulheres que participaram da luta contra a ditadura no PR, analisando a constituição dessas subjetividades no processo de contar sobre si e sobre um passado de ação política contra a ditadura.

equivocadas sobre o período, como pontua o próprio Dr. Olympio de Sá Sotto Mayor, promotor de justiça e coordenador da CEV-PR, em entrevista que realizamos em 10 de julho 2017:

Então, até então as pessoas, especialmente aqui no Paraná, onde pessoas chegavam a dizer e continuam dizendo que aqui não houve violência, que aqui foi diferente, pelas relações institucionais e familiares e não sei o que [...] Não é possível que um torturador, alguém que tenha praticado crime de lesa humanidade compareça num programa de televisão e diz: “não, nós fizemos mesmo”. Pior, ter os Bolsonaro da vida elogiando esses criminosos [...] não há dúvida que a punição tem que ocorrer, como eu disse, se não vamos continuar vendo as pessoas homenageadas em praça, com nome de escola e sendo enaltecidas ainda por terem praticado graves violações dos direitos humanos, lembrando que a Lei de Anistia brasileira, diferentemente do que ocorreu em outros países, e também experimentaram estado totalitário, violento, criminoso... a lei brasileira, a Lei de Anistia foi sancionada, foi aprovada no Congresso Nacional ainda durante a ditadura... (MAYOR, 2017: A/A)

O promotor pontua a necessidade de se desconstruir uma visão positiva acerca da ditadura civil-militar, a visão de que não se operou com violência no Paraná. Nesse sentido, guarda posição importante sobre as revelações constantes no relatório, que prova ter havido repressão, violência e até genocídio contra populações indígenas. Em entrevista para o *Jornal Gazeta do Povo*, por ocasião do lançamento do novo Relatório Final, Dr. Olympio pontua que as apurações da CEV concluíram que:

[...] no Paraná tinha um quartel de tortura, em Foz do Iguaçu, onde muitas mulheres foram seviciadas, e também foi palco de um massacre, em Medianeira, onde cinco pessoas foram executadas (os corpos continuam sumidos) e de sequestros, estupros, perseguições e resistência [...] No Paraná há a ideia de que não teria ocorrido ditadura e nem graves violações. E quando havia registro era relacionado a professores cassados, estudantes presos, relatos restritos e urbanos. Os primeiros a sofrer foram os militares que se opuseram ao regime. Num segundo momento, e isso ficou caracterizado no Paraná, os trabalhadores do campo. Haviam os Grupos dos Onze, gaúchos do campo que discutiam cooperativismo, agroecologia e reforma agrária. Eram inspirados por Leonel Brizola [governador do RS entre 59 e 63]. Vieram para o Sudoeste do Paraná e começaram a ser perseguidos.²⁷

²⁷ <http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/temos-que-desconstruir-a-ideia-positiva-que-se-tem-da-ditadura-diz-promotor-4plkkwbtkciqi427fp4x15p41>

Os casos apresentados e as conclusões expostas são alarmantes. Ao procurarmos semelhanças na estruturação entre os relatórios finais da CNV e preliminar da CEV-PR, - que foram lançados num mesmo íterim – podemos destacar uma percepção em comum, voltar um determinado olhar para o passado com uma intenção memorialística pautada pela defesa dos Direitos Humanos.

Embora as abordagens dos relatórios da CNV e CEV tragam diferenças em relação à noção de reconciliação, à questão das punições e indenizações, a postura prognóstica da memória é um ponto em comum. Para o relatório da CNV, as “conclusões e recomendações devem ser interpretadas à luz da finalidade de indicação de medidas destinadas a fazer com que as violações do passado não voltem a ocorrer no presente e no futuro” (CNV, 2014: 40). Já para a CEV-PR, “*o trabalho das comissões da verdade é fundamental para a reconstrução de uma narrativa que recupera a verdade, recria a memória e, assim, possibilita um futuro digno de ser vivido*” (CEV, 2014: 21). Contudo o relatório da Comissão Estadual pontua, de modo mais enfático e condenatório que o relatório da Comissão Nacional, o seguinte: “*quando se trata de um passado de atrocidades, criminoso, cruel o único acordo possível é o estabelecimento de mecanismos (de justiça) que reparem, responsabilizem e impeçam, de todas as formas, que o futuro repita o passado*” (idem).

Deste modo, na luta entre o que se objetivava realizar e o que foi possível, reconhecemos também a existência de relações de força que dificultavam o processo empreendido pela CNV. Devemos destacar que enquanto segmentos do governo procuravam reconstruir essa parte do passado e oferecer condições reparatórias, na medida do possível, o próprio Estado brasileiro também procurou barrar a exposição de sentidos que fossem capaz de expô-lo àquilo que não quer admitir.

A leitura e audição dos depoimentos prestados nas Audiências de Cascavel e a análise de como foram selecionados, editados e apresentados no Relatório Final da CEV-PR acenam para a construção de uma memória sobre as resistências à ditadura. O relatório também traz à tona graves casos de violação aos Direitos Humanos e denúncias contra o terrorismo de Estado. Entretanto, como já sublinhado, o espaço dado para a oitiva das testemunhas – salvo algumas exceções – foi muito pequeno.

Este aspecto foi mencionado pela professora e historiadora Carla Conradi, em sua tese de doutorado, ao escrever sobre a entrevista feita com a militante Teresa Urban, a qual foi homenageada postumamente ao ter seu nome atribuído à Comissão Estadual da Verdade no

Paraná. Segundo a autora, a homenagem foi um reconhecimento honroso da relevância política de Teresa como militante no passado, não aos seus posicionamentos políticos no presente, em relação à Comissão. Na entrevista, concedida em 26 de abril de 2013, Teresa assim pontuou:

É, e essa coisa de querer saber como [foi torturada], que me irrita muito, por que... [...] cada pessoa tem o seu limite e cada pessoa sente as coisas de um jeito, então, isso não é um ranking e, eu criei uma certa resistência em falar porque me parecia, é maldade, mas parecia um campeonato de quem foi mais torturado. (CONRADI, 2015: 221-2)

Vale a pena destacar que Teresa Urban, em seu depoimento à Comissão²⁸, optou por ler um pequeno texto que escreveu em lugar de dar um testemunho. No texto, Tereza critica o curto espaço para poder falar sobre algo tão complexo – aproximados 10 minutos –, os métodos da comissão e pontua a ausência de uma ligação mais intensa entre passado e presente. Em sua análise comparativa sobre o depoimento lido por Teresa, a entrevista realizada e os diversos contatos entre a historiadora e a militante, Carla Conradi conclui que:

o que parecia importar era somente: quem foi torturado; como foi torturado e porque foi torturado, sem de fato ter poder constituído e reconhecido para mover ações que visam efetivamente, culpar quem no passado torturou e, criar precedentes para julgar e condenar as instituições que ainda usam livremente da prática da tortura, em muitos casos com o consentimento da sociedade brasileira.” (idem. Op. Cit.)

Desenvolvemos percepção semelhante após ter tido acesso aos depoimentos, na íntegra, fornecidos na Audiência de Cascavel e ter feito uma comparação analítica com o que foi utilizado e o que foi deixado de lado no Relatório Final. Por esse motivo, julgamos importante, nesse momento, discutir alguns aspectos dos relatórios da Comissão Estadual da Verdade, para uma compreensão mais ampla de como eles se encontram estruturados, os objetivos e o lugar social que permeiam sua redação, bem como o cenário nos quais são inseridos os fragmentos dos testemunhos selecionados. Tudo isso servirá de base para, nos capítulos seguintes, demonstrarmos como esses testemunhos possuem forte carga simbólica e subjetiva, revelando outros aspectos da violência e demonstrando como diferentes camadas de memória estruturam uma narrativa no presente.

²⁸ URBAN, Teresa. Comissão Nacional da Verdade em Curitiba. Depoimento de Teresa Urban. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rgXxWW_DxwU. Acesso em 15 julho de 2017.

Entendemos o papel importante das Comissões da Verdade, em levantar esses casos de violação, garantir o que Todorov classificou como “processo de evidenciação”, dando publicização social para casos onde pairava esquecimento e silêncio social, abrindo assim uma importante seara para o trabalho de nós historiadores e pesquisadores dessas questões.

1.4.1. O Relatório da CEV e os testemunhos

Neste momento, focaremos algumas abordagens feitas pelo Relatório Final da CEV-PR as quais se utilizam, de modo mais direto, de testemunhos produzidos na Audiência de Cascavel, para assim compreender como estes depoimentos foram compreendidos pela Comissão e em que contexto foram apresentados.

Marcio Selligman-Silva, ao analisar a etimologia do termo “testemunho”, classifica essa tentativa de construção de uma memória factual e puramente objetiva enquanto “testis”, isto é, um modelo de testemunho visual, “correspondente ao modelo de saber representacionista do positivismo, com sua concepção instrumental da linguagem que crê na possibilidade de transitar entre o tempo da cena história (ou a “cena do crime”) e o tempo em que se escreve a história (ou se desenrola o tribunal)” (2005: 81). Para este autor, o testemunho é uma modalidade da memória que não deve ser reduzida apenas a um meio para se obter informações. O autor demonstra como as marcas das catástrofes do século XX promoveram a ampliação do sentido meramente jurídico do testemunho, o que o autor chama de “virada culturalista” dentro das ciências humanas, introduzindo novos métodos e procedimentos de história oral.

Selligman-Silva, no artigo *Narrar o Trauma: A Questão do Testemunho de Catástrofes Históricas*, ao analisar a transição do testemunho para a cena jurídica em função da narração do trauma de catástrofes históricas, assim se posiciona sobre essa questão:

Mas será esta [a linguagem jurídica] capaz de permitir a construção da desejada passagem entre os indivíduos traumatizados pela catástrofe e a sociedade? Ela permitirá uma reintegração do passado? Sem dúvidas a esfera do direito e a instituição do tribunal podem criar fóruns para esta construção de passagens e para a refundação de moradias para estes Eus danificados, mas é verdade também que, enquanto um membro da esfera do poder, o direito não está isento de parcialidades. E mais, enquanto um modo de pensar falocêntrico calcado no discurso da comprovação e da atestação, ou seja, do testemunho como testis, o terceiro em uma cena de litígio, e não

como superstes, discurso de um sobrevivente, o direito tende a não garantir espaço para a fala muitas vezes fragmentada e plena de reticências do testemunho do trauma (SELLIGMAN-SILVA, 2008:78)

No aspecto da linguagem jurídica destacada pelo autor, pontuamos que os próprios termos “depoimento” e “Audiência”, largamente utilizados no decorrer dos trabalhos da Comissão da Verdade, denotam concepções e procedimentos baseados na linguagem e na práxis do Direito.

A reflexão de Márcio Selligman-Silva se assenta em uma crítica à limitação da linguagem em dar conta do que foi o passado, atestando “objetivamente” aquilo que foi, haja vista que os caminhos da memória, do esquecimento, do silêncio, passam por uma série de processos subjetivos, os quais podem conflitar com os critérios pretensamente objetivos de percepção e armazenamento do passado.

Em que pese a arquitetura metafísica de tribunal, a Audiência suscitou importantes questões e elementos materiais contundentes acerca da atuação da Ditadura na região, o que demonstra sua importância no processo de dar visibilidade pública às memórias sobre atrocidades realizadas no período. Ao mesmo tempo, que entendemos que os testemunhos devem ser analisados também a partir desse quadro de limites e tensões.

1.4.2. O Grupo dos Onze no Relatório da CEV

No tocante ao chamado Grupo dos Onze, o relatório final da CEV-PR faz uma descrição de sua atuação, desenvolvendo um panorama de suas finalidades e dimensionando seu papel político naquele cenário histórico. Neste aspecto, percebe-se o intuito de esclarecer ao público-leitor sobre aspectos do passado político recente que, a despeito da pesquisa histórica, permanecem desconhecidos do grande público:

O Grupo dos Onze foi concebido pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, em 1963, que antevia a necessidade da organização popular a partir de grupos coesos e politizados, porém não muito numerosos. Idealizou, assim, a organização de agremiações integradas por no máximo onze pessoas como células de atuação política, os denominados “grupos dos onze”. Instalando-se nos movimentos sindicais e estudantis, estas organizações adquiriram significativa força política,

contribuindo decisivamente para a formalização de alianças operárias e estudantis. (CEV-PR, 2017: 297)

O Relatório, partindo do documento fundador do Grupo, intitulado “Cartilha do Grupo dos Onze”²⁹, cita o três princípios básicos de sua ação: “1) defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro; 2) apoio às Reformas de Base imediatas; e 3) libertação nacional do jugo imperialista (da espoliação internacional)” (CEV-PR2, 2017: 320), relatando que o documento ainda conclama a população a lutar contra o golpe militar. Na sequência, o Relatório Final demonstra, com base em obras como as do historiador Thomas Skidmore e no livro *Brasil: Nunca Mais*, como o movimento se organizava e como as pessoas que participavam dos Grupos dos Onze se tornaram alvos de atividades repressivas emanadas do Estado ditatorial (CEV-PR2, 2017: 321).

Embora o Relatório Final assinala a existência de Grupos dos Onze em todo o Estado, chegando a mencionar alguns nomes de integrantes do Grupo dos Onze em Itaguapé, na região Noroeste³⁰, o documento traz em seu conteúdo apenas o depoimento do Sr. Braulino Martins dos Santos, participante do movimento no Sudoeste do Estado, e que foi depoente na Audiência Pública de Cascavel, organizada na Uniãoeste, pelo Comitê Verdade, Memória e Justiça.

Interessante salientar que além de aparecer na seção específica que analisa a questão dos Grupos dos Onze, no volume 2 do Relatório Final, o caso de Braulino também aparece no volume 1, ali analisado de modo individual. Tendo o conhecimento de diferentes depoimentos de integrantes dos Grupos dos Onze no Sudoeste do Paraná, bem como tendo realizado entrevistas posteriores com os mesmos, podemos perceber que o depoimento de Braulino se insere no que chamamos de “testemunho exemplar”, tanto por conta de sua estrutura coerente, quanto pelo relato detalhado acerca da violência sofrida:

²⁹ Cópia deste documento encontra-se arquivada no projeto *Brasil: nunca mais* (BNM), processo nº 292. Disponível em: <<http://bit.ly/2seMI4K>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

³⁰ “Vítimas envolvidas no Grupo dos Onze de Itaguapé: 47 1) Gerson Braz da Silva; 2) Januário Francisco Filho; 3) João Gregório da Silva; 4) José Candido Moreira; 5) José Ferrari; 6) Júlio Guerino Pinaff; 7) Manoel Alves de Souza; 8) Manoel Julião de Souza; 9) Milton Pecepe; 10) Sebastião Vicente de Paula; 11) Sizenando Macedo.”(CEV-PR2, 2017: 324)

Eles chegaram com um rolo de corda, e, então, trelaram assim nos punhos, mas bastante, gente. De Cidade Gaúcha nós estávamos mais ou menos em uns catorze, mas tinha mais gente dos outros municípios [...] Tinha mais de sessenta, oitenta pessoas. Numa caçamba [...] E daí fomos conduzidos nessa caçamba, todos trelados, pra Cruzeiro do Oeste. Fiquei lá não sei quantos dias, e dali me levaram para Curitiba.

Chegamos em Curitiba dia 21 de abril. Lá em Curitiba ficamos no Ahú, 104 dias. Quer dizer, eu falo mais ou menos assim, porque tem no papel, porque estão marcados os dias, mas eles lá não marcaram muito certo. Mas ficamos essa quantia. Então, fomos trelados, volto a falar do trelamento. Fomos trelados que nem porcos, e assim levados para Cruzeiro do Oeste. Aí, lá em Cruzeiro do Oeste, levantaram aquela caçamba, e todos nós rolamos no chão, assim. E lá em Curitiba, então, ficamos 104 dias, deram o alvará de soltura para eu voltar para a casa de Cidade Gaúcha. Para Curitiba nós fomos de ônibus algemados até Maringá. De Maringá nós fomos algemados de trem até Curitiba. Me lembro até hoje. Cheguei dia 21 de abril em Curitiba. (CEV-PR2, 2017: 325-6)

O testemunho prestado por Sr. Braulino descreve o modo como se davam as condições desumanas da prisão, quando foram “trelados como porcos”, isto é, amarrados como animais às vésperas do abate, e transportados em condições perversas. O excerto acima traz informações que vão ao encontro daquilo que é preconizado pela Comissão em relação ao seu mandato de investigar as graves violações, descrevendo os locais, as datas, o tipo de violência sofrida, bem como o tempo de prisão.

O relatório segue trazendo o depoimento do Sr. Braulino, que descreve como se dava a tortura por eles sofrida:

Aí vinham e tiravam a gente e levavam assim para o militar. Aí o militar investigava a gente. Duas, três horas. Saía aquele tenente, chegava outro tenente, até amanhecer o dia. Então foram 104 dias desse jeito [...] Me colocaram duas vezes no pau de arara. E, em cima daquelas latinhas, eram latinhas de ervilha, eles colocavam a gente de pé em cima das latinhas. Latinhas e pau de arara. Amarravam a gente e colocavam entre duas cadeiras. [...] Queriam que a gente falasse que a gente era comunista, que defendia o comunismo. Então, falavam pra gente se a gente pretendia que entrasse o comunismo. (CEV-PR2, 2017: 326)

A fala do depoente sintetiza a descrição da tortura, dos suplícios impingidos, faz um retrato estruturado da violência, descreve o tempo em que ficaram sob estas condições, o tipo de violência, a busca por extorquir uma confissão e o cenário político por trás disso tudo.

Conforme mencionamos anteriormente, grande parte dos camponeses que entrevistamos e que prestaram depoimento para a Comissão da Verdade possui uma dificuldade em falar de modo mais estruturado sobre o seu passado. Muitos carregam profundos estigmas, como abordaremos nos capítulos 2 e 3 dessa tese. Já o testemunho de Braulino dá conta de uma série de elementos objetivos, por meio de uma descrição bastante factual. Infelizmente não pudemos entrevistá-lo, pois já havia falecido quando iniciamos essa etapa da pesquisa. Todavia, a construção de sua fala e a seleção de partes de seu depoimento para o relatório é utilizada para demonstrar a perseguição sofrida pelo Grupo dos 11. Neste aspecto, destacamos que esses grupos, apesar de identificações similares, tinham configurações diferentes, dependendo dos integrantes, dos lugares, entre outros, muitas vezes apresentando identidades, regionalidades e objetivos diversos.

Outrossim, ao analisarmos o depoimento de Braulino na Audiência Pública de Cascavel, observamos que sua fala não se deu de modo tão organizado quanto aparece no relatório. A primeira sentença de sua fala no relatório é, na verdade, parte final de seu depoimento na Audiência: “Aí vinham e tiravam a gente e levavam assim para o militar. Aí o militar investigava a gente. Duas, três horas. Saía aquele tenente, chegava outro tenente, até amanhecer o dia. Então foram 104 dias desse jeito”. Na sequência do depoimento Braulino pontua que: “Aí com 104 dias deram o alvará de soltura pra eu voltar pra casa, na cidade Gaúcha. Então é isso que eu tenho pra falar” (Depoimento de SANTOS, Braulino. 2014: Audiência CEV-PR).

Após uma sequência de onze perguntas realizadas por integrantes da Comissão, é que vem a resposta à segunda e à terceira sentença que aparecem conjugadas no relatório. As reticências incluídas na citação do relatório correspondem a um período espaçado entre as falas de Braulino e separadas por perguntas feitas por membros da Comissão durante a Audiência ao depoente. Esta interação foi cortada, de forma a se trazer para o texto do relatório um texto único e corrido como se o mesmo fosse a integralidade da fala do depoente, quando as informações se encontram de modo diluído em diferentes respostas a perguntas da Comissão:

Ivete Caribé da Rocha: E, durante o período que o senhor esteve preso, o senhor apanhou da polícia, sofreu violências físicas?

Braulino Martins dos Santos: Sim! Me colocaram duas vezes no pau de arara. E, em cima daquelas latinhas, eram latinhas de ervilha, eles colocavam

a gente de pé em cima das latinhas. Latinhas e pau de arara. Amarravam a gente e colocavam entre duas cadeiras.

Ivete Caribé da Rocha: O que eles queriam que o senhor falasse?

Braulino Martins dos Santos: Queriam que a gente falasse que a gente era comunista, que defendia o comunismo. Então, falavam pra gente se a gente pretendia que entrasse o comunismo. (Idem)

Em essência a reprodução dos fragmentos do testemunho de Braulino retrata a violência presente nas abordagens sofridas. O que objetivamos, ao apontar a seleção e composição das citações dos depoimentos, é apontar que os fatos e o passado não se encontram disponíveis nos depoimentos de modo espontâneo, cabendo ao pesquisador ou a Comissão somente “resgatá-los”. Queremos demonstrar que houve uma interação no processo de produção dos depoimentos, que o depoimento/entrevista é algo produzido com o propósito de atender demandas específicas, como foi destacado por Alexander Freund, ao debater a entrevista/depoimento como um “processo gerador de dados”. E que, nesse sentido, o conhecimento da natureza das fontes, como foram produzidas, a presença do entrevistador, isto é, das “estruturas subjacentes à entrevista” (FREUND, 2013: 14) são elementos importantes para compreender seus usos e sentidos.

Na esteira dessas dimensões, sublinhamos a transformação do seu depoimento em “testemunho exemplar”, no relatório da CEV-PR. Ele serve para retratar a repressão, assim como o penoso impacto emocional que esse passado lhe causou. Os usos do depoimento de seu Braulino no relatório demonstram que os integrantes dos Grupos dos Onze foram perseguidos, presos e torturados, por serem identificados como comunistas pela repressão. Entretanto, sua vinculação com o Grupo, os significados e motivos de sua participação, como ele interpreta isso no presente e outras questões não constam no relatório que foi redigido a partir dos objetivos circunscritos pela Comissão.

Tzvetan Todorov (2000: 30) escreve que ao se transformar um caso em exemplar, procura-se uma manifestação mais ampla e geral, servindo-se do mesmo para a compreensão de outras situações, construindo-o como um exemplo e extraíndo dele uma lição. Depreende-se que o relatório, em suas escolhas, trabalhou com testemunhas exemplares, bem como com uma objetificação de fragmentos testemunhais que possuem grande capacidade subjetiva, no intuito de “estabelecimento dos fatos” que combatam os silêncios acerca do passado.

Sabemos, contudo, que os relatórios devem ser apenas um ponto de partida para outras ações e políticas de memória, sendo impossível dar conta da totalidade dos casos. Os mesmos são a principal ferramenta para a publicização da violência e para a reivindicação de reparação, tanto material como simbólica, levando em conta o direito à verdade e à memória.

Para Luis Eduardo França Jardim, professor de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e doutor em Psicologia Social, no artigo *Psicologia Social e Pesquisa com Memória: Método e Reparação de Danos da Ditadura Civil-Militar* (2017), ao longo de mais de três décadas se individualizou o sofrimento das vítimas. Ele se refere a “sofrimentos políticos não enfrentados apenas psicologicamente” (JARDIM, 2017: 105), o que teria culminado não apenas na privatização do dano, mas dimensionado a subsistência de uma cultura do medo. Nesse aspecto, a realização das Audiências e a publicação dos resultados das comissões significa viabilizar um espaço propício para falar abertamente acerca das violações, bem como tornar público danos que antes ficavam circunscritos à esfera privada.

1.4.3. A resistência feminina no Relatório da CEV

O Relatório Final da CEV insere o depoimento de Clarissa Mertz em seu item “5.12. Resistência Feminina”. A escolha operada pelo Grupo de Trabalho se dá em função de um excerto de seu depoimento, no qual Clarissa destaca a importância e o papel desempenhado pelas esposas e familiares das pessoas que lutaram contra a ditadura. Além da fala de Clarissa Mertz, encontram-se, nessa seção, os depoimentos de Clari Isabel Fávero, depoente na Audiência Pública de Foz do Iguaçu, e referência a Laurentina Antônia Dorneles, mãe do depoente Valdetar Antônio Dorneles, a qual apenas foi citada pelo filho em uma pequena parte de seu depoimento.

Estas escolhas demonstram a preocupação da Comissão em compreender a maneira como a ditadura não apenas atravessou a vida de vítimas diretas, mas também a de seus familiares. O depoimento de Clarissa é muito mais abrangente do que o que se encontra contido nos fragmentos citados. Ao narrar sua experiência com a prisão do pai, Reneu Mertz, e as consequências das violações sofridas por ele, como avaliaremos no terceiro capítulo, observaremos a amplitude de sua fala e como o relatório pinça uma situação específica do depoimento de Clarissa como forma de evidenciar a resistência feminina durante o período

ditatorial. O relatório não contempla a construção temporal do testemunho de Clarissa, ou seja, o modo pelo qual sua fala encontra-se mediada pelo presente, bem como a maneira como ela constrói uma memória do pai.

O documento final da CEV assim se refere ao seu depoimento: “no depoimento de Clarissa os sentimentos são descritos, articulados aos fatos e, muitas vezes, sobressaem-se na narrativa, mais que o próprio acontecimento. Ela procura dar um enfoque familiar e até mesmo sentimental para os fatos ocorridos” (CEV, 2017: 354). Uma determinada perspectiva de gênero também aparece aqui, ao se destacar e associar o depoimento daquela mulher aos sentimentos que sobressaem na narrativa. O relatório não descreve nem ao menos como a sua trajetória e a da mãe refletem a “resistência feminina”.

O relatório procura fazer uma descrição objetiva da figura do pai de Clarissa Mertz, descrevendo fatos por ela narrados como se esses fossem uma descrição precisa do passado. Os fatos são dimensionados cronologicamente: a eleição para vereador de Reneu Mertz, sua cassação e prisão, a violência sofrida, as privações da família e o preconceito da sociedade, as doenças adquiridas na prisão e sua posterior morte. O relatório não menciona a adesão e envolvimento de Reneu à VPR, assim como veremos que a filha também não menciona isto em seu depoimento. Outrossim, o relatório procura, dentro de sua concepção de objetividade, reconstruir a trajetória política de um homem vítima da repressão, sua cassação e prisão, para mencionar o sofrimento de sua esposa, como exemplo de resistência feminina.

Nesse sentido, levantamos a questão de como as Comissões da Verdade, ao pontuarem a necessidade da reparação dos danos causados pela repressão e violência de Estado, trabalham com a reparação. O silenciamento imposto, a impunidade, a aprovação da violência por parcelas da população, tendem a relegar o sofrimento da violência a uma dimensão individual, promovendo uma privatização do dano. Em seu relatório final, a Comissão da Verdade oferece substrato para movimentos sociais mais amplos pautarem uma politização do dano, rompendo com a esfera de individualização e culpa das vítimas, retirando-as do isolamento e dimensionando seu caráter político. Ao falar em reparação a Comissão acena para as disputas que se travam no presente em torno de determinadas memórias e que acabam por não serem tratadas no relatório, mas tem ali subsídio para o avanço desses debates.

Percebemos no relatório da CEV-PR o constante uso dos termos “verdade”, “justiça”, “memória”, “democracia”, “futuro”, entre outras, que são utilizados como vetores

de interpretação, que servem para se referir a expectativas em relação aos trabalhos da comissão, ou seja, são vetores que apontam para anseios futuros. Assim, acaba por sugerir modalidades de compreensão desses discursos, como observa-se no trecho que segue:

A Comissão da Verdade do Estado do Paraná - Teresa Urban compromete-se com o seu trabalho, com o restabelecimento da verdade, da memória e da justiça nas tramas de uma cultura democrática e de direitos humanos no cotidiano da existência dos cidadãos brasileiros e paranaenses (CEV-PR, 2014: 21).

Neste pequeno fragmento e em diferentes momentos do texto em sua íntegra, a Comissão se coloca como um objetivo possibilitar uma memória passível de promover a justiça, a democracia e os direitos humanos, capaz de lançar luz a um período de obscuridade e conduzir a outra interpretação do passado, superando uma modalidade que representa sua negação: a mentira, o esquecimento, a injustiça, a ditadura e a violência.

Partindo dos apontamentos até aqui delineados, podemos nos ater de maneira mais estrutural no que tange à construção de um ideal pensado no presente, em relação ao passado, mas com vistas ao futuro, tendo por objetivo o estabelecimento de uma determinada memória acerca do passado ditatorial.

No cenário contemporâneo, na era “pós-catástrofe”, o ato de lembrar tornou-se uma obrigação, situação fundamental para que se estabeleça uma cultura da memória, para que se traga à luz lembranças que foram silenciadas ao longo do processo histórico. Nesse sentido, o historiador francês François Hartog (2013) escreve sobre como o tempo é experimentado socialmente, analisando diferentes panoramas históricos a partir de uma multiplicidade de fatores que compõem o tecido social. O autor desenvolve sua principal categoria para uma análise histórica, os “Regimes de Historicidade”, que consistem na percepção analítica da articulação das três categorias que se entrelaçam na composição do tempo histórico, são elas: passado, presente e futuro.

Hartog reconhece que a constituição do passado pelo historiador conecta-se com as visões pautadas e articuladas no presente, observando a articulação de diferentes tempos historiográficos, isto é, uma multiplicidade de regimes de historicidade. Para este autor, na sociedade atual, o presente se encontra dilatado, expandido sobre si, inábil para ocupar os vazios entre a experiência e a expectativa. Assim, uma cultura fundada na memória, no

patrimônio, nas comemorações, torna-se muito usual, pois as pessoas procuram um enraizamento, um sentido para suas vivências.

Partindo dessa leitura, podemos historicizar melhor a necessidade de construção de uma cultura da memória que inclua também as das inúmeras e diferentes vítimas das ditaduras e genocídios no mundo, pleiteada pela CEV, pois o presente, despido de um passado que possa ser tomado como exemplo, sem grandes perspectivas para seu futuro, vê-se na iminência de se reinventar, repensando este passado a partir de si.

Variados elementos colaboraram para os depoimentos prestados nas Audiências da CEV-PR, como o fato de que, para muitos, narrar suas experiências significava um reconhecimento, um momento de se afirmar e, para outros, de tentar dizer o indizível. Estas necessidades e expectativas das vítimas se encontram atreladas às da Comissão de forma que muitos indivíduos precisam esclarecer os fatos para poderem fechar determinados ciclos de suas vidas e seguir em frente, assim como a Comissão procura esclarecer os fatos como forma de demonstrar as violações ocorridas no passado e evitar que isso volte a se repetir.

Outrossim, conjuntamente com a dimensão anteriormente apontada do movimento de uma temporalidade que se insere num “Presente Futuro” (Koselleck, 2006), acreditamos que, para além dos registros de situações passadas que a Comissão julga necessários de serem evidenciados e estabelecidos no plano da memória, também se objetiva construir representações que serão compartilhadas pela sociedade acerca desse mesmo passado. Muitos trechos de depoimentos selecionados e trazidos para o relatório se inserem nessa compreensão, à medida que visam a construção de um “Presente Futuro”, como abordado anteriormente. Assim, o exemplo abaixo, do depoimento da militante Izabel Fávero, trazido no relatório preliminar CEV-PR, demonstra como o horizonte de expectativa da Comissão guia algumas citações de depoimentos e comentários sobre eles feitos pela comissão. Essa é outra função do uso dos depoimentos a ser sublinhada:

A mulher brasileira ainda sofre com a cultura e mentalidade de uma sociedade que a diminui (sic), desvaloriza e desqualifica a figura feminina. Isso fica evidente também nas técnicas de tortura, pois além de toda a violência, no momento dos xingamentos, houve a estratégia articulada de utilização de adjetivos de cunho machista. Conforme vemos:

Era um jogo de tortura psicológica, física. Eu fui muito ofendida como mulher (...) a gente além de ser torturada fisicamente, psicologicamente, a mulher é “vadia”, falavam mesmo é que a gente era “puta”, “menina

indecente”, “olha pra tua cara, o que você está fazendo aqui?”, “que educação seus pais te deram?”.”você é uma vadia, você não presta!”(sic) (CEV-PR, 2014: 725). (grifo meu)

O relato é comovente e revelador das arbitrariedades, violências e traumas gerados pelas ações e palavras abusivas dos militares. Todavia, almejando a postura de distanciamento necessária ao ofício de historiador, observamos o modo pelo qual o relatório o utiliza. Ele aparece citado em comentário que afirma as continuidades das violências no presente, ensejando a necessidade de uma cultura de direitos humanos e de valorização da “mulher brasileira”.

Todavia, não podemos caracterizar que no presente e no futuro a construção desta ordem social pautada na democracia e nos direitos humanos surgirá meramente como fruto de ideais de um determinado grupo e aceitas sem restrições pelo grupo em contraste. Estruturada internamente, existe a necessidade de estabelecer certa afinidade entre o desenvolvimento civil em consonância com o modo de vida que se procura criar.

Pensando sob este prisma, o depoimento de Izabel pode ser tomado como um exemplo dos horizontes de expectativa da CEV. Partindo de uma leitura Koselleckiana, o passado de violência, de agressões, de diminuição do feminino, de autoritarismo não deixa de ser olhado pela história, passando a ter o papel de trazer uma explicação para estes acontecimentos, demonstrando a existência de uma ruptura em direção ao progresso, levando a novas experiências que constroem horizontes de expectativas identificados como futuro. Assim, temos um passado superado em favor do futuro.

Nesse sentido, Benito Bisso Schmidt, no artigo *De quanta memória precisa uma democracia? Uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual* (2014), partindo de ações de cunho memorial surgidas da atuação das Comissões da Verdade, reflete acerca dos lugares de memória e manifestações da sociedade que evocam esse passado autoritário, debatendo a precisão de uma “memória exemplar a respeito da ditadura como elemento fundamental à construção de uma democracia vigorosa e de uma cidadania plena” (SCHMIDT, 2014: 153).

O autor versa ainda sobre, apesar de ainda bastante tímidos e distantes das ações encampadas na Argentina, a construção de espaços de memória, como o Memorial da Liberdade e da Resistência, em São Paulo, o Monumento Tortura Nunca Mais, no Recife, as mudanças de nomes de escolas antes batizadas com nomes de ditadores, entre outros. A

edificação desses espaços se dá em um campo de disputas pela memória e “a estética do monumento [...] pode dar chaves para explorar o delicado jogo entre as torturas do passado cometidas pelo regime militar e a oposição mais total às violações aos direitos humanos no presente e no futuro” (BRITO, 2003 apud SCHMIDT, 2014: 164). Conclui com a constatação de que a espacialização de uma “boa memória” acerca do período pode ser mais frutífera do que a tentativa de estruturação de “muita memória”.

Nesse sentido, a CEV-PR sugere a constituição de diferentes lugares de memória no Paraná visando esse futuro enquanto horizonte de expectativa. As recomendações de diferentes Grupos de Trabalhos trazem no Relatório Final a necessidade desse tipo de ação, como a alteração dos “nomes de cidades, escolas e outros locais públicos que homenageiam agentes e símbolos da ditadura civil-militar”, bem como, por exemplo:

Criar política oficial de fomento que permita parcerias com universidades e institutos de pesquisa com a finalidade da busca da verdade e da preservação da memória coletiva das violações e perseguições sofridas pelos trabalhadores e suas organizações, bem como criar e manter museus e/ou centros de documentação de memória e luta dos trabalhadores (CNV-PR, 2017: 377)

Na esteira dessa perspectiva, os direitos humanos aparecem como um dos importantes escopos defendidos pela CEV-PR, mas que também aparece nas pautas da CNV, estruturando seu relatório de modo a propor a construção de espaços de memórias às vítimas das torturas impingidas pelos militares, mas também reconhecendo que

Um dos resultados de todo esse processo é a continuação, ainda hoje, da utilização das polícias militares no controle e gestão da população civil. A manutenção dessas polícias como forças auxiliares ao exército, a estrutura hierarquizada e não democrática de suas corporações são marcos desse processo que persistem à redemocratização da sociedade brasileira. (CEV-PR, 2014: 517)

Ao compreendermos que uma disputa pelos espaços de memória, sejam eles na construção urbana da cidade, nas festividades, nos discursos acerca do passado, entre outros, reconhecemos que, de modo dicotômico, temos um cotidiano prenhe de conteúdo simbólico,

no qual tanto a memória oficial quanto as memórias subterrâneas, se servem de representações sociais as quais atuam de modo a construir um determinado imaginário social. Importante ressaltar que, constituídas nas experiências dos homens, tais representações modelam comportamentos, mobilizam e legitimam ações de sujeitos e instituições. Conforme Baczko, “todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, de produzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar” (BACZKO, 1986: 309). Ou seja,

através do imaginário uma coletividade designa a sua identidade, elabora uma certa representação de si, estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais, exprime e impõe crenças comuns, constrói uma espécie de código de ‘bom-comportamento. (...). O controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças (BACZKO, 1986: 312).

O que se verifica até aqui é como a Comissão se utiliza das dimensões de memória, justiça e verdade, como instrumento para contrapor uma memória a qual silencia sobre as violações do passado. Procurando operar de modo a negar valores e representações construídas pela história oficial, revestindo-se da noção de verdade, apresentando dados, fatos, documentos e testemunhos que procuram atestar um passado de violência e consolidar um determinado imaginário social.

CAPÍTULO 02

TESTEMUNHOS SOBRE O GRUPO DOS ONZE

Em meados de 1963 o país se encontrava imerso em um quadro de profunda instabilidade política. O presidente Jânio havia renunciado com menos de um ano de mandato, em 1961. O vice, Joao Goulart, foi impedido de assumir com plenos poderes por meio de um golpe parlamentar, o que levou Leonel Brizola a articular a “Campanha pela Legalidade”. Somente em 1963, após a realização de um plebiscito, João Goulart pôde dirigir o país a partir do presidencialismo. Pairava sobre “Jango” um receio por parte de diversos setores sociais, principalmente ligados às elites, as camadas médias urbanas e ao exército. O cenário de crise política, econômica e social insinuava um possível golpe militar, fato que acabou se concretizando, posteriormente, em 1964.

Nesse interim, Leonel Brizola, político com grande prestígio e influência sobre as massas populares, conclamava a população para formarem os chamados Grupos dos Onze Companheiros, também conhecidos por Comandos Nacionalistas. Inicialmente os grupos possuíam a intenção de pressionar o governo Goulart a implantar as Reformas de Base, principalmente a reforma agrária, utilizando-se da Rádio Mayrink Veiga para difundir suas ideias e convocar a população. Sobre isso o historiador Bóris Fausto pontua que:

A esquerda do PTB, com Brizola à frente, queixava-se das vacilações de Jango na área das reformas sociais e das relações com o imperialismo. Um acordo para a compra de uma empresa estrangeira, concessionária do fornecimento de energia elétrica – American and Foreign Power Co (Amforp) –, considerado lesivo aos interesses nacionais recebeu duras críticas dos brizolistas. Brizola foi organizando sua própria base de ação (FAUSTO, 457-8).

Em meio a esse plano de fundo é que vão sendo organizados os Grupos dos Onze. A nomenclatura “Grupo dos Onze” e sua organização partem do gosto e paixão do brasileiro pelo futebol, uma vez que cada time possui 11 jogadores. Esses grupos integrariam uma célula política capaz de enfrentar as ameaças de golpe. De acordo com o site do CPDOC/FGV:

Como o nome indica, cada Grupo dos Onze era formado por 11 pessoas, uma das quais o comandava. Onze grupos compunham uma unidade-distrito, 22 distritos constituíam uma província e 11 províncias integravam uma região. Segundo Glauco Carneiro, chegaram a existir no Brasil 1.298 grupos

dos Onze. No início de 1964, Brizola afirmou que os grupos já contavam com cerca de duzentos mil integrantes³¹.

O crescimento vertiginoso dos Grupos dos Onze, principalmente no Sul do país, gerava um temor entre as elites. A historiadora Graziane Ortiz Righi, no artigo intitulado “Grupos dos Onze: a tentativa de resistência” (2014) afirma que após o Golpe civil-militar deflagrado em 1964, Leonel Brizola realmente pediu para que os “companheiros” dos Comandos Nacionalistas insurgissem contra os golpistas, a exemplo do que ocorreu no Movimento da Legalidade, em 1961, inclusive pegando em armas e lutando pela manutenção da ordem democrática. Todavia, isso não ocorreu, uma vez que os grupos haviam se organizado recentemente e não foi possível uma reação efetiva (RIGHI, 2014: 13).

Após os episódios de março de 1964, os Grupos dos Onze eram vistos como uma ameaça à “Revolução” implementada pelos militares, passando a sofrer perseguições. Na esteira desses apontamentos, a historiadora Carla Silva, assim escreve sobre a repressão que recaiu sobre os integrantes dos Grupos:

A punição feita aos Grupos dos Onze foi algo de particular importância para percebermos o *modus operandi* da repressão. O primeiro passo, as primeiras medidas foram feitas diretamente pelas agências policiais, em sintonia com as Delegacias do DOPS, usando métodos antigos de prisão e interrogatório acompanhado de tortura. Os métodos de tortura eram uma sequência do que fora levado adiante pelo Estado Novo varguista: prisões arbitrárias, agressões físicas, socos, pontapés, surras, maus-tratos nas condições gerais de alimentação e proteção à pessoa (frio, falta de higiene, etc). Mas havia junto alguns elementos de cunho moral. O primeiro deles, o afastamento da família e a falta de informações; o segundo, o serviço de desqualificação das pessoas, serviço este muitas vezes feito fora do cárcere pelos agentes religiosos que buscavam acabar com a solidariedade familiar e fraternal antes existente, acusando os perseguidos de comunistas, agitadores, subversivos. Perceba-se com atenção que essas pessoas foram perseguidas por terem participado de atividades antes do Golpe de 1964. É ilustrativo o texto no Inquérito Militar que “acusava” Leonel Brizola de “fomentar a criação e organização do Grupo dos Onze Companheiros, ou também denominados Comandos Nacionalistas, fornecendo, inclusive, formulários e instruções de como deveriam ser organizados” (IPM apud SZATKOSKI, 2003, p. 129). Assim, uma atividade que era legal é punida a posteriori, como se fosse algo ilegal, mesmo que não tenham reagido ao Golpe em 1964. (SILVA, 2014: 16-17)

A situação conturbada descrita pela historiadora demonstra a gravidade da perseguição à qual diversos camponeses foram submetidos. Importante frisar que, para muitos, o ingresso nos Grupos dos Onze se deu desvinculado de qualquer ideologia política

³¹ In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/grupos-dos-onze> <acesso em 11 de janeiro de 2018>.

ou resistência ao regime. Muitos camponeses se encontravam integrados aos grupos na esperança da reforma agrária, como forma de conseguir sua porção de terra, outros em função do prestígio e da admiração nutrida em relação a Brizola, como observaremos no decorrer do capítulo.

Analisamos alguns processos de depoentes da Audiência Pública de Cascavel junto à Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça. Interessante observar que na sentença final destes processos, ao se analisar a condição dos requerentes, um texto padrão é reproduzido com base em consultoria histórica, o qual citamos abaixo. Nele, observamos o modo como parte da imprensa do período teve por intento a criminalização dos Grupos dos Onze, espalhando inclusive medo na população e atribuindo um radicalismo aos seus integrantes:

Após a instauração do regime militar, a parcela da imprensa que antes havia identificado nos grupos dos onze um perigo revolucionário passou a incentivar a desmobilização dos grupos. No Diário de Notícias:

‘No auge a insânia comuno-sindicalista, a tal ‘rede da legalidade’ espalhava pelos ares do Brasil frases assim: «Nós, ao lado do presidente João Goulart, não vamos enforcar os generais Castello Branco, Mourão e Kruel. Vamos é cortar o pescoço deles. E eles, sem pescoço, não poderão ser enforcados!» pergunta-se: é lícito que co-autores de crime comum desse tipo conservem uma parcela que for de poder político? (...) A «operação limpeza» recém começou. Precisa ser concluída, rápida e inflexivelmente, como aconselha a experiência do general Amaury Kruel’.

O mesmo jornal depois completava:

‘A limpeza, aliás, está indo de maneira muito lenta e muito lenitente, o que está a decepcionar o povo que gosta de ver justiça’.

Poucos dias após o golpe, já se noticiavam as primeiras prisões³².

O excerto acima demonstra a construção feita por um determinado veículo de comunicação e por setores da sociedade associando os integrantes dos Grupos dos Onze a promotores do caos social e da desordem, chegando a ameaçarem atentar contra a vida de generais do exército brasileiro. Observamos também o modo como o mesmo jornal incita a que se tomem medidas drásticas contra esse grupo.

Mais adiante, a mesma sentença acima citada menciona ainda que as apurações realizadas acerca da atuação dos Grupos dos Onze não demonstram que eles tivessem ideais radicais ou qualquer ameaça a ordem democrática no país:

Nesta auditoria no Rio Grande do Sul, porém, foi concluído que, ainda que tenham sido idealizados por Brizola, os grupos dos onze da região não tinham caráter paramilitar ou finalidade subversiva que pudesse ser

³² Processo de Anistia sob No. 2006.01.54030. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia.

enquadrada na Lei de Segurança Nacional. No mesmo sentido, outra investigação militar observou que não foram encontrados revolucionários, intrigando-se com a inclusão de pessoas que dificilmente poderiam estar envolvidas em um golpe: ‘os preâmbulos militares feitos a respeito constataram uma grande maioria de senhoras velhinhas de mais de 70 anos membros dos Grupos de Onze, de fato eram trabalhistas, petebistas fanáticos da época, assim como a quantidade enormes de crianças com 1, 2, 3 anos, com um ano, com meses de idade, que os pais, por serem trabalhistas fanáticos, ferrenhos, quando nasciam os filhos naquele período escreviam o nome dos filhos como membros dos Grupos de Onze. (idem)

Este capítulo tem como objetivos demonstrar como diferentes sujeitos históricos narram seu passado a partir do presente. Nesse sentido, conforme pontua o historiador Alexander Freund, destacamos que as entrevistas são importantes fontes para compreender não apenas o que o entrevistado fala e como ele fala, mas também informações sobre o próprio entrevistador em si e o ambiente da entrevista (FREUND, 2013: 42), assim como o momento histórico no qual é feita a entrevista. Procuraremos demonstrar que o passado objetivo que muitas vezes é procurado pela Comissão nos depoimentos não existe de modo tão concreto como aparecem em suas conclusões. Isto é, conforme os apontamentos do primeiro capítulo, onde observamos que a Comissão postula uma apresentação factual e objetiva do passado, ao realizarmos o cotejamento dos resultados apresentados pelo Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade com os depoimentos e entrevistas produzidas, percebemos que os mesmos se encontram envoltos em determinadas subjetividades.

Ao confrontar os depoimentos prestados nas Audiências Públicas com as entrevistas por nós realizadas procuraremos nos reportar a como o ambiente exerce influências sobre o dito e o não dito, sobre como se diz, sobre o sentido das falas e no modo como durante a entrevista, muitas assumem tom de testemunhos, as diferenças na construção narrativa, os diferentes horizontes de expectativas das falas, entre outros.

Quando da montagem do projeto de pesquisa, conseguimos por intermédio da assessoria do vereador Paulo Porto (PCB – Cascavel) uma cópia em DVD das filmagens feitas durante as Audiências públicas de Cascavel, bem como conseguimos no site da Unioeste o mesmo arquivo em formato de áudio. Durante a transcrição dos áudios da Audiência desta Audiência, bem como das entrevistas que realizamos, nos foi possível atentar para detalhes interessantes acerca das subjetividades que envolvem a narrativa, tanto do entrevistado quanto do entrevistador, quanto do depoente e aquele que pergunta – no caso das Audiências. Essa comparação nos permitiu refletir sobre a relação dialógica que constitui a construção de uma narrativa ou depoimento, bem como sobre as condições da fala – se numa

Audiência Pública no âmbito da Comissão da Verdade, se numa entrevista na casa do depoente para fins de pesquisa acadêmica.

Nesse sentido, objetivamos compreender como os entrevistados constroem suas percepções do passado em ambas as situações. Procuramos demonstrar que os depoimentos na Comissão da Verdade, bem como as entrevistas as quais realizamos não são traduções objetivas do passado, mas são tramas que se constituem no presente acerca de um passado que não mais se encontra disponível, mas vai sendo construído durante o ato de narrar, de modo que o presente vai acomodando o passado e passado vai se inserindo no presente. (ROSENTHAL, 2014: 232).

Na esteira dessa dimensão entendemos que a Comissão da Verdade concebe a fonte oral como fonte de evidências, provas, fatos, bases para possíveis reparações, enquanto em nossa perspectiva de História Oral, não enfocamos os fatos, mas os significados atribuídos aos fatos, não nos eventos, mas em como as pessoas experienciaram estes eventos. Nesse sentido, compartilhamos das análises de Portelli ao pontuar ser “impossível esgotar *toda* a memória histórica de um único informante” (PORTELLI, 1981: 104), uma vez que a história oral nunca está completa e a história muda a cada nova narração, pois para esse autor a fonte oral nos diz menos sobre o evento em si do que sobre seu significado.

Alexander Freund, ao discutir a questão da subjetividade, pontua que, embora alguns historiadores a vejam como uma fraqueza das fontes orais, é justamente a subjetividade que as potencialidades e possibilidades de uso dessas fontes para além do tratamento da entrevista enquanto fonte de fatos e dados. Freund, traz à baila a concepção da historiadora italiana Luisa Passerini ao pontuar que a

subjetividade tem a vantagem de ser um termo suficientemente elástico para incluir tanto os aspectos de natureza subjetiva espontânea [...] contidos e representados por posição, comportamento e língua, bem como outras formas de consciência [...], tais como o senso de identidade, a consciência de si mesmo e formas mais consideradas de atividade intelectual. A importância deste termo abrange não só a dimensão epistemológica, mas também aquela envolvida com a natureza e a importância da dimensão política (PASSERINI, 1979:85 apud FREUND, 2013: 49).

Não obstante, para além da não objetificação do passado, podemos entender muitas dessas narrativas orais do ponto de vista da necessidade de muitos entrevistados de conformar o passado ao presente, de modo que possam conviver com esse passado.

Ante ao exposto, cremos ser possível que as Comissões da Verdade construam novas “vozes autorizadas” a falar sobre o assunto, elevando essas mesmas vozes à perspectiva da

retórica testemunhal, aquela narrativa em primeira pessoa, debatida por Beatriz Sarlo. Tais testemunhas são assim, portanto, revestidas de uma autoridade moral praticamente inquestionável, por terem vivenciado aquelas situações. Não obstante, essas mesmas vozes podem ser, muitas vezes, interpretadas fora de suas temporalidades adequadas – uma vez que são narrativas do presente sobre o passado –, a partir de posições definidas *a priori* pelos objetivos definidos no mandato das próprias comissões. Fato este que abre uma interessante seara para debater as percepções que os depoentes das Audiências públicas fazem de si mesmos e de suas trajetórias de vida, de sua militância e suas experiências durante a ditadura, assim como discutir quais os usos públicos dessas memórias e experiências pelas Comissões da Verdade.

Neste capítulo serão debatidos depoimentos de integrantes dos chamados Grupos dos Onze (ANEXO 03), bem como a maneira pela qual estes depoentes interpretam seu passado e os eventos que atravessam suas trajetórias individuais. Para tanto, nos propusemos a produzir entrevistas utilizando-se de metodologias próprias da História Oral, como forma de analisar os significados atribuídos aos fatos pelos próprios sujeitos, procurando compreender como diferentes temporalidades – passado, presente e futuro – se entrecruzam ao longo dos relatos.

2.1. “Essa mancha fica pra sempre”: entrevista com Waldemar Rossini

O Sr. Waldemar Torres Rossini, agricultor residente na linha Pavão, zona rural no município de Capanema, Sudoeste do Paraná, que participou, juntamente com os irmãos, do chamado Grupo dos Onze, foi uma das pessoas ouvidas na Audiência da CEV-PR em Cascavel. Por uma série de circunstâncias seu depoimento é bastante breve, tendo duração de menos de 3 minutos. A sua fala é marcada pelo nervosismo, entre outras razões, por ter de falar para um auditório cheio e para membros de uma comissão que assumem o papel de autoridades, e pela sua própria condição de agricultor, com pouco estudo, homem simples o qual passou praticamente toda sua vida no trabalho no campo. Em linhas gerais, seu depoimento traça um breve relato da ida de policiais até a casa onde ele morava com a família à procura por armas. Os policiais agiram com alguns excessos de força, relatados deste modo pelo depoente:

Aquele dia que eles bateram lá em casa, lá no meu irmão, atiraram bastante, não atingiram em nenhum dos homem, e atingiram uma vaca do vizinho lá em cima. Bem no fim a vaca morreu também. E daí chegaram lá em casa, começaram pedir do armamento e tudo e foi, e foi, e foi, e a mãe deixou eles entrar em tudo, reviraram colchão, quarto por quarto, e isso e aquilo, pedindo do armamento, mas a gente não tinha! Que armamento vai ter né? E

daí passaram dali, passaram pra debaixo da casa, e daí tinha uma tuiá de feijão lá, eles abriram a tuiá de feijão... pedindo do armamento... derramaram tudo lá, não tinha nada. Daí eu tava lá em baixo tratando os porco, vieram e pediram de novo: ‘onde tá o armamento?’ digo, mas armamento não tem. Daí chegou um policial e me botou o fuzil no peito, aí fiquei quieto, saí, pediu de novo, de novo, revistaram minha casa tudo e depois, mais tarde, outro tempo depois, teve uma missa lá na localidade, daí o padre chamou a família Rossini de comunista. Isso foi o que nós, doeu pra nós. E nós semo em onze irmão, irmã, nenhum não trocou de religião até hoje. É isso aí. (Depoimento de ROSSINI, Waldemar. Audiência CEV-PR)

Na sequência, Aluizio Palmar, membro da Comissão, pontua que passou um tempo em Capanema, em busca de companheiros desaparecidos e que ficou sabendo que o Sr. Waldemar havia sido muito torturado, e incisivamente pergunta que tipo de tortura sofreu, onde e se o olho de vidro que ele possui seria fruto da violência sofrida, o que incorria em um pré-julgamento da mesa, uma vez que a lesão que acarretou a perda do olho era anterior. De modo breve o depoente assim se posiciona:

Não. Esse eu tinha mais ou menos 26 anos quando eu perdi.

Palmar: O senhor chegou a ser preso e foi torturado onde?.

Sr. Waldemar: Não, não, não.

Palmar: Você foi torturado?

Sr. Waldemar: Só aquela uma, né.

Palmar: qual?

Sr. Waldemar: Aquela que eles me bateram, né?

Ivete Caribé: Quando o senhor menciona uma, é, o senhor chegou a ser preso uma vez, ou mesmo não tendo sido preso, foi torturado, ameaçado, o que aconteceu?

Sr. Waldemar: Não, não... eu não fui preso, né, mas os meus irmãos foram, porque eu fiquei com a mãe, né, daí a mãe ficava sozinha.

Ivete Caribé: Sim, e o senhor foi ameaçado pelo exército, pela polícia?

Sr. Waldemar: Não, foi só aquele policial, que eu tava dando água pros porco, né.

Ivete Caribé: Tá certo! Muito bem. (Depoimento de ROSSINI, Waldemar. Audiência CEV-PR).

Diante do depoimento prestado e das questões colocadas pelos membros da Comissão, até mesmo de modo insistente, tem-se a impressão de que esperam um relato da violência física sofrida, dando menos atenção ao sujeito, às suas experiências e às próprias consequências psicológicas que disso derivaram. Nenhum trecho do depoimento do Sr. Waldemar aparece nos relatórios da CNV ou CEV-PR, talvez por não trazer o tipo de informação o qual a Comissão buscava.

Importante salientar que nos interessa não apenas a análise do depoimento à Comissão, mas também a interlocução com os seus membros, como forma de se pensar o depoimento dentro do quadro estabelecido pela Comissão e do que ela quer saber. Embora

nos relatórios analisados não tenha constado o testemunho o Sr. Waldemar, para nós o depoimento e as inquirições realizadas pela comissão são um filão importante para explorar ao longo do trabalho do historiador, não apenas as condições de produção de um depoimento/entrevista, mas também o que o depoente quis expressar naquele espaço concedido a ele. No caso específico, compreendemos como, apesar de ter falado por apenas três minutos, Waldemar expressa a dor atrelada ao fato de terem sido, ele e sua família, tachados de comunistas, como discutiremos a seguir.

O Sr. Waldemar foi o primeiro depoente da Audiência Pública de Cascavel o qual consegui contato. Embora tendo em mãos o endereço e o telefone, optamos por procurar um mediador que já tivesse amizade com ele, como forma de construir um ambiente de maior segurança para a entrevista futura. Através de uma aluna, cujo pai, o Sr. Feltrin, era amigo do Sr. Waldemar, iniciei os contatos. Nós três nos encontramos para uma primeira conversa, num domingo de tarde, no sítio da família Rossini, na linha Pavão, interior de Capanema. Naquela tarde em que fomos apresentados, conheci a esposa do Sr. Waldemar, a casa e a área da propriedade, tomamos chimarrão e comemos pipoca, enquanto conversamos sobre vários assuntos. Embora o Sr. Feltrin já em nossa apresentação tenha pontuado sobre meu interesse em falar com Waldemar sobre o depoimento à Comissão, naquela tarde conversamos sobre assuntos diversos: questões da sua pequena propriedade, o jardim que sua esposa cultivava há décadas e que estava sofrendo com pulgões, a corda do poço que teve ser trocada, as pessoas em comum que conhecíamos na localidade e outros temas sobre sua vida.

Realizei uma segunda visita, numa segunda-feira após meu expediente de trabalho, quando mais uma vez conversamos sobre diferentes assuntos. Começamos falando sobre a família da esposa de Feltrin, que Waldemar conhecia todos desde pequenos, sobre o preço do feijão que subia muito naquele período. Essas visitas prévias e a intermediação feita pelo Sr. Feltrin foram fundamentais para uma maior aproximação com o entrevistado. Este fato deixou o Sr. Waldemar mais à vontade durante a entrevista realizada no dia 26 de março de 2016, em que pese sua timidez perante o gravador.

Naquela ocasião, enquanto tomávamos chimarrão na área externa da casa informei que deixaria o gravador ligado durante nossa conversa, recebendo a concordância do Sr. Waldemar. Falávamos sobre as dificuldades de locomoção até a cidade de Capanema devido a estrada de chão e a mata ao redor, a pouca disponibilidade de ônibus, a idade avançada e afins, fazendo com que Waldemar começasse a dizer que na paisagem rural da propriedade pouca coisa mudou desde sua infância e como sempre foi difícil o acesso até a cidade, a partir daí adentramos em questões ligadas ao seu passado.

Sr. Waldemar encontrava-se mais solto por estar em sua casa, ao lado de sua esposa. Nosso diálogo ocorreu de modo mais fluído e intenso, o que se observa na segurança e na entonação de voz que ele empregava. Partindo das noções e compromissos éticos pontuados por Alessandro Portelli (1997: 13-33), procurei me colocar na condição de quem estava “tentando aprender um pouquinho”, procurando me despir da posição de pesquisador e professor, reconhecendo e transferindo para Waldemar o empoderamento de quem era o detentor de um conhecimento pelo qual eu me interessava e que eu precisava.

Com a transcrição da entrevista em mãos, a condição de pesquisador é a que deve prevalecer na produção do conhecimento histórico. Assim, ao leiturizar a mesma, percebemos o modo como os entrevistados são perspicazes para discernir o que o entrevistador quer, quais suas intenções, entre outros. Iniciamos nossa entrevista pedindo para o Sr. Waldemar narrar sua trajetória de vida, suas origens no campo, infância, trabalho e afins. Assim iniciou sua fala:

Tudo bem. Eu vim de Crissiumal, com... 12 anos, chegemos aqui e até agora tamo aí ainda. E aquela de 64 (sessenta e quatro), daí nós tava aqui, morava lá em baixo e deu tiroteio tudo aquela ali, foi indo foi indo escaparam, pegaram só um e... daí o Antônio escapou, ficou dentro do riozinho, da valeta ali, e o Lídio ficou ali em cima dum pé de banana lá, e nós tava aí, né. O meu irmão lecionava aqui, tinha a escola aqui aquela vez, tava cheio de aluno, era umas nove e meia dez horas quando bateram aí a polícia e daí foi, foi retiraram e pegaram o Antônio, daí vieram revistar a casa ali em baixo, tava só eu e a mãe ali né, e aquela época era colchão de palha, não sei se o senhor lembra isso e aquilo né, colchão de palha, dai eles queriam saber o armamento né... foram revirando pra cá foram revirando lá né, mas não tinha nada, a única coisa que tem é essa espingarda que tá ai hoje (risos) tinha só dois cartuchinhos carregados (risos) de passarinho ainda. Daí não acharam armamento, foi e foi aí foram em baixo do porão, tinha uma tuia de feijão... “é aqui que tá o armamento” pegaram e abriram, derramaram o feijão no chão... feijão do manguá, batido a pau naquela época né, 64, não tinha arma, não tinha nada né, batia pau, não tinha armamento, não tinha nada. Aí me judiaram bastante lá em baixo no chiqueiro dos porco, diziam que eu sabia do armamento, sabia e sabia que o armamento tava aqui, com duas lata d’água, e foi isso (Entrevista com ROSSINI, Waldemar: 2016: A/A).

Como podemos perceber, na transcrição do trecho citado acima, o entrevistado sabia que meu interesse, em função de minha pesquisa, se voltava para seu depoimento prestado na CEV-PR. Assim, apesar de eu ter informado que estava interessado em sua história de vida, ele já no início, após sua segunda frase, já se reporta ao evento de 1964. Sua percepção demonstra que ele sabia que, mesmo o tendo visitado por várias vezes, minha procura por ele

se dava em razão do depoimento na Comissão e isso, de certa forma, influenciou na estruturação da sua narrativa.

Apesar de narrar de forma mais fluída e à vontade, percebemos que o Sr. Waldemar reproduz a ideia narrada na Audiência, no ano de 2014, muito embora com uma pulsação de sentidos e detalhes bem maior. Durante a entrevista, o Sr. Waldemar acenava e apontava para os lugares onde ocorreu o tiroteio, onde era a escola, onde se esconderam, onde era o chiqueiro, dava detalhes da moradia, como o colchão de palha, entre outros, narrados acompanhados de sorrisos e expressões que denotavam uma maior segurança do entrevistado.

Quando analisamos a entrevista de Waldemar em relação ao quadro geral do depoimento, podemos perceber que o evento narrado de modo mais inseguro em seu testemunho à CEV, tornou-se um episódio para narrar, fato esse que se expressa na própria construção narrativa, que apresenta um começo (“aquela [história] de 64...”), um desenvolvimento e um fim (“... e foi isso”).

Não devemos perder de vista que o entrevistado em questão se trata de um agricultor, o qual passou a maior parte de sua vida no interior de Capanema. Suas visões de mundo são envoltas em elementos e percepções, os quais lhe fazem sentido a partir de suas experiências de agricultor. Podemos identificar em sua fala, por exemplo, outro tipo de sofrimento, não apenas o da agressão física em si, mas o da lembrança do feijão, produzido com tanto custo, fruto do trabalho da família, “batido a pau naquela época”, sendo derramado no chão, em meio à sujeira. Importante destacar que este gesto da polícia é narrado enquanto um gesto de violência, descaso e desrespeito ao trabalhador do campo.

Os sentidos assumidos se dão a partir das significações que emanam do seu modo de vida, de elementos que fazem parte de uma dimensão significativa de suas lembranças ligadas aos eventos recordados e assumem significados para quem vivencia aquelas experiências. Diferentemente de outros testemunhos, as lembranças do Sr. Waldemar trazem implicitamente valores próprios do modo de vida camponês.

Não podemos afirmar se era apenas a percepção de meus interesses ou se havia uma necessidade de falar sobre o assunto, de narrar o passado, de se fazer ouvido. Todavia, podemos perceber em sua entrevista o movimento que o historiador Alistair Thomson (1997: 56) classificou como “composição das memórias”, isto é, nossas memórias são compostas na relação entre passado e presente, entre memória individual e coletiva. Nossas reminiscências são compostas de modo a dar sentido à nossa vida, no passado e no presente, utilizando linguagens e significados conhecidos de nossa cultura.

Por isto, também o depoimento na CEV-PR se faz presente ao longo da entrevista do Sr. Waldemar. Ele tornou-se um elemento importante na construção de sua identidade, não sabemos se era isso antes, mas faz parte da atuação do Sr. Waldemar durante a entrevista, bem como do processo de construção e composição da sua memória. Como pudemos observar, logo no início da fala do entrevistado, ao falar sobre sua vida, o mesmo já embute à sua história de vida o acontecimento de sua participação na Audiência. Lembremos que a pergunta direcionada ao entrevistado fora para ele falar de sua vida.

Nesse sentido, memória e identidade caminham juntas, segundo Joel Candau, na obra *Memória e Identidade* (2011), embora haja uma lealdade ao passado que muitas vezes dificulta sua alteração, também ocorre um processo de ratificação desse mesmo passado a partir da eleição de fundamentos históricos e novos acontecimentos para a tessitura dessa identidade (CANDAUI, 2011: 98).

Destarte, podemos perceber como se tece uma memória da memória, e não do fato em si, isto é, da última vez em que ele supostamente lembrou de forma mais organizada do fato.

Em consonância com essa perspectiva, Gabriele Rosenthal (2014), atenta para as diferenças entre vivenciar, recordar e narrar (ou também falar e escrever), pontuando para a necessidade de se proceder uma diferenciação analítica cautelosa entre as situações vivenciadas no passado, as transformações desses passados vivenciadas em fases diferentes da vida, bem como os processos de recordação no presente da narração, as formas comunicacionais e os limites produzidos ao longo da situação narrativa. Para esta autora,

Partindo, inicialmente, da percepção de que as vivências narradas se referem a lembranças que se apresentam no processo narrativo, essas lembranças não se referem a um estoque de memórias que contenha lembranças firmemente armazenadas ou fixadas. Pelo contrário: o presente da narração ou escrita biográfica define o olhar retrospectivo sobre o passado e gera um passado recordado específico em cada caso. A recordação se baseia, como Edmund Husserl já discutiu, num processo de reprodução em que aquilo que passou está sujeito, de acordo com as condições e exigências do presente da situação recordada e do futuro antecipado, a uma modificação constante (ROSENTHAL, 2014: 229)

Assim, o ato de narrar se realiza no presente, mas voltando-se para o passado, estabelecendo quais as vivências que devem ser apresentadas, observando que estas mesmas vivências se oferecem de diferentes modos de acordo com as perspectivas do presente. Outrossim, há que se observar que os cenários do presente também operam uma determinada

forma de tradução da lembrança para um suporte linguístico, podendo gerar diferenças consideráveis entre a recordação e a narração. Além dessa moldagem, a autora observa o fato de que a narração ocorre num processo de interação concreta entre um ou mais ouvintes, sendo assim constituída numa interatividade negociada e produzida na ação prática e com modificações fluídas dos enquadramentos interativos a cada repetição da narração.

Gabriele Rosenthal discute a existência de diversos passados que compõem a memória e que em muito nos ajuda a compreender a narrativa do entrevistado: o passado vivenciado, aquele o qual se experienciou diretamente em 1964, marcado pela repressão da polícia. O passado rememorado perante a CNV, bem como em outras ocasiões, antes e depois da Audiência, bem como o passado rememorado ao longo da entrevista que produzimos. Assim, se faz necessário estabelecer as diferenciações entre o passado vivenciado e o narrado, ainda que esses níveis estejam entrelaçados de modo bastante íntimo ou que “todo passado apresentado no presente seja condicionado pela perspectiva do presente e, inversamente, o presente seja determinado pelo passado” (ROSENTHAL, 2014: 232)

Não obstante, destacamos que para Alistair Thomson, memória e identidade se encontram em uma relação de grande proximidade:

Nossas reminiscências também variam dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que me leva a um segundo sentido, mais psicológico, da *composição*: a necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver. Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade (THOMSON, 1997: 57).

Embora na Audiência ele não tenha mencionado com clareza o tipo de agressão sofrida, na entrevista essa memória é composta de maneira mais organizada: “*Aí me judiaram bastante lá em baixo no chiqueiro dos porco, diziam que eu sabia do armamento*”. Ao falar que “judiaram bastante”, as memórias de Sr. Waldemar já estão sistematizadas com maior clareza, conforme o intuito da Comissão e a partir de sua experiência na Comissão da Verdade, onde além de testemunhar, Waldemar também assistiu a outros depoimentos prestados à Comissão. A reivindicação e a exposição da violência sofrida já ocupam um espaço maior na narrativa do agricultor que relata com mais perceptibilidade o acontecimento: “Meteram o fuzil no peito, me derrubaram e depois me deram uns coices ainda” (Entrevista com ROSSINI, Waldemar: 2016: A/A).

Nesse sentido, a própria entrevista faz parte desse processo constante de composição das memórias. Enquanto historiador, estava interessado em perguntar sobre os significados daquele evento para a vida do Sr. Waldemar, que reagiu às minhas perguntas de modo mais tranquilo e inteligível, até mesmo se posicionando quanto ao modo como o ocorrido se encontra ressignificado e presente em suas lembranças:

Marcelo: O senhor acha que esses fatos do Grupo dos Onze, do tiroteio, do pessoal ter maltratado você ali, isso marcou sua vida de alguma forma?

Waldemar: Claro que marca né... quando que o senhor sai ferido e vai esquecer? Nunca mais na vida... nunca mais esquece. Essa mancha fica pra sempre” (Idem).

Isto me levou a compreender que a composição das experiências nunca se finda, é constantemente lembrada e retrabalhada. No caso em questão, devemos destacar também que o depoimento na Comissão agora faz parte das experiências do entrevistado, sendo um acontecimento significativo em sua vida.

Na esteira desse entendimento, nos apoiamos novamente nas considerações do historiador Alistair Thomson:

As imagens e linguagens disponíveis usadas pelo público nunca se encaixam perfeitamente às experiências pessoais e há sempre uma tensão que pode ser manifestada através de um desconforto latente, da comparação ou da avaliação. Portanto, os relatos coletivos que usamos para narrar e lembrar experiências não necessariamente apagam experiências que não fazem sentido para a coletividade. Incoerentes, desestruturadas e, na verdade, ‘não-lembradas’, essas experiências podem permanecer na memória e se manifestar em outras épocas e lugares – sustentadas talvez por relatos alternativos – ou através de imagens menos consistentes. Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão. A memória ‘gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas’, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, lembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo. (THOMSON, 1997: 56-57)

Partindo da dimensão abordada por Thomson, pontuamos que depor à comissão é uma nova experiência para o entrevistado e ao testemunho lá proferido antigas e novas imagens vão sendo amalgamadas ampliando sua narrativa e gerando outras formas de compreensão nesse “processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas”. Bem como, destacamos que minha presença enquanto entrevistador também contribuiu para que Waldemar construísse um quadro no interior do qual compôs sua narrativa.

Outro elemento importante a ser observado na fala do agricultor, para além da violência física, que ele narra em detalhes, é a dimensão da violência simbólica que afetou sua imagem e sua memória no espaço público da região, bem como sua identidade. Ao final da do depoimento na Audiência da CEV-PR, o Sr. Waldemar é interpelado por Aluizio Palmar sobre um episódio envolvendo o padre da comunidade:

Palmar: Lá na comunidade, vocês foram taxados, chamados de muitas coisas... que papel teve o padre de Capanema na sua prisão, ou na prisão dos seus irmãos? E você? E toda sua família? O padre de Capanema teve algum papel que desempenhou? Te ajudou? Como que foi?

Sr. Waldemar: Não compreendi bem...

Palmar: O padre de Capanema. O que aconteceu com o padre de Capanema... foi a favor de vocês? Foi contra? Lembrou do padre, agora?

Sr. Waldemar: Não, daí o meu irmão, quando voltou, ele deu seis meses que ele ficou preso em Curitiba, aí ele chegou e doou uma novilha pra festa de Capanema, que é fim de maio. Aí o padre, o mesmo padre, falou “Não, que era engano, que a família Rossini não era mais comunista”... então foi o quê? Uma novilha pagou? A mancha ficou, né? A mancha ficou... (Depoimento de ROSSINI, Waldemar. Audiência CEV-PR).

O episódio narrado, no qual ele fala do rótulo de “comunista” atribuído à família Rossini, é retomado por Palmar no intuito de conectá-lo ao episódio da prisão. Num primeiro momento, Waldemar não compreende do que se trata, e em seguida menciona que quando o irmão Antônio retornou de Curitiba, onde foi prestar depoimento, acaba doando um novinho à igreja com o intuito de resolver a situação. Mas, como podemos observar pela própria resposta, embora isso pacifique a situação com o padre, não resolve a questão, pois “a mancha ficou”. Ficou também o ressentimento, uma vez que não houve verdadeira reconciliação com o padre, bem como não aconteceu um pedido de desculpas, pelo contrário, a retratação partiu da família, quando o irmão “pagou” a igreja por algo que não fizeram.

Não pudemos identificar o modo como os membros da Comissão ficaram sabendo do ocorrido, se por meio de uma conversa prévia com seu Waldemar, com seu irmão ou de outra forma. No entanto, no processo de composição da memória, ao longo do tempo, podemos identificar que o episódio aparece de modo já mais conformado quando narrado por seu Waldemar na entrevista que fiz com ele em sua casa: “mais tarde, outro tempo depois, teve uma missa lá na localidade, daí o padre chamou a família Rossini de comunista. Isso foi o que nós, doeu pra nós. E nós semo em onze irmão, irmã, nenhum não trocou de religião até hoje. É isso aí” (ROSSINI, Waldemar. A/A).

O julgamento da comunidade e a rotulação da família foi um tipo de violência simbólica, mas nem por isso ela é menos real ou menos violenta que outras formas de

violência. Trabalhamos com a noção de “violência simbólica” a partir das concepções de Pierre Bourdieu, segundo o qual a dominação não necessariamente se opera em ações de cunho direto ou por um grupo de agentes sobre outros (dominantes “versus” dominados), mas também pode se processar de modo indireto e complexo, por intermédio de um conjunto de ações que atuam nas estruturas, operando uma relação de dominação. Esta relação de dominação pode, muitas vezes se dar de modo não objetivo e concreto, mas nem por isso menos real. Embora possa eximir-se do uso direto da coerção física, pode provocar danos e traumas do ponto de vista psicológico e social (Cf.: BORDIEU, 1996).

Podemos até mesmo arriscar dizer que na ocasião da Audiência Pública, a fala do Sr. Waldemar demonstrava mais inquietação com essa situação do que com a coronhada que lhe fora dada pelo policial na altura do peito.

Em nossa entrevista, retornei a este assunto perguntando como havia sido o episódio, que foi assim descrito:

Isso aconteceu até aqui, e o padre de Capanema veio rezar uma missa aqui, na comunidade aqui e taxou nós de comunista. E depois que o Antônio voltou, ele tinha um gadinho ai, dai ele doou uma novilha pra festa da matriz, sempre em Maio né, dai o padre “ah, mas foi engano” e isso e aquilo “não é família comunista”, uma novilha pagou daí.

Marcelo: E como vocês se sentiam sendo tratados, taxados como comunistas?

Valdemar: Pois é, mas o que vai fazer? O pessoal daqui não, mas os outros falavam... esses aqui sabia que nós não era... íamos na igreja todos os domingos né, era difícil um domingo que não ia. Depois não fomos mais (Entrevista com ROSSINI, Waldemar: 2016: A/A).

Observamos que a participação no Grupo dos Onze, a troca de tiros com a polícia, o episódio de violência ocorrido em sua propriedade, para além da coação física, atua em seu caráter simbólico, na forma de danos morais e psicológicos. Tal situação pôde ter sido potencializada pelo fato de envolver o padre e a igreja local. Nesse sentido devemos analisar o papel desempenhando pela religião, principalmente em comunidades agrárias, como um elemento que garanta uma coesão entre o grupo social.

Para Durkheim, uma das principais características da religião é sua capacidade de unir um determinado grupo social a partir de um sistema de crenças comuns. Já o sociólogo e teólogo Peter Berger pontua que o “nomos estabelecido é entendido como um escudo contra o terror” (BERGER, 1985: 35), tecendo uma relação entre o indivíduo e a sociedade, acenando para o fato de que a religião oferece ao indivíduo uma maneira de diferir o mundo do “pesadelo da anomia” e conservar-se seguro.

O episódio narrado demonstra como os reflexos da ação policial e do posicionamento do padre local mergulham a família temporariamente numa situação anômica, sendo amenizada somente após um dos irmãos, Antônio, doar um novilho para a festa da Igreja. Assim, observamos que o ressentimento reside na figura do padre. Foi o irmão de Waldemar que buscou reparar a relação com a igreja e com a comunidade. Mesmo assim ficaram marcas, mais profundas que as da ação policial ou, talvez, exatamente por esse fato ele ressentido, pois o padre não se desculpou e até aceitou a novilha, por uma culpa que o Sr. Waldemar não assume, pois não vê nem a si e nem a sua família como comunistas.

Nesse sentido, a ideia de anomia pode ser trabalhada na perspectiva de Norbert Elias e John L. Scotson, em *Os estabelecidos e os outsiders* (2000), analisam um povoado onde um grupo se reconhecia como um conjunto de indivíduos distintos, em razão dos valores da tradição e da antiguidade de seu estabelecimento no local. Este grupo fundava uma distinção em relação aos demais, estigmatizando os mais recentes e com atributos atrelados à anomia, tais como a violência, a marginalidade e a delinquência.

Os autores, procuram demonstrar como indivíduos costumam se julgar e estigmatizar socialmente, gerando máculas a determinados grupos e sujeitos, as quais são difíceis de se livrar, pois “*É comum as pessoas desconcertarem ou silenciarem aqueles de quem discordam ou a quem estão combatendo, jogando-lhes na cara algum termo grupal depreciativo e infamante ou algum boato vergonhoso que se refira a seu grupo*” (ELIAS e SCOTSON, 2000: 131). Boatos, rumores, acusações, censuras, termos depreciativos, exclusões, são alguns artifícios os quais para a estigmatização.

Em todos esses casos, aqueles que são objeto do ataque não conseguem revidar porque, apesar de pessoalmente inocentes das acusações ou censuras, não conseguem livrar-se, nem sequer em pensamento, da identificação com o grupo estigmatizado. Assim, as calúnias que acionam os sentimentos de vergonha ou culpa do próprio grupo socialmente inferior, diante de símbolos de inferioridade e sinais do caráter imprestável que lhes é atribuído, bem como a paralisia da capacidade de revidar que costuma acompanhá-los, fazem parte do aparato social com que os grupos socialmente dominantes e superiores mantêm sua dominação e superioridade em relação aos socialmente inferiores. Há sempre uma suposição de que cada membro do grupo inferior está marcado pela mesma mácula (idem).

Norbert Elias e John L. Scotson ponderam sobre a dificuldade de escapar individualmente da estigmatização grupal, no caso a atribuição do rótulo de “comunistas” à família Rossini. A mácula a que os autores se referem é concebida a partir da dependência da

imagem que os sujeitos possuem em relação a sociedade que integram, podendo ser entendida no sentido da “mancha que ficou”, segundo o relato de seu Waldemar.

Outro ponto significativo acerca dessa questão aparece na entrevista quando é interpelado por mim: “*e pro senhor, o que é ser comunista?*”, em meio a risos, o entrevistado assim se coloca: “*Comunista, nem sei o que é*”.

No livro *Memórias e Combates: Uma História Oral do Anticomunismo Católico no Brasil* (2017), a historiadora Carla Rodeghero discute como era nebuloso o entendimento do que significa ser comunista no Sul do Brasil, haja vista que discursos anticomunistas acabaram sendo absorvidos pelo imaginário social de maneira muito próprias, nem sempre tão compatíveis com a matriz original. Essa apropriação difusa e, por vezes, contraditória, delineou visões extremamente negativas acerca do comunismo, apresentado como algo nocivo e perigoso, como um adversário terrível da religião.

Na esteira das considerações aqui tecidas, podemos inferir que a fala do Sr. Waldemar possui uma centralidade no estigma de serem apresentados como comunistas, mesmo sem possuir a clareza acerca do que isso representa em termos políticos. Entendemos a noção de “estigma” a partir de Goffman, que pontua que o estigma se apresenta como uma ameaça à ordem social, uma identidade deteriorada, algo de mal e que necessita ser evitado (GOFFMAN, 2004: 4).

Para este autor, a sociedade constrói determinadas categorias e modelos para os indivíduos em conformidade com atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria. Nessa perspectiva o estigma produz grande descrédito na vida do indivíduo. O meio social tende a impor uma perda de identidade, uma imagem deteriorada, reduzindo as oportunidades aos estigmatizados. Assim, o social encaminha a anulação da individualidade e confirma o modelo que interessa para a manutenção das estruturas de poder, anulando tudo aquilo que rompe ou procura romper com o modelo delineado, caracterizando como nocivo e fora do parâmetro. O grupo social procura, por intermédio de variados esforços, conservar a imagem deteriorada como forma de preservar a eficácia do poder simbólico e do controle social (GOFFMAN, 2004: 12-16).

Diante dessas reflexões sobre as narrativas do Sr. Waldemar, e pensando a proposição e as finalidades da Comissão da Verdade em garantir o direito à memória das vítimas, o que se verifica através do relatório da CEV-PR é um delineamento genérico da violência contra os camponeses, emoldurado a partir da interpretação dada pela Comissão, conforme procuramos demonstrar no primeiro capítulo.

Outrossim, questionamos que tipo de restituição depoentes como o Sr. Waldemar e tantos outros têm em relação ao testemunho prestado, como esse trabalho se volta para eles? Será possível pensar que o depoimento prestado permitiu um processo de individuação ou subjetivação?

Partindo da dimensão de Alain Touraine (2007) a subjetivação consiste na “*construção, por parte do indivíduo ou do grupo, de si mesmo como sujeito*” e em relação ao outro (p. 166), o qual é portador de direitos e de subjetividades, escapando a fragmentação do eu a qual se faz presente de modo mais intenso nas sociedades contemporâneas. Já a individuação se encontra ligada uma postura ativa do sujeito frente a uma sociedade em ruínas, permitindo ao mesmo assumir uma postura que afirma sua individualidade e construir sua singularidade dando sentido a sua existência através de seus atos. Essa noção se faz atrelada em relação a “força de defesa dos direitos em todos seus aspectos da vida social e cultural, e não fora deles” (TOURAINÉ, 2007: 130).

Ante ao exposto embora observemos que Seu Waldemar tenha incorporado essas vivências as suas narrativas, o mesmo não superou por completo todo esse passado. Os ressentimentos acerca de diferentes elementos, a rotulação social, a mácula provocada pelo padre, a ausência de um pedido de desculpas, perpassam sua narrativa.

Ainda na esfera dos questionamentos, perguntei sobre o desejo de reparação material que aparece na entrevista que produzi junto ao agricultor e que parece ter sido proposto pelos membros da CEV-PR que o procuraram:

me entrevistaram aqui e ai comunicaram pra ir lá, dai eu só falei se o rapaz ia e junto e se eles iriam vir me pegar aqui, dai eles vieram me pegar aqui e levaram, ai meu irmão tava junto lá em Cascavel [...] Mas olha, ficou certo pra eles trazer né, tem até os papel ai tudo, mas até hoje não apareceu.

Mas quem deixou o papel?

Valdemar: Lá da Comissão da Verdade.

É? Eles falaram em reparação, em ressarcimento?

Valdemar: Sim, em seis meses era pra receber, e até agora... (Entrevista com ROSSINI, Waldemar: 2016: A/A).

Por fim, perguntamos ao Seu Waldemar sobre a procura dos membros da comissão e se mencionaram algo sobre reparação. Embora para que se ocorra uma reparação plena e efetiva se deva lançar mão de uma série de mecanismos diferenciados, a fala do entrevistado se volta para forma mais comum de reparação, isto é, a compensação econômica. Interessante destacar que o entrevistado encerra sua fala de forma reticente “e até agora...”, o que denota uma expectativa em torno dessa reparação, sendo as reticências entendidas aqui como uma metáfora da espera.

Ante toda a análise apresentada que toca a questão do ressentimento e as formas simbólicas que a violência opera, somos conduzidos a refletir sobre a complexidade de se falar em reparação, principalmente para os atingidos pelas violações do período em questão. O estigma que pesou sobre Waldemar e seus familiares, o encobrimento oficial sobre o passado remete a fragilização e a tristeza, mas também uma frustração em relação ao Estado por conta da não reparação.

Lembramos aqui que a memória não é apenas individual, mas relacionada com uma memória social. A história individual é emaranhada à história dos outros, enquanto sociedade que se constrói.

2.2 “Foi uma satisfação muito grande eu poder esclarecer”: entrevista com Lauro Adão Rossini

Lauro Adão Rossini passou grande parte de sua vida no meio rural. Assim como seu irmão Valdemar Rossini, veio com a família de Crissiumal – RS, em 1960, para o Sudoeste paranaense. Foi morador de Capanema, de uma linha rural chamada Pavão. Diferentemente do irmão, não seguiu a ocupação da família e veio a se tornar professor primário. A itinerância da família Rossini é semelhante a de outras famílias que saíram do interior do Rio Grande do Sul em busca de prosperidade e trabalho no Oeste e Sudoeste do Paraná.

O depoimento de Lauro Adão Rossini na Audiência Pública havia me chamado a atenção de imediato. Em meio a um grupo de camponeses, grande parte com dificuldades de narrar suas experiências, envoltos no nervosismo gerado pelo ambiente de um auditório, microfones, tribuna, plateia, entre outros, Lauro demonstrou maior tranquilidade em seu depoimento. Produziu uma fala mais estruturada, tranquila e compassada, bem como teve maior impostação no uso da voz que os demais membros de Grupos dos Onze. Na Audiência Pública, Lauro presta seu depoimento em aproximadamente 5 minutos e assim inicia sua fala:

Na época de 1964, eu era morador da Linha Pavão, em Capanema. Aonde eu tinha apenas 23 anos, estudante, professor da Linha Pavão da escola primária. Bem, para falar do grupo dos 11, é importante que se diz de onde partiu a ideia, e o porquê, e como. Quando em 1961, 1962, começaram as articulações para tomarem o poder, quando iam articular, quase para se dar em 1961, Jânio Quadros, presidente da república se acovardou e renunciou. Nisto, que praticamente estava quase dado o Golpe Militar, o ex-governador Leonel Brizola – já não era mais governador, e sim deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro –, veio para Porto Alegre, se acampou da Rádio Mayrink Veiga e pediu resistência contra o Golpe. E a população inteira se manifestando a favor da Rede da Legalidade, que não queria derramamento

de sangue, mas sim que prevalecesse a ordem jurídica e constitucional, que era a democracia (depoimento de ROSSINI, Lauro. Audiência CEV-PR).

A fala do Sr. Lauro vem revestida de termos que denotam uma maior elaboração sobre o tema em questão, utilizando-se de construções mais elaboradas como as “articulações para tomarem o poder” ou “que prevalecesse a ordem jurídica e constitucional”, o que lhe confere maior autoridade para falar sobre o assunto, pois evoca também datas, nomes e fatos que sustentam suas afirmações.

Sua narrativa opera um afastamento de sua história individual. Ele começa a falar de sua vida em 1964, para logo depois inseri-la dentro da história política nacional. E sua narrativa tem um tom explicativo – como muitas vezes faz um professor. Relacionar, portanto, sua fala com seu lugar de fala. Sente necessidade de explicar à Comissão e ao público o que foi o Grupo dos 11.

Mais tarde, no transcorrer da investigação, descobri que após se mudar de Capanema, Lauro ocupou diferentes cargos em empresas da região e, já no Oeste do Estado, chegou a disputar cargos políticos, bem como ocupar secretarias no município de Itaipulândia. Quando perguntei sobre como foi para ele falar na Audiência Pública, a resposta foi a seguinte:

Não... foi simples, eu sou... eu já tinha feito palestras em Curitiba, sobre administração municipal, eu, o Dr. Duílio, o presidente do tribunal de contas e o Álvaro Dias, na época... fomos lá no colégio Nossa Senhora da Safira, três dias... eu do pessoal assim, não estranhei nada, nada... só o problema que umas horas eu perdi até o fio da meada que me deu aquela emoção lá que.. negócio do grupo dos onze, da própria sequela que eu tinha, que causou... mais, se não, quanto a isso não, de pessoal...isso eu sou acostumado (Entrevista de ROSSINI, Lauro. 2017: A/A).

Esta fala do Sr. Lauro traz alguns elementos interessantes de natureza objetiva para a compreensão de sua forma de narrar. Primeiramente, a facilidade por ele alegada de falar em público, mas também a lembrança de um momento de emoção, quando as lembranças afloram e o presente se abre para dar vazão a lembranças de um tempo que carrega consigo marcas intensas em suas vivências.

A trajetória de vida e o envolvimento político do Sr. Lauro nos ajuda a entender muito de sua fala na Audiência Pública da Comissão da Verdade. A carreira de professor, a dedicação aos estudos, os desdobramentos de suas itinerâncias após os episódios de 1964, seu ingresso no MDB, conforme iremos demonstrar através de suas falas a seguir, permitem que compreendamos melhor a maneira como Sr. Lauro narra os acontecimentos.

Lançamos uma atenção especial na tentativa de não menosprezar determinadas informações presentes nos relatos e que acabam por possuir sentidos políticos implícitos e reveladores da constituição dos próprios sujeitos. Faz-se necessário assinalar, nesse sentido, que os entrevistados rememoram situações conflitivas de suas vidas e experiências marcadas por violações e forças que deslocam suas trajetórias individuais, levando-os a prisões, violências, fugas, mudanças forçadas e outros. Essas narrativas foram produzidas por intermédio de indagações realizadas pelo pesquisador, a partir de uma proposta de pesquisa de natureza acadêmica, a qual somente foi possível pelo estabelecimento, mesmo que mínimo, de laços de confiança pessoal.

Ademais, observando a forma como iniciou sua narrativa e a recorrente utilização de datas, nomes, explicação de siglas e interpretações de eventos políticos de grandeza nacional, está relacionada a relação que Lauro desenvolveu com seu interlocutor, um homem, professor de História e bem mais jovem do que ele. Esses aspectos geracionais e de posição social devem ser pensados como integrantes do processo de entrevista, pois contribuem para modelar o conteúdo narrativo da entrevista.

Os contatos com Sr. Lauro se iniciaram por meio de seu irmão, Sr. Valdemar. Na sequência, para algumas conversas telefônicas foram realizadas com a filha do Sr. Lauro, dona de um comércio em Itaipulândia. Esses contatos iniciais se fizeram necessários e de grande valia, ocasionando bastante cordialidade e receptividade quando da visita para a entrevista.

Cheguei na residência de Sr. Lauro logo após o almoço e o encontrei em uma área externa da casa, confortavelmente sentado em uma cadeira, descansando. Fomos apresentados pela filha, que nos acomodou na cozinha da casa para que ficássemos mais à vontade. Lauro de imediato lembrara que o irmão Valdemar havia lhe dito que fiz uma entrevista com ele e me coloquei a explicar sobre os objetivos de minha pesquisa. Por ter trabalhado no Instituto Federal do Paraná – Campus Capanema, conheci algumas pessoas da localidade, bem como algumas histórias da região, que serviram para “quebrarmos o gelo” naquela conversa inicial.

Observei que Lauro, homem com rosto marcado pela ação do tempo e com mãos calejadas, apesar da pronúncia incorreta de algumas palavras, próprias de vícios de linguagem de regiões do interior, faz uso recorrente em suas frases de termos mais elaborados e palavras de uma ordem mais ligada ao dia a dia político do que seu irmão e dos demais depoentes.

Isso ocorreu, por exemplo, ao mencionar Leonel Brizola como um dos grandes nomes que articularam a resistência ao Golpe Militar e a formação dos Grupos dos Onze. O movimento feito pela memória do Sr. Lauro pode estar muito mais atrelado à sua

compreensão dos fatos no presente do que ao momento propriamente vivido. Em sua entrevista, ele atrelou acontecimentos de sua vivência a um quadro político mais amplo da história do país.

Diferentes autores escrevem sobre o apoio civil ao Golpe de 1964. O historiador Marcos Napolitano, no livro *1964: História do Regime Militar Brasileiro* (2014), demonstra que o imaginário social existente acerca do golpe tende a impor a imagem de rebeliões nos quartéis, movimentação de tropas, deposição do presidente eleito por lideranças militares, cerco ao poder constitucional. A obra pontua que o episódio foi envolto por estes eventos e muitos outros. Para este autor, o levante nos quartéis não foi, propriamente, o golpe em si:

Fato esquecido pela memória histórica, o golpe foi muito mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. (NAPOLITANO, 2014: 44).

O autor segue demonstrando como diferentes setores se mobilizaram a partir de um discurso anticomunista e antirreformista muito antes de 1964, bem como o modo pelo qual os meios de comunicação de massa – jornais, revistas, rádio etc – reproduziam exaustivamente esse discurso encontrando eco em muitos segmentos da sociedade brasileira. Contraditoriamente à operação intelectual da história, laicizante, envolta em análises e discursos críticos, a memória pode se desenrolar a partir de conformações, valores individuais e juízos estéticos.

Ao mencionar sobre a oposição ao golpe e o apoio a Leonel Brizola, o entrevistado Sr. Lauro assim pontua: “a população inteira se manifestando a favor da rede de Legalidade, não queria derramamento de sangue” (idem). Interessante destacar que no depoimento prestado na Audiência de Cascavel, Lauro elege uma dimensão de consenso em torno de sua posição assumida, uma vez que “a população inteira” apoiava Brizola e a Rede de Legalidade e, graças a essa mobilização popular os militares não dão o Golpe naquele momento, assim descrevendo que a rede de Legalidade “*nisso venceu e o exército se recuou de dar o golpe na época porque a população inteira estava a favor*” (Depoimento de ROSSINI, Waldemar. Audiência CEV-PR).

A memória pode ser entendida como base constituidora da oralidade, como discorre Pierre Nora, assim as lembranças vão dando substrato aquilo que é narrado pelos sujeitos. Este autor também pontua que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993: 9), estando assim submetida e conformada às crenças,

imaginários e moralidade próprias dos indivíduos. Assim, partindo do depoimento e da entrevista de Lauro, observamos como dimensões do passado vão sendo narradas a partir de concepções do presente.

O depoimento de Lauro é também marcado pela avaliação pessoal de uma mocidade e em relação àquele período de sua vida, quando ainda era novo e inexperiente, pois “tinha apenas 23 anos”, um modo de justificar-se perante qualquer equívoco ou pensamento destoante ao da Comissão ou do público. Todavia, o depoimento demarca uma posição ainda atual, de apoio político mais estruturada de oposição ao golpe perpetrado em 1964, bem como o apoio a Leonel Brizola.

No depoimento prestado na Audiência da Comissão da Verdade, Sr. Lauro pontua o protagonismo de Brizola na oposição à arquitetura do golpe, costurando a resistência em favor do presidente João Goulart:

Ao passar do tempo, o Brizola veio para Porto Alegre e se ocupou toda sexta-feira, na rádio Mayrink Veiga, sobre a implantação da reforma agrária. E ali surgiu a ideia da formação do grupo do onze para discutir como deveria ser implantada a reforma agrária e da resistência, a democracia e contra o golpe³³ (Depoimento de ROSSINI, Lauro. Audiência CEV-PR).

Diferentemente do irmão Waldemar, que narra a partir de sua experiência particular e do seu mundo no campo, Lauro se coloca como parte de um jogo de forças políticas antagônicas e de outro modo, tem um discurso mais elaborado que procura explicar o surgimento do Grupo dos Onze e o protagonismo de Brizola. A fala de Lauro Rossini nos dá uma percepção de suas posições políticas e da construção de uma dada memória do período, principalmente no que tange à importância de Leonel Brizola naquele momento político brasileiro. Tanto em seu depoimento, quanto na entrevista que realizamos, Lauro refere-se a Brizola de forma elogiosa, sua figura é lembrada a partir de seu protagonismo político e envolta pelo sentimento de admiração.

³³ Durante os anos de 1962 e 1963, já eleito deputado federal, o mais votado da antiga Guanabara, Leonel Brizola ocupava quase que diariamente o microfone da Rádio Mayrink Veiga, onde proclamava que iria conseguir a aprovação das reformas de base “na lei ou na marra”. Em 1964, para se contrapor às transmissões de Leonel Brizola pela Rádio Mayrink Veiga e pelas emissoras a ela ligadas, formou-se a Rede da Democracia, uma cadeia radiofônica que, através de programas diários, combatia a política do presidente João Goulart. A Rede da Democracia exerceu um papel preponderante na preparação do golpe de 1964. Carlos Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Raul Brunini e outros, então detentores de mandatos políticos, atuaram nesta rede. Após o golpe de 1964, os pronunciamentos políticos desapareceram da Rádio Mayrink Veiga. Em 1965, a emissora foi fechada pelo presidente Castelo Branco, através do Mandado de Segurança nº 16.132/65. (fonte: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/R%C3%81DIO%20MAYRINK%20VEIGA.pdf>)

O fascínio pela figura política de Brizola entre parte da população advinha em parte de sua forte retórica e de capacidade de persuasão. No artigo intitulado “Brizola e os comunistas: os Comandos Nacionalistas na conjuntura do golpe civil-militar de 1964”, as pesquisadoras Carla Brandalise e Marluza Marques Harres versam sobre a articulação construída em torno desse político durante a “Campanha pela Legalidade”:

O clamor ao povo a se contrapor organizadamente às elites economicamente dominantes torna-se uma constante em sua retórica. Talvez Brizola pensasse em reproduzir em escala nacional o tão bem sucedido levante popular que ocorrera no Rio Grande do Sul por ocasião da Campanha da Legalidade, só que, desta vez, dirigido desde o princípio por ele, com princípios de ação estritamente orquestrados e canalizados. Em inícios de 1964, Brizola deliberava em editorial do periódico Panfleto, que “o ‘povo’ manifesta seu inconformismo com protestos de rua, greves, luta pela terra e defesa das bandeiras nacionalistas.” Alertando que esse ‘povo’ deveria estar sempre de prontidão para o ‘antipovo’, “uma minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e a finança, a grande imprensa, os controles da política, até aos negócios internacionais” (BRANDALISE e HARRES, 2015: 183-184)

No excerto de seu depoimento citado anteriormente observamos que a trajetória de vida da família do Sr. Lauro começa a se entrecruzar com os acontecimentos políticos descritos por ele na Comissão. Ou seja, primeiro ele constrói um quadro político nacional, depois insere a trajetória de sua família, construindo toda uma cadeia de sentidos ligada a um cenário mais amplo.

Movimento semelhante é operado quando de sua entrevista, quando, segundo ele:

[...] dois dias do Golpe de 1964, o irmão meu, que era coordenador geral dos grupos que nós tínhamos formado em Capanema, não me recordo bem de quantos, mas passava de dez na região ali, foi a Porto Alegre e levou a papelama dos grupos formados e as cartilhas da reforma agrária. Chegando lá, Brizola já estava praticamente desesperado e vendo que o golpe não tinha mais como evitar, porque o Terceiro Exército, que estava a favor da democracia, não estava mais tendo a resistência como tinha o Segundo Exército para dar o golpe (Entrevista de ROSSINI, Lauro. 2017: A/A).

As experiências descritas por Lauro se conformam dentro dos eventos históricos nacionais, atrelando suas vivências a um contexto mais amplo, conferindo com isso uma espécie de estrutura de sentidos a suas vivências, pois as mesmas poderiam ser entendidas dentro de uma cadeia de acontecimentos.

A utilização de referências sobre memória, história oral e análise da construção narrativa ajudam a compreender como Lauro elabora e reelabora suas memórias, bem como o

que é significado por ele. Na entrevista que realizei com ele, cerca de aproximadamente dois anos após o depoimento na Comissão, após solicitar que contasse sobre sua trajetória de vida, sua infância, trabalho, até chegar em Capanema e depois Itaipulândia, Lauro faz uma breve descrição desses momentos, para então concatená-los com sua experiência no período ditatorial, produzindo uma resposta de aproximadamente sete minutos sem interrupções, aproximadamente o mesmo tempo de todo seu depoimento para a Comissão. Não pretendemos aqui fazer uma avaliação quantitativa acerca da duração das falas, mas esclarecer que o ambiente da produção da narrativa é um grande diferencial acerca de como se constrói a exposição das memórias.

Assim, observamos mais uma vez a maneira pela qual o entrevistado demonstra a percepção do que o interlocutor procura ou quer ouvir, bem como faz a leitura de até onde pode chegar e quais assuntos são prioritários abordar. Se nos depoimentos produzidos para a Audiência as falas são incisivas ao afirmar a violência sofrida, seja pela objetividade e linguagem de suporte jurídico própria dos ambientes da Comissão, ao nos debruçarmos sobre as práticas de História Oral é possível perceber como tudo isso é conformado na memória dos sujeitos.

Na entrevista que nos foi concedida, Sr. Lauro mais uma vez se serve de um enquadramento de suas memórias a um contexto político mais amplo. A resposta é bastante extensa e para analisá-la iremos utilizar fragmentos da mesma, de acordo com seu teor. Assim que instigado a narrar sobre sua trajetória de vida, infância e trabalho, o entrevistado assim verbaliza suas experiências:

Bem, nós viemos para Capanema, eu vim, em 1960, aonde comprevo uma área de terra ali na linha Pavão, distrito de São Luís. E tivemos trabalhando na agricultura ali, aí eu resolvi vortar a estudar. Aí teve um concurso de professor lá, e eu fui fazer, aí passei estourado, resolvi lecionar ali na linha Pavão, em duas escolas, Pavão e Veneza, meio dia cada uma. Aí me atrapaiava muito o estudo e o esforço, aí resolvi de só meio dia na Linha Pavão, dar aula, e estudando. Aí quando Jânio Quadro, presidente da República renunciou a presidência esforçada, já pro golpe, o Brizola levantou a rede da legalidade pra garantir a posse do João Goulart, que estava impedido e o povo aderiu, e cresceu por conseguirem dar posse no sistema parlamentarista, não presidencialismo. Ele aceitou, só que era difícil fazer a reforma que eles pretendiam fazer, ele aceitou, mas em seguida o Brizola requereu um plebiscito, presidencialismo, sim ou não? Aí correu o plebiscito e ganhou. Houve o presidencialismo, aí a primeira reforma, que essa aí era a reforma agrária, porque o país estava perdendo muito sem a reforma, que as grandes áreas de terras estavam nas companhia, e as companhia usava aquela terra para fins especulativos, não para produzir. Como o caso da região de Capanema, era tudo da companhia Citra (sic). E

em 1957 houve um levante que deu tudo um atrito lá, por causa da companhia que botou o jagunço... vencerem. Mas sem escritura, só direito de posse tinha... aí Brizola, querendo a reforma, começou a formar o grupo dos 11 pra segurar a população e discutir a maneira da reforma agrária por região como deveria ser, e também pra se manifestar contra o golpe... militar. Aí começou, um irmão meu, o mais velho, então liderou a formação do grupo e eu como professor e bastante desenvolvido, me pegou de secretário a formação, fazia a reunião, explicava o porque da reunião, e se interessa em formar um grupo dos 11, que era um grupo de 11 pessoas, presidente, secretário... e os demais membro. Então fazia o grupo. Aí formava o grupo e um presidente (Entrevista de ROSSINI, Lauro. 2017: A/A).

A análise do excerto acima, assim como da totalidade da entrevista, nos aponta para o fato de que a política é o fio que costura toda a narrativa da entrevista. O entrevistado menciona rapidamente a migração, o estabelecimento e a vida no campo, os estudos e a vida como professor, para depois narrar acontecimentos políticos em nível nacional. Importante também destacar como sua percepção sobre o então cenário regional, imerso em conflitos pela posse da terra, como o Levante dos Posseiros, de 1957, a grilagem e a expropriação, são costurados às propostas políticas de Brizola, que se colocava a favor da reforma agrária.

Conforme mencionamos anteriormente, Lauro tece uma relação dos acontecimentos relativos à abordagem policial, o tiroteio com a polícia, o excesso e a tentativa de prisão, a eventos políticos ocorridos em nível macro. Esse enquadramento é possível em função da posição social ocupada por Lauro, suas leituras, o conhecimento agregado em sua vida política e demais vivências que lhe permitiram interpretar e organizar suas experiências dessa forma.

O sujeito é concebido a partir de um determinado lugar na estrutura de uma formação social. No caso de Lauro, à época dos acontecimentos, ele ocupava o cargo de professor. No decorrer da vida, se dedicou a cargos políticos e a leituras não compartilhadas pelos demais membros da família e integrantes dos Grupos dos Onze que prestaram depoimento em Cascavel. Sua linguagem assume forma simbólica, expressando elementos concretos da realidade social na qual o sujeito se encontra inserido. Assim o sujeito inscreve-se em determinada formação discursiva de modo que suas palavras, assim como suas lembranças, façam sentido.

Algumas contradições em relação ao depoimento da Audiência de Cascavel são observáveis na narrativa do Sr. Lauro, como, por exemplo, sua interpretação acerca da renúncia de Jânio Quadros. Se para Comissão ele afirma que “em 1961, Jânio Quadros, presidente da República, se acovardou e renunciou”, em nossa entrevista Lauro apresenta

outra percepção: “Aí quando Jânio Quadro, presidente da República renunciou a presidência de forma esforçada, já pro golpe, o Brizola levantou a rede de legalidade pra garantir a posse do João Goulart”.

Não se trata de um mero exercício de encontrar contradições ou diferenças entre o depoimento e a entrevista, mas de verificar que a memória e a interpretação da realidade se encontram em permanente fluxo, podendo ser alteradas a partir de uma gama de fatores, não podendo, com isso, ser recortada e tratada de maneira meramente objetiva, como se fosse retrato fiel dos fatos do passado, como em alguns momentos aparece no relatório da Comissão da Verdade.

Destacamos também o modo como a questão da terra aparece de modo muito latente em sua fala e traduz aquela que perfazia uma das principais motivações dos Grupos dos Onze. No depoimento na Comissão, Sr. Lauro já relaciona a luta de Brizola e os pronunciamentos na rádio dentro de uma relação de grande proximidade com a luta pela reforma agrária. Em nossa entrevista isso volta a se repetir. É o entendimento de um homem cuja família era de camponeses, que passara grande parte de sua vida ligada à agricultura, bem como se vinculara a um movimento de luta pela reforma agrária, o que ajuda a entender essa construção.

Retomamos aqui um pequeno trecho já citado, como forma de referenciar como uma série de informações não comprovadas do ponto de vista da história política são alicerces da fala do Sr. Lauro, como a primazia da reforma agrária no projeto político de Brizola, assim que findado o período parlamentarista e tendo-se a volta ao presidencialismo:

Houve o presidencialismo, aí a primeira reforma que essa aí era a reforma agrária, porque o país estava perdendo muito sem a reforma, que as grandes áreas de terras estavam nas companhia, e as companhia usava aquela terra para fins especulativos, não para produzir. Como o caso da região de Capanema, era tudo da companhia Citra (sic). E em 1957 houve um levante que deu tudo um atrito lá, por causa da companhia que botou o jagunço... vencerem. Mas sem escritura, só direito de posse tinha... aí Brizola querendo as reforma começou a forma o grupo dos 11 pra segurar a população e discutir a maneira da reforma agrária por região como deveria ser, e também pra se manifestar contra o Golpe... Militar (Entrevista de ROSSINI, Lauro. 2017: A/A).

Embora não comprovados do ponto de vista de ser ou não a “primeira reforma”, para Sr. Lauro trata-se um elemento central, estruturante de suas percepções acerca dos acontecimentos do período em questão. De certa maneira, podemos inferir que se trata de uma leitura política do passado, bem como de opções pessoais tecidas pelas condições do lugar e das possibilidades encontradas ao longo do caminho.

Os movimentos da memória não necessitam respaldar-se em uma sucessão cronológica, ela constrói seus próprios arranjos dos fatos para estruturar sua rememoração. Para justificar a necessidade da reforma agrária, Sr. Lauro remonta a eventos de 1957, o chamado Levante dos Posseiros, que atingiu o Sudoeste do Estado do Paraná, principalmente a região de Francisco Beltrão. Embora esta revolta tenha raízes profundas em sua região, ela se deu antes da vinda de sua família, não tendo sido experienciada diretamente pelo entrevistado. Entretanto, ela compõe sua memória e suas interpretações do passado, seja por intermédio dos relatos transmitidos pela oralidade ou pelas leituras realizadas ao longo da vida. Todavia, julgamos importante pontuar que o levante passa a compor sua narrativa, sendo, portanto, subjetivamente, portador de significados na composição de suas memórias relativas ao período.

Na esteira dessas considerações, devemos observar o modo pelo qual a questão da terra e da posse direta do lugar que permite o sustento, assim como a reforma agrária, permeiam a narrativa de diferentes momentos de ambas as falas de Lauro. Como evidenciamos em outros depoimentos para a Comissão da Verdade e nas entrevistas que realizamos, a posse da terra ocupa um lugar importante na constituição desses sujeitos históricos e em suas memórias. O Sr. Lauro, assim como outros tantos entrevistados, que possuem trajetórias de vida marcadas pela itinerância na luta pelo sustento material, representam a propriedade da terra enquanto enraizamento em uma localidade.

Entretanto, ao ingressarem nos Grupos dos Onze, mesmo que estes indivíduos não fossem adeptos de uma ideologia ou uma visão política mais claramente manifesta, a adesão ao movimento encampado por Leonel Brizola desenvolvia uma práxis que acabava por questionar a estrutura predominante da posse de terra e o modelo agrário praticado no Sudoeste/Oeste paranaenses. Pelo que observamos na maioria dos casos a questão orbitava em assegurar o seu quinhão de terra e a sua sobrevivência.

Dentre todas as entrevistas que realizamos com ex-integrantes dos Grupos dos Onze a de Lauro é a que melhor descreve como se dava a sua participação, as reuniões e o funcionamento deste movimento. Conforme o relato de Lauro, ele e seus irmãos, Antônio e Santo, participavam ativamente das reuniões:

Então cada mês eles se reunia, nós passava como da... dos diretórios central do grupo dos 11, vinha apostilha para preencher, sobre a discussão da reforma agrária, aí a gente preenchia aquilo e ia para Porto Alegre pra Brizola. Meu irmão que levava, e dois dias, três dias antes, de 64, do estouro, ele levou pra lá e daí ele vortou no dia que estourou, desembarcou em Capanema, e desceu em casa e a mulher dele tava lá em casa e eu tava

lecionando, aí deu recreio, vi que ele tava lá, fui lá ver se ele tinha trazido a papelama, trouxe toda a papelama pra fazer, de novo, e recolher tudo das reforma agrária, uma parte já tinha vido, e daí ia de novo o resumo praticamente final do grupo dos onze. Aí fumo lá em casa e tava escutando a rádio, o Brizola falando, de repente fechou e daí deu, ele subiu em casa, ele com mais dois companheiros, Zé Gregório e o Wilson Teixeira. E eu fui lecionar, quando entrei com os alunos na escola, os alunos escutaram grito, e foi na janela e eu gritei com eles diz: a porcunhada vem gritando e chorando, aí eu já vi, estourou o tiroteio, quando estourou o tiroteio a piizada começou a saltar a janela e a correr, e daí eu corri e falei: “não corre, vamos entrar tudo aqui no mandiocal, do ladinho aqui e deem pra não pegar bala”, não sabia de onde tavam atirando. Aí deitou todo mundo lá, quando parou os tiros eu digo: “agora vocês vão lá em casa (da mãe) que era no acostado, e só vocês vão embora quando ela liberar vocês”. “E o professor? E o professor?” Eu vou me arrancar, aí eu peguei uma, eu não sabia, tinha tudo aquela papelama lá em casa, tinha meu nome como o secretário, disse, peguem isso aí e já vão me levar... tá... aí eu descí, atravessei uma sanga, e daí foi naquele riozinho, pra baixo, que descia lá, aí quando eu ia descendo lá eu encontrei o meu irmão, todo molhado... (Entrevista de ROSSINI, Lauro. 2017: A/A).

A rememoração desse momento acompanhado de expressões e tom de voz intensos. A memória opera de modo a trazer para o presente fatos que o entrevistado pode lembrar e, ao mesmo tempo, pode dizer. As lembranças delineiam o processo de organização do grupo, que tinha “toda papelama pra fazer”, isto é, as fichas e questionários sobre a reforma agrária, que eram remetidas para Porto Alegre. Não pudemos identificar como a polícia chegou aos nomes de Lauro, seus familiares e demais companheiros, mas observamos o modo pelo qual o narrador internalizou os acontecimentos e os organiza na forma de narrativa.

Lauro descreve os momentos de tensão, o tiroteio com a polícia, a preocupação com as crianças para quem lecionava, o momento em que se deitam no chão num mandiocal para se proteger. As situações de conflito e ameaças à integridade comumente ocupam espaços importantes em nossas lembranças e Lauro, em meio a uma enxurrada de informações, vai tentando reconstruir o acontecido há cinco décadas.

Para além da preocupação primeira, que é a sobrevivência sua e das crianças, o relato demonstra sua preocupação para com a mãe, que se encontrava em casa, onde se encontrava a documentação que trazia o seu nome, dos irmãos e demais companheiros. A mãe, contudo, ao ver a movimentação dos soldados: *“Queimou os documentos, tudo. Catou, que ela sabia, ali na gaveta que eu marcava, guardava, catou aquilo e queimou tudo... postilha, documentação, porque tinha tudo minha assinatura”* (Entrevista com ROSSINI, Lauro. 2017: A/A).

Enquanto isso, Lauro, seu irmão Antônio e outros companheiros empreenderam fuga usando um pequeno rio que passava perto da casa, o rio Pavão, que dá nome à localidade. Descreve ter se encontrado com o irmão, ambos viram que estavam bem e ficaram

escondidos, enquanto “os outros dois atravessaram o rio, e o daí o Wilson que era manco, levantou a mão e se entregou. E o outro saltou no açude de peixe e atravessou a nado e se escondeu na bananeira, o Zé Gregório. Aí chegaram, deram uma coronhada de mosquestão nele, derrubaram, e algemaram e levaram ele preso” (Entrevista com ROSSINI, Lauro. 2017: A/A).

A narrativa de Seu Lauro segue descrevendo como foi para ele encontrar o irmão, depois de voltar escondido pra casa:

E eu encontrei meu irmão, aí pediu lá de casa, diz, eu não fui ver, verifica lá que de noite se tiver bom eu vou passar pegar roupa lá e disse pra ele que era pra mulher dele levar roupa lá.. tá... aí eu fui em casa, pé por pé, tateando, fui... aí a mãe chorando, eles tudo chorando... eu fiz eles ficar quieto, disse que ele não tava machucado, que ele tava bom, aí eles queriam saber onde ele tava e eu não queria dizer, fiquei quieto, não diz, como que tu sabe? Não, eu falei com ele, eu tava junto, traz a roupa dele aí, deixa aí que de noite ele vai pegar... a roupa, ele tá são, não tomou nenhum tiro, não pegou... (Entrevista com ROSSINI, Lauro. 2017: A/A).

Embora não tenha sofrido diretamente algum tipo de violência, Sr. Lauro presenciou como ela foi usada contra seus companheiros, construiu um julgamento sobre a situação e elaborou um entendimento sobre os riscos os quais estava sujeito. Conquanto não tenha sofrido nenhum tipo de agressão ou violação física direta, a mesma perfaz o relato do entrevistado e permeia sua subjetividade, pois o incidente fez com que “o mandiocal foi atorado, porque foi duas viatura de metralhadora e mosquestão, tanto é que lá em cima no... tinha, mais ou menos mil metros, a mulher do Jorge Tormis tava tirando leite e uma bala de mosquestão pegou na paleta da vaca e quebrou, matou a vaca. Ela sentada tirando leite. Esse foi o caso do Grupo dos Onze” (Entrevista com ROSSINI, Lauro. 2017: A/A).

Cumpramos destacar que a narrativa do Sr. Lauro vai ganhando em intensidade e a velocidade de sua fala vai aumentando nesse momento. A gama de lembranças vem se deslocando em direção ao presente e conduzindo o entrevistado a uma constante auto-avaliação. Somado a isso as memórias do medo e da violência parecem gerar certo desconforto em Lauro, que subitamente encerra sua narrativa “Esse foi o caso do Grupo dos Onze”. Depois fica em silêncio, enquanto de cabeça baixa ia puxando pequenos fios da beira da toalha de mesa.

Ao analisar a construção da entrevista em sua totalidade, percebemos como ela foi construída para chegar a este final: “esse foi o caso”. Lauro organizou toda a sua fala, durante o processo da entrevista, em torno desse “causo”.

Tanto o depoimento de Lauro para a Comissão da Verdade, quanto a entrevista que realizamos, são marcadas pela retroatividade, o que é um elemento característico da História Oral, e pela inserção de dados históricos relativos à história brasileira em meio às suas experiências individuais. Porém, a entrevista por nós realizada, em sua casa, em 2017, adentra em maiores explicações e justificações, sendo mais detalhada. Podemos depreender que o ambiente doméstico e familiar contribuiu para avivar em Lauro, com mais intensidade, lembranças atreladas a seus irmãos, sua mãe, seus amigos, a saída de casa, as itinerâncias provocadas pelos episódios de 1964 e como elas atravessam sua vida familiar.

As marcas deixadas pela violência não necessariamente precisam ser de natureza física. A abordagem realizada pelos soldados da brigada expõem Lauro e seus familiares a situações vexatórias. Na fala de seu irmão, Waldemar Rossini, a rotulação pelo padre e pela comunidade local em relação à família após o episódio ocupa relevado papel. Já para Lauro, quando perguntado sobre esse episódio, assim se posiciona:

Não ali o... houve um disse que disse, ficou aquele boato pra lá e pra cá, houve um problema, o negócio de não sei o que com o padre, mas depois aquilo... aquilo era coisinha de conversa, aí ele, houve uma festa lá e esse irmão meu pegou e doou um boi pra igreja lá. Depois o padre começou a elogiar tudo nós, e eu como jovem catequista, que ele sabia tudo, e vivia lá tudo. Daí ele começou a tirar, aquele problema, do grupo dos 11. Mas foi tempo para dissolver aquilo, muito tempo. Eu já tinha ido embora, me desgostei e fui trabalhar lá pra Capitão Leônidas Marques na fábrica Caiçara. (Entrevista com ROSSINI, Lauro, 2017: A/A)

Na entrevista, Lauro não dá tanta importância ao episódio com o padre como o irmão, possivelmente pelo fato dele haver depois se mudado de Capanema para Capitão Leônidas Marques, município vizinho. Mesmo que lembrada somente após perguntarmos para ele, a referência à mácula e à violência simbólica também se fazem presentes em suas memórias, muito embora o fato tenha sido sentido de forma diferente.

Lauro atribui maior significado a outro evento ligado ao ocorrido, o momento em que a mãe, percebendo a aproximação dos soldados, rapidamente queima os papéis, fato que teria impedido que reunissem provas para prendê-lo ou novas investidas e vigilância:

E eu nunca, não vieram mais atrás de mim, os papel que estourou tudo lá, a finada mãe, a primeira coisa que saltou, eu tinha um bidê de livraiada, que eu era jovem catequista, que dava catequismo. E os livros de estudo, tudo que eu estudava muito, de noite, reviraram tudo aquilo, disse isso aqui é Deus por fora e o diabo por dentro, diziam que a reforma agrária, uma época era lei comunista, segundo eles, então tratavam a gente como comunista, mas

nós não tinha ideologia comunista, claro que Brizola era socialista e a gente sempre foi contra o capitalismo, a favor do socialismo, que nós seguia o Brizola, essa é a história do grupo dos onze. (Entrevista com ROSSINI, Lauro, 2017: A/A)

De maneira instigante, Lauro rememorou os momentos da abordagem na casa, embora não estivesse presente, pois se encontrava escondido no meio do mato. Os detalhes que são narrados lhe foram transmitidos possivelmente pela mãe ou pelo irmão Waldemar, que estavam na casa, mas são narrados como se ele próprio estivesse lá e são narrados a partir de suas elaborações. Seu Lauro expressou com ênfase o fato de estudar muito, de ter livros e ser catequista, e, principalmente, a acusação de que o catecismo dele ser “Deus por fora e o diabo por dentro”, tratando-o assim de comunista disfarçado de catequista.

Lauro traz em sua fala elementos interessantes do viés anticomunista do período. Sua atuação como catequista e demais elementos de natureza religiosa em sua fala confirmam o forte elo da família com a igreja católica na cidade, colaborando para o entendimento do forte ressentimento do irmão Waldemar em relação ao padre local.

Interessante observar nesse momento da narrativa o modo como uma fala construída a partir do “eu”, sobre como o mesmo vivenciou aqueles acontecimentos, passa da primeira pessoa do singular (“eu”) para a primeira pessoa do plural (“nós”) - “nós não tinha ideologia comunista”, “nós seguia o Brizola”, organizando assim sua narrativa de modo a imputar um suposto comunismo - ou socialismo, como Lauro corrige - não a ele exclusivamente, mas aos membros do Grupo dos Onze, que teriam defendido a reforma agrária. Implicitamente a fala de Lauro diferencia comunismo de socialismo. Enquanto se coloca alinhado ao socialismo, fala do comunismo como uma pecha com a qual não quer ser representado.

Embora Lauro demonstre uma certa dificuldade de verbalizar seu posicionamento sobre ser ou não comunista, sua percepção constrói outra visão, mais positiva do socialismo, atribuído a Leonel Brizola. Após discorrer sobre seu entendimento sobre comunismo e socialismo, mais uma vez o entrevistado procura encerrar a questão resumindo: “essa é a história do grupo dos onze”.

A utilização, novamente, de uma frase conclusiva, nos encaminha a pensar como Lauro procura atribuir uma moral à história dele. Assim como Portelli, ao analisar a questão das subjetividades na narrativa de Frederick Douglas, em *A Filosofia e os Fatos*, existe toda uma interpretação por trás dos fatos narrados por Lauro: o Grupo dos Onze não era uma ameaça terrível como apresentado pelas autoridades da época, apenas estavam seguindo orientações de Brizola e se posicionando contra a relação com a terra que se fazia dominante na região.

Um ar de desconforto se apoderou do semblante do Sr. Lauro quando insistimos no assunto acerca do comunismo. A maneira como atualizou essa questão apresentou-se bastante interessante. Nesse momento da entrevista perguntamos: “E como era pro senhor saber que eles falavam isso do senhor?”. Com uma fala mais pausada, respirando mais demoradamente e olhos levemente marejados, Lauro desenhava uma lembrança preta de emoção:

Isso eles falaram lá revistando, “isso é por fora, o resto é o diabo. Isso é puro comunista”. Depois fomos taxados de quinta coluna, comunista. Coagiram, isso houve, não teve, eu não tava junto... quando revistaram a casa, mas a finada mãe que... teve o dia que eu vi aquilo tudo revirado lá e eu digo: mas credo, que.... pra organizar, era barbaridade de coisarada que eu tinha lá, aí que ela disse: “eles reviraram tudo aí, não teve onde, de colchão pra cima”, disse: “aqui no teu bidê eles reviraram pra achar alguma coisa”, disse: “eu já tinha retirado e queimado, senão tinham levado”. Bem, no fim era bom que eles tinham levado porque aí eles iam ver o que que era o Grupo dos Onze. (Entrevista com ROSSINI, Lauro, 2017: A/A)

De algum modo, Lauro delineou como fora difícil lidar com as insinuações e rotulações. Para ele, trabalhador, professor, catequista, inclinado ao estudo e ao esforço, receber o rótulo de ser de Deus somente por fora, mas por dentro ser do diabo significou uma ferida em sua memória. A maneira como o comunismo e o anticlericalismo se fundem no imaginário social, sendo apresentado como algo nocivo à família, à moral social, bem como à degradação dos indivíduos é assim discutido pela historiadora Carla Rodeghero:

A localização do perigo representado pelo comunismo na forma como isso foi expresso nas entrevistas de História Oral coincide, em muitos casos, com as linhas gerais do discurso católico anticomunista, já que nos dois universos são enfatizados temas como a destruição das famílias, a expropriação e, especialmente, o anticlericalismo, este último mesclado com ateísmo. Com base em estudos anteriores sobre o tema, é possível dizer que, nos meios católicos, o tema do comunismo era geralmente tratado de forma bastante ‘abstrata’ no que se refere ao sujeito ou grupo atingido pelas críticas. (RODEGHERO, 2017: 151)

A autora traz um debate interessante acerca das representações anticomunistas que circulavam em comunidades do Sul do país, entre os anos de 1945 e 1964, procurando analisar como elas são apropriadas pelo público receptor. Delineia como diferentes sujeitos, de pessoas comuns até membros do clero, contribuíram para a construção de um imaginário anticomunista. Na esteira dessa dimensão a autora demonstra como a Igreja falava do comunismo em termos mais amplos, como um conjunto de ideias que objetivava subverter a

ordem estabelecida. Por outro lado, esse discurso era incorporado por muitos fiéis leigos de modo a desenvolverem “a percepção de que comunismo era mau porque estava contra os padres, contra a Igreja, contra Deus” (idem. 152).

A postura contrária ao comunismo é observável em diferentes diretrizes da Igreja, em vários momentos de sua atuação no Oeste e Sudoeste do Estado. A maneira como o conservadorismo e, por conseguinte, o anti-comunismo perpassam o imaginário social da região já foi objeto de estudo de diferentes autores³⁴, que mostram o modo como determinado imaginário social fora construído sobre o tema.

Na sequência da entrevista, quando indagado sobre quem o taxou de comunista, seu Lauro acena para o modo como isso afetou sua permanência em Capanema:

Isso, o pessoal da brigada, “aqueles são uns quinta coluna, são comunista”, e ficou aquela mancha e aquilo desgostou. Aí eu parei de estudar, parei de lecionar e em seguida fui lá em Capitão Leônidas Marques administrar a fábrica Caiçara. (Entrevista com ROSSINI, Lauro, 2017: A/A)

Interessante notar a compreensão acerca de como este episódio modifica sua trajetória de vida. Lauro concatena, diretamente, o ressentimento e a pecha atribuída a si e a sua família com a saída dele e de outro irmão, chamado Antônio, da localidade (como observaremos abaixo). Neste plano, deve-se considerar o modo como ele elabora mais uma vez a percepção de que esses eventos e seus desdobramentos o levaram a seguir novos rumos em sua vida:

Com isso daí, foi meu estudo, parei de lecionar e parei de estudar. Aí fiquei trabalhando e depois fui administrar a fábrica Caiçara lá em Capitão Leônidas Marques. O meu irmão vendeu de desgosto e veio para Foz, aí ele formando uma fazendinha ali, foi lá vender a lenha, no exército. (Entrevista com ROSSINI, Lauro, 2017: A/A)

A lembrança de Lauro extrapolou as questões ligadas à violência física e aos excessos cometidos pelos policiais da brigada, adentrando na questão sensível da violência

³⁴ Nilceu Jacob Deitos, em sua tese de doutorado “Presença da Igreja no Oeste do Paraná: a construção do imaginário católico (1930-1990)”, de 2004, demonstra como, procurando se manter fiel a uma concepção de “povo de Deus”, a igreja adotou uma postura conservadora na região e demonstra isso por meio de registros documentais, como por exemplo a realização da “Marcha da Família com Deus”, em Toledo, em maio de 1964, bem como apresenta o modo pelo qual essa mesma mentalidade conservadora é expressa em liturgias e celebrações de missas naquele período (p.165-6). Já na livro “Direito à Terra e Práxis Católica: A Ação da Igreja no Espaço Agrário do Oeste do Paraná” (2015), Marcelo Hansen Schlachta, tece apontamentos acerca de como a atuação da Igreja Católica se desenrolou tendo, entre outros focos, o combate ao comunismo, sendo que até mesmo as alas mais progressistas, embora criticassem os privilégios da hierarquia católica, também concordava com a postura anticomunista e criticava os adeptos da revolução proletária (p.30-34).

pensada do ponto de vista simbólico. Em sua narrativa, ele evidenciou a forma como sua vida foi atravessada pelo episódio da intervenção policial e como os desdobramentos disso lhe levaram a sair da localidade, assim como ocorreu com seu irmão. A sensação de perda e rompimento de um planejamento de formação está presente na narrativa de Lauro, que optou por um caminho diferente daquele que havia planejado em relação aos estudos: “foi meu estudo, parei de lecionar e parei de estudar”. Isto é, as possibilidades de construir outro futuro, a partir desse caminho, segundo ele, foram abruptamente interrompidas. Lauro era professor e, em sua entrevista, expõe com orgulho as notas altas, a dedicação e o reconhecimento. Todavia, acabou abandonando os estudos e indo trabalhar em uma fábrica e mais tarde foi procurar uma terra para se fixar na região de Itaipulândia.

Em outro momento da entrevista chegou a contar que ainda em Crissiumal, com 14 anos, foi escolhido para fazer uma homenagem a Brizola, que estava em visita à cidade. Nesta ocasião, D. Neusa Goulart, esposa do político, teria pedido para falar com ele após a homenagem:

veio, sentou, ficamos falando e ela diz: “ó tu termina e nós vamos te dar bolsa de estudos e vamos te auxiliar”, diz, mas nós não temos recursos pra eu ficar lá. “Não, tu vai ficar lá em casa até tu se formar”. E eu sempre me lembrando e ia... se não fosse aquilo, depois me enjoou o estudo tudo. (Entrevista com ROSSINI, Lauro, 2017: A/A)

Na memória de Lauro toda a situação vivida ficou bastante latente e é lembrada com tristeza, pois em sua visão as consequências do episódio envolvendo o grupo dos onze, lhe “enjoou o estudo tudo”. Assim, as possibilidades de um futuro, diferente daquele que se desenhou até o presente da entrevista, foram abandonadas. Temos uma expectativa de futuro que ficou no passado, mas as possibilidades de ter sido diferente ainda rondam as lembranças de Lauro.

Perguntamos a Lauro se ele costumava lembrar muito do que aconteceu e se isso o marcou, e a resposta é bastante direta:

Marcou... eu fiquei traumatizado... marcou... marcou e marcou muito... A sequela ficou. Agora que tá passando do problema... O que mais eu me incomodei, não era calúnia. O mais foi eu ter parado de ter estudar e não conseguir me formar. As notas que eu tirava, por favor. Eu, em 6 meses, fui 2 vezes na escola e só estudando em casa, ia lá pegar os dado que formei a escola em casa daí, e foi lá fazer o exame, passei em segundo lugar ainda... matemática 98, que era que eu mais me dedicava. Isso foi tudo por água

abaixo. E eu queria muito me formar. (Entrevista com ROSSINI, Lauro, 2017: A/A)

O sentimento de perda, de um passado que não passa, pois levou com ele também as possibilidades de um futuro diferente são marcadas nesse momento da narrativa. A impressão que se constrói é de um profundo pesar em relação ao passado. O entrevistado não utiliza o passado para reivindicar um certo protagonismo ou para acomodar certas tensões e enaltecer sua composição enquanto sujeito. Este momento foi bastante marcado pelo uso do passado para conformar algumas lacunas do presente.

As perguntas que seguem são respondidas com brevidade e com laconismo, até perguntarmos se tocar nesse assunto ainda lhe incomoda. Meio sem jeito, ele vai preenchendo alguns silêncios e estranhamentos até então deixados: *“Não, eu não... assim, dá aquele fio, aquela raiva pra gente, aí começa, até eu nem gosto de tocar muito nesse assunto por causa da sequela que arrecém começou a cicatrizar. Então ele renova de novo, esse, o problema ficou, a marca ali foi muito grande ali...”* (Entrevista com ROSSINI, Lauro, 2017: A/A).

O entrevistado demonstra como o passado deixou marcas que custam a passar. Sua história é atravessada por acontecimentos que lhe escapam a compreensão, mesmo que ele busque delinear conhecimentos históricos e políticos sobre o período.

Trazemos nesse momento ao texto um longo trecho de sua entrevista, devido às suas possibilidades de análise:

... depois disso, então, do Golpe que eles tomaram o poder aí quanto tempo levou pra formar o MDB que era o movimento para a democracia... quanto tempo, e lá em Capanema que foi que a gente morava lá que foi que houve a primeira eleição do tal MDB que em seguida a gente fez parte disso aí, **e tinha eleição só para vereador na época... e a primeira eleição que houve**, depois disso, que veio eu tinha meu título ainda lá do Pavão, aí eu vim pra votar e daí eu disse: eu vou votar pra um cara amigo meu lá do porto... assim eu vim pra votar pra ele, mas o Santo, que era o meu irmão mais velho, tava trabalhando pro Danilo pediu pra eu votar pro Danilo... daí a finada mãe disse: **“Danilo, da Arena, dessa gente, tu não te lembra o que que fizeram? E tu vai dar o voto?” Aquilo me comoveu, digo: não voto mais. Vou votar, aquela vez escrevia na urna, vou votar Brizola! E vou votar dentro.** [risos] E assim vou um, mais outro, e mais outro, 12 votos, na urna escreveu Brizola. [risos] **pra não dar o gosto de votar praquela gente, e nunca votei praquela gente, nunca, nunca...** Tanto é que quando eu me mudei aqui, aí eu tava ali em Caramuru, esperando o ônibus, eu não tinha carro, com a menina doente. Daí um amigo meu disse: No Jão, aí o Corbari que era candidato a deputado, passou e o Neri atacou, eu tenho um amigo meu aqui que tá com uma menina, dá uma carona até São Miguel? Pois não, vamos juntos. Embarquei. Ali no Ipiranga, foi

conversando ali e ele tocou no assunto, disse: “agora é fácil de arrumar carona que é época de política, a gente tá atrás de voto e tudo”. Eu disse: o senhor é candidato? “Sou candidato a deputado estadual”. Sim, mas pra qual partido? “Pra Arena: Aliança Renovadora Nacional”. Aí eu disse: Pois é, o senhor está me levando por causa de voto? “Não, isso foi um pedido do seu amigo”. Se o senhor está me levando por causa de voto, o senhor faz favor e para com o carro e me descarrega aqui, que eu arrumo outra carona. Eu não voto pra Arena. “Mas qual o seu candidato?”. **Eu não tenho. Mas de um jeito ou de outro, vai aparecer alguém. Eu não voto. Prefiro votar em branco. Me desculpe, não te conheço, mas não voto pra Arena. De jeito nenhum.** “Não, eu tenho um primo meu lá que é do MDB, ele sabe os candidatos, vou te deixar lá e falar com o meu primo, o Corbari”. Aí me deixou lá e diz: “ó, aqui tem um medebista seco, firme! E ainda não tem candidato. E só vota pro MDB”. Aí me deixou lá, me deu propaganda e tudo e em seguida depois apareceu Paulo Marques, Ernesto Dall’Ogio, que foi os primeiros. E daí ficamo. (Entrevista com ROSSINI, Lauro, 2017: A/A) (grifos nossos)

Entendemos que a narrativa não é uma construção espontânea. O entrevistado oferece respostas a partir de alguns estímulos, questionamentos e provocações por parte do entrevistador. O longo excerto acima faz parte de uma única resposta do Sr. Lauro, após termos adentrado em algumas lembranças que lhe provocaram certo desconforto, bem como lançarmos questões que lhe ocasionavam reflexões sobre o efeito do passado no presente. Perguntamos ao entrevistado se ele costumava contar essas histórias ligadas ao Grupo dos Onze para seus filhos, e ele diz: “*Sabe que eu até... alguma coisa por cima nós comentava, mas pouca coisa, de fundo de fundo nunca toquei no assunto, do Grupo dos 11. Só quando perguntava e coisa*” (ROSSINI, Lauro, 2017: A/A).

Na sequência da entrevista, uma série de respostas curtas e em tom fugidio denotam o quanto esse assunto ainda é um tanto complexo em alguns sentidos para Lauro. Após insistirmos na pergunta, ele pondera: “*Não... isso eu não puxava muito no assunto*”. Um breve silêncio toma conta da entrevista para em seguida Lauro encontrar na pergunta sobre como foi prestar depoimento na Comissão da Verdade motivos para uma enxurrada de informações, talvez por assim apresentar outros acontecimentos os quais sublimassem o assunto para o qual enveredamos.

A longa fala de Lauro denota uma série de diferentes lembranças que vem à tona, de modo aleatório, e que pouco tem a ver com a pergunta que lhe fora feita. A narrativa orbita principalmente em torno de sua rejeição veemente ao partido da ARENA, mas também se encontra envolta de elementos que demonstram como medidas do período foram sentidas em

sua vida, como o Ato Institucional número 2 que estabelecia o bipartidarismo e o Ato Institucional número 3, que tornava indireta a eleição para prefeitos em regiões de fronteira e em áreas consideradas de risco. O que revela como a ditadura pode ser encarada como um evento da política em seu âmbito municipal e não da forma que costumamos vê-la na academia.

No episódio acima, ao contar sobre o irmão mais velho que lhe pedira voto para um amigo que disputava o pleito pela ARENA, o narrador fala como foi interpelado pela mãe: *“dessa gente tu não te lembra o que que fizeram? E tu vai dar o voto?”* e qual sua reação: *“aquilo me comoveu”*. Demonstra como as imagens do passado podem se infiltrar nas opções políticas as quais fazemos. Em seguida, de modo bem humorado e em meio a risos, quebra o clima de desconforto gerado nas respostas anteriores, descrevendo como decide optar por um voto de protesto, assinalando na cédula *“Leonel Brizola”*, demarcando assim sua posição política.

Para efeito de análise, citaremos novamente um trecho da fala acima exposta: *“Eu não tenho. Mas de um jeito ou de outro, vai aparecer alguém. Eu não voto. Prefiro votar em branco. Me desculpe, não te conheço, mas não voto pra Arena. De jeito nenhum”*. Lauro parecia relembrar, com certa precisão, aquele momento, reconstruindo passagens do diálogo por ocasião de uma carona que ganhou quando residia em Caramuru. A narrativa oral se configura enquanto uma prática de relação para consigo mesmo, mas também para com o interlocutor. Assim, a fala de Lauro arregimenta seus valores e opções políticas, demarca suas posições, afirma fidelidade a seus princípios, reforçando uma auto-imagem ao entrevistador.

Por fim, perguntamos ao entrevistado acerca da importância de contar sua história na Audiência Pública em Cascavel. Seu Lauro assim se posicionou:

Eu gostei porque o seguinte, foi a primeira vez que me deu oportunidade de poder esclarecer o que era o grupo dos 11 perante a Comissão da Verdade e perante ao povo. Pra eles realmente ver o que era o grupo dos 11. Pra mim foi uma satisfação muito grande eu poder esclarecer isso aí. Eu fiquei contente, parece que aquilo foi um alívio pra mim, porque a gente nunca teve oportunidade de esclarecer... e além disso o medo que tinha... (Entrevista com ROSSINI, Lauro, 2017: A/A)

Este excerto uma importante dimensão para a compreensão da narrativa construída pelo Sr. Lauro. A recorrência em torno da necessidade de *“esclarecer”* os acontecimentos denotam como para ele havia um mal entendido acerca dos episódios de 1964. O entrevistado

reconhece a Comissão da Verdade como um lugar autorizado e, ainda, um lugar para se expressar para um público maior, lançando luz sobre o passado, esclarecendo aqueles fatos, por isso sua narrativa se serve de tantos detalhes.

No livro *Ouvir contar: textos em história oral* (2007), Verena Alberti discorre sobre a noção de “unidade narrativa”. Para a autora, relatos de entrevistas devem ser vistos para além de diferentes “versões” sobre um determinado passado. Eles tem a capacidade de ensinar algo sobre a realidade – tanto sobre o passado quanto sobre o presente. Conforme a própria historiadora, o trabalho de escuta de unidades narrativas, se faz importante uma vez que:

Elas nos dão a conhecer o trabalho envolvido na organização e comunicação de acontecimentos e experiências. Não é por acaso que determinadas imagens e histórias se cristalizam e se repetem toda vez que certas experiências e certos saberes são narrados. É preciso atentar para sua força narrativa e sua capacidade de informar sobre acontecimentos e experiências (...) elas são capazes de comunicar experiências que vão além da trajetória particular de determinado entrevistado, dando conta de formas de elaborar o mundo próprias a uma geração, a um segmento profissional, a um campo do conhecimento (ALBERTI, 2007: 110).

As unidades narrativas denotam experiências que se colocam além da trajetória particular do entrevistado ou de uma versão sobre o passado. Elas expressam modalidades próprias de elaborar o mundo, suas lembranças, suas vivências, de forma a condensar dilemas do entrevistado.

O momento da entrevista acima reproduzido deixa claro qual seria a “unidade narrativa” do depoimento e da entrevista. Lauro queria esclarecer, ou seja, sofreu a vida inteira pelo fato das pessoas terem interpretado de uma forma o que teria ocorrido, o que eram, o que fizeram. Nesse aspecto, o próprio narrador se apropria também da ideia de uma Comissão “da Verdade” e quer esclarecer, estabelecer os fatos, tal qual a Comissão.

A unidade narrativa da entrevista de Lauro seria, então, a vontade de esclarecer o que foi o Grupo dos Onze - de se desfazer daquela pecha, daquela mácula - perante o público. Neste aspecto, tanto durante a entrevista, como perante a Comissão, em que pese a diferença das narrativas, ele quis “esclarecer”, como ele diz, passar a limpo sua história e de sua família e mostrar “perante o povo” que foram vítimas do arbítrio, do estigma, da violência. Se a Comissão da Verdade estava interessada nos “fatos”, ele trouxe os fatos, mas não apenas com o objetivo de retificar ou desconstruir a história do Paraná durante a ditadura, mas desfazer

falsas imagens sobre ele e sua família. Lauro viu nestes momentos a oportunidade de falar abertamente, sem medo. Se identificou com a Comissão da Verdade, afinal, também queria esclarecer o passado (do país, dele, da família).

A maneira pela qual Lauro narrou suas experiências e seus estranhamentos articulou-se diretamente ao modo como construiu sua trajetória de vida. Poder falar publicamente, “pela primeira vez”, “poder esclarecer”, lhe foram de grande satisfação. Segundo suas palavras observamos que, talvez por anos, esses episódios estivessem silenciados, e poder falar sobre esse passado lhe possibilitou o trabalho com essas memórias que se encontravam fraturadas.

Conforme afirma Márcio Seligmann-Silva, a narrativa tende a dar sentido e nexos aos fragmentos do passado, produzindo a luta contra o esquecimento. Pensamos que a aplicação de metodologias próprias da história oral podem permitir essas potencialidades, na medida em que se produzem espaços para a reflexão sobre o passado traumático da ditadura.

As visões políticas plasmadas pelo entrevistado não devem ser enquadradas em determinado tipo de ideário político de modo estanque, muito menos devemos classificá-lo como combatente ou militante, tendo por enfoque pretensões políticas enraizadas no presente e por grupos que tentem se apropriar de sua trajetória. A complexidade das memórias que constituem Lauro como sujeito é algo inerente ao ser em si. Inferimos isso, pois, quando estava terminada a entrevista, a filha de seu Lauro adentrou na cozinha em tom eufórico para contar ao pai que o ex-presidente Lula havia sido condenado a nove anos de prisão pelo juiz Sérgio Moro. Nesse momento ambos compartilharam a notícia com alegria, tecendo comentários no sentido de que, enfim, a justiça estava sendo feita.

A entrevista de seu Lauro é uma narrativa feita no presente sobre fatos que ocorreram no passado. O passado não está mais disponível, ele é criado no ato de narrar. Assim assevera a socióloga Gabriele Rosenthal: “É preciso distinguir entre o passado vivenciado e o narrado, mesmo que esses níveis não possam ser separados um do outro ou todo passado apresentado no presente seja condicionado pela perspectiva do presente e, inversamente, o presente seja determinado pelo passado” (ROSENTHAL, 2014, p. 232). Julgamos pertinente salientar essa perspectiva, haja vista que a experiência é transmutada em linguagem no ato de narrar e os acontecimentos vão sendo selecionados e organizados de acordo com o sentido o qual se quer atribuir ao passado.

Todavia, ao longo da trajetória de Lauro, observamos como o envolvimento político, mas também diferentes dimensões do vivido – as mudanças, o trabalho, a família etc - foram

importantes para sua inserção social, bem como para sua elaboração enquanto cidadão, conformando a violência do passado as suas vivências e (re)elaborando suas percepções. Com base novamente nas considerações de Alistair Thomson, observamos nas entrevistas como há a “necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver” (1997: 57). Podemos inferir que os sujeitos vão retificando sua memória ao narrar constantemente determinados acontecimentos, produzindo uma dimensão memorialista de suas vidas e determinadas representações do passado.

Assim, podemos observar como a narrativa oral se encontra atrelada a processos históricos, culturais e sociais, os quais são construídos de modo dialógico às experiências dos sujeitos. Dessa forma, as memórias de um período estão tomadas de uma série de significações construídas ao longo da vida. No caso específico do Sr. Lauro, depreendemos como sua entrevista centra-se numa unidade narrativa em torno do esclarecimento do seu passado. As representações, lembranças e esquecimentos produzidos se dão com vistas demonstrar uma visão dos acontecimentos a qual foi abafada, gerando sobre si e seus familiares um estigma.

Nesse sentido, uma análise meramente objetiva da entrevista e depoimento de Lauro tenderia a atentar apenas a recriar um passado o qual não lhe pertence, buscando fatos e dados sobre um passado que não necessariamente o do sujeito. Na contramão dessa visão, a História Oral procura entender as intencionalidades de uma narrativa, possibilitando esclarecer trajetórias individuais, acontecimentos e compreensões que muitas vezes não podem ser entendidos de outra forma por fazerem parte de visões encobertas ou esquecidas.

2.3. “E a verdade vos libertará”: entrevista com Adair Amaro

Por aqui vou dar meu testemunho hoje presente no meio dessa multidão aí do que passou comigo, então, eu quero dar o meu testemunho. Que eu moro em Dionizio Cerqueira, ali eu já estou com 82 anos e nunca fui preso. Mas, nesse tempo ali do Grupo dos 11, que tinha o cabeça nosso ali, que era o dirigente, era o finado Clever Bora, que mataram no Paraguai, o Arcílio Tranco também, ali de Dionizio, que eram os cabeças ali, e eu era do grupo deles, porque, me perdoem se eu falar alguma coisa errada, porque eu sou analfabeto, mas eu falo aquilo que eu tenho que falar, a verdade. Eu só falo porque Jesus disse: “Conhecerei a verdade, e a verdade vos libertará”, por isso eu estou falando a verdade aqui. (Depoimento de AMARO, Adair. 2014: Audiência CEV-PR)

A fala de Adair, proferida na Audiência Pública da Comissão da Verdade, é repleta de lembranças, fatos, nomes e acontecimentos em quantidade avolumada. Várias questões se

imbricam na reconstrução do passado vivido durante a ditadura. Uma sequência de lembranças daquele tempo é desencadeada em meio a movimentos complexos e contraditórios da memória de Adair.

No início do depoimento, Adair reivindica para si qualidades morais para dar seu testemunho, enquanto homem correto e de atitudes retas, destacando que “nunca fui preso”, pois para ele isso representa uma conformidade com o bem, com uma excelência moral ou de conduta. Assim, logo de início demonstra preocupação com a forma como poderia ser visto, julgado ou interpretado. Tendo consciência de estar dando um testemunho em público àquela “multidão”, logo pula do presente ao passado ao interligar as frases “já estou com 82 anos...” e “nesse tempo do Grupo dos Onze...”.

Ao falar para uma “multidão” – aproximadamente 400 pessoas se faziam presentes no auditório da Unioeste –, ele atesta a lisura de sua trajetória e a legitimidade de sua narrativa. Adair traz em sua memória as marcas do passado, das memórias da violência que está prestes a compartilhar com várias pessoas, a maioria pessoas que nunca viu ou conheceu. Vê a necessidade de atestar que a violência não fora merecida, pois é um homem com uma conduta que pressupõe uma condição estável em praticar o bem.

Interessa destacar que Adair, apesar da ansiedade e do nervosismo diante do fato de se encontrar frente a um auditório lotado, está disposto a falar, se encontra envolto numa necessidade de contar: “Eu quero dar meu testemunho”. Um eixo caracterizador da narrativa de seu Adair é a construção de sua fala em primeira pessoa, o “eu” assumindo sua condição de sujeito ativo na composição do testemunho.

O depoimento de Adair é matizado pelo palavreado simples, pela fala apressada, possivelmente em função do nervosismo, mas também por balizar-se pelas falas anteriores a sua. O depoimento do Sr. Valdetar Dorneles, que abriu os trabalhos da Audiência fora executado de modo denso, servindo-se de vários elementos retóricos, trazendo diferentes acontecimentos do passado, servindo-se de uma retórica ancorada em fatos, datas e dados, conjuntamente a um tom que atribui uma grandiosidade aos eventos narrados, ocupando quase uma hora do tempo da Audiência Pública.

Senhor Adair, homem do campo, sem estudo e que atravessara o caminho da vida sempre imerso à fadiga do trabalho na terra, se posiciona numa condição de imaginada inferioridade intelectual em relação a outros depoentes que ali narraram parte de suas experiências. A fala de seu Adair já vem acompanhada das justificativas de que fora apenas um participante dos Grupos dos Onze, indicando que os “cabeças” já eram falecidos, bem como solicitando desculpas antecipadas pelo que iria dizer: “me perdoem se eu falar alguma

coisa errada, porque eu sou analfabeto, mas eu falo aquilo que eu tenho que falar, a verdade”. Assim, neste trecho do depoimento, ele se apropria do discurso (e dos objetos) da própria Comissão. Todavia, atribui um sentido próprio a esta verdade, pautado em uma leitura cristã da verdade.

Este pequeno excerto do depoimento de seu Adair é rico para a compreensão de sua construção narrativa. Para além do pedido prévio de desculpas, que visa deixá-lo mais à vontade frente a possíveis equívocos, bem como aos seus trejeitos e simplicidade da fala, Adair procura rememorar episódios matizados por sua compreensão dos fatos.

Destacamos, mais uma vez, que o depoente pontua que tem a necessidade de falar, denotando a importância de externalizar situações que se encontram contidas em sua memória e, muitas vezes, abafadas ou silenciadas, sem encontrar os devidos canais para serem expostas.

A Audiência em si cria condições sociais específicas de escuta e da fala, até mesmo para narrar o trauma, dizer o “indizível”. Lembramos Beatriz Sarlo, quando na obra *Tempo Passado*, discorre sobre o modo como as comissões da verdade delineiam ambientes propícios para esse tipo de narrativa, principalmente aqueles que expõem determinadas formas de violência sofrida, estimulando certas narrativas de vítimas, mesmo que desconsiderem suas trajetórias de vida. A persistência do “eu” no depoimento e a necessidade de se colocar como vítima se fazem presentes na fala de seu Adair.

Para além de reforçar a condição de nunca ter sido preso, Sr. Adair reafirma um compromisso com a verdade. O ambiente delineado pela Comissão se assemelha, para o depoente Adair, ao ambiente de um tribunal, sugerindo determinados cuidados e forma de falar. Em seu depoimento, a noção de verdade e as virtudes clamadas vem acompanhadas de referências de natureza religiosa. A alusão a trecho da Bíblia é uma forma de atestar a veracidade e a lisura do que será falado. Talvez a epígrafe bíblica trazida em sua fala evoque a ideia da sacralidade associada ao juramento. Ao prestar testemunho, também declara sua honra e anuncia sua integridade frente a um júri.

A menção bíblica trazida pelo Sr. Adair: “conhecerei a verdade e a verdade vos libertará”, conta do evangelho de São João, capítulo 8, versículo 32, da Bíblia Sagrada. Para além do fato de demonstrar a religiosidade do depoente e da capacidade disso revesti-lo de retidão e integridade moral, a passagem escolhida, não sabemos se intencional ou inconscientemente, se congraça com a necessidade de falar.

Depois de atestar sua idoneidade, o Sr. Adair contraria a sua fala inicial de que nunca fora preso, em seus 82 anos, por não considerar a prisão sofrida por ele como justa e correta.

Este também é um recurso retórico para legitimar seu depoimento. Analisando o conjunto de sua fala, transcorrido mais de meio século depois dos fatos ocorridos, Sr. Adair considera até hoje injusta sua prisão. Injusta a tal ponto que, na construção narrativa do que ocorreu, não se considera como alguém que tenha sido prisioneiro. Não quer que isso se torne um substantivo caracterizador de si.

A unidade narrativa do depoimento de Adair Amaro gira em torno da ideia de que foi injusta sua prisão. Ao longo do testemunho prestado na Audiência Pública, finalmente seria possível fazer com que também os membros da Comissão e o público presente passassem a ver aquela prisão ocorrida no passado como um ato arbitrário. A ideia de “verdade” presente na Comissão é envolta em uma leitura metafísica da verdade, a qual é, por si mesma tão forte que é passível de libertação. Essa dimensão se aproxima da noção cristã acerca de verdade e libertação, como se expressa nas relações tecidas pelo próprio depoente. Nesse aspecto, a própria leitura de Adair do significado da “Comissão da Verdade” vem imbuída de uma compreensão religiosa.

Nesse sentido, a palavra e a verdade possibilitadas pela Audiência Pública, seriam, para este depoente, condição para libertação. As dimensões das lembranças de Adair aparecem permeadas pela prisão arbitrária que sofreu e a oportunidade de depor em uma “Comissão da Verdade” é oportunidade para lançar luz sobre esse passado e esclarecer o que aconteceu, oportunidade para promover um encontro dos demais com a verdade e, assim, chegar a libertação.

Destacamos que, depois, quando afirma ter sido preso, faz uso da voz passiva “fui preso”, “me bateram”, “me judiaram”. Enfim, a utilização de verbos de ação na voz passiva está associada aos “soldados” e ao “Capitão Olasco”. Ou seja, trata-se de uma narrativa de vítima.

Conforme lembrou com detalhes, o episódio aparece assim descrito:

Eu fui preso ali em Dionizio Cerqueira três meses, morava na Barra de Damião, e daí eles me levavam lá minha chácara, me traziam de volta na delegacia, me bateram, me judiaram, me colocaram dentro da cadeia, me batiam, os soldados ali, no tempo do capitão Olasco, era o capitão que comandava ali, e, aí, às vezes de madrugada, estava na cadeira, me soltavam água fria, me molhavam tudo com água fria no inverno. (Depoimento de AMARO, Adair. 2014: Audiência CEV-PR)

Seu Adair compôs sua fala de modo a conformar nela o fato de ter sido preso. Para um homem de fé cristã, morador de uma cidade de pequeno porte, na qual praticamente todos

se conhecem, ser preso poderia significar uma mácula à sua imagem frente a sociedade. Ser detido representa não estar em conformidade com a lei, não compartilhar da conduta social dos demais, o que levar a um estigma e, portanto, conduzir, segundo Goffman (2004: 4), a uma “identidade deteriorada”.

Tocado pelo exercício de uma reflexão com tom de ressentimento, Seu Adair conta que várias vezes foi levado até sua chácara e trazido de volta à delegacia, onde era “judiado”. O termo “judiar”, de vasto uso na língua portuguesa, é ao mesmo tempo impreciso, carregando o significado de ser maltratado, sofrer escárnio, ser submetido a uma violência ou tormento³⁵. Até esse momento da narrativa Seu Adair não entra em detalhes sobre que tipo de violência ou castigos sofreu nesse entremeio, mas sua fala caracteriza que o sofrimento a ele impingido faz parte de suas lembranças. Conta que os soldados lhe colocavam dentro da cadeia e lhe batiam.

O depoente pontua ter sido colocado “dentro da cadeia”, ou seja, se encontrava cercado, trancafiado, sentindo-se acuado e sem possibilidades. Ele está lá dentro, não há saídas, há apenas a submissão a um determinado tipo de poder que lhe escapa ao controle. Por vezes, conta Seu Adair, ele era levado até sua propriedade, possivelmente na procura de documentos e cartilhas sobre o Grupo dos Onze, companheiros ou qualquer tipo de prova contra aqueles que eram taxadas como “subversivos”.

O testemunho traz ainda o relato da violência sofrida quando “às vezes de madrugada, estava na cadeira, me soltavam água fria, me molhavam tudo com água fria no inverno” (AMARO, Adair. Audiência CEV-PR). O uso da violência física é um poderoso instrumento de desumanização na tentativa de arrancar informações dos prisioneiros.

Os deslocamentos para diversos lugares, prisão, chácara, Argentina, atravessam as lembranças de Adair, podendo ser processados, dentro da situação de temor em que se encontrava, a um desenraizamento e um sentimento de insegurança ainda maiores. Na sequência do depoimento, Seu Adair pontua que ficou:

três meses sofrendo na chácara ali, me traziam, me levavam, e resolvi de me escapar para a Argentina. Aí vivi lá na Argentina, fiz documento na Argentina, fiz minha radicação, que até quando eu fiz agora o requerimento do processo ali, eu declarei o meu processo no fórum de Barracão perante o juiz e perante o promotor. (Depoimento de AMARO, Adair. 2014: Audiência CEV-PR)

A condição de prisioneiro e torturado impõe sobre ele a necessidade de fugir de sua terra, abandonar sua propriedade e pertences, deixar a família para buscá-la em outro

³⁵ Cf. dicio.com.br/judiar <acesso em 10 de abril de 2018>.

momento. Em outros depoimentos e conversas com integrantes do Grupo dos Onze, descobrimos que a fuga para a Argentina foi realizada por vários membros que se encontravam presos em Barracão. A cadeia era de madeira, o que facilitava as fugas. Ademais, a cidade faz fronteira seca com Bernardo de Irigoyen, na Argentina, tornando o país vizinho um lugar mais fácil para acolher os fugitivos das autoridades brasileiras.

Na sequência, sua a fala se orienta a descrever os procedimentos burocráticos adotados na Argentina e que se fizeram necessários para comprovar e requerer indenização junto à Comissão de Anistia: “vivi lá na Argentina, fiz documento na Argentina, fiz minha radicação, que até quando eu fiz agora o requerimento do processo ali” (idem). Na sequência, Seu Adair mais uma vez cinge-se da necessidade de atestar que não possui dívidas com a lei, que sua condição de preso não desabona sua índole e seu caráter, pois ele compareceu ao “fórum de Barracão perante o juiz e perante o promotor”. Ou seja, ele esteve no fórum, lugar onde se executa o cumprimento das leis e o julgamento daqueles que as transgridem. Adair se colocou diante de um juiz e promotor, tomados aqui como representantes da lei, devidamente constituídos, e nada contra ele foi declarado.

Destacamos também que, até certo ponto, a fala proferida ao longo do seu depoimento à Comissão da Verdade está levando em conta seu processo junto a Comissão de Anistia. Observa-se desde o início do depoimento que o Sr. Adair Amaro se porta como num tribunal e traz em suas falas dizeres que remontam a expectativa de reparação e justiça: “a verdade vos libertará”.

Já nos encaminhamentos finais do testemunho, Ivete Caribé da Rocha, advogada, integrante da Comissão Estadual da Verdade, interpela o depoente:

Ivete Caribé da Rocha: Durante esses três meses que o senhor foi preso, o senhor sofreu torturas... como é que eram essas torturas? Afogamento? Como é que eram?

Adair Amaro: Eles colocavam lá dentro da cadeia, acalcavam a goela, davam coice na barriga e batiam com aquelas borrachas, assim, nas costas... na cabeça... faziam de tudo, coice, como se nós fossemos cachorro.

Ivete Caribé da Rocha: Ficou machucado?

Adair Amaro: Sim. **Naquela época machucaram bastante.** (grifo nosso). (Depoimento de AMARO, Adair. 2014: Audiência CEV-PR)

Observemos que uma prática comum na Audiência é a de que, caso o depoente não fale por si só, os membros da comissão fazem perguntas relacionadas à violência sofrida. Voltemos, então, à questão da violência física expressa na fala do depoente. No início do depoimento, Sr. Adair já havia mencionado ter sido “judiado”, levado socos, chutes e outros

maus-tratos. Após perguntado, reafirma as sevícias sofridas, acrescentando que “faziam de tudo, coice, como se nós fossemos cachorro”. A fala traz a dimensão da desumanização sofrida. Naquele momento, segundo Seu Adair, para aqueles soldados ele não era um igual, era um animal, como um cão que é castigado sem piedade por castigo ou por mera raiva gratuita, mas também com o objetivo de extrair informações.

Comumente, os depoimentos que envolvem algum tipo de violência demoram até entrar na questão da violação sofrida. Muitos somente irão contar quando perguntados. As formas de violência sofrida e as privações que dela são decorrentes se inserem nos diferentes modos de narrar o trauma, sendo este entendido aqui como a vivência de acontecimentos que gerem pavor, descontrole, terror, ocorrendo de modo excessivo e em caráter incontrolável para o sujeito. Muitas vezes a pessoa traumatizada se vê impossibilitada de descrever o acontecido ou rememorar com facilidade, imersa em silêncios sobre os episódios (KESSLER et. al., 2017:164).

Dialogar com os sentidos das lembranças ou das construções em um depoimento é um exercício de elevado grau de complexidade. Ao ser indagado se “*Ficou machucado*”, Seu Adair responde imediatamente que “*Sim. Naquela época machucaram bastante*”. Podemos inferir que o depoente reconhece que sofrera violências que lhe deixaram marcas físicas e simbólicas, mas que ficaram para trás, “naquela época”, mas que os anos foram cicatrizando essas feridas, no corpo e na memória. Assim como uma cicatriz, elas estão lá, trazem lembranças, mas já não são sentidas de modo tão intenso a ponto de abalarem Seu Adair.

No depoimento, a prisão e a violência são uma das primeiras coisas a serem ditas, demonstrando a necessidade de falar sobre o ocorrido àquela Audiência. O ato de falar é uma forma de impedir o esquecimento daquilo que passou, o que também perfaz um dos objetivos da Comissão. No caso de Seu Adair Amaro, também há a expectativa de reparação, já que o mesmo havia ingressado com um processo na Comissão de Anistia. Nesse sentido, destacamos as condições de recepção desses testemunhos, haja vista que se trata de um depoimento dado em uma circunstância que valoriza a experiência vivida pelo depoente. Ademais, a rememoração de uma violência, quando narrada pela primeira vez, em geral tende a implicar um momento de surpresa e perturbação, fazendo o passado emergir de modo imprevisto. Mas no caso de Seu Adair, o depoimento cerca-se de um certo ar de naturalidade, como quem quer e precisa lembrar do que ocorreu.

Ao nos debruçarmos mais detidamente sobre a participação de Adair Amaro na Audiência Pública de Cascavel, pudemos ver que um contato prévio fora delineado por intermédio dos integrantes do Comitê Verdade, Memória e Justiça, que dialogaram com ele

sobre seu passado, trazendo à tona lembranças sobre o Grupo dos Onze. Pudemos também levantar que, anteriormente a isso, o depoente já havia desde o ano de 2002³⁶ dado entrada em um processo de reparação junto à Comissão de Anistia.

Nesse interstício, possivelmente, por várias vezes, sua história fora contada e recontada juntamente com seu advogado, a busca por documentos o fez lembrar diversas situações, as oitivas junto aos representantes da Justiça Federal colaboraram na rememoração dos episódios relativos a sua prisão e fuga para Argentina.

Pensando a questão do ponto de vista do horizonte de expectativa que seu Adair possui em relação à Comissão da Verdade, observamos que em 2014 sua ação judicial junto à Comissão de Anistia ainda se encontrava em aberto. O prazo de recurso ainda estava correndo naquele momento, já que a sentença havia negado seu pedido. O depoimento na Audiência Pública também viria a agregar novos elementos à sua ação judicial, como de fato pudemos observar pela juntada de documentos ao processo, como fotocópia de seu testemunho na Comissão, que foi transcrito no livro *Combatentes: tempo de falar* (2016), organizado pelos Profs. Carla Silva e Alfredo Batista, da Unioeste.

Ao final da entrevista que realizamos com o Sr. Adair, quando lhe perguntamos sobre como foi a Audiência de Cascavel, ele assim se coloca:

Eu não fui pra lá pra falar abobrinha, eu fui lá pra falar a verdade. O ocorrido que correu comigo. Aí a Justiça do Paraná, ainda falei, porque Jesus falou “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Eu fui pra contar o que aconteceu comigo, a verdade. Mas judiaram de mim, o Capitão era ruim, o capitão Olasco, não sei se ele ainda está vivo, não lembro o nome dele. (Entrevista com AMARO, Adair. 2017: A/A)

Ao analisarmos o significado de depor na Audiência da Comissão da Verdade, observamos como ele demonstra a preocupação com o quealaria, pautando-se nas palavras de Jesus Cristo. Nesse sentido, julgamos interessante perceber que Adair se preocupou mais detidamente com o quealaria (e com os que ouviriam) no momento do depoimento à Comissão da Verdade, uma vez que apenas o testemunho lhe bastava. Diferentemente do que ocorreu ao longo do processo junto à Comissão de Anistia, onde reclamou maiores danos e necessitou apresentar uma série de provas documentais³⁷.

³⁶ O Processo em nome de Adair Amaro junto a Comissão de Anistia – Justiça Federal, encontra-se sob número 2002.01.11852.

³⁷ Conforme consta na Inicial do processo encaminhado à Comissão de Anistia: “Como todos os que tiveram a desgraça de assinar a lista dos tais GRUPOS DE ONZE, Adair teve enormes prejuízos, quer morais, sociais, financeiros, de difícil reparação. Diante do exposto; REQUER sua ANISTIA e a INDENIZACAO em prestação única a ser considerada por essa COMISSÃO DA PAZ, de acordo com o Art 1º, item I e II do Regime do Anistiado Político, e caput do Art 2º item I e II da Medida Provisória”. (Cf.: PROCESSO DE ANISTIA 2002.01.11852)

Julgamos importante listar esses fatos, pois eles contribuem para a estruturação da narrativa do depoimento no momento da Audiência e a acomodação da memória acerca da violência. Embora o testemunho de Adair na Audiência Pública de Cascavel seja marcado por uma linguagem simples e breve, este traz lembranças que já vinham sendo trabalhadas e acomodadas pelo depoente há pelo menos uma década.

Mais adiante, finalizando sua fala à Comissão da Verdade, Seu Adair assim falou:

Então, esse é meu testemunho. Vim aqui trazer o conhecimento que eu fui judiado, me colocavam dentro da cadeia lá, me davam coice, agarravam pela goela, puxavam, judiavam, davam coice, derrubavam... Então, é o seguinte, é o que eu estou declarando aqui, é o que passou comigo. E tive que me refugiar na Argentina. Fiquei na Argentina, lá morei por um tempo, quando voltei não achei mais nada do que eu deixei na chácara. Vaca, porco que eu tinha deixado, se foi tudo. Então, eu vim aqui para dar o meu depoimento do que passou-se comigo e falar a verdade. E, no mais, eu agradeço a oportunidade, pois eu não tenho mais o que falar... (Depoimento de AMARO, Adair. 2014: Audiência CEV-PR)

Novamente, Seu Adair traz as lembranças das arbitrariedades e esclarece que tinha vindo ali para “trazer o conhecimento” de que sofreu diferentes tipos de violência. Embora a linguagem seja insuficiente para dimensionar o impacto e a significação de todas as formas de violência, uma vez que lhe “*davam coice, agarravam pela goela, puxavam, judiavam, davam coice, derrubavam*”, bem como adentrar em como ele sentiu-se e ainda se sente frente a tudo isso, o relato traz a percepção de Adair sobre aquele processo experimentado e como tudo isso é rememorado a partir de circunstâncias postas no presente: a necessidade de falar, de atestar sua idoneidade, as experiências e reivindicações junto à Comissão de Anistia, entre outras.

Não podemos deixar de inferir que a síntese feita pelo depoente ao final de seu depoimento, focalizando nos danos sofridos, se coaduna com os propósitos da Comissão da Verdade, para quem o depoente parecia estar transferindo expectativas de reparação.

Tendo em mãos o depoimento do Sr. Adair Amaro na Audiência Pública de Cascavel, procuramos contatá-lo com o intuito de produzir uma entrevista oral. Importante salientar que quando o fizemos o processo do entrevistado já havia transitado em julgado, bem como o Sr. Adair já havia recebido sua indenização.

Os contatos com o Sr. Adair já haviam se iniciado cerca de 2 meses antes através de seu filho, Vanderlei, que prontamente se colocou à disposição. Chegamos na casa de Seu Adair por volta das 08h30 da manhã, do dia 11 de setembro de 2017, e fomos recepcionados por uma calorosa saudação “a paz de Jesus, meu irmão”, enquanto ele se locomovia lentamente até a porta para nos receber. Logo de início seu Adair começa com brincadeiras,

dizendo que se eu era da polícia era melhor dar um tempo para ele esconder o contrabando, caindo em risos.

Entramos na casa de seu Adair, uma residência bastante simples numa rua de chão, paredes externas sem pintura, calendários e imagens de Jesus ornamentando a casa. A mesa do café ainda estava posta e a esposa de seu Adair se encontrava a recolhê-la, enquanto nos saudou com voz fraca, educadamente oferecendo um café.

Sr. Adair se encontrava inquieto, parecia satisfeito com nossa presença, prontamente puxou uma cadeira e se colocou contar “causos” do seu passado, por praticamente trinta minutos. O Sr. João Maria que me acompanhava quis explicar para o mesmo a razão de meu contato, mas com um gesto sutil acenei para que ele deixasse seu Adair falar, pois era nítida a necessidade dele narrar aquelas experiências. Ele falava sobre os carros velhos que se encontravam abandonados em frente à casa. E de repente a conversa enveredava para o passado, quando ainda na década de 1950 trabalhava na CITLA - Clevelândia Industrial e Territorial Ltda., companhia que atuou na colonização do Sudoeste do Paraná. Em seguida, contava algo que acontecera naquela semana na igreja da qual faz parte, a Assembleia de Deus. Com frequência Sr. Adair evocava Deus, Jesus, falava “amém”, me chamava por irmão.

No momento oportuno expliquei sobre meu interesse em sua história, em suas lembranças e que nada tinha a ver com os trabalhos do Sr. João e com as indenizações da Anistia. Seu Adair disse estar feliz em poder ajudar, me contando que tem um sobrinho, em Francisco Beltrão, que está escrevendo um livro sobre as guerras e aquelas “coisaradas” todas. Me contou que esteve na Universidade em Cascavel, falando sobre a vida dele. Contei que eu estava presente no dia e que assisti ao seu depoimento, e por isso mesmo achava importante conhecer melhor sua história.

Iniciamos a gravação da entrevista pedindo para que Seu Adair nos contasse sobre sua trajetória de vida, infância, família, trabalho, até chegar nas questões ligadas à ditadura civil-militar. Embora sabendo de meu interesse acerca das questões que envolveram sua participação da Audiência Pública da CEV em Cascavel, Seu Adair, para além dos acontecimentos próprios à época da ditadura, construiu uma narrativa de outro período de sua vida, imerso em seus conflitos e particularidades. De um modo bastante direto e franco, Seu Adair lembrou de problemas enfrentados alguns anos antes do golpe de 1964 e de sua prisão, quando trabalhara para a CITLA:

A minha descendência era daqui de Campore, nasci, criou aqui em Campore. Meu bisavô, meu avô, foi aí. Nasci e me criei ali e quando ali vieram pra

Santo Antônio e terminei de me criar ali. E aí, depois me casei, fui para Pinhal São Bento, morei lá no município de Ampere, foi em 1962, 1966. No grupo dos Onze, fui preso lá, fiquei 8 dias preso lá. Não sei se você lembra, no tempo da Companhia CITLA, foi antes do Grupo dos Onze aqui. Que aqui foi no tempo do finado Jó, e lá da Companhia CITLA. Lá fui preso, mataram gente, eu fui preso com eles, da brigada. Eu tava junto com eles, mataram gente. Ali na Realeza do Pinho, mataram um casal de véio, morreu duas crianças, uma menina se enroscou no boeiro e o piá espetaram no palanque. Eu fiquei 8 dias. Eu tinha um cavalo, fui no município, e eles me prenderam, minha esposa tinha só um filho e diziam “não, sogra, ele já tá morto”. Eu fiquei 8 dias preso, me deram a farda da brigada, revólver e andei com eles, mas não dei nenhum tiro. Mas eu vi eles matarem gente na minha frente. Depois dos 8 dias lá, passei em casa, aí depois que o Gerson ficou sabendo da história da companhia CITLA. Era uma companhia, o batalhão, mas naquela época era companhia. Aí o Gerson ficou sabendo, porque eles desceram com um aviãozinho lá para soltar uma bomba nos quartel, o Gerson prendeu, os da companhia CITLA, e prendeu na delegacia lá, soldado, foi tudo preso. E aí o Capitão mandou chamar gente da colônia, pegava carro, pra vê o despejo da Companhia CITLA ali. Aí foi chamado os colonos, aí apareceu gente com arma até lá do Paraguai, com aquelas espingardona, outros com espingarda, com facão, foice. Os colono não sabiam porque eram chamados, pra fazer o despejo da companhia CITLA. Veio dois caminhões do exército, lá de Palmas, chegaram ali, aí entregaram aquele pessoal pro exército que veio de Palmas. O Exército prendeu tudo ali da brigada. Aí pegava vaca lá da companhia CITLA e os assador ponhava o assado. O povo tava com vontade de comer carne de jagunço e queriam matar o pessoal. O Gerson [um dos encarregados de Adair no trabalho] não deixava, e daí os 8 dias, pegaram e entregaram para o exército. Dois caminhões cheio de soldado, pegaram e levaram eles. Aí acabou esse negócio no Paraná, porque o Paraná foi esculhambado naquele tempo. Veio gente do Rio Grande que comprou terra, fugiu pro Rio Grande e morreu lá. Na Realeza do Pinho, naquela região, eu sofri ali. (Entrevista com AMARO, Adair. 2017: A/A)

A presença de diferentes fatos e sujeitos na narrativa do entrevistado, e, assim, de diferentes lembranças, para além daquelas já enquadradas nas questões ligadas ao Grupo dos Onze e no depoimento prestado à Comissão da Verdade, suscita um ponto interessante para pensarmos o processo de constituição de sua memória: a constante presença de situações conflitivas em sua vida, daí os motivos de costurar dois fatos na sua narrativa: sua prisão em 1964 e a Revolta dos Posseiros em 1957.

Os eventos narrados acerca da CITLA dizem respeito a um violento episódio da história do Sudoeste do Paraná conhecido como “a Revolta dos Posseiros”, ocorrido em 1957. Camponeses e posseiros expropriados de suas terras resolveram então enfrentar os latifundiários locais e a companhia colonizadora. Para o historiador Paulo José Koling, no

trabalho submetido à banca para a elevação de nível a Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, intitulado *A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*:

O problema agrário que houve no Sudoeste esteve permeado de práticas de grilagens, apropriações, violência e expropriações de terras, com participação de diversos sujeitos e agências. As ações de litígios que envolveram o governo do Paraná e do Brasil, as empresas empreiteiras de ferroviárias, as companhias imobiliárias, a Cango, o aparato policial do estado do Paraná (Policia Civil e Militar) e da nação (Exército), o poder Judiciário da esfera estadual e federal, os colonos e posseiros (os novos posseiros). (KOLING, 2018: 74)

Retomando a fala de Seu Adair, pontuamos que não podemos atestar concretude de todos os detalhes, mas podemos inferir que estamos diante de como ela ocorreu para o Sr. Adair. Esse extenso relato, difícil de ser compreendido para quem não conhece a história da região e, portanto, não identifica de que se tratam de memórias da revolta dos posseiros, pode não corresponder à história como ela se desenvolveu, mas os fatos narrados conformam a realidade no presente de seu Adair, desta forma satisfazendo o narrador com a realidade existente.

De todo modo, a narrativa articula de forma substancial as relações conflituosas vividas no Sudoeste do Paraná, principalmente no que se refere à luta pela terra. O depoimento prestado por Seu Adair traça uma continuidade entre a história de conflitos na década de 1950 e o que viveu na década de 1960. Esse estabelecimento de uma conexão temporal e de sentidos não aparece em seu depoimento à Comissão da Verdade. Ali ele julgara importante apresentar os “fatos”. Assim reflete Alessandro Portelli sobre o potencial e o caráter das fontes orais:

a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso (PORTELLI, 1994: 2).

Na entrevista, Seu Adair tem mais tempo e liberdade para produção de sentidos em relação ao seu passado e ao da região, tecendo ao mesmo tempo traços de sua própria subjetividade, mostrando sua capacidade de ver, interpretar e também influenciar a história.

De modo confuso, seu Adair demonstra ter participado daqueles acontecimentos em 1957, tendo sido “preso” pelos funcionários da CITLA e, depois, recebido uniforme e arma, bem como prestado serviços para os mesmos:

Marcelo: Mas aí assim, isso foi na época da CITLA, que o senhor contou pra mim?

Adair: É.

Marcelo: O senhor recebeu farda deles?

Adair: Eles me deram a farda.

Marcelo: Você trabalhou pra eles daí?

Adair: Daí eu fiquei 8 dias, porque eles me prenderam. Me deram a farda, me deram o revólver, tudo. (Entrevista com AMARO, Adair. 2017: A/A)

Devemos destacar que mais uma vez a narrativa de Adair se volta para o relato de uma “prisão”, contrariamente àquilo que o mesmo atesta na abertura de sua fala na Audiência Pública de Cascavel. Outrossim, salientamos ter sido uma prisão por coação dos superiores da empresa em seu julgamento, porque na verdade hoje se posiciona a favor dos posseiros. O cenário descrito é imerso em tensões: “*Lá fui preso, mataram gente, eu fui preso com eles, da brigada. Eu tava junto com eles, mataram gente. Ali na Realeza do Pinho, mataram um casal de véio, correu duas crianças, uma menina se enroscou no boeiro e o piá espetaram no palanque*” (AMARO, 2017: A/A). Embora a violência narrada seja fato constante nos trabalhos sobre o tema³⁸, a condução do desenrolar dos fatos não assume muita coerência com o que aparece representado na bibliografia sobre o Levante ou a Revolta dos Posseiros. Adair teria sido preso pela CITLA, em seguida trabalhado para a mesma, informado ao irmão Gerson, que era militar – que em outro momento nos mostra uma foto de ambos juntos na atualidade – desencadeando assim uma intervenção do exército na área. Na sequência destaca que

o Capitão mandou chamar gente da colônia, pegava carro, pra ver o despejo da Companhia CITLA ali. Aí foi chamado os colonos, aí pareceu gente com arma até lá do Paraguai, com aquelas espingardona, outros com espingarda, com facão, foice. Os colono não sabiam porque eram chamados, pra fazer o despejo da companhia CITLA”. (Entrevista com AMARO, Adair. 2017: A/A)

³⁸ PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. pp. 143-158. Available from SciELO Books . GOMES, Iria Zanoni. 1957: a revolta dos posseiros. 2. ed. Curitiba: Criar, 1987. JACOMO TRENTO, vulgo Porto Alegre, um dos líderes dos posseiros em 1957. In: PEREIRA, Niomar. Revolta dos posseiros: era chegada a hora de ir para o mato e prender os jagunços. Aqui Sudoeste, Francisco Beltrão, 23 fev. 2007. KRÜGER, Nivaldo. Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé. Curitiba: Posigraf, 2004.

A narrativa coloca do mesmo lado militares e colonos (posseiros), quando a pesquisa histórica evidencia o apoio da Polícia Militar, a mando do então Governador Moisés Lupion, à CITLA. Na historiografia específica sobre a temática temos um melhor delineamento de como se deram as contradições e a luta pela terra. Vejamos as ponderações do historiador Tiago Arcanjo Orben, pesquisador acerca da temática da terra no Sudoeste do Paraná:

A Revolta de 1957, ocorrida no Sudoeste do Paraná, é um levante popular, em que colonos, reconhecidos enquanto posseiros, conquistam suas propriedades. Em um contexto em que as lutas camponesas começam a ter destaque no Brasil, os colonos obtêm sucesso, contrariando o cenário que se apresentava em nível estadual e nacional para o período. O movimento envolveu colonos e companhias colonizadoras, em especial a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), além de suas subsidiárias Apucarana e Comercial. Essas empresas, com o respaldo do então governador do estado do Paraná Moisés Lupion, se diziam detentoras das terras ocupadas e, desta forma, efetuavam a cobrança das tais pela segunda vez, pois, muitos já haviam pago pela fração de terra quando chegaram a região. [...] em vista a intensificação das cobranças, tanto através de corretores, como por meio de jagunços – de forma violenta – em setembro e outubro de 1957 os colonos se veem obrigados a estabelecer levantes contra as companhias de terras. Organizados em governos populares e [...] Após os levantes – com a ocupação dessas localidades pelos colonos – as companhias são obrigadas a se retirar e os colonos conseguem a legalização da terra na década de 1960 com a criação do GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná. (ORBEN, 2016: 249-250)

Uma atenção especial, entretanto, deve ser dada às dimensões aqui apresentadas. A narrativa de Adair sobre o passado da região media-se por fatores de natureza pessoal e coletiva. Adair Amaro, na ocasião da entrevista, em setembro de 2017, estava a um mês de completar 86 anos. Embora com uma disposição marcante em colaborar, já apresentava sinais de fraqueza. À medida que conversávamos, dava a entender que tinha muito para falar e que sua trajetória de vida podia ensinar muitas coisas. As divagações deram eixo para produzir lembranças que talvez nunca tivessem sido processadas de maneira mais organizada na vida de Adair. Embora estivesse rodeado por esses acontecimentos, Adair afirma que por muito tempo nunca comentou sobre esses fatos. Assim, agora, no presente, ele compõe sua história atrelada àquela realidade conflitiva da região. Em relação a este aspecto de entrevistas de história oral, assim escreve Marta Gouveia Rovai:

Os que se dispõem a falar sobre suas dores assumem a tarefa de contar sua experiência particular emaranhada a outros destinos em comum e reforçam as vozes que se querem fazer ouvir. Trata-se da verdade da memória, que

reúne elementos dispersos, apresentando ao mesmo tempo retrato pessoal, coletivo e identitário, por meio dos quais homens e mulheres reconstituem sua própria unidade e identidade num tempo que a narrativa revela complexamente subjetivo, emotivo e racionalizado. Não se trata somente da “verdade histórica”, crítica, distanciada pelo método, decifração e análise dos signos, mas da “verdade do testemunho”, dinâmica, incompleta e sempre presentificada (ROVAI, 2013: 110-111)

Embora a sequência dos fatos apresentados seja confusa, a fala de Adair traz sentido político e demonstra como naquele espaço social se coadunam diferentes imagens de fortes tensões sobre a questão da terra. Esse conjunto de tensões, a grilagem, as expropriações, os conflitos e mortes, inseriram a região num ambiente propício para que o debate sobre a Reforma Agrária e outras pautas econômico-sociais, que fizeram parte da agenda do Grupo dos Onze e do próprio Leonel Brizola, encontrassem um solo fértil para serem disseminadas.

Conforme pude evidenciar em minha dissertação de mestrado, ao analisar as questões envolvendo a luta pela terra na região, os conflitos pela posse e propriedade da terra, os litígios, as disputas, o derramamento de sangue, as lutas, foram uma constante no período da colonização e não deixam de existir por completo nos anos posteriores, prolongando-se em alguns casos até tempos atuais, sendo que essas tensões normalmente vieram na esteira da valorização das áreas e da transformação da terra em mercadoria (SCHLACHTA, 2008: 42).

Procurando ver até onde as composições de Adair correlacionam os acontecimentos na região, perguntei a ele sobre sua vinculação ao Grupo dos Onze e os objetivos do mesmo:

Então, nós era filiado ao Grupo dos 11. Quando descobriram que a gente era daquela parte ali, pegavam nós e traziam para a delegacia. Aí judiavam, batiam... eu, me castigaram bastante.

Marcelo : O que vocês defendiam no Grupo dos 11?

Adair: O finado Brizola criou o Grupo dos 11, assim, pra fazer um grupo, eu não sei, eles queriam dizer que era um grupo comunista. E daí que eu fui preso naquele tempo ali. Ficava preso até chegar o advogado. (Entrevista com AMARO, Adair. 2017: A/A)

Pedi para que Adair falasse sobre o Grupo dos Onze, pois gostaria de entender como o entrevistado, um homem simples, que trabalhou a maior parte de sua vida no campo, narra episódios envolvendo conflitos regionais que atravessaram sua trajetória. Como participou de um grupo de cunho nacionalista e que defendia a reforma agrária, foi preso, torturado, sofreu com o exílio, esperava uma narrativa articulada que versasse sobre esses assuntos. Adair não dá uma definição do grupo ou dos seus objetivos, nem a partir das ideias de Brizola, nem dos

próprios integrantes, o mais perto que se aproxima é de uma definição de como foram rotulados pela repressão: “comunistas”. Após mencionar rapidamente algumas lideranças ele retoma o assunto de quando foi preso. Ou seja, a prisão e suas consequências, é o fato central no ordenamento de sua narrativa.

Assim sendo, a narrativa oral atua na construção de sentidos, o de demonstrar como sua trajetória é atravessada pela injustiça da prisão. A entrevista é possível por meio da linguagem, mesmo quando esta se faz insuficiente para dar conta de toda carga simbólica presente nas memórias dos sujeitos. O eixo que ordena a construção da narrativa encontra-se no ressentimento relativo à prisão, bem como as violências e desenraizamentos daí derivadas. Nesse sentido, atentamos para o fato de que o ressentimento só repousa sobre a prisão que fora submetido em 1964, quando integrante do Grupo dos Onze, onde se coloca na condição de vítima. Já no tocante a seu aprisionamento durante a Revolta dos Posseiros, a mesma é rememorada em outra perspectiva, até mesmo em razão da memória de resistência positiva que foi construída no espaço público, posteriormente, sobre aquela Revolta.

Adair tenta mostrar em sua narrativa como esses episódios ligados a sua prisão em 1964 promoveram forte desapontamento. E ao revisitar esse passado, ele procura justificá-lo na ânsia de demonstrar que embora tenha sido preso, submetido a certos tipos de violência, a prisão não pode ser entendida como uma mácula ao seu passado.

No tocante a esse aspecto, Adair também menciona o seu advogado no processo de anistia e reparação, o Dr. Valdetar Antônio Dorneles, que também foi depoente, na condição de vítima, na Audiência da Comissão da Verdade em Cascavel:

É, ele foi preso também. Por isso que ele agiu lá, quando falaram em Cascavel que começou em Três Passos, foi ele que começou isso aí, o Dr. Valdetar. Agora é a filha dele que tá comandado [o processo]. Então ele foi preso, foi judiado também. E eles queriam dizer que era um grupo comunista. E não era comunista, era um grupo que o finado Brizola criou para formar o Estado. O Rio Grande do Sul ele dividiu, formar outro estado, outro país, e daí que foi a perseguição, ele e o finado Jango Goulart, que correram, que mataram lá no Paraguai, Uruguai. O finado Brizola foi preso, ficou 10 anos, ganhou a eleição lá em Brasília.... o José Serra ficou 10 anos fora do Brasil também, o Lula ficou 6 meses preso. O Lula foi preso naquele tempo ali. A Dilma ficou 3 anos presa lá. Naquele tempo mataram muita gente. (Entrevista com AMARO, Adair. 2017: A/A)

Nesse excerto, uma enxurrada de fatos aparece, muitos aspectos são elencados a partir de suas percepções, como a ideia de que Brizola tentava formar outro país no Rio Grande do Sul, e uma leitura muito própria sobre o comunismo aparece. Esses aspectos

revelam construções singulares da memória. Todavia, dedicamos atenção ao fato de que, novamente, o assunto “prisão” ordena a construção da narrativa, constituindo assim a principal “unidade narrativa” da entrevista (ALBERTI, 2007). Ele aqui demonstra que várias pessoas, inclusive seu advogado depois, foram presas naquele contexto da história brasileira, dando, assim, uma explicação para sua detenção. O entrevistado destaca que várias personalidades políticas do presente também foram presas no período: Brizola, José Serra, Lula e Dilma. Outros acabaram sendo mortos, pois “naquele tempo mataram muita gente”. Ou seja, a constituição da memória do que ocorreu com ele, individualmente, se conecta com a memória sobre o passado político do país. Sua memória traz o ressentimento com a prisão e as suas consequências, entretanto, embora no presente se estigmatize e marginalize quem se encontra sujeito a esta situação, seu Adair compõe sua fala de modo a demonstrar que se vivia num Estado de Exceção, onde muita gente foi presa, inclusive personalidades relevantes no presente, pois naquela época se convivia com o medo, com a prisão e com morte.

A memória de seu Adair é acionada no presente, muitos anos depois do vivido, de modo a naturalizar sua condição vivida no passado, justificando os acontecimentos e reivindicando sua condição de vítima. Devemos observar que, como pontua o historiador Alexander Freund, *“a maioria das histórias orais é criada não só num momento diferente, mas numa era diferente da dos eventos que elas discutem. Os valores mudam e os entrevistados, muitas vezes, julgam suas próprias ações e pensamentos nesta nova visão”* (FREUND, 2013: 52).

Assim sendo, a história oral lida com a construção de sentidos para o passado e o historiador participa ativamente do processo de constituição das fontes orais, por meio de sua presença, sua interação, suas perguntas. Percebendo a necessidade de falar especificamente sobre a prisão, perguntamos para Seu Adair: *“O senhor lembra, tem alguma lembrança, como foi o dia que você foi preso? O que que os caras falaram, como é que chegaram no senhor?”*. Com a voz pigarreada, o entrevistado em tom mais pausado conta algumas de suas lembranças:

eu fiquei 3 meses na condicional. Aí me soltaram, eu ia lá pra Barra, pra fazenda, e aí iam me buscar. Naquele dia, tinha um soldado, eu fiquei dois dias sem comer, e daí eu pedi um prato de comida e ele me trouxe um prato de comida. Tava tudo estragado, feijão, arroz, massa, e aí eu falei que não podia comer aquilo ali e joguei nos pés dele e ele me soltou o ferro na minha cabeça, tirou um pedaço. Aí foi aquela vez que a juíza me perguntou, como é que ele soltou? Eu escapei, e fui lá pra Argentina. Fiquei exilado. Fiz a documentação, mandei pra Brasília e tudo, os documentos da Argentina. Então foi assim naquele tempo. Tinha mais colegas que foram preso.

Prenderam um na escola ali, prenderam ele ali. O véio Cintio Pires foi preso também, tá com 63 anos, 64 anos parece. Então foi assim, uma perseguição tremenda e muitos foram judiados e muitos sumiu. (Entrevista com AMARO, Adair. 2017: A/A)

Assim como em seu depoimento para a Comissão da Verdade, a entrevista relata as várias vezes em que foi levado da delegacia para sua chácara, foi solto e preso novamente, o que demonstra sua sensação de instabilidade e desconforto na ocasião. Ele descreve ainda a fome que passou na cadeia, chegando a pedir por comida, quando lhe foi trazida comida estragada. Na esteira dessa lembrança, Sr. Adair praticamente reproduz a estrutura do testemunho dado à Comissão: a fala para a juíza, a fuga para a Argentina e a documentação, - acrescentando que “foi assim naquele tempo”, que “tinha mais colegas que foram preso”, - demonstrando que não estava sozinho, pois essa realidade atingiu muitos outros, que sofreram com perseguições, violações, mortes e até mesmo desaparecimento.

Adair se enquadra, assim, por meio de sua memória, num conjunto de vítimas, cujo passado de injustiças e arbitrariedades sofridas, parecia a ele, nesse momento histórico atual, estar finalmente sendo reconhecido. Memória individual e memória coletiva – sendo naquele momento construída por meio da Comissão da Verdade – se imbricam na composição de seu depoimento e, também, de sua entrevista.

Na esteira dessas dimensões, retornando à entrevista de Sr. Adair, embora percebendo a dificuldade de articulação sobre o que faziam e defendiam no Grupo dos Onze, este é constantemente correlacionado aos motivos de sua prisão e ao que lhe aconteceu naquele período: *“Eles me batiam e perguntavam o porquê que assinava naquele Grupo dos Onze. E daí me perguntavam, eu me filiei, e por causa disso foi a perseguição. Eles queriam dizer que o Grupo dos Onze era uma parte comunista, e não era. E a gente não sabia o porque que era”* (Entrevista com AMARO, Adair. 2017: A/A).

Outrossim, interpelamos o entrevistado sobre o que significa, para ele, ser comunista, pelo fato dele mencionar que entre os motivos de sua prisão estava o fato do Grupo dos Onze ser acusado de comunista. Ao seu modo, ele assim produz suas interpretações:

Eu não sei, esse negócio de ser comunista é uma lei que tem porque é um incômodo, então comunista, por exemplo, a pessoa trabalha para os que não tem, para o povo. A Cuba, eu sei que ela é comunista, é que nem esse negócio do Grupo dos 11, foi um golpe militar, eu fui na delegacia aqui em Barracão. (AMARO, 2017: A/A)

Não podemos perder a dimensão que a entrevista é produzida. Conforme pontua Gabriele Rosenthal: “O falar sobre lembranças se constitui, em cada caso, pelos enquadramentos interativamente negociados e produzidos na ação prática e pelas modificações desses enquadramentos que ocorrem repetidamente no transcurso da interação” (ROSENTHAL, 2014: 232). Muitas vezes o entrevistado vai construindo explicações para questões que até então não se encontravam conformadas em sua memória e, assim, sua narrativa se desenrola a partir da baliza daquilo que suas experiências permitem perceber. Embora não possua o arcabouço político-ideológico específico para discorrer sobre as atividades do Grupo dos Onze ou sobre o que era o comunismo, Sr. Adair tem sua vida atravessada por essas condições e conforma suas interpretações da forma que lhe é mais aprazível.

Contudo, o desconforto por não conseguir organizar uma resposta era notório ao entrevistado. Tendo em vista o fato de que suas respostas poderiam ser insuficientes para o entrevistador ou colocar em xeque sua versão, Adair finaliza sua fala trazendo à tona que foi “na delegacia aqui em Barracão”, como forma de atestar e oficializar que fala a verdade, uma vez que prestara um depoimento reconhecido como legal pelo juiz.

Em nenhum momento nosso objetivo era o de confrontar se o entrevistado dizia a verdade ou se sua versão apresentava contradições, pois nosso interesse se pauta em compreender como sujeitos que foram vítimas de um período de exceção narram suas experiências. Não obstante, entendemos que o que se encontra ali narrado é real para quem narra, uma vez que tais experiências atravessaram e atravessam suas vivências e lhe ordenam comportamentos. Ao perceber o gestual de desconforto por não conseguir articular respostas mais precisas e procurar demonstrar o interesse em ouvir suas percepções, perguntamos:

Marcelo: Para o senhor é difícil lembrar disso? Magoa? Lembrar de quando prenderam o senhor, de como te maltrataram?

Adair: Não, assim, uma pessoa que foi castigada não esquece o que passou, que foi massacrado, por exemplo... Daí fui pra Argentina, minha esposa ficou muito mal com aquilo ali, não tinha médico naquele tempo. A juíza me perguntou, se fui para o médico, eu não fui para o médico, não tinha. Eu fui me curar sozinho. (Entrevista com AMARO, Adair. 2017: A/A)

A fala de Adair é pulsante em vários sentidos. Ela demonstra as diferentes camadas que compõem sua narrativa, desde a lembrança dolorosa do passado, até mesmo o fato de ter recaído para si o ônus da prova de tudo que sofreu. Sr. Adair, num misto de emoção

ocasionada pela lembrança do sofrimento que lhe fora impingido, fala objetivamente sobre o fato de não conseguir esquecer o que passou. Também desdobra sua narrativa em demonstrar que o sofrimento não se finda na vítima direta. No seu caso, se estendeu a sua esposa. Não obstante, sua fala demonstra como o processo apresentado à Comissão de Anistia atravessa sua experiência, uma vez que com frequência o entrevistado remete a exigência de atestar por meio de provas aquilo que ele conta. Por fim, a lembrança do abandono de quem, vitimado por um Estado de Exceção, foi se curar sozinho.

Assim, inferimos que a narração oral resulta em uma construção de sentidos, sendo que o entrevistador é agente ativo e participante desse processo, quer por intermédio de suas perguntas, sua interlocução e postura frente ao entrevistado, quer por meio de sua mera presença. Sr. Adair, para além de reivindicar sua condição de vítima da ditadura, demonstra como a memória, narrada no presente, é capaz de sobrepor diferentes aspectos que não conformam meramente fatos de uma realidade “objetiva” do passado, mas constrói significados ao que passou por meio da subjetividade.

Em diferentes momentos da entrevista, muitas falas de Seu Adair acenam para questões ligadas ao seu processo junto à Comissão de Anistia. Algumas vezes ele se remete aos depoimentos que prestou, às provas que teve que apresentar, aos bens que possuía etc. As composições da narrativa oral de Seu Adair, podemos dizer, se encontram, até certo ponto, mediadas pelo seu processo de indenização junto à Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça.

Retomando a análise da entrevista de Adair, o entrevistado ainda fala de seu retorno ao Brasil e de tudo o que perdeu com sua prisão e fuga para a Argentina:

Adair: Não, eu não quis mais voltar pra cá por causa da perseguição, aí foi acalmando, terminou esse negócio, daí voltei de novo para o Brasil. Perdi o que tinha aqui.

Marcelo: O que o senhor perdeu?

Adair: Perdi a chácara ali na Barra da União. Deixei, porque naquele tempo não tinha escritura, era negócio de direito de terra, e deixei tudo quando fui pra Argentina.

Marcelo: E lá na chácara o senhor tinha o que? Plantação? Criação?

Adair: Tinha uma vaca de leite, uma carroça e um cavalo, plantação, tinha duas vaca de leite, a carroça, a junta de boi. Escapei pra Argentina com a família pra lá. (Entrevista com AMARO, Adair. 2017: A/A)

A fala de seu Adair remonta como a condição de insegurança a qual estava submetido lhe fez optar por ficar na Argentina, somente retornando quando “terminou esse negócio”. De modo objetivo, o entrevistado narra tudo o que perdeu: a pequena propriedade, uma plantação, casa, alguns animais.

O relato se coaduna com o vértice central de sua narrativa, as marcas deixadas por uma prisão. Para além do ressentimento em torno de uma prisão injusta, as consequências também se desdobram sobre os prejuízos materiais, os quais irão agravar ainda mais suas condições materiais de existência e sobrevivência.

A internalização desses eventos e a maneira com a qual foram sendo acomodados nas memórias do Sr. Adair aparecem ainda nos encaminhamentos finais de sua entrevista:

A gente vai lembrando do passado, eu fui chamado na delegacia, o delegado federal me chamou, dei meu testemunho ali, fui lá e contei tudo pra ele, ficou gravado. Perguntou onde trabalhou, como que foi tudo. Delegado federal ali, perguntou se eu morei na Argentina, perguntou tudo, eu contei tudo. O advogado perguntou o que que o Delegado tava fazendo a investigação lá, não sei, ninguém contou pra ele lá. “- Foi uma investigação que ele fez com o senhor”. “- Mas Doutor, eu não roubei, não fiz contrabando”... aí ele falou que era outra coisa, [risos] (Entrevista com AMARO, Adair. 2017: A/A)

Apesar do bom humor apresentado ao final, na brincadeira a qual faz com o delegado, a fala em si cinge-se da necessidade constante de atestar que o que fala é verdade. Essa tônica se faz presente em diferentes momentos tanto do depoimento, quanto da entrevista de Adair, e se serve de diferentes subterfúgios: a religião, seu caráter, a legalidade, a Comissão da Verdade, a autoridade de um juiz ou delegado.

A perspectiva da reparação individual se encontra imbricada à questão do contexto no qual se dá seu depoimento da CEV. A critério de informação, em 02 de agosto de 2016 foi promulgada a Portaria do Ministro Alexandre de Moraes, que deu:

provimento ao Recurso interposto por ADAIR AMARO, portador do CPF nº 195.332.769-91, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R\$ **XXXXXXX**³⁹, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. (PROCESSO DE ANISTIA 2002.01.11852)

De toda forma, podemos inferir que uma dimensão do ressentimento, por mais acomodado que se encontre em meio às lembranças, desafia a capacidade representativa da

³⁹ Valores omitidos como forma de preservação do requerente.

linguagem durante o ato testemunhal. O testemunho traz em si uma força desestabilizadora, pois as palavras se mostram muitas vezes insuficientes para narrar ou descrever o vivido. Também a testemunha muitas vezes se distancia da objetividade e da factualidade inerentes ao discurso jurídico. Segundo afirmam os psicólogos Helena Kessler, Marina Rodrigues, Daniel Kveller e Karine Szuchman, autores do texto “O Ensino Testemunhal entre os Restos da Ditadura: uma Metodologia Ético-política” (2017: 164), se faz necessário sublinhar o testemunho em sua estrutura processual e ficcional, diferentemente do exercício testemunhal judiciário, pautado em fatos cientificamente verificáveis, *“visto que, desde sua inerente incompletude, apresenta-se como uma versão sempre singular, subjetiva e limitada que tenta dar conta do que ficou sem sentido”*.

Destarte, observamos como a violência que se opera tanto no plano físico e simbólico opera em campos que, embora distintos, se fazem sentir de modo real na construção da identidade de um indivíduo. Ao atentarmos para o ressentimento em torno de sua prisão injusta, observamos como Seu Adair constrói toda uma unidade narrativa em torno deste fato. A narrativa objetivamente se reporta a prisão e a violência, mas do ponto de vista da constituição de suas subjetividades, ao longo do processo, a entrevista, se desdobra em diferentes interpretações da realidade.

2.4. “*Eu fui preso sem saber de nada. Eu não sabia daquilo*”: entrevista com Benjamim Machado

Tô aqui pra falar do que aconteceu no passado pra gente... Eu morava no Paraná, eu e a minha mãe e os meus irmãozinhos... e chegou esses ditadores, e daí me pegaram trabalhando e me levaram a coice e soco, e... e... no tacho. Me amarraram, me jogaram dentro de um caminhão, e lá fui maneado. Me levaram para a delegacia e lá meu alimento era a salmoura, para não ficar sem comer. Aí eu fiquei lá, quando eu pude... fiquei uns quantos dias... quando eu pude escapar, que daí eles me sortaram, me sortaram, mas fiquei na cadeia igual. De repente surgiu uma vagazinha e eu agarrei e fugi pra Argentina (Depoimento de MACHADO, Benjamim. 2014: Audiência CEV - PR)

Assim, de modo intenso e direto, inicia o testemunho do Sr. Benjamim Machado na Audiência da Comissão Estadual da Verdade em Cascavel. O testemunho, praticamente em sua totalidade, é pulsante e marcado por relatos de dor e sofrimentos, tanto em sua natureza física quanto psicológica.

Benjamim foi trabalhador rural ao longo de toda sua vida. Homem simples, sem instrução e marcado pela prisão e pela violência que sofreu durante o regime militar. O depoente fora preso por fazer parte do Grupo dos Onze, na região de Barracão, Sudoeste do Paraná. Durante a Audiência ele se apresentava bastante nervoso, em razão não apenas de se colocar na árdua tarefa de lembrar o passado de dores, mas também perante um auditório lotado.

Interessante destacar que Seu Benjamim afirma que está ali “pra falar do que aconteceu no passado pra gente”, ou seja, sua percepção demonstra que o sofrimento não se limitou a sua pessoa, mas a um coletivo, os familiares e pessoas próximas. O sofrimento é compartilhado, penetra nas estruturas da família e atinge um espectro muito mais amplo de pessoas.

Logo na sequência, Benjamim faz questão de pontuar que morava com sua mãe e seus “irmãozinhos”, o que indica, além do sentimento de proteção nutrido em relação aos irmãos mais novos, expresso pelo diminutivo, que sua prisão atingiu toda essa estrutura familiar.

A utilização da voz passiva: “me pegaram”, “me levaram”, “me amarraram”, “me jogaram”, “fui maneado”, o coloca na condição de sujeito que sofre a ação da violência, isto é, nos encontramos frente a um discurso de vítima.

Em parte, pelo nervosismo, Sr. Benjamim apresenta uma fala mais pausada, como forma de pensar a pronúncia de cada palavra, principalmente no começo do depoimento. Inferimos isso com base na utilização de termos que não parecem fazer parte do cotidiano de Seu Benjamim e que aparecem colocados em um contexto impreciso. Por exemplo, o emprego da palavra “ditadores”, utilizado para representar os que chegaram em seu trabalho para lhe levar preso. Mais adiante o mesmo termo será utilizado também em contexto semelhante.

Essa conjectura, acima apresentada, acerca da moldagem linguística e comunicacional, tem ponto de partida também no fato de o depoimento do Sr. Benjamim, ter sido o quinto a testemunhar no período da tarde. O depoente acompanhou outros testemunhos, alguns extremamente bem estruturados, como por exemplo o do Sr. Sinval Schreiner e do Sr. Lauro Rossini, bem como a fala dos membros da Comissão. Benjamim parece tentar organizar suas falas a partir de testemunhos anteriores, tanto no emprego de alguns termos, quanto na pronúncia de algumas palavras.

Outrossim, lembrando as ponderações já debatidas anteriormente de Beatriz Sarlo, em *O Tempo Passado*, devemos lembrar que as Comissões tendem a construir uma estrutura

que estimula e privilegia narrativas de vítimas. Nesse sentido, Sr. Benjamim, possui as impressões ou intuições do que é que se busca ouvir naquela Audiência, ordenando sua fala a partir dessa percepção e, desta forma, indo direto à descrição da violência que lhe fora impingida.

A fala de Benjamim é marcada pela dor. Sua composição em torno do passado destaca a violência em seus diferentes níveis: “daí me pegaram trabalhando e me levaram a coice e soco, e no tacho”. Para além da gravidade das agressões sofridas por meio de socos e pontapés desferidos, salientamos que a memória do depoente se encontra marcada também pelo fato de ter sido detido enquanto trabalhava, isto é, se encontrava em seu lugar de labuta diária, retirando o sustento seu e de sua família, quando é preso e, na sequência, vitimado por diferentes sevícias.

O depoimento enfatizou ter sido amarrado e jogado em um caminhão. Ou seja, para alguém que se encontrava trabalhando, ser preso, sem oferecer resistência e ser submetido a tal tratamento constitui-se em algo degradante para alguém que sequer oferecia risco. Terminado seu depoimento, o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior lhe indaga se ele sabia por que foi preso, obtendo como resposta: “*Eu fui preso sem saber de nada. Eu não sabia de nada daquilo*” (Depoimento de MACHADO, Benjamim. 2014: Audiência CEV - PR).

Assim, demonstra que mesmo no presente, Benjamim ainda não compreende os motivos de sua criminalização por fazer parte do Grupo dos Onze. Demonstra que em seu modo de perceber o que acontecia, nenhuma atividade ilegal era realizada ali.

Ademais, o depoente declara ter sido “*maneado*” na ocasião. O termo “manear” é comumente usado nos meios rurais para se referir ao manejo e aprisionamento de animais como bois, cabras e cavalos. Significa imobilizar o animal por intermédio de manea ou corda. Para Benjamim, ter sido “maneado” denota que em seu entendimento se encontrava em uma condição semelhante a de um animal e não de um ser humano. Assim, também ele se refere à desumanização a qual foi submetido pelos agentes da repressão.

O depoente faz notar ainda que a desumanização prossegue ao chegar na delegacia, onde o “*alimento lá era a salmoura, para não ficar sem comer*”. Isto é, sua percepção demonstra que havia apenas a preocupação de não lhe deixar sem comer, como forma de preservar qualquer resquício de força física para conservar-se vivo. E, assim, nesse cenário de desumanização e degradação, Benjamim na primeira oportunidade foge para a Argentina.

Lembramos que Barracão é um município que faz fronteira seca com a Argentina. Logo, atravessar para o país vizinho é uma das soluções mais fáceis que se colocam como opção. A fuga, ao contrário do que se possa imaginar, não traz consigo a liberdade, mas a

convivência com o medo de ser preso e com o isolamento, que são assim descritos por Benjamim:

Fugi para Argentina e escondi lá num mato... passando frio, passando fome, passando sede... e arriscando perigo ainda... por causa de uns ditadores. Então, a gente sofre, a gente luta, a gente peleja. Deixei minha mãe, meus irmãozinhos pequenos. Minha mãe era doentia e não podia trabalhar. Eu que escorava o trabalho e quando cheguei vortá, estavam os meus irmãozinhos. A minha mãe já não existia mais. Meu pai tinha abandonado com eles... E daí eu fiquei lá uns três anos na Argentina, pra até parar, até terminar isso ali. (Depoimento de MACHADO, Benjamim. 2014: Audiência CEV - PR)

No testemunho de Seu Benjamim ele rememora as privações que a fuga e o exílio impuseram a ele e a sua família. A culpa é atribuída a “uns ditadores”, identificados como causadores das mazelas as quais esteve sujeito. Benjamim não nomeia os perpetradores da violência. Suas identidades são diluídas no plural. Isso pode demonstrar a falta de esclarecimento sobre o sistema de repressão, quem eram, como atuavam, ou seja, os limites do esclarecimento sobre o que aconteceu durante a ditadura na região, bem como pode representar o não alcance dessas informações às vítimas.

Outrossim, para além das privações, a violência assume caráter simbólico quando adentramos na dimensão do desenraizamento e do abandono presentes no testemunho de Benjamim. Deixar a mãe, que possuía problemas de saúde, bem como os irmãos pequenos, constitui-se em um tipo de violência de caráter simbólico, mas nem por isso menos real que as demais. O testemunho de Benjamim, ao adentrar nessa seara, demonstra como sua vida e de sua família acaba por ser atravessada por essa violência. Para além de enfrentar as adversidades como fome e o frio, lutar por sua sobrevivência, durante o período em que esteve foragido, o depoente também convivia com as preocupações relativas a seus familiares, uma vez que era ele que “escorava o trabalho”.

Em outro momento do depoimento Benjamim retoma esse mesmo fato, se questionando sobre a impossibilidade de fazer algo:

Então, o que eu ia fazer? Eu sofri! Minha mãe com meus irmãozinhos sofreram! O meu pai já tinha abandonado... E ela, depois, era muito doentia, foi indo, foi indo até que ela morreu. Ficou meus irmãozinhos sem ter quem ajudasse. Sem ter quem ajudasse eles a viver. (Depoimento de MACHADO, Benjamim. 2014: Audiência CEV - PR)

Na memória de Seu Benjamim, o ressentimento pesa ao lembrar que após conseguir retornar para casa, o cenário era outro, eram seus “irmãozinhos” quem lutavam para sobreviver e sua mãe “já não existia mais”. O depoente demonstra em sua fala ser vítima não

apenas das sevícias corporais, mas de um tipo de violência que afeta seus vínculos familiares, o faz ausente durante o falecimento e ritos fúnebres de sua mãe, bem como submete os irmãos, ainda crianças, a terem que se sustentar sozinhos, mediante o fato de que o pai já havia abandonado aquele lar.

Benjamim Machado permaneceu na Argentina por três anos e, ao longo desse tempo, como ele pontua: “*Aí eu fui pelejando, foi indo, dormindo no mato e passando sede, e a gente sofrendo*” (MACHADO, Benjamim. Audiência CEV - PR). A sujeição a tais condições se dá balizada pelo medo e pelo sofrimento. Somente mediante condições de temor é que um indivíduo suportaria o distanciamento dos familiares, o desenraizamento, as necessidades passadas, a fome, o frio, entre outros. Seu retorno aparece assim descrito:

Eu vortei para o Brasil quando eu soube que não tinha mais nada, que estava liquidado, que não tinha mais esses ditadores, já tinham ido embora. Mas eu sofri o que os outros sofreram. Mas só que me levaram sozinho, não fui junto com outros companheiros. Me levaram sozinho. Se tivesse um outro companheiro, ainda vá lá, mas eu tava sozinho. (Depoimento de MACHADO, Benjamim. 2014: Audiência CEV - PR)

Neste momento do depoimento, podemos observar que Benjamim conta que somente resolve voltar ao ter certeza de sua segurança. Na composição de suas lembranças não existiam mais “ditadores”, isto é, policiais que pudessem lhe colocar em risco. A leitura de Benjamim, embora equivocada se pensada do ponto de vista das datações do período militar, uma vez que ele foi preso em meados de 1964, conta ter ficado preso por uns dez dias e fugido para a Argentina, onde ficou por três anos.

Seu retorno para o Brasil teria se dado em 1967, ano de intensas turbulências políticas. No plano nacional o cenário era marcado pela edição de uma Lei de Segurança Nacional, ainda pelo presidente Castelo Branco, bem como pela posse do General Costa e Silva enquanto presidente. Este militar da linha dura do Exército promoveu um maior recrudescimento do regime. Também foi nesse período que se findou a “*Guerrilha de Caparaó, do ‘Movimento Nacionalista Revolucionário’, de inspiração nacionalista, ligado a Leonel Brizola, com a prisão pelo Exército de oito guerrilheiros que buscavam estabelecer um foco de luta armada*” na fronteira entre Minas Gerais e Espírito Santo (FICO, 2004: 211).

O quadro político repressivo continuava, mas na percepção do depoente não, em razão de que não via mais perigos imediatos à sua pessoa na região onde a família morava. O testemunho clama por uma isonomia em relação às demais vítimas: “eu sofri o que os outros sofreram”. Isto é, embora Benjamim esteja ali, com um relato que não seja tão articulado e

detalhista como outros que o antecederam, nem por isso seu sofrimento foi menor. Suas lembranças são entalhadas por marcas da repressão tanto quanto qualquer outro. Sua dor é legitimada e ele merece estar ali.

Este fragmento do testemunho também opera de modo a criar uma comunidade de vítimas no próprio ambiente da comissão. O “nós” são os depoentes, todos nomeados. Os “ditadores” são os perpetradores, que não aparecem nomeados. Aliás, o relatório da Comissão Estadual da Verdade pouco avança nesse sentido, principalmente em relação aos camponeses.

O relato das dificuldades, no trecho acima, encontra-se perpassado pelo registro da solidão. Diferente de muitos que se refugiaram em grupo e que conseguiram estabelecer vínculos de proximidade, ele permaneceu sozinho, o que potencializa o desenraizamento e as incertezas em relação ao futuro, até mesmo “porque país estrangeiro não é o nosso país” (Audiência CEV), isto é, o indivíduo encontra-se isolado do seu lugar de significação, onde as coisas encontram sentido.

Na sequência, Sr. Benjamim, se justifica por não saber articular detalhadamente tudo pelo que passou:

Então, eu não sou, como diz o ditado, eu não sou de muita prosa, porque eu não tenho estudo. Mas o que a gente passou, a gente conta, a gente sabe. E, então, nesses casos aí, eu não sei como é que eu passei. Porque passar frio, passar fome, passar sede... de tudo um pouco e a gente não morrer... é dura a mão! É dura a mão pra um brasileiro. (Depoimento de MACHADO, Benjamim. 2014: Audiência CEV - PR)

O testemunho encontra-se cravejado pelas tensões vivenciadas durante o exílio. A fala de Benjamim o coloca como alguém que sabia estar em uma realidade nacional a qual não era a sua, pois “era dura a mão pra um brasileiro”. A medida que reclama sua falta de habilidade para contar detalhadamente tudo o que passou, por não possuir estudo, também evoca a dimensão de que tudo aquilo é verdadeiro, está marcado em suas lembranças, pois “o que a gente passou, a gente conta, a gente sabe”. À medida que justifica a veracidade de seu testemunho, também se indaga por não saber como sobreviveu a todas as privações e dificuldades.

O inconformismo quanto a sua prisão reaparece na sequência do testemunho de Benjamim. O desconhecimento das razões que o fizeram ser preso atravessa a constituição de suas lembranças sobre esse período: “os ditadores entraram aí e me caçaram, eu na roça trabalhando. Eu na roça trabalhando” (idem). Esta afirmação assume um peso representativo, tanto é que se repete por duas vezes que se encontrava trabalhando na roça.

A percepção do depoente é apresentada de modo a parecer que desconhece sobre a criminalização das atividades do Grupo dos Onze durante o período ou opta pelo silêncio acerca do mesmo. Destarte, pesa em suas lembranças o fato de que se encontrava a trabalhar na roça, rememorando a forma como foi preso, ou “caçado”, novamente fazendo alusão à sua desumanização.

Mas apesar do inconformismo, Benjamim pondera em suas reflexões que coisas piores poderiam ter lhe ocorrido:

Eu já não tinha mais perigo, porque os homens já tinham abandonado. Mas eu ainda dou graças a Deus por eles não matarem a gente. Porque sabe-se lá quantos coitados que eles mataram. Quantos coitados eles fizeram judiaria. Quantos coitados eles se beneficiaram. Umas pessoas sem critério! Uns ditadores! Que eu acho que não servem nem pra fazer não sei o que lá. (Depoimento de MACHADO, Benjamim. 2014: Audiência CEV - PR)

Conforme os fios da memória de Benjamim foram se desenrolando, o fluxo de lembranças foi trazendo também a indignação. Apesar de agradecer por se encontrar vivo, conforme vai pensando no que poderia ter lhe acontecido consigo e com outros, Benjamim vai demonstrando certa exaltação, possivelmente uma forma de externalizar aquilo que ficou em silêncio por muito tempo.

O depoimento de Benjamim se encaminha para sua finalização, acenando para o seu compromisso com a verdade, trazendo para a cena comparativos de natureza religiosa:

Então, a gente tá aqui pra falar um pouco daquilo que passou e a gente não vai falar aquilo que não é. A gente fala o que é, porque Deus não quer que mintamos pra ninguém! Se nós mentirmos, eu já digo pra uma pessoa que se nós mentirmos, nós estamos fazendo um pecado e não estamos favorecendo a lei... Não estamos favorecendo a lei. Por que a lei é eterna. A lei é bendita. A lei é bonita. É! A lei é bonita! Então, se a gente guardar a lei, obedecer a lei, tudo como se manda, então a pessoa vai bem na vida. Daí pra frente ela só vai. Então, eu não sou de muita prosa, né? Não sou muito sabido, porque eu não tive estudo. Eu aprendi um pouquinho escrever mal e mal, ler um pouquinho mal e mal também... mas aquilo que a gente sabe a gente toca pra frente, né? (MACHADO, Benjamim. Audiência CEV - PR)

A experiência individual de Seu Benjamim é aqui mesclada a dimensão de quem reivindica estar falando a verdade em seu testemunho. Isto aparece amalgamado a noções religiosas acerca de verdade, mentira e pecado, acompanhadas de interpretações acerca do papel da própria Comissão. Seu depoimento, no trecho acima, faz alusão a lei de maneira representativa, utilizando-se do termo “lei” por oito vezes, acenando para o fato de como o depoente associa a Comissão a um órgão atrelado ao cumprimento da lei.

Tendo conhecimento do depoimento prestado por Seu Benjamim Machado à Comissão da Verdade, nos colocamos à procurá-lo para realizarmos uma entrevista. A casa de Seu Benjamim ficava bastante afastada do centro de Barracão, município de fronteira com a Argentina. O acesso se dava por pequenas ruas de chão, que cortavam lavouras e vilas rurais. Conseguimos localizá-lo graças à ajuda do Sr. Adair, o qual me apresentou e acompanhou durante a entrevista. Assim que chegamos à casa de seu Benjamim, uma forte chuva começou a cair, fazendo bastante lama, o que não o impediu de ele vir nos recepcionar e nos convidar para entrar em sua casa.

A residência, bastante simples e com dimensões pequenas, sem forração e com paredes brutas, com apenas dois cômodos separados por uma cortina, mostravam a simplicidade e a rusticidade da vida de seu Benjamim e de sua esposa. Homem de fala mansa, de expressões marcantes e que traz em seu rosto e mãos as marcas de uma vida de privações.

A entrevista com o Sr. Benjamim Machado traz interessantes elementos de como as memórias ao longo da experiência narrativa vão sendo organizadas no presente, a partir de vivências e necessidades próprias desse mesmo tempo presente. Esta afirmação encontra respaldo no fato de que, durante as conversas introdutórias com Benjamim e, posteriormente, verificando alguns documentos que conseguimos referentes a seu processo na Comissão de Anistia, pudemos perceber que este processo ainda se encontra em fase de análise, não havendo ainda um parecer definitivo acerca de seu pedido de indenização.

Sua fala, em diferentes momentos, encontra-se mediada por essas questões e por suas preocupações acerca do processo submetido àquela Comissão. Por vezes, isso torna sua fala um pouco ambígua e, até mesmo, preocupada em relatar situações que não aquelas que perguntadas, mas que se revelam importantes para o sujeito construtor das lembranças em seu momento histórico e a partir de suas subjetividades próprias.

Iniciamos a entrevista com Benjamim pedindo para que se apresentasse, dizendo sua idade, nome, da onde vinha, e contasse sua história. Ele faz um relato breve, fala do Grupo dos Onze, passa por sua prisão e culmina com o relato de seu depoimento na Audiência Pública de Cascavel:

Isso aí é para o bem da pessoa? Porque agora há pouco veio uma mulher aqui, ela é, não sei se é advogada, não sei o que que é. Agora, sobre o Grupo dos Onze, eu morava na Vista Alegre, lá embaixo, quando veio o Grupo dos Onze. Daí que o pessoal começaram a perseguir, teve gente que foi perseguido, foi parar na cadeia, e nós, eu quando começou aquela perseguição, me pegaram, me trouxeram aqui pra delegacia de Barracão e como os polícia daqui eram meus conhecidos, os outros eram tudo estranho,

gente que vinha ali só pra fazer mal para os outros. Aí uma vaguinha, o polícia daqui disseram pra mim, que tinha colega ali e disseram: "O senhor se escape daqui". Aí eu fui pro mato, na Argentina. Só não peguei papel nenhum porque eu não perguntei. Eu passei como bicho no mato, pelo menos por uns 2 anos, passei como bicho no mato. Depois que passou tudo, eu comecei a sair devagarzinho pra mim ver se já tava tudo liberado, se não tinha mais nada de coisa... aí como não tava, minha mãe doentia, não tinha quem trabalhasse para ela, para sustentar a casa, tinha o meu irmão mais novo, mas ele era mais novo, não trabalhava, aí eu digo: mas eu tenho que ir para casa, já fui entrevistado, né? Eu tenho que ir para casa, para sustentar a minha mãe, sustentar meus irmão. Eu era o mais velho, e o nosso pai já não estava mais junto. Mas a minha mãe não podia trabalhar, quem ajudava ela era o Luizinho, mas nem tudo pode tá sustentando a família sem trabalhar, aí eu fui trabalhar, mas de lá se mandemo daqui lá para a Linha Tucano, lá em Santa Catarina. Aí fumo embora de vorta para o Rio Grande, eu era de lá, eu era solteiro ainda, mas isso aí, foi em 1963, por aí. Daí passou, eu me esqueci daquilo, fui embora e fui trabalhar e de repente meu cunhado, que morava em Cascavel, ele foi lá e buscou nós para ir morar lá, fiquei 4 anos para lá e quando vim para cá, o Seu João Almirão me incentivou: "Você por acaso não é do Grupo dos Onze?" "Sim, eu sou". A polícia aqui, tinha gente aqui, não foi só um, que foi judiado, que foi parar na cadeia, e bateram, né? E eu como era o mais velho, meu irmão era piá, piá não sabe fazer conta. Meu compadre, que eu morava com ele, também correu, esse aí já faleceu, eu graças a Deus estou aqui, pelejando, esperando... Fomos lá em Cascavel, palestrando lá. (Entrevista com MACHADO, Benjamim. 2017: A/A)

A abordagem de Benjamim se inicia com o questionamento dos motivos de minha entrevista: "isso aí é para o bem da pessoa?", em função de ter sido visitado anteriormente por uma representante do Ministério Público, para levantamento de informações acerca de seu processo junto à Comissão da Anistia. Posteriormente ficamos sabendo que Benjamim foi um dos últimos a ajuizar o processo. Como ficou sabendo que outros já receberam suas indenizações, esse fato constantemente ocupa espaço em suas preocupações. Em sua simplicidade, Benjamim externaliza sua preocupação em saber se aquilo tudo que eu queria saber era para o seu bem.

Outrossim, de modo direto, o entrevistado não se preocupa em responder àquilo lhe fora perguntado sobre sua idade, sobre seu passado, seu trabalho e família. A resposta vai direto ao assunto do Grupo dos Onze e os eventos que foram consequência de sua participação. Não nos é possível afirmar categoricamente se esse ordenamento se deu em função de Benjamim perceber meu interesse sobre os eventos ligados a sua prisão, se o entrevistado se pautava em suas preocupações com o processo de anistia ou se era decorrente da necessidade de falar sobre esse passado.

A fala inicial de Benjamim faz um resumo de tudo o que ele pronunciou em seu testemunho na Comissão da Verdade. A estrutura dos eventos segue a sequência de seu

depoimento. Começa com a perseguição e a prisão, passa para a fuga para a Argentina, segue para a preocupação com a mãe que se encontrava doente e os irmãos menores, acrescenta que ficou sabendo sobre a indenização para outros integrantes do Grupo dos Onze pelo vizinho, João Almirão, e finaliza falando sobre o depoimento prestado em Cascavel.

O breve panorama apresentado por Benjamim nos instiga a pensar o processo de “composição das memórias” (THOMSON, 1997: 6). Para Alistair Thomson nossas memórias são compostas na relação entre passado e presente, servindo-se de significados que são conhecidos no plano cultural do narrador. Nesse sentido, o que se faz presente em suas lembranças não é apenas o que Benjamim lembra do passado, mas também o que ele lembra da última vez em que lembrou esse passado. O que nos coloca ante à tessitura de uma memória da memória, onde as reminiscências variam de acordo com as alterações sofridas por nossa identidade pessoal.

Procurando compreender mais como o entrevistado recorda de seu passado, indagamos: “Seu Benjamim, eu gostaria que o senhor contasse antes de ser preso. Como que era a sua vida? O senhor era agricultor?”. Ele assim responde:

Sim, eu trabalhava na colônia. Eu não tinha terra, né? Mas aí eu plantava na terra dos outros. Daí com aquela que começaram a perseguir, me pegaram... já pensou? Pegar uma pessoa na roça trabalhando, por quê isso? é gente... como que se diz? Era uma lei, uma lei da ditadura, acho que era a ditadura, daí eu, digo: “mas assim não dá. Tem que procurar um jeito, uma manobra, pra poder cair fora”. (Entrevista com MACHADO, Benjamim. 2017: A/A)

Benjamim relata que trabalha na colônia, que é um trabalhador rural, se ocupando de trabalhar na terra dos outros em troca de renda. Esse dado não pode passar despercebido, uma vez que denota um elemento importante no que tangencia o tipo de participante do Grupo dos Onze. Tendo em vista se tratar o Sudoeste do Paraná de uma região marcada por conflitos pela terra, envolvendo posseiros, jagunços e grileiros, o Grupo dos Onze aparece absorvendo a massa de camponeses sem terra, trabalhadores rurais, expropriados e outros, no debate sobre a reforma agrária.

Observemos que a abordagem de Benjamim logo se volta para a questão de sua prisão: “*Daí com aquela que começaram a perseguir, me pegaram... já pensou? Pegar uma pessoa na roça trabalhando, por que isso?*”. É interessante observar como a extensão do relato é marcada pelo ressentimento de ser preso trabalhando. Assim como abordado no

depoimento à Comissão da Verdade, Benjamim externaliza o desconforto e a indignação de ser detido enquanto trabalhava.

Nas sociedades ocidentais, genericamente, o trabalho é entendido enquanto elemento central para o sustento da vida de um homem. Toda uma ética se constrói em torno do trabalho e da dignidade que dele provém. Ser preso enquanto trabalhava é um conflito grande e mal resolvido para Benjamim, afinal ele não havia praticado crime algum, pelo contrário, se encontrava a trabalhar para prover o sustento de sua mãe e irmãos. Essa iniquidade da qual foi vítima contribui na elaboração de seu entendimento sobre as arbitrariedades cometidas durante a ditadura, um período negativo da história brasileira.

Na esteira dessa apreensão, procuramos compreender como o entrevistado compreende o que representou o período militar, assim lhe indagamos:

Marcelo: O que que a ditadura representou para o senhor?

Benjamim: A Ditadura? Pra mim representou que essa ditadura eles estavam tomando terra e pensavam que eu tinha terra também, então daí pegava os donos da terra e levava. Agora... matar, alguns foram mortos, não muito. Alguns... maltratados, judiados, massacrados e na cadeia. Eu dei graças quando eu escapei, o Simão Veiga e o irmão dele também... (Entrevista com MACHADO, Benjamim. 2017: A/A)

A compreensão do que foi a ditadura militar para o entrevistado é pautada em uma métrica proporcional às suas vivências. Distante de um entendimento histórico e sociológico, Seu Benjamim caracteriza a ditadura militar de maneira negativa, pois suas experiências vinculadas ao período lhe permitem apreender a realidade dessa maneira. Ele foi preso, torturado, separado de sua família e se obrigou a viver no exílio por conta dos desdobramentos da política de segurança nacional, a qual é assim definida por Bruno Bruziguessi Bueno, professor da UFJF:

se baseou, portanto, na construção ideológica de uma ameaça interna e externa que precisava ser combatida. Assim, será pautada a deturpação da tradição marxista e a difamação do socialismo e dos socialistas, colocando como ameaça todos aqueles condizentes com o ideário revolucionário, sendo que a caracterização de subversivo será taxada como adjetivo para criminosos perigosos que tentam corromper os “cidadãos de bem” (BUENO, 2014: 53)

Benjamim, contudo, nos oferece uma interpretação muito pessoal do que foi a ditadura para ele. A leitura feita se encontra engendrada a partir da percepção de inúmeros problemas referentes à posse de terras em uma região marcada por conflitos fundiários.

A visão que Benjamim constrói acerca da ditadura é plasmada por diferentes imagens que se entrecruzam e, embora possam ser imprecisas e contraditórias, não são menos reais, apenas são interpretadas e acondicionadas em suas lembranças de modo particular.

Pensando do ponto de vista histórico, a região Sudoeste é atravessada por diferentes conflitos agrários atrelados ao processo de colonização e de “modernização” agrícola, conforme apresentamos anteriormente. Ademais, o narrador foi perseguido, foi torturado, correu risco de morte e é um sobrevivente. Teve conhecidos que foram mortos, bem como ouviu relatos acerca de outros que desapareceram ou faleceram. Do ponto de vista histórico, podemos, enquanto estudiosos do tema, organizar a reflexão sobre a tortura, os desaparecimentos e as mortes num cenário mais amplo, ligado à Doutrina de Segurança Nacional, a ações organizadas com maior amplitude e vultuosidade, como a Operação Condor, mas para nosso entrevistado, um camponês com 84 anos de idade, sua interpretação parte muito mais dos conhecimentos que derivam de sua experiência.

Desejoso de compreender como se desenrolam os fios da memória de Seu Benjamim, bem como o modo como ele significa o seu passado, perguntamos sobre o Grupo dos Onze, sua participação, o que discutiam e afins:

Marcelo: E o que que levou o senhor a participar, a entrar no Grupo dos 11?

Benjamim: Daí do Grupo dos 11, que eles andavam, pegavam gente pra vir pra cá, e como eu fui trazido também, mas aqui eu me escapei.

Marcelo: O senhor participava do Grupo dos 11?

Benjamim: Sim.

Marcelo: E o que que vocês conversavam na reunião? O que vocês defendiam? O que vocês queriam?

Benjamim: Olha, agora muita coisa eu não me lembro, porque a gente, eu já sou idoso bastante, aí a gente não lembra... mas o que a gente lembra, a gente fala. Eles falavam tanta coisa, que a gente já não se lembra mais, eu tô com 84 anos, então, muita coisa a gente esquece, mas daí, pegaram, eles andavam até de noite buscando gente.

Marcelo: Quem? A Polícia?

Benjamim: É, a polícia, era os outros que andavam junto, né? Mas não a polícia daqui, que nem o finado Simão, ele era polícia, mas era uma pessoa boa. O Severo, irmão do Simão, também era. Trabalhei na casa deles. Depois que eles moravam aqui, não tenho o que dizer deles. Eles forneceram a gente, então daí mete o pé, escape. Então aí fiquei no mato lá, que nem bicho. Tinha medo até dos castelhano. (Entrevista com MACHADO, Benjamim. 2017: A/A)

A dificuldade de Seu Benjamim em descrever o que foi o Grupo dos Onze pode ser entendida tanto pelo seu pouco envolvimento, afinal, grande parte dos camponeses participava do movimento em função das relações de vizinhança e proximidade, outros por admiração a

figura de Brizola, como também em função da idade já avançada e as consequentes falhas da memória.

A própria fala de Benjamim articula isso como justificativa para sua incapacidade de explicar sobre o Grupo naquele momento: “Eles falavam tanta coisa, que a gente já não se lembra mais, eu tô com 84 anos, então, muita coisa a gente esquece, mas daí, pegaram, eles andavam até de noite buscando gente”. Interessante destacar que, em meio a justificativa por não lembrar sobre o que se fazia nos Grupos dos Onze, ele retoma a questão de que foram presos e perseguidos pela polícia.

Nesse sentido, Benjamim faz uma distinção, “não era a polícia daqui”. Ele até mesmo apresenta o nome de um policial, conhecido seu “o finado Simão”. Os policiais da cidade, nesse cenário interiorano, possivelmente conheciam seu Benjamim, seu trabalho e dificilmente incorreriam em atos de brutalidade.

Assim sendo, ao mapear os documentos processuais de Sr. Benjamim e outros depoentes junto à Comissão da Anistia, descobrimos que durante a operação de busca por integrantes dos Grupos dos Onze o exército montou um destacamento onde hoje se encontra o Hotel Província, em Barracão-PR (Cf. Processo de Anistia No. 2006.01.53886).

Ainda procurando compreender como o entrevistado elabora sua visão sobre os fatos e como interpreta aquela realidade, insistimos na questão acerca do Grupo dos Onze e sua relação com Brizola, sendo assim respondidos:

Do Brizola? Pois é, dizem que até o Brizola se escapou, né? Agora esse Grupo dos 11, eu não tô sabendo quem é que criou isso, não sei se foi o Brizola porque o Brizola também se escapou e agora eu não sei se foi uma outra pessoa que inventou isso aí. Tinha um tal de Lupião que andava por aí tomando terra dos outros, mas nós não tinha nada a vê com isso. Eu sei que o pessoal, muitos foram caçados, judiados, maltratados, e quem pode se escapar, que nem eu, eu fui judiado, maltratado, daí quando eu pude me escapar me deram... teve gente que de certo teve dó de mim, né? Dizia, o senhor que se escape... (Entrevista com MACHADO, Benjamim. 2017: A/A)

Uma série de elementos distintos é sobreposta nesse pequeno excerto da entrevista de Benjamim. A realidade é interpretada a partir de suas próprias vivências, nesse sentido o exílio de Leonel Brizola é entendido a partir da sua experiência de refúgio na Argentina. Já o ex-governador estadual Moysés Lupion – sob o qual pesa a emissão de títulos de terra e apoio a grandes colonizadoras⁴⁰ –, é visualizado fora de sua perspectiva política, como um “tal de

⁴⁰ Na dissertação de mestrado *Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)*, Antônio Myskiw demonstra como o governador Moysés Lupion “estaria envolvido em processos de

Lupião que andava por aí tomando terra dos outros”. Ao mesmo tempo ele procura se isentar de qualquer envolvimento com tais problemas de terras: “mas nós não tinha nada a vê com isso”.

O modo pelo qual o entrevistado interpreta fatos do passado e acontecimentos políticos à luz de suas próprias experiências são elementos bastante interessantes, como quando perguntamos o que foi a ditadura para ele:

A ditadura? Para mim representou que essa ditadura eles estavam tomando terra e pensavam que eu tinha terra também, então daí pegava os donos da terra e levava. Agora matar, alguns foram mortos, não muito, alguns. Maltratados, judiados, massacrados e na cadeia. Eu dei graças quando eu escapei, o Simão Veiga e o irmão dele também... (Entrevista com MACHADO, Benjamim. 2017: A/A)

Benjamim elabora interpretações bastante *sui generis* para eventos da história política brasileira. O regime político que o país atravessava durante aqueles anos, é entendido como algo articulado para tomar as terras das pessoas. Sua leitura parte do vivido, daquilo que sua experiência lhe permite constituir. Nesse sentido, as historiadoras Júlia Silveira Matos e Adriana Kivanski de Senna, no artigo “História Oral como Fonte: problemas e métodos”, assim delineiam uma questão:

Como cada ser histórico singulariza a sociedade na qual está inserido e a percebe de uma forma específica. Falar de uma história verdadeira seria muito ingênuo, mas podemos afirmar que se trata de uma percepção verdadeira do real, emitida pelo depoente, que assim compreende e se apropria do mundo ao seu redor. Ao tornar pública sua percepção, está, de alguma forma, contribuindo para a elucidação parcial de alguma situação. (MATOS & SENNA, 2011: 98)

Assim como no caso do Sr. Adair Amaro, pleiteamos junto ao Ministério da Justiça o acesso ao processo de Anistia do Sr. Benjamim Machado. Observamos que desde o ano de 2006 tramitava um processo de reparação junto à Comissão de Anistia. Analisando as peças processuais, seu trâmite e as fases em que se encontrava, observamos que o pedido de Seu Benjamim ainda se encontrava sem emissão de sentença quando deu depoimento à Comissão da Verdade, em março de 2014.

Em 21 de junho de 2016 a Comissão de Anistia indeferiu o pedido de Benjamin Machado, conforme consta no Relatório e Voto da Conselheira Relatora Marina da Silva Steinbruch, que traz em suas conclusões o seguinte:

8. No caso em comento, o Requerente alega que pertencia ao Grupo dos Onze e que, com medo de ser preso, fugiu para a Argentina, onde ficou escondido durante cinco anos.

9. No entanto, tais alegações não possuem lastro nas provas disponíveis nos autos, mesmo após diligências realizadas por esta Comissão junto a órgãos públicos, as quais não corroboraram os fatos narrados. Tal circunstância desautoriza esta Comissão presumir, no caso em concreto, a ocorrência de atos de exceção por motivação exclusivamente política, como preconiza o art. 8º da ADCT, regulamentado pela Lei 10.559 de 2002.

10. Assim, a partir da análise conjunta dos elementos da narrativa e do material probatório disponível, verifica-se a insuficiência da demonstração fática dos fatos narrados não havendo, pois, como concluir que houve, de fato, perseguição de cunho político-ideológico capaz de ensejar reconhecimento de responsabilidade do Estado no âmbito da anistia política.

11. Ante o exposto, opino por indeferir o pedido de anistia formulado por Benjamin Machado. (Processo de Anistia sob No. 2006.01.53886)

Quando entrevistamos o Sr. Benjamin, em setembro de 2017, o prazo para recurso ainda não se havia esgotado e o processo ainda não havia transitado em julgado. Esse cenário de indefinição jurídica deve ser pensado do ponto de vista do horizonte de expectativa que seu Benjamin possui em relação a como seu depoimento na Audiência Pública da Comissão da Verdade, em 2014, também viria a contribuir no seu processo que objetivava Anistia Política e reparação pecuniária.

Ao nos apropriarmos das noções de “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”, pensadas pelo historiador Reinhart Koselleck, queremos atentar para a importância de pensar as histórias de vida dos depoentes da comissão e o modo pelo qual eles articulam dimensões temporais (passado, presente e futuro) em narrativas que são tecidas no tempo presente (Koselleck, 2006). O processo de rememoração orienta percepções acerca do passado, avaliações sobre o presente, bem como expectativas em relação ao futuro. As considerações de Koselleck trazem importantes elementos para a compreensão de como os sujeitos constroem suas narrativas em um determinado momento de suas vidas.

Assim como em outros casos, o advogado requereu a juntada do depoimento do Sr. Benjamin à CEV e transcrito no livro “Combatentes: tempo de falar” (2016), organizado pelos Profs. Carla Silva e Alfredo Batista, da Unioeste, ao processo na Comissão de Anistia.

Quando já estávamos por encerrar a entrevista e fazendo agradecimentos pela sua colaboração, Sr. Benjamim, com a cabeça baixa e voz retraída, falou: “O meu sofrimento foi bastante, o meu sofrimento foi bastante...”, o que foi seguido de um espaço de profundo silêncio. Na sequência, retomo a conversa, perguntando sobre a violência sofrida:

Marcelo: Onde que eles te batiam? Em que lugares do corpo? De que maneira?

Benjamim: Ah, me batiam no corpo inteiro, só não no rosto, né? Eles me batiam com vara, com porrete, me davam pancada e eu tinha que aguentar. Tinha que aguentar quieto, se a gente falasse era pior, né?

Marcelo: Mas o que o senhor sentiu? O que eles fizeram com o senhor?

Benjamim: Sentir? Eu senti tristeza, porque minha mãe lá embaixo, sozinha com as crianças, os filhos e eu sendo o mais velho, ficar pra cá, longe da minha mãe, dos meus irmãos, meu pai já não estava mais com nós, já tinha outra companhia. E daí eu que trabalhava, eu trabalhava assim, no particular, pra ganhar o pão e quando tinha o pão eu trabalhava em casa também. Trabalhava em casa também.

Marcelo: E nesse período assim, quase 30 anos então que passaram, 30-40 anos, tudo isso que aconteceu no seu passado, incomodava? Machucava? Você lembrava com frequência disso?

Benjamim: Sim, me lembrava. Eu me lembrava disso e me lembrava mais também da minha mãe que ficou, ela era doentia, não podia trabalhar, né? Meus irmãos eram pequenos, eu tinha duas sobrinhas, que ficaram com nós, que tinha que sustentar, eu tinha dois irmãos de menor, e duas sobrinhas que eram pequenas. Quem trabalhava era eu, porque ninguém podia, então era eu que ganhava o pão de cada dia. Trabalhava para fora e em casa também. (Entrevista com MACHADO, Benjamim. 2017: A/A)

Analisando a entrevista posteriormente vejo que meu entendimento naquele momento foi equivocado: Julguei pertinente perguntar sobre o sofrimento físico impingido a Seu Benjamim e ele prontamente detalhou ter apanhado “pelo corpo inteiro, menos no rosto” de diferentes maneiras – varas, porretes, pancadas – e que se falasse era pior, tendo que “aguentar quieto”.

Todavia, a violência física pesou e ainda pesa sobre Benjamim. Suportar quieto significa silenciar sobre os golpes impostos sobre alguém que estava trabalhando e que não merecia passar por aquilo. Todavia, sua resposta sobre dor e ressentimento extrapola toda essa situação de desumanidade. Sua entrevista revela aspectos importantes da sua condição de narrador com os valores que ele julga fundamentais para dar sentido a sua vida. Nesse sentido, Benjamim opera uma escolha, mesmo que esta seja inconsciente, de uma unidade narrativa

que atribui esse sentido, sendo esta a situação de abandono de sua família, mãe e irmãos mais novos, em função da violência e perseguição sofrida.

Assim, depreendemos que as narrativas sobre experiências e histórias de vida são cercadas de um elevado grau de complexidade. Além de cada entrevistado ser possuidor de uma forma própria de narrar, cada uma dessas narrativas possui temas e elementos centrais, os quais são reveladores de aspectos fundamentais da constituição de um ser humano singular, o qual se dispõe a nos receber enquanto historiadores.

Ante ao exposto, este capítulo buscou demonstrar como as falas dos depoentes da Audiência Pública de Cascavel que entrevistamos orbitam em torno da centralidade da questão da terra e da atuação política de Leonel Brizola. Suas memórias acerca dos eventos ligados à ditadura, das prisões e violências sofridas, se encontram, em grande parte, permeadas por esses elementos.

Demonstramos que as memórias acerca de suas experiências com a prisão, as violências e a Ditadura não ocorrem meramente a partir de uma tomada de consciência momentânea, que faz emergir fatos objetivos que representam o passado. Denotamos como o processo de composição das memórias de diferentes sujeitos é envolto por inúmeras subjetividades atreladas ao momento de produção da entrevista, ou seja, ao ambiente de construção das entrevistas, à intersubjetividade proporcionada pela relação entrevistador x entrevistado, bem como ao momento sócio-histórico.

Sendo a História Oral uma metodologia que produz fontes históricas a partir do registro de situações de entrevista, procuramos avaliar mais os significados das narrativas orais do que os eventos narrados em si, apontando para as inúmeras subjetividades presentes na construção narrativa e para como essas, muitas vezes, dizem mais respeito ao presente dos sujeitos do que ao passado que se procurou retomar.

CAPÍTULO 03

TESTEMUNHOS DE SEGUNDA GERAÇÃO

Alguns testemunhos da Audiência não foram pronunciados pelas vítimas diretas da Ditadura Militar, mas por seus familiares, em função de impossibilidades ligadas à saúde, à idade já avançada das vítimas, ou mesmo falecimento, em alguns casos. Encontramo-nos diante de um interessante aspecto a se explorar, o da “testemunha por substituição”, como referido pelo historiador François Hartog. Este autor debateu a função dos testemunhos e das testemunhas em relação à história, tendo por enfoque as experiências, principalmente as vividas durante a Segunda Guerra Mundial. A partir dos apontamentos do autor, entendemos que existe não somente o testemunho, mas o ato de testemunhar, mergulhando em uma análise na qual o testemunho dado em primeira mão cede lugar à análises sobre o ato de testemunhar. Hartog discute a dimensão da “testemunha de substituição”, a qual acaba por aparecer no julgamento de crimes contra a humanidade, onde alguém testemunha em lugar de uma vítima que já não pode mais se fazer presente (HARTOG, 2013: 203- 217).

Essa perspectiva nos levou a refletir sobre os motivos que levaram a Comissão a trazer familiares, filhos e afins para testemunhar, haja vista que as consequências das violações não se findam na “sepultura”, mas podem continuar nas gerações seguintes.

O final do século XX, contrasta com a caráter inovador e de vislumbre em direção ao futuro do início daquele século. Mais precisamente a partir da década de 1980 se observa uma grande atenção direcionada ao passado. Sobre essa questão, Huyssen afirma que

Esse fenômeno caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas do século XX. Desde o mitos apocalípticos de ruptura radical do começo do século XX e a emergência do “homem novo” na Europa, através de fantasmagorias assassinas de purificação racial ou de classe, no Nacional Socialismo e no Stalinismo, ao paradigma de modernização norte-americano, a cultura modernista foi energizada por aquilo que poderia ser chamado de “futuros presentes”. No entanto, a partir da década de 1980 o foco parece ter-se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes (HUYSSSEN, 2000: 9)

O autor visualiza que nos anos de 1980 os discursos de memória passam a ganhar maior força em razão de questões vinculadas ao Holocausto judeu. Os eventos do passado passaram a ser rememorados de modo bastante intenso e politizado, como sendo uma forma de avaliar os erros do passado, relembrando os atos praticados como forma de manter viva a

memória e não repetir os erros cometidos no passado. Esse processo de memorialização num momento histórico quando as últimas vítimas do holocausto estavam desaparecendo.

Andreas Huyssen analisa o fenômeno da memória atrelado ao esquecimento e pondera que desde a década de 1980 houve uma “*explosão da memória como um sintoma cultural nas sociedades ocidentais*” (1996: 12). Nesse sentido, muitas sociedades procuraram voltar-se para o passado com o intuito de armazenar informações, dados, lembranças, em razão de um medo de esquecer que se encontra aliado a um sentimento de crise da contemporaneidade e seu constante mal-estar. Paralelo a isso, lembramos a noção de “presentismo”, de Hartog, que assinala uma espécie de crise do tempo, onde o futuro e passado indisponíveis tornam a memória um instrumento presentista.

Entendemos que a memória é, simultaneamente, fonte e objeto de estudo. Desta forma a aplicação de metodologias próprias de História Oral se constituem valiosos instrumentos para compreender as representações e narrativas de diferentes indivíduos pertencentes aos mais variados grupos sociais. Por assim dizer, desde o íterim da década de 1980, de modo mais direto nos trabalhos sobre a ditadura civil-militar no Brasil, as narrativas de ex-militantes foram fontes preferenciais de muitos historiadores. Todavia, com o passar dos anos, muitos desses depoentes já não mais se encontram vivos, cabendo a seus familiares recuperarem suas lembranças. François Hartog trabalha com a noção de “acontecimento sem testemunhas” (2013: 208).

No tocante a essa questão, em sua obra *Tempo Passado*, Beatriz Sarlo denomina como “pós memória” esta transmissão de testemunhos para descendentes diretos dos sobreviventes ou pertencentes à comunidade, sendo considerada, portanto, “memória da geração seguinte a que morreu ou protagonizou os acontecimentos” (2007: 126). Esta memória produzida pelos descendentes e familiares seria uma memória construída ao longo do processo de socialização e de incorporações culturais, não sendo diferente da memória da geração daqueles que foram vítimas dos fatos, uma vez que ambas são representações que se dão por intermédio da narrativa e “toda narração do passado é uma representação, algo dito em lugar de algo feito” (idem: 130).

Assim, os testemunhos estão diretamente atrelados à subjetividade, ou seja, ao sofrimento vivenciado por vítimas e por testemunhas, podendo as memórias serem compartilhadas como no “caso dos filhos que reconstituem as experiências dos pais, apoiados na memória deles, mas não só nela. A pós-memória, que tem a memória em seu centro, seria a reconstituição memorialística da memória de fatos recentes não vividos pelo sujeito que os

reconstitui [...]” (SARLO, 2007: 93). Assim, membros de uma outra geração assumem o compromisso de preservar as lembranças de seus pais.

Em sua obra, Beatriz Sarlo parte de um ponto de vista de que o subjetivo ocupa lugar privilegiado na contemporaneidade. Isso a conduz a chegar na problemática de como os testemunhos são muitas vezes tratados como inquestionáveis. Para a autora, “esses discursos testemunhais, sejam quais forem, são discursos e não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável” (SARLO, 2007: 47). Assim, no percurso investigativo, destaca que a necessidade de perscrutar esses testemunhos e seus limites enquanto uma outra narrativa dos fatos é fundamental. Todavia, conforme pontua Tânia Sarmento-Pantoja, professora de Literatura de Língua Portuguesa na UFPA:

sua intenção não é esvaziar o testemunho da sua importante dimensão histórica e política, mas mostrar que num tempo voltado para as engrenagens do discurso mais do que o próprio discurso, os discursos de Verdade podem facilmente desaguar em lenda, se concentradas em simplificações ou lugares comuns, principalmente porque há uma história pop no mercado disposta a oferecer versões definitivas, que aos poucos vão ganhando mais espaço do que a história acadêmica desenvolvida nas últimas décadas, mais atenta à imprecisão dos limites, às ambigüidades, aos confrontos entre as várias formas discursivas. Para Sarlo ambas são limitadas em função dos territórios em que se realizam. (SARMENTO-PANTOJA, 2008: 301)

A necessidade de se analisar o papel desempenhado pelo testemunho das experiências traumáticas é abordada por Márcio Selligmann-Silva visualizando que “o testemunho é uma modalidade da memória”. A partir desse viés o autor compreende que as memórias traumáticas representam a combinação entre as memórias individuais e coletivas com uma espécie de compromisso para com o passado e seus mortos, sendo o testemunho uma forma de narrar construções de subjetividades coletivas (SELLIGMANN-SILVA, 2008: 73).

Diferentes formas de narrar são compartilhadas pelas testemunhas de substituição. Muitas reproduzem estruturas herdadas e enquadradas nas dimensões familiares de afeto. Outras ressentem-se pelo sofrimento dos pais. Outrossim, não podemos perder de vista que a memória, enquanto matéria trabalhada pelo testemunho, é portadora de seletividades. As seleções se fazem operadas no contexto da rememoração.

3.1. “O sangue já não jorra mais, restaram, porém, profundas cicatrizes”: depoimento sobre Reneu Mertz à Comissão da Verdade

Clarissa Mertz, formada em direito, com 35 anos na ocasião do depoimento, fala na Audiência em lugar do Sr. Reneu Geraldino Mertz, seu pai, já falecido. Reneu era dentista e vereador na cidade de Três Passos – RS. Foi preso juntamente com quase uma dezena de militantes ligados à VPR – Vanguarda Popular Revolucionária, que lutava contra a ditadura.

O depoimento de Clarissa descreve, principalmente, a experiência vivida em meio a uma família que foi vitimada pela ditadura. A narrativa se pauta nas sensações experimentadas, no preconceito sofrido, nas lacunas deixadas e nos impactos que a violência simbólica de ter um familiar perseguido e rotulado como guerrilheiro e subversivo pode trazer:

E a situação de repúdio e hostilidade da sociedade era gigantesca, assim como havia companheiros, pessoas valorosas que auxiliavam economicamente a não passar fome... todas as necessidades materiais que foram passadas, a maioria da população via e ainda vê com maus olhos aquela história. Os jornais locais tratavam de aniquilar o sentimento das pessoas, dizendo que o cidadão que então era um bom profissional odontológico, um excelente vereador, passara a ser subversivo, trair a sua pátria e a sua família... estampado na capa do jornal. Então as dificuldades foram inúmeras, e as sequelas também, até hoje. (Depoimento de MERTZ, Clarissa. 2014: Audiência CEV-PR)

Vemo-nos diante de um testemunho da geração seguinte à da vítima propriamente dita. A fala é composta menos por descrição de fatos e mais por avaliações. O depoimento descreve os acontecimentos a partir de outro lugar social, de um modo mais panorâmico, de quem não viveu diretamente a perseguição e tortura, mas nem por isso deixou de sentir as consequências da violência.

A voz embargada e a emoção de Clarissa são perceptíveis em seu testemunho. Falar de si pode ser uma experiência libertadora, todavia é importante termos a ciência de que as lembranças não abandonam a memória tão facilmente e que o trabalho de perlaboração é ainda mais intenso e mais amplo do que a exposição de sua experiência familiar junto à Comissão.

O tom da fala, as cenas descritas, a imposição da voz emocionada, dão a entender que Clarissa quer falar, que seu passado e seu corpo querem falar e expor sentimentos que ainda estão recolhidos:

Eu por fim, eu quero dizer, que a dor, o trauma, de toda essa experiência familiar, dessa história, de luta e de perdas, é gigantesca, enorme. E é a mesma história vivida pela grande maioria das famílias desses nobres homens que estavam à frente do movimento. Mas assim como havia a minha mãe, havia a mãe do seu Valdetar fazendo comida para um pelotão, haviam outras inúmeras valorosas mulheres, valorosas filhas, valorosas mães, que foram sim braço forte desses acontecimentos e eu tenho muito orgulho, tenho muita dor, tenho muita revolta... Mas nada se compara ao orgulho de ser filha, não de um covarde torturador, mas sim de um homem que lutou pelos direitos de cidadania e lutou contra o regime que acometeu todas essas barbáries. (Depoimento de MERTZ, Clarissa. 2014: Audiência CEV-PR)

Percebe-se o tom afirmativo da fala de Clarissa. Ela fala como uma testemunha do sofrimento do pai, encarna as dores geradas a partir da prisão e da violência cometida contra o pai, demonstrando que o sofrimento também é dela. A narrativa traz o reconhecimento de sua condição de vítima de um trauma familiar, mas que não se limita a ela, sendo também coletivo, pois “é a mesma história vivida pela grande maioria das famílias”.

Outra dimensão presente na fala de Clarissa é a de gênero. Há uma reivindicação de um lugar para as mulheres, de modo que elas também sejam incluídas na história de luta e resistência contra a ditadura, ao qual destaca o papel de sua mãe, mas também o de “inúmeras valorosas mulheres, valorosas filhas e valorosas mães”. Assim, podemos inferir que o seu depoimento é, também, um espaço para a reivindicação do direito à memória destas mulheres, não apenas dos homens, que foram a maior parte dos depoentes na Comissão.

Quando Reneu Mertz fora preso, na cidade de Três Passos, no interior do Rio Grande Sul, estava com 29 anos e exercia a profissão de dentista e cumpria mandato político como vereador pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Segundo o site “Documentos Revelados”, no qual Aluizio Palmar disponibilizou documentos obtidos junto ao DOPS-PR, de vários casos de prisão e violações, sua esposa estava com 26 anos, e eles tinham três filhas: Harla Siegrid, de 6 anos, Andrea, de 2, e a Nice Lara, de apenas dois meses. O casal teve ainda mais uma filha, Clarissa, nascida após a prisão e que prestou depoimento na Audiência Pública de Cascavel em lugar de seu falecido pai. Segundo ela, seu pai

Era o filho mais velho, a referência de uma família que perdera a mãe precocemente, tinha os irmãos, Lorivaldo, Silma Delci, Ilse Edith, Aracy Ivoni, Marli Marlene e Lori Hildegard. Havia um pai, Selvino Teutonio, para quem, após muito esforço, o anistiado representava o orgulho de ter um filho doutor. Todos esses familiares eram de alguma forma amparados pelo esposo, pai, irmão e filho. (Depoimento de MERTZ, Clarissa. 2014: Audiência CEV-PR)

A prisão de Reneu transpassa toda uma série de situações familiares, gerando desgastes, comoções e dramas. Outros familiares como o irmão Lorivaldo Mertz e o tio Asildo Schuster acabaram sendo detidos para averiguação. As casas de vários parentes foram invadidas e vasculhadas em busca de materiais subversivos, bem como demais familiares conviviam com as ameaças, a vigilância e a pressão psicológica.

Aluizio Palmar, no site “Documentos Revelados” assim delinea a situação vivenciada pelos Mertz:

As notícias dos jornais tratavam de massacrar o amor familiar já suficientemente abalado, tornando a tristeza e as humilhações ainda maiores ao publicar, em matéria de capa, que:

Os participantes do movimento terrorista não pensaram em suas famílias, em seus amigos e nem na comunidade que enganaram com suas atitudes de ovelhas, escondendo, contudo, lobos ferozes. Não estavam a serviço de sua pátria.

A prisão deixou desamparadas uma jovem esposa e suas três filhas. A família vivia exclusivamente do trabalho do anistiado, sem possuir qualquer bem passível de gerar renda, passaram a viver de empréstimos, favores e da generosidade de amigos⁴¹

A notícia a que se refere Palmar encontra-se no Jornal *O Celeiro*, de 07 de maio de 1970, sob o título “Era para ser pescaria, mas não era... Poderia ser contrabando, mas não era... Era subversão”. A matéria descreve o desmonte do aparelho e a prisão dos envolvidos, mencionando o “estarrecimento” da população da cidade, a “perplexidade” de todos, numa construção textual de modo a desqualificar e criminalizar os envolvidos. O jornal procura dar ainda mais um tom de sensacionalismo e temor ao pontuar que “o APARELHO subversivo fazendo parte das gangs que assaltavam bancos, sequestravam autoridades e estouravam bombas terroristas”.

Assim, observamos que os posicionamentos assumidos por este jornal encontravam-se marcados por uma atitude bastante comum aos veículos de imprensa da época: a de reproduzir prioritariamente as falas oficiais e dos policiais, contribuindo para calcificar determinada visão sobre os fatos.

Em seu depoimento para a CEV-PR, Clarissa delinea o modo pelo qual essa situação foi sendo conformada em sua subjetividade e construindo sua interpretação acerca dos episódios:

Os jornais locais tratavam de aniquilar o sentimento das pessoas... dizendo que o cidadão que até então era um bom profissional odontológico, um excelente vereador, passara a ser subversivo, traíra sua pátria e sua família,

⁴¹ <https://www.documentosrevelados.com.br/depoimentos-torturas-denuncias-ditadura/prisao-e-torturas-sofridas-pelo-dentista-do-povo-pobre-da-regiao-de-tres-passos/> <acesso em 22 de setembro de 2017>.

estampado na capa do jornal... Então, as dificuldades foram inúmeras, e as sequelas também, até hoje. (depoimento de MERTZ, Clarissa. 2014: Audiência CEV-PR)

As falas pulsantes de Clarissa tentam externalizar sua dor e são carregadas de sentimentos. O retrato apresentado pelos jornais e assumido por parte da sociedade sobre seu pai colide com sua representação da figura paterna. O presente aparece como um aspecto norteador da sua interpretação sobre o passado, como se percebe na sua fala: “as dificuldades foram inúmeras, e as sequelas também, até hoje”.

O depoimento de Clarissa se constrói numa perspectiva narrativa que visa reparar a memória de seu pai, desvirtuada pela imprensa da época. Em sua fala inicial, ela assinala que não possui “*condições nem a pretensão de prestar um relato de cunho histórico, mas sim o relato de uma vivência familiar, de uma dor que, para mim, me comove, me embarga a voz, me revolta também*” (Depoimento de MERTZ, Clarissa. 2014: Audiência CEV-PR)

Sua fala estrutura-se a partir do enaltecimento e da apresentação de seu pai como um filho mais velho que sempre foi referência a todos e que com muito esforço tornou-se doutor, que desenvolvia um trabalho social importante, tendo nisso o motivo de ter sido eleito vereador pelo MDB, atingindo uma votação jamais alcançada na cidade. Era “uma pessoa bastante querida e importante na comunidade, e assim na sua família” (idem).

O apelo para o familiar, para o esforço, para o sentimental são elementos que balizam as memórias que Clarissa nutre em relação ao seu pai. O depoimento constrói-se a partir de uma racionalidade própria, de uma moralidade pautada em si, em um processo de elaboração que, guardadas as devidas proporções e diferenças, traz semelhanças com narrativas de heroicização analisadas pelos pesquisadores Welzer, Moller e Tschuggnall (p. 66). Para esses autores, a construção e manutenção de tais memórias se dão através do que Halbwachs classificou com “o caráter moral dos nossos pais”. No presente caso, o apreço nutrido pela figura do pai é estendido para o passado anterior e trazido para uma representação de família no presente. Concomitante a essa “moral” dos personagens, as representações do passado correspondem ao processo de heroicização.

Não se trata de avaliar a conduta de Reneu no passado, como fizeram os jornais da época, até mesmo porque pesa sobre ele o julgamento como inocente em agosto de 1971. Também não avaliamos aqui se ele deve ser considerado um herói da resistência contra a ditadura. O consideramos vítima de um sistema onde o Estado operou de modo a utilizar-se do emprego da violência física e simbólica, de expedientes de terror, para com os sujeitos.

Trata-se de avaliar a construção da memória no presente acerca de uma pessoa que sofreu retaliações por parte dos agentes da repressão durante o regime civil-militar.

Nesse sentido, podemos inferir que Clarissa, ao recordar a figura do pai, procura superar a contradição que surge entre uma memória “oficial”, reproduzida pelos militares, pelos meios de comunicação de massa e setores da sociedade, com a memória construída pela família. A construção desta estratégia atrela-se intimamente ao uso de certas lacunas das histórias compartilhadas no âmbito familiar, com as experiências permeadas pela afetividade e o preenchimento dessas lacunas com suas suposições sobre o que ocorreu. Welzer, Moller e Tschuggnall, ao tratar de outras narrativas de filhos e netos de alemães que viveram como adultos durante o nazismo, ponderam que o processo de rememoração sobre o passado vividos pelos pais ou avós incide sobre a construção de “laços de lealdade”.

Os relatos individuais podem muitas vezes colidir com uma memória que se pretende hegemônica, mas também vão criando núcleos de sentido, através de outras vivências de cunho coletivo, tecendo pontos de vista comuns aos membros do grupo, nesse caso a família, construindo uma espécie de comunidade afetiva. Para Maurice Halbwachs a recordação é um fenômeno que deve ser analisado em meio aos contextos sociais que servem de alicerce para a reconstrução da memória. Cada indivíduo possui certa quantidade de informações relativas aos fatos que foram vivenciados no passado e a memória é o conjunto de reminiscências desse passado que reaparecem no presente. Assim sendo, as lembranças necessitariam de uma comunidade afetiva, a qual se constrói em meio ao convívio com outras pessoas que atribuem sentido as nossas lembranças, baseando nossas impressões nas de outros indivíduos que compõem o nosso grupo, fortalecendo, complementando ou enfraquecendo o modo pelo qual percebemos os acontecimentos.

O pai de Clarissa, Reneu Geraldino Mertz, foi preso juntamente com quase uma dezena de militantes ligados à VPR – Vanguarda Popular Revolucionária, que lutava contra a ditadura. Nas proximidades do Rio Turvo – RS, os militantes fundaram a “Sociedade Pesqueira Alta Uruguai Ltda.”, que funcionava como fachada para a organização de uma área tática (AT) da VPR e onde foi encontrada uma grande quantidade de armas.

Clarissa, em depoimento prestado em Audiência da CNV, no Rio Grande do Sul, e reproduzido parcialmente por Aluizio Palmar, assim descreve suas experiências advindas a partir dessa situação:

Não existem palavras que possam externar a dor e o sofrimento de quem sofreu as torturas do cárcere, tampouco dos familiares que se tornaram igualmente cativos, reféns do medo, da tristeza, das privações, das ameaças e das torturas psicológicas sofridas.

A prisão de meu pai, Reneu Metz, retirou do convívio social o vereador mais votado da história de Três Passos, cuja votação, 12% dos votos, dificilmente será alcançada. A oposição ao regime que o perseguia e ameaçava resultou na prisão de um cidadão comprometido com o bem estar de sua comunidade⁴².

Tanto no excerto acima, extraído do depoimento de Clarissa Mertz em Audiência no Rio Grande do Sul, quanto no testemunho prestado na Audiência Pública de Cascavel, as percepções de Clarissa constroem uma memória positivada acerca do pai, enaltecendo seus feitos como cidadão e sua atuação política. O testemunho objetiva uma memória que traz poucos traços do envolvimento do pai com a Vanguarda Popular Revolucionária. Sobre a VPR, Denise Rollemberg, doutora em história e professora da UFF pontua:

A VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, uma das organizações que mais atuou na luta armada e que, assim como a ALN, extremou o militarismo, chegou a formular uma revisão quanto ao papel da classe operária na revolução. Suas teses tiveram um caráter original na esquerda armada, influenciando outras organizações, sobretudo, na última fase da luta. Baseavam-se no pensamento de esquerda heterodoxo que defendia que somente os que não haviam sido «integrados» ao sistema podiam levantar-se contra o capitalismo, no primeiro momento da revolução. Assim, deslocava o centro revolucionário da classe operária para os setores «marginais». Esta revisão do marxismo ortodoxo, influenciada por Herbert Marcuse, acabou servindo para justificar e legitimar a prática militarista e o isolamento da vanguarda em relação à sociedade que as organizações marxistas leninistas encarnavam. (ROLLEMBERG, 2012: 18)

A VPR, ao construir uma resistência ao Estado de Exceção e ao terrorismo de Estado implantados no Brasil no contexto da ditadura, consistia em uma resistência armada, contra a dinâmica do capitalismo e defendendo principalmente estratégias de guerrilha rural. Outrossim, salientamos que a VPR, inspirada em elementos do marxismo clássico, preconizava a implantação da ditadura do proletariado.

Ao avaliarmos as construções de Clarissa acerca da figura do pai, observamos que a memória se constitui a partir daquilo que deve ser lembrado e daquilo que deve ser esquecido. Para que se possa lembrar que o pai, Sr. Reneu, fora preso e torturado, é preciso silenciar sobre os objetivos da VPR. Assim, com esses movimentos da memória, enfatiza-se a crueldade dos violadores e a violência ao Aparelho de Estado.

Em nosso entendimento o foco principal da Comissão da Verdade está centrado no lembrar, sem dimensionar que o esquecer faz parte do mesmo processo. Assim, para além da

⁴² <https://www.documentosrevelados.com.br/depoimentos-torturas-denuncias-ditadura/prisao-e-torturas-sofridas-pelo-dentista-do-povo-pobre-da-regiao-de-tres-passos/> <acesso em 22 de setembro de 2017>.

importância de lembrar, também se faz necessário lançar olhares para aquilo que é esquecido. Analiticamente procuramos nos debruçar mais atentamente a esse silenciamento de Clarissa. Segundo Andreas Huyssen, o caráter seletivo da narratividade implica em alguns silêncios em relação a “como a história poderia ser contada de forma diferente” (HUYSSSEN, 2005: 24). Deste modo, no caso específico do pai, que foi vítima de graves violações, à medida que faz uma escolha, também se provoca um esquecimento. Isto é, na condição de depoente, ao narrar as experiências e o sofrimento em lugar do pai, uma série de escolhas são processadas, de modo consciente e inconsciente, de modo a enaltecer determinados episódios e silenciar sobre outros.

Ao analisar os êxitos do caso de transição democrática ocorrido na Argentina, Andreas Huyssen destaca como a lembrança foi crucial em meio a todo esse processo. Partindo das dimensões analíticas de Paul Ricoeur, Huyssen traz a noção de “memória manipulada”. Não se trata de um processo de cunho pejorativo, mas de uma memória que é modelada a partir de determinada perspectiva sob determinados anseios e expectativas, no caso em questão do sujeito que se encontra a narrar uma história. Nesse sentido o autor afirma que “o sucesso e a eficácia da memória política dependiam da forma de esquecimento”, apresentada por Ricoeur como “memória manipulada” (Cf. Huyssen, 2014).

Assim, destacamos que Paul Ricoeur ao discutir a questão da memória manipulada, atribui destaque aos abusos em torno do uso de determinadas memórias, demonstrando como as mesmas podem ser utilizadas no sentido de uma memória imposta, obrigada, comandada, marcada pela maneira como os esquecimentos estão presentes nesse trabalho de configuração:

pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. Para quem atravessou todas as camadas de configuração e refiguração da narrativa desde a constituição da identidade pessoal até as identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. (RICOEUR, 2007: 455.)

Estamos aqui produzindo a reflexão de como se estruturam determinadas memórias, no presente caso, demonstrando que para uma filha, ao rememorar o pai, foi necessário produzir determinadas lembranças e, também, esquecimentos.

As condições impostas pelo Estado de exceção ao Sr. Reneu foram na contramão do que preconizam Direitos Humanos fundamentais básicos. As formas de recordação e memória de Clarissa são importantes, pois incidem sobre determinada consciência social a partir do

modo pelo qual sua vida foi atingida pelos acontecimentos violentos, delineando uma importante finalidade para a constituição da opinião pública sobre o tema, bem como procurando fraturar com os espirais de violência que se fizeram presentes no passado e ainda se fazem sentir na atualidade.

Reneu foi preso em 30 de março de 1970 em Três Passos - RS, onde ficara detido por aproximadamente 8 meses. Depois foi levado para Santa Maria - RS, onde permaneceu até agosto de 1971, quando foi libertado após ser julgado inocente. Reneu deixou a prisão aproximadamente com 20 quilos a menos, com surdez num dos ouvidos e hipertensão, além das marcas deixadas pelo trauma sofrido. Segundo narra a filha:

Morreu em 1991, com a voz embargada, um nó na garganta, um aperto no peito, o trauma oriundo das torturas sofridas no cárcere deixou tamanhas sequelas que o anistiado não conseguia falar sobre o assunto.

A hipertensão e outros transtornos adquiridos na época em que esteve preso lhe causaram a morte, de forma precoce aos 50 anos, sem que o mesmo pudesse dizer publicamente “lutei pelos direitos mais básicos dos cidadãos brasileiros e me opus e ofereci resistência à ditadura, ao regime militar”.

Hoje os tempos são outros, das feridas o sangue já não jorra mais, restaram, porém, profundas cicatrizes. (Depoimento de MERTZ, Clarissa. 2014: Audiência CEV-PR)

Primeiramente, destacamos como a depoente incorpora uma linguagem jurídica ao falar do pai. A organização das ideias, a construção gramatical e o emprego de alguns termos a diferenciam de outros depoentes da Comissão. Clarissa, refere-se ao pai nesse momento como o “anistiado”, no intento de demonstrar que, após o Estado de Exceção, foram extintos os fatos puníveis ou processos que recaíam sobre ele.

Além disso, em função de sua morte precoce, “sem que o mesmo pudesse dizer publicamente”, é a filha que diz em nome dele, o que remonta a dimensão de “testemunha de substituição”, debatida por François Hartog. Esse tipo de testemunho se dá quando alguém se coloca a falar no lugar de uma vítima a qual já não mais se faz presente. Para o autor a narrativa é entendida enquanto metafórica em relação ao passado narrado e simultaneamente análoga em relação ao acontecimento passado (HARTOG, 2013: 203- 217).

Clarissa, ao falar em lugar do pai, destaca o fato do mesmo haver morrido precocemente, com apenas 50 anos, e tendo “nó na garganta, um aperto no peito”. Ela encampa em si o desejo de falar do pai. Embora não possa testemunhar o que o pai viu, embora não tenha sofrido o que o pai sofreu, ela tem uma clara percepção de que o pai não pôde expor tudo pelo que passou no período em que fora preso e submetido a sevícias nos porões da ditadura. Além disto, os graves problemas de saúde que Reneu desenvolveu no

período após a prisão são entendidos na fala da filha como consequências daquilo que fora vivenciado no cárcere.

A memória do pai, maculada pelos jornais, é apropriada e reelaborada pela filha, agora é ela que fala em lugar de seu falecido pai que se opôs a ditadura e lutou pelos direitos de toda uma população. A memória de Clarissa se movimenta de forma a tentar promover justiça à memória de seu pai. Uma menção interessante é a de que “Hoje os tempos são outros, das feridas o sangue já não jorra mais, restaram, porém, profundas cicatrizes”. A metáfora empregada por Clarissa é rica em seu simbolismo. Assim como um corte se fecha com o tempo e já não causa mais sangramentos, a lembrança do mesmo está ali, presente, viva, por meio de sua cicatriz. Isto é, embora sejam fatos ocorridos no passado, o presente convive intensamente com as lembranças dos mesmos.

No tocante a violência e a prisão, hoje é sabido, em função da documentação levantada pelos comitês locais de Verdade, Memória e Justiça, que no período em que Reneu se encontrava preso em Três Passos, fora deslocado para aquela localidade o Coronel Paulo Malhães e outros agentes do DOI/CODI e do DOPS do Rio de Janeiro, “pois eram mais ‘habilidosos’ nos interrogatórios, e aplicaram nos presos todas suas técnicas de tortura, interrogatório e guerra psicológica”⁴³. Paulo Malhães fora um dos mais importantes agentes da repressão durante o período militar e prestou um dos depoimentos mais impactantes da CNV no Rio de Janeiro, descrevendo a truculência e as sevícias do regime e como isso era encarado como prática natural para a manutenção da ordem: “Questionado sobre as mutilações de cadáveres, descreveu a prática como uma ‘necessidade’ (...) ‘Quebrava os dentes. As mãos, [cortava] daqui pra cima’, explicou, apontando para as próprias falanges”⁴⁴. Malhães reconheceu o envolvimento em torturas, mortes e ocultação de cadáveres de vítimas da repressão, bem como disse não se arrepender de nada, pois se tratavam de “terroristas”. Seu depoimento chocou os membros da comissão, familiares e vítimas da ditadura. Lembramos que após estas e outras revelações que chocaram vítimas, familiares de vítimas e diferentes setores da sociedade, em seu depoimento à Comissão da Verdade, Paulo Malhães foi encontrado morto em sua casa, na zona rural do Rio de Janeiro⁴⁵.

⁴³ in: documentosrevelados.com <acesso em 1o de novembro de 2017>.

⁴⁴ in: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1445454-coronel-paulo-malhaes-que-assumiu-torturas-e-encontrado-morto-no-rio.shtml> <acesso em 16 de novembro de 2017>.

⁴⁵Cf.: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1445454-coronel-paulo-malhaes-que-assumiu-torturas-e-encontrado-morto-no-rio.shtml> <acesso em 10 de dezembro de 2017>.

Outrossim, pontuamos que a problemática acerca da punição aos perpetradores da violência é uma questão que perpassa toda a discussão sobre o falar, o lembrar, o esquecer etc. Essas dimensões se encontram conectadas a apuração ou não de muitos fatos, a punição ou não de muitos perpetradores. Assim, destacamos que Clarissa, enquanto advogada e filha de preso político, deve ter conhecimento acerca do grande cenário de impunidade, daí o tom veemente em sua fala.

A tortura, ao longo do período militar, tornou-se um instrumento com finalidades políticas e estratégia de combate ao “inimigo”. O ex-torturador Marcelo Paixão de Araújo, em entrevista à Revista *Veja*, em 09 de dezembro de 1998, fala sem demonstrar culpa sobre os objetivos da tortura:

A tortura causa um desgaste muito grande. Nunca me neguei a torturar alguém, mas só fazia quando havia necessidade. (...) Eu poderia alegar questões de consciência e não participar. Fiz porque achava que era necessário. É evidente que eu cumpria ordens. Mas aceitei as ordens. Não quero passar a ideia de que era um bitolado. Recebi ordens, diretrizes, mas eu estava pronto para aceitá-las e cumpri-las. Não pense que eu fui forçado ou envolvido. Nada disso. Se deixássemos VPR, Polop (organizações terroristas) ou o que fosse tomar o poder ou entregá-lo a alguém, quem se aproveitaria disso seriam os comunistas. Não queríamos que o Brasil virasse o Chile de Salvador Allende. Nessa época, eu tinha 21 anos, mas não era nenhum menino ingênuo (risos). O pau comia mesmo. (VEJA, apud ROVAI, 2013: 242)

Tratava-se do emprego de técnicas que tinham como função “arrancar verdades”, utilizando-se de expedientes de extrema crueldade e violência para garantir a eficácia da estrutura de controle. Os horrores e suplícios aplicados tinham como finalidade a desumanização do indivíduo, a perda de sua subjetividade, conforme assinala Marta Rovai, professora adjunta da Universidade Federal de Alfenas com pesquisas realizadas nas áreas de História Oral e Questões de Gênero durante o período militar, pois

O perpetrador tornou-se dono do tempo e do corpo do torturado; controlou o tempo necessário para arrancar a informação, provocar a dor, submeter o espírito que luta contra a derrota política, pessoal, humana. Foi questão estratégica, técnica, que engrandeceu o ego do primeiro contra a desqualificação e desumanização do segundo. A luta que se estabeleceu ali foi injusta e desigual, pois se deu entre aquele que detinha o tempo cruel da desestruturação, como lembrou Viñar, e o outro, subjugado ao tempo eterno da espera e do medo. Ao contrário da fluidez do discurso enunciado pelo perpetrador, as palavras de quem sofreu a tortura faltaram para tentar descrever o “outro lado”. (ROVAI, 2012: 244)

O depoimento de Clarissa chama a atenção para estas importantes questões ao trazer elementos objetivos sobre as torturas as quais o pai foi submetido. Do ponto de vista da memória, o depoimento se encontra atravessado pela dimensão de como uma voz que fora calada pela violência, trauma e pela morte, encontra vazão em um testemunho de segunda geração. O testemunho de Clarissa é dado em lugar de quem ela queria que estivesse presente, o pai. O trauma é a marca característica de um passado que não passa e, neste caso, as consequências também foram passadas para a segunda geração.

A memória de Clarissa no depoimento prestado está ligada à violência sofrida pelo pai. Não há menções aos propósitos políticos da VPR. A estruturação das lembranças do passado se dá a partir de vetores de natureza afetiva e familiares, o amor do pai pela filha, a figura do ente familiar, sua ausência etc.

A memória familiar, para além dos elementos atrelados à estrutura de sentimentos compartilhados pelos sujeitos se estrutura através das vivências, dos gestos simbólicos, da reciprocidade, do afeto etc. De acordo com Maria do Carmo Brant de Carvalho, doutora em Serviço Social, autora que realiza incursões e debates sobre os diferentes tipos de redes e sociabilidades construídas no seio familiar na contemporaneidade, é preciso compreender a família como o espaço de construção da iniciação dos afetos, bem como dos aprendizados que derivam desses mesmos afetos, pois:

De fato, a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independentemente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais (CARVALHO apud KALOUSTIAN, 2002: 93)

Nesse sentido, sobreposto e em complementaridade com a relação de construção dos afetos, a memória se constitui marcada pela violência do afastamento da figura paterna, pelas consequências da violência perpetrada e da brevidade da morte do pai, com o afeto próprio das relações familiares. A isso fazemos a justaposição de algumas cartas trocadas entre os pais de Clarissa, entre os anos de 1970 e 1971, disponibilizadas no site “documentos revelados”, e que acabam por colaborar para o delineamento dessa memória.

As cartas são relatos parciais da dor e do sofrimento gerados. Em carta enviada em 10 de novembro de 1970, a esposa pontua para o marido que: “Para mim é mais difícil escrever agora sabendo que talvez nem recebas minha carta. Quero ver se envio esta por alguém que vá a Sta Maria”. O fragmento transcrito, para além da dificuldade de escrever, relatada pela esposa, sugere que muitas cartas não chegavam ao seu destino, sendo

interceptadas pelos agentes da repressão e censura, optando a mulher por enviar a carta por alguém que vá a Santa Maria, onde o marido se encontra preso, e faça a entrega pessoalmente. Este fato demonstra elementos que violam a privacidade de Reneu, que contribuem para o seu distanciamento, isolamento, solidão e, por conseguinte, para o aumento da tristeza e da tensão vivida na prisão.

Para além de uma estratégia de isolamento adotada pelos agentes da repressão, fazia-se a censura de cartas enviadas a prisioneiros em nome da “segurança nacional”. Sobre isso pontua o historiador Carlos Fico:

Além da censura, a vigilância era um aspecto estratégico para o regime. Sua função central era produzir informações sobre pessoas, movimentos sociais, instituições e grupos políticos legais ou ilegais, evitando surpresas ao governo. Informações poderiam, no futuro, produzir a culpabilidade dos vigiados. O eixo do sistema era o Serviço Nacional de Informações, criado em junho de 1964 (FICO, 2014: 131)

O próprio ato de corresponder-se era, naqueles anos de repressão, algo que exigia muitos cuidados, como a prática da autocensura e uma série de cautelas como forma de não comprometer ainda mais ao prisioneiro e a família, bem como não envolver outras pessoas, pois alguns termos poderiam alardear os censores e ocasionar maior repressão e controle sobre os citados na carta.

As cartas as quais tivemos acesso revelam, sobretudo, a dor da distância, a relação de afeto, o sofrimento da distância e a cumplicidade da esposa para com o marido, como a correspondência remetida em 03 de janeiro de 1971 e que assim se apresenta escrita:

Para mim também todos os dias são iguais, nenhum menos longo ou menos triste. Enganas-te muito se achas ou queres que não me lembre de ti por uma hora sequer (sic). Às vezes bem que quisera esquecer tudo, mas não depende da minha vontade. Tudo me faz lembrar de ti e assim do nosso drama. Sinto-me tão inútil em não poder te ajudar, te aliviar desta amargura, deste sofrimento em que te encontras...

Querido, perdão por não escrever mais vezes mas é que quase sempre ando tão desanimada e desesperada que tenho medo de te deixar mais amargurado ainda. Mas vou ver se deixo o pessimismo de lado e escrever mais vezes nem que seja para fazer conversa fiada.⁴⁶

O sentimento de tristeza pujante se materializa em palavras. A ausência toma forma e ocupa um lugar no presente. O tom é poético e singelo e a carta demonstra o desarranjo gerado pela prisão e as preocupações dela decorrentes – o bem-estar do marido, a segurança

⁴⁶ <https://www.documentosrevelados.com.br/depoimentos-torturas-denuncias-ditadura/prisao-e-torturas-sofridas-pelo-dentista-do-povo-pobre-da-regiao-de-tres-passos/> <acesso em 22 de setembro de 2017>.

da família, o sustento das filhas, entre outros – fazem as percepções do tempo serem sentidas de modo complexo e contraditório, pois os dias são igualmente angustiantes, longos e tristes. Lembrar não depende unicamente da vontade da esposa, pois esquecer não depende somente dela.

A sensação de culpa parece se fazer presente nas palavras da esposa diante da impossibilidade de fazer mais por seu marido. A carta demonstra que a dor não se restringe àquele que se encontra encarcerado, mas atravessa todo um plano familiar e uma série de vivências que se encontram para além das grades e da violência física. A preocupação com o esposo faz a esposa procurar encontrar forças para deixar “o pessimismo de lado” e tentar escrever mais vezes, mesmo sobre assuntos aleatórios, fatos cotidianos e afins, mesmo que sem muita relevância, como forma de tentar minorar o sentimento de ausência na vida do marido.

Em outra carta, remetida em 14 de fevereiro de 1971, a esposa mais uma vez denota a ausência, a constante lembrança e preocupação em diminuir o sofrimento do marido:

Passo os dias pensando no que te escrever, procurando a melhor maneira de confortar. Mas é tão difícil, quase impossível. Depois de muito lutar consigo reagir e achar uma ou outra forma de aliviar, por poucas horas que sejam, um pouco da tua dor. É o que penso e também sempre me dizes.⁴⁷

As palavras da esposa refletem a partilha do sofrimento, bem como a sensação de impotência frente aos acontecimentos. Na sequência, a carta revela a importância da troca de correspondências entre eles, para o amor existente entre o casal e para os filhos e demais pessoas próximas: “O que me anima é a alegria que noto quando recebes uma carta minha e também o amor, o carinho que transmites em tuas cartas. Também sempre encontro um consolo e conforto em nossos filhos e nos inúmeros amigos. Nem quero pensar no que já teria feito se não fossem eles”.

Há também no site “documentosrevelados.com.br” as cartas que o pai escreveu para a família durante o cárcere. São linhas que externam sensações, angústias e sentimentos, aquilo que era possível escrever, sem revelar condições objetivas acerca de seu tratamento na prisão, das violências sofridas e das privações a que era submetido. Na carta enviada de Santa Maria, em 11 de outubro de 1970, véspera da comemoração do dia das crianças, as palavras de Reneu mostram um pouco do sentimento de se encontrar longe de suas filhas:

Para mim sempre foi desagradável escrever e agora o é mais ainda, porque o faço tomado pelo desanimo que em mim reina, desanimo consequente deste véu negro colocado entre nossas vidas para separar a felicidade nossa e de

⁴⁷ Idem.

nossos filhos. Amanhã, dia das crianças e com a mente voltada para as nossas filhas que me animei a escrever e o faço contendo os espasmos na garganta e com os olhos marejados em não poder abraçar minhas queridas filhas que tanto quero. É por isso que hoje escrevo, nas também por isto que choro e choro de amor por vocês e por estar longe de quem tanta falta sinto. Sei que também sofres, talvez mais que eu, sei também que agora só existem tristezas em substituição aos nossos momentos de felicidade.⁴⁸

O tom poético empregado, advindo de um homem estudado, como era o dentista Reneu, registra o esvaecimento de se encontrar separado da esposa e filhas. Trata-se de um “véu negro”, um período de constante escuridão, uma longa e interminável noite. O então prisioneiro faz registro de seu estado de desânimo, do seu choro e tristeza, estado emocional, em função da prisão em si e daquilo que ela lhe causou, bem como por saber que sua esposa e familiares também sofrem naquela situação.

Em outra correspondência, em 21 de fevereiro de 1971, Reneu demonstra suas reflexões sobre o papel e importância da esposa, colocando-se em condição de uma figura autocentrada e delineando as qualidades de sua companheira:

Se até agora tenho sido egoísta e cego chegou a hora de enxergar nitidamente as qualidades que possuis. As descobertas já não são surpresas e diariamente se confirmam a preocupação e dedicação que tens por mim. Assim, hoje confesso humildemente só encontrar conforto em tua pessoa e minha dor sente-se aliviada quando recebo carta que só tu sabes escrever. E esta última, uma verdadeira obra de arte, uma beleza em suas palavras fazendo um conteúdo em forma de poema cheio de amor, ternura e dor. Destaca-se teu sofrimento que já não é suportável para nós, e é por isto que chorei ao ler tua carta, chorei por não suportar tua dor que nada mais é do que fruto do nosso amor. Derramo lágrimas para aliviar o pesar acumulado em mim através da melancolia e da tristeza que há tanto tempo em mim moram...

Não posso me conformar; e quanto ao tempo passado preso aí, não vem a ser motivo para o julgamento sair somente em julho.

Se tanto tenho sofrido, se fui vítima de humilhações e outros atos que deprimem minha vontade e se mesmo assim consegui resistir suportando esta dor, não hei de desanimar agora. Reconheço que seria mais fácil para mim enfrentar a situação se não houvesse em minha vida esposa e filhas. Vocês significam tudo para mim, vida, amor, consolo, e é por isto que sofro mais por notar que vocês também sofrem...⁴⁹

A carta assume tom comovente e prenhe de sentimentos que se desenham a partir do confinamento e da solidão. O então preso exalta as qualidades de sua esposa e, principalmente, a dedicação a ele destinada diante da situação vivida. O estado de tristeza,

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

possivelmente, se vê potencializado em uma situação como a vivenciada pelo dentista, e as palavras da esposa mediante correspondência tende a ser seu principal e talvez único alívio.

Um dos poucos dados objetivos acerca de sua prisão aparece nessa carta, demonstrando seu inconformismo com o tempo de clausura e a demora em relação ao julgamento, que seria somente dali a 5 meses. Registra também ter sido vítima de humilhações e “outros atos que deprimem” sua vontade, não sabendo que conseguiria resistir. Reneu reconhece que a dor seria muito menor se fosse somente ele, mas o modo como tudo atinge sua esposa e filhas o machuca ainda mais.

Estas cartas atravessam a história da família Mertz e contribuem para a composição das lembranças acerca do pai, do drama familiar vivenciado no início dos anos de 1970. Elas ajudam a compreender o sentimento de ternura entre o casal mesmo diante de tamanho sofrimento. A preocupação do pai, então encarcerado, e da mãe, enfrentando as agruras desse período, colaboram para que Clarissa plasme uma determinada percepção das vivências de sua família durante o período da ditadura militar, bem como elabore suas memórias.

Um primeiro contato com Clarissa foi tentado em dezembro de 2016. Todavia, por conta de alguns contratemplos atrelados ao final de ano a depoente solicitou que fosse procurada depois deste período. No interstício de aproximadamente um semestre, alguns contatos telefônicos e por e-mail foram tentados sem sucesso. Em junho de 2017 retomamos os contatos com Clarissa, todavia, a mesma optou por não gravar entrevista, ponderando ao telefone que o depoimento na Audiência da Comissão, em 2014, já havia mexido bastante com ela e que não se sentia confortável para retornar ao assunto.

Muitas são as possibilidades que levaram Clarissa a não querer falar e retornar a esse assunto. Uma leitura possível, diante daquilo que fora relatado e do conteúdo pulsante do depoimento prestado em 2014, é a do processo doloroso de lembrar. As lembranças, os sentimentos envolvendo a perda, a memória do pai, ainda são marcas presentes para Clarissa. Podemos inferir, a partir de Halbwachs que *“as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são aquelas que não concernem a nós, que constituem nosso bem mais exclusivo, como se elas não pudessem escapar aos outros senão na condição de escapar também a nós próprios”* (2006: 49).

Falar da dor talvez seja uma das mais difíceis tarefas no exercício da história oral. Os acontecimentos descritos, assim como as circunstâncias em que são impingidas variadas formas de violência e abusos, tem se apresentado como um elemento importantíssimo da história oral. Na esteira desse trabalho, inúmeros pesquisadores coletaram depoimentos de vítimas do Holocausto, dos campos de concentração e do genocídio nos Balcãs, dos

sobreviventes do regime de Vichy na França, de inúmeras guerras civis e ditaduras espalhadas pelo mundo. Não obstante, o manejo de relatos de dor envolve elevado grau de dificuldade, tanto para quem narra o sofrimento quanto para quem escuta.

Para o narrador destes eventos, é um momento extremamente difícil, não apenas por revisitar lembranças que gostaria que fossem esquecidas, mas também porque lhe move a uma seara que o conduz a questionar a si próprio, o colocando a frente de dilemas que muitas vezes não se está suficientemente pronto para tal. A historiadora Maria Paula Araújo, ao discorrer sobre esse processo, assinala que entre os dilemas colocados, o narrador de eventos dolorosos se questiona: *“Como narrar essa dor? De que ângulo? Como vítima, como herói, como sobrevivente? A narrativa de dor é um processo complexo para a maior parte dos depoentes que relatam suas sevícias”* (ARAÚJO, 2012: 23).

Outrossim, também devemos pontuar que a impunidade em relação aos responsáveis pelas prisões, torturas, desaparecimentos e mortes potencializam a necessidade de se posicionar no presente. Trata-se de falar desses crimes. Nesse sentido, lembramos de Andreas Huyssen, em conferência proferida no Intercom Sul, em Porto Alegre, 2004, e intitulada *“Resistencia a la Memoria: los usos y abusos del olvido público”* [Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público], ao destacar o caso argentino, quando houve um momento em que foi necessário esquecer os excessos da esquerda armada como forma de retirar o silêncio sobre os crimes cometidos pelo terrorismo de Estado (Cf. Huyssen, 2004).

Huyssen pontua ter sido preciso haver *“uma forma de esquecimento necessária para as reivindicações culturais, legais e simbólicas em prol de uma memória política nacional”* (HUYSSSEN, 2004: 6). O autor destaca ainda que os sentidos que o Nunca Más atribuiu as violações, aos desaparecimentos e, como um todo, às vítimas do terrorismo estatal, possibilitou *“a toda a sociedade argentina, tanto os que não participavam como os que se beneficiavam da ditadura, congregar-se em torno de um novo consenso nacional: a clara separação entre os que tinham perpetrado os crimes e as vítimas, os culpados e os inocentes”* (idem. p. 3)

Por fim, salientamos que em outros casos de sobreviventes da ditadura e demais depoentes de segunda geração, pode não ser possível realizar a análise que arriscamos aqui. Ao fazermos isso nossa intenção se encontra orientada em compreender como o testemunho produz sentidos e orienta comportamentos. Assim, nossas fontes nos contam de modo verdadeiro, sendo essa sua maior riqueza (PORTELLI, 1996: 4) e, deste modo, procuramos contribuir para esclarecer a maneira pela qual muitos processos da memória são construídos, ampliando os horizontes de discussão.

3.2. “*Eu não tinha conhecimento da história de vida do pai... eu, com um professor em casa*”: Entrevista sobre Ramiro Boaventura Mariano

Ramiro Boaventura Mariano foi residente no município de Campina da Lagoa, Oeste do Paraná, há aproximadamente 115 km da cidade de Cascavel. Através de documentos que nos foram passados pelos seus filhos, descobrimos que ele, por duas ocasiões, foi suplente de vereador – em 1955, na cidade de Goioerê, pelo PSD, e em 1961, já em Campina da Lagoa, pela UDN. Ramiro foi um homem do comércio, gostava também do setor de transportes, possuindo alguns caminhões, bem como esteve à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Casado com Dona Avardir, pai de cinco filhos, teve uma vida de itinerâncias ao longo das décadas de 1960 e 70 entre cidades do interior do Paraná e São Paulo. Ramiro veio a falecer no ano de 1982. Por ocasião da Audiência Pública da Comissão da Verdade, em Cascavel, o filho Jaime Mariano prestou depoimento em seu lugar.

Jaime se encontrava nitidamente nervoso, parecia transpirar bastante, sua respiração era ofegante, por várias vezes passava a mão na testa ou a trazia em direção ao rosto. Seu depoimento, para além da forte carga de emoção por falar da figura do pai, me chamou a atenção quase que de imediato, por demonstrar como, algumas vezes, no intento de proteger os familiares, a vida de uma família pode ser atravessada pelo silêncio e por várias lacunas.

Transparecendo ansiedade, falando de modo pausado e de modo arfante, Jaime inicia da seguinte forma seu depoimento:

Eu não sei como começar a falar... mas eu creio que isso passa... A minha curiosidade é muito grande... porque lendo o livro *Caminhadas Vermelhas*, eu acabei descobrindo, a minha curiosidade através da professora Nelci Veiga de Mello. Eu tinha sempre muita curiosidade a respeito de tudo, a respeito dos movimentos sociais... (Depoimento de MARIANO, Jaime. 2014: Audiência CEV-PR)

O nervosismo, sinal comum e companheiro de situações de desconforto, parecia estar relacionado, em parte, ao fato de falar para um auditório lotado, em parte também por retratar um passado que em parte lhe é desconhecido e estranho a uma parte da história da sua família, por consequência da sua própria história, aparece expresso na fala de Jaime. A curiosidade, expressa por ele, se refere a sua inquietude pelo fato de perceber lacunas sobre a história do pai.

A fala de Jaime segue descrevendo que fora estudar direito na PUC, em Curitiba, entre os anos de 1976 e 81, e que somente três décadas depois, em 2010, um amigo de Campo Mourão lhe falou do livro *Caminhadas Vermelhas*. Como ele fala, em seu depoimento, o livro

“retrata a história de Campina da Lagoa e também do meu pai, Ramiro Boaventura Mariano” (CEV). A partir desta obra Jaime começa a levantar dados e fatos sobre a trajetória de vida de seu pai que até então ele não conhecia.

Em seu depoimento, Jaime vai retomando aspectos da sua vida, amalgamados às lembranças que têm do seu pai, resignificando, a partir da realidade presente, o passado do Sr. Ramiro. Rememora em seu testemunho dizeres do seu pai: “Os que mais estudavam na vida eram os socialistas e também os maçons” (Depoimento de MARIANO, Jaime. 2014: Audiência CEV-PR), fazendo exegese própria das palavras do pai:

eu penso que ele tinha alguma admiração por essas pessoas. E eu penso até porquê: porque elas tinham o poder, e ele também era um homem obcecado pelo poder, enfim, pela transformação da sociedade e das pessoas. Então, nesse sentido, é que ele deixou somente esse legado pra gente. (Depoimento de MARIANO, Jaime. 2014: Audiência CEV-PR)

O testemunho geracional proferido por filhos, assim como no caso de Clarissa Mertz, tende a ser portador de maior caráter reflexivo e avaliativo, do que a apresentar “fatos”. Interessante como, pelo fato de Jaime falar pelo pai e sobre o pai, seu depoimento tem um diferencial: a busca de sentidos para as ações, comportamentos e concepções do pai. Ele fala do pai como alguém que deixou um exemplo, um “legado” aos filhos.

O depoimento traz os acontecimentos a partir de outro tempo e lugar social, de quem não vivenciou diretamente a perseguição, a tortura ou a prisão, mas que também acabou por ser atingido em sua trajetória pelas consequências da violência.

A fala de Jaime Mariano retrata o pai como “um homem obcecado pelo poder”, em outros momentos como detentor de algumas posses, mas que tinha um bom trânsito entre pessoas de diferentes posicionamentos políticos, chegando a ter apoio dos socialistas nas eleições que disputou.

Entretanto, essa mesma condição, na visão de Jaime, teria sido responsável pelo fato de que o Sr. Ramiro

dormiu presidente da União Geral dos Trabalhadores, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e amanheceu fora da presidência. Por quê? Porque era uma pessoa que possuía bens, porque era um trabalhador que também ganhava algum dinheiro... trabalhava com transporte, era comerciante, era... carregava os trabalhadores sem terras para as fazendas, conforme o depoimento dele na Delegacia de Polícia... porque ele ficou uns 15 dias preso por causa disso e porque houve um movimento e faleceu um trabalhador. (Depoimento de MARIANO, Jaime. 2014: Audiência CEV-PR)

A lembrança contada por Jaime não fora experimentada diretamente por ele ou transmitida oralmente por seu pai. O processo de composição de sua memória toma como uma de suas referências o que se encontra no livro *Caminhadas Vermelhas*, em conversas que Jaime teve com sua mãe e outros moradores de Campina da Lagoa, bem como através de suas pesquisas individuais.

O livro foi produzido com base em uma pesquisa que delinea parte da história dos movimentos de esquerda na região Centro-Oeste do Paraná, com ênfase no município de Campo Mourão, entre os anos de 1956-74. O livro orienta-se a partir de depoimentos que são analisados em relação a documentos do DOPS-PR, bem como documentos da Câmara Municipal de Campo Mourão, jornais e outros, procurando delinear a atuação de grupos como o PCB, PCdoB, Ação Popular, União Geral dos Trabalhadores e outros, que se fizeram presentes no espaço geográfico em questão.

A autoria da obra é da professora Nelci Veiga Mello, mestre em linguística pela UEM e professora da rede pública estadual, e foi publicada em 2010. O escopo do livro é demonstrar a atuação de movimentos de esquerda, promovendo “um resgate de conflitos, sonhos e ilusões de uma comunidade inserida em ações com amplitude nacional e internacional”.

Jaime narra que a partir do que foi apresentado no livro, realizou uma pesquisa no Arquivo Público do Paraná, onde encontrou diferentes elementos acerca da trajetória de seu pai que lhe eram desconhecidos, como a questão da prisão e da tortura. Assim ele dimensiona isso em seu testemunho: *“tive a grata satisfação de ver aqui que ele, então, realmente não desanimou... nem mesmo depois que ele saiu da cadeia. Tem uma foto dele torturado ali, machucado no rosto... Não desanimou... porque ele conclamou a cidade toda pra fundar aquele sindicato lá”* (MARIANO, Jaime. Audiência CEV-PR).

A fala de Jaime encontra-se entremeada por sua avaliação pessoal sobre a figura do pai como um homem atuante politicamente, o qual não desistiu e se colocou a lutar. Ao falar desse momento do passado do pai, que desconhecia, tece uma autoavaliação:

Eu deveria ter mais paciência pra entender isso, para ler, então ainda poderia aprender. Hoje, então, eu tive essa oportunidade de ver como ele fazia isso, como ele conseguia fazer isso. E tinha a coragem, que eu confesso que não tive. Porque eu também vivia. Sabia alguma coisa, mas não tinha certeza, porque ele nunca me falou. Nem ele, nem minha mãe... (Depoimento de MARIANO, Jaime. 2014: Audiência CEV-PR)

No pequeno trecho de seu depoimento Jaime demonstra como o fato de desconhecer essa faceta da vida de seu pai tem um peso no presente. Ao conjecturar sobre o fato de que deveria ter compreendido o que se passou, anteriormente, fortalece ainda mais uma aferição da coragem do pai, deixando recair sobre ele próprio uma parcela de culpa por desconhecer esses acontecimentos do passado. Jaime sinaliza certa percepção de algo que não estava totalmente esclarecido no período, pois ele “também vivia” aquilo, “sabia alguma coisa, mas não tinha certeza”. As palavras preñes de sentimentos demonstram um lamento pelo fato de desconhecer uma parte de sua própria história, de não poder ter compartilhado os sentimentos e dificuldades do pai.

A importância que ele dá à sua busca pelo passado, o reconhecimento do trabalho da Comissão da Verdade, bem como a autocrítica que faz em relação a sua falta de paciência de procurar mais informações, sinalizam que seu depoimento é um espaço também para a expressão de arrependimento por não ter buscado saber. Nesse aspecto, se percebe a valorização que Jaime, indiretamente, dá ao trabalho da Comissão, interessada em reconstituir os fatos.

Após tomar conhecimento dessa parcela da história de seu pai, Jaime obteve a confirmação de sua mãe sobre aqueles fatos, passando a interpretar diferentes momentos do passado de modo diferente, como quando “chegavam uns camaradas de Londrina”, os quais o pai levava de camionete para determinados lugares, mas que, na verdade, tratavam-se de membros do PCB.

A fala de Jaime, ainda ofegante, revestida de emoção, parece cingida de uma espécie de elã repentino por se encontrar em meio a outros depoentes que sofreram perseguições, prisões e variadas formas de violência, durante o período militar. Envolto em um sentimento de reconhecer-se parcialmente nas histórias compartilhadas por outros depoentes, Jaime as correlaciona com as lutas e sofrimentos vivenciados em seu âmbito familiar: *“Então tem toda essa lembrança do que aconteceu. Quando eu vejo essas pessoas vindo aqui e sofrendo para entrar aqui, eu me lembro da minha mãe. Ela está lá em casa, não pode vir aqui hoje”* (Depoimento de MARIANO, Jaime. 2014: Audiência CEV-PR).

Os diferentes depoimentos prestados por outros depoentes anteriormente, retratando as perseguições e violações sofridas, fazem Jaime visualizar um pouco daquilo que seu falecido pai pôde ter passado. Os testemunhos prestados trouxeram à lembrança marcas da violência, sentimentos de dor e luto, relatos de prisões e torturas, demonstrações de como famílias tiveram suas vidas atravessadas pela ditadura, projetos pessoais interrompidos em função da violência de Estado. Os depoentes, em sua maioria homens, alguns com mais de 80

anos, podem contribuir para essa reflexão. Suas vivências podem ter sido semelhantes às do Sr. Ramiro, mas que não pôde dividir com os filhos.

Durante o depoimento, Jaime compartilhou outras dimensões do seu estranhamento: *“Eu não tinha conhecimento da história de vida do pai... eu, com um professor em casa. Por quê? Porque era a lei do silêncio. Ele ficou tão, é... eu penso que aquilo marcou a vida dele”* (Depoimento de MARIANO, Jaime. 2014: Audiência CEV-PR).

O fato de não conhecer aquela parte da história de vida de seu pai parece lhe representar não possuir domínio sobre uma parte de si mesmo. A fala de Jaime dimensiona um ressentimento pelo fato de não ter tido um aprendizado de vida com o pai a partir de sua própria história: “eu, com um professor em casa”. A reflexão do depoente, mediada pelo presente, pondera sobre a leitura da situação política nacional que ele poderia ter a partir das experiências atravessadas pela figura paterna, mas que o mesmo sequer havia pensado existir até então. Ao mesmo tempo, Jaime produz a interpretação de que esse passado, vivido em um período marcado pelo crivo da censura imposta pela ditadura, se dava sob a égide da “lei do silêncio”. Concomitante a isso, parece ponderar sobre como o pai devia sentir tudo isso, como deveria ser difícil para ele guardar segredo sobre seu passado para os filhos.

O depoimento de Jaime Mariano o permite romper o silêncio em nome do seu pai. A escritora e psicanalista Halina Grynberg, no artigo “A poética da transmissão: entre o dizer e o dito”, discute a questão do testemunho geracional entre os descendentes de judeus, apontando os aspectos psicanalíticos de falar pelos seus ancestrais:

Herdamos o papel da testemunha. Esta estranha condição de falar em nome de um outro que não pode falar, porque já não vive. Ou de um outro de quem se duvida, como dos réus, que jurando inocência perante um grande júri, precisam de outras vozes que falem em seu nome, que validem, ratifiquem e confirmem seu pleito, sua demanda e, assim, o reinscrevam na legitimidade consensual (GRYNBERG apud LEWIN, 2009: 594)

O filho assume para si a herança da memória do pai e, assim, o papel de testemunhar e falar aquilo que ficou silenciado. Mesmo que esta memória não tenha sido transmitida diretamente em sua relação com seu genitor, é como se o mesmo possuísse uma obrigação de memória que faça justiça ao que fora vivido por seu pai.

A sequência do depoimento de Jaime Mariano é marcada pela descrição de conflitos e perseguições sofridas por Seu Ramiro. Retrata que “o primeiro prefeito nomeado de Campina da Lagoa, e que assinou o documento no inquérito policial, um cidadão chamado João Fenianos, ele é que era o escrivão de polícia”. Fenianos, teve vasta carreira política

concomitante e posteriormente ao cargo de escrivão, inclusive tendo sido nomeado pelo então governador Lupion, teria iniciado a perseguição ao seu pai, pois este possuía “algum pingo de liderança natural da terra”.

O depoimento traz uma série de conjecturas sobre o inquérito policial, a prisão e a soltura de seu pai, conduzindo Jaime a seguinte conclusão:

Matou a charada... era tudo perseguição política! Só que era tudo, evidentemente, encoberto, tudo dentro das tramoias, feito nas caladas da noite e que a gente nunca sabia, nunca percebia, e que meu pai sequer havia falado isso em casa. A minha mãe é a mesma coisa. Ela só veio a falar depois que eu cobreí dela, em 2010. (MARIANO, Jaime. Audiência CEV-PR)

As imagens sobrepostas nesse momento do depoimento constituem mais um dos trabalhos de composição da memória de Jaime. Em suas lembranças ele compôs, de modo bastante interessante, os motivos que levaram seu pai a ser perseguido e preso: a perseguição política. Também justifica o desconhecimento disso, pois tudo era acobertado, “feito nas caladas da noite”, seja por se tratar de uma articulação política conspiratória, seja por se inserir num cenário no qual o silêncio e a censura se faziam intensos. Por fim, o depoente estende a justificativa ao silêncio sobre a mãe, que apenas veio a falar sobre o assunto quase três décadas após a morte do pai e, ainda assim, somente quando questionada.

Jaime, em seu depoimento reforça a forma pela qual veio a ter conhecimento da história do pai:

Então eu digo, eu tenho um débito muito grande com essa professora, com meu pai, enfim, com a vida em sociedade... Eu era da geração do medo. O medo imposto por quem comanda a sociedade, porque a gente nunca sabe o que as pessoas querem, o que estão pensando em aprontar com você para que você não faça aquilo que você quer fazer... Então, quer dizer, muito ainda precisa ser feito. E a gente precisa se unir para poder fazer... Agradeço por me ouvirem, apesar do choro, daquilo que ainda está sufocado em meu peito. (Depoimento de MARIANO, Jaime. 2014: Audiência CEV-PR)

A medida que procura denotar um sentimento de gratidão pela professora e autora do livro, que lhe permitiu descortinar essa faceta da vida de Seu Ramiro, a quem o depoente também estende essa gratidão, um fio de remorso delineou-se nos últimos trechos do depoimento, uma espécie de contrição pelo desconhecimento dessa parte da trajetória do pai. Ao mesmo tempo, o movimento narrativo de Jaime identifica no cenário histórico e político vivenciado naqueles anos de seu passado a culpa pelo silêncio que imperou em seu meio familiar acerca desse assunto: “Eu era da geração do medo. O medo imposto por quem comanda a sociedade”.

O depoimento prestado por Jaime Mariano é repleto de elementos interessantes acerca de como as memórias vão se constituindo, a partir de uma multiplicidade de fatores, um passado altamente permeável pelo que se sucede depois e pelo presente. As imagens que Jaime construiu acerca do pai, do seu passado familiar, assumiram caráter distinto ao conhecer o envolvimento do mesmo em questões políticas da região.

A interceptação de outras memórias foi matizando a construção do passado familiar de Jaime, fazendo-o ressignificar diferentes aspectos do vivido, procurando novos significados para antigas lembranças e, assim, construir novos entendimentos sobre sua própria vida. Embora seja impossível recuperar as percepções de Jaime acerca da figura do pai anteriores à descoberta do livro *Caminhadas Vermelhas*, é possível identificar em sua construção discursiva acerca do passado, elementos que caracterizem uma inferência da obra no tocante a sua memória no presente.

No texto “Mídia e Memória: apresentação e uso de testemunhos em som e imagem” (2011), o historiador Alexander Von Plato, ao avaliar o caso de uma entrevistada, a Senhora “S”, acena para o fato de como a mídia é capaz, e com elevado efeito, de influenciar as lembranças, inclusive fornecendo elementos que podem redefinir experiências aparentemente muito pessoais. Para este autor: “é preciso, de fato, discutir de onde se originam determinadas lembranças, opiniões e orientações, para que possamos coordená-las e interpretá-las no contexto de uma exposição biográfica” (PLATO, 2011: 214).

Algumas lembranças podem ser compreendidas a partir do arranjo de alguns elementos numa “exposição biográfica”, estabelecendo uma relação entre o personagem e a referência como uma importante dimensão da experiência. Assim, ao nos debruçarmos de modo mais atento ao livro em questão, encontramos vários aspectos que servem de vetor para a construção das memórias de Jaime que foram compartilhadas na Audiência da Comissão da Verdade.

Com isso não estamos desacreditando suas lembranças ou colocando em xeque sua credibilidade, pelo contrário, avaliamos a construção de efeito das mesmas, tendo em vista que as narrativas raramente não são influenciadas por referências externas.

Nelci Veiga Mello, no livro *Caminhadas Vermelhas*, trata da organização e atuação de diferentes movimentos de esquerda na região de Campo Mourão-PR, entre fins da década de 1950 até, aproximadamente, 1975. A autora se utilizou de vasta documentação obtida junto ao DOPS e ao Arquivo Público do Paraná, bem como de entrevistas orais realizadas com participantes desses movimentos.

O livro traz a maneira como o PCB se estabeleceu na região e como o mesmo propunha um programa de Reforma Agrária pautado no confisco de terras de latifundiários e distribuição das mesmas para camponeses sem terra e a todos que nela quisessem trabalhar, anulação de dívidas de pequenos camponeses com grandes proprietários locais, bancos, governo e empresas estrangeiras, política de garantia de preço mínimo pela produção, entre várias outras propostas (MELLO, 2009, p. 222).

Mesmo sob vigilância política desde 1948, que já mapeava os elementos comunistas no interior do Estado, a militância articulou a criação das “Ligas Camponesas Sulinas, União Geral dos Trabalhadores. O sindicato tinha um discurso de reforma radical”. Segundo a mesma autora, a “A União foi fundada primeiramente em Campina da Lagoa, que já tinha uma das células fortes do Partido Comunista. Seu primeiro nome foi: Liga Camponesa dos Trabalhadores e teve como presidente Ramiro Boa Ventura Mariano” (MELLO, 2009, p. 223).

A região, considerada fronteira agrícola, era formada por terras de alto valor econômico e com elevada produtividade. Por conta disto, conforme podemos observar em vários trabalhos, a região fora objeto da ação de companhias colonizadoras.

O livro *Caminhadas Vermelhas* tece uma narrativa de caráter histórico. A argumentação engendrada pela autora é articulada, em semelhante sequenciação, no depoimento de Jaime Mariano à Comissão da Verdade. Uma vez que o depoente desconhecia a participação política do pai e relata o peso do silêncio sobre sua atuação junto ao sindicato, sua memória parece ser vetorizada a partir dos fatos descritos no livro em questão.

Do ponto de vista metodológico devemos pensar criticamente o depoimento, uma vez que os depoentes se encontram apoiados em algumas estruturas que ocupam o papel de mediadoras da linguagem e das lembranças (PORTELLI, 1997: 5-6). Assim, este autor retrata a memória como um processo em permanente construção, sendo moldada constantemente a partir de interesses políticos e culturais, mas também de experiências que se dão no âmbito particular.

O livro de Nelci Mello também traz outras dimensões que se assemelham ao depoimento de Jaime, como a articulação do sindicato para tomar o poder, o trabalho no ramo do comércio e dos transportes, bem como todas as dificuldades e a persistência na formação do sindicato.

No livro se narra o fato ligado à assembleia de fundação do sindicato, em 25 de novembro de 1956, quando um conflito de rua marcou uma enorme confusão na cidade, colocando em choque os que apoiavam e os que eram contra o sindicato. Neste conflito, veio

a óbito Onofre Mariano (Mello, 2009, p. 223). A autora traz um relatório contido na Pasta 450 do DOPS, que aponta Ramiro Boaventura Mariano como um dos chefes do movimento, o qual foi detido, sendo aberto inquérito policial contra ele:

RELATÓRIO

Destes autos de inquérito policial contata-se que no dia 25 do corrente mês e ano, às 17,00 horas, mais ou menos, no lugar denominado Campina da Lagoa, desta comarca, houve um sério conflito onde faleceu o cidadão HONOFRE MARIANO DOS SANTOS e que esse conflito foi provocado por vários elementos comunistas residentes naquela localidade, o quais tentaram assassinar o Sr. WALTER FERREIRA COUTINHO, Sub-Delegado de Polícia daquela localidade e que ainda esse grupo de comunistas agrediu o cidadão JOÃO FENIANOS, Escrivão ad-hoc daquela Delegacia de Polícia [...].

As testemunhas afirmam que os chefes desse movimento são os indivíduos **Ramiro Boaventura Mariano**, Joaquim Deolindo de Farias, Antônio Deolindo de Farias, Antônio de Souza Cruz, João Julio Teixeira, Eurides Francisco Beraba, Benedito de Tal, Arcelino Barsoni, José Marum, Germano Silvestre de Souza, José Ivandoil ou Ivandoil Gonçalves Cordeiro, conhecido por José Mineiro, João Campeiro, Basílio Loco, Armando Francisco de Souza, João Antônio Colhado e Benedito Tomé, **liderando esse grupo o Ramiro Boaventura Mariano.**(grifo meu). (MELLO, 2009: 225-6)

Fatos históricos narrados na obra de Nelci Veiga Mello são, assim, conformados no testemunho de Jaime, ao falar que o pai ficou “*uns 15 dias preso por causa disso e porque houve um movimento e faleceu um trabalhador*”. Diante da fala de Jaime, de que prevalecia um silêncio em casa sobre a atuação política do pai, inferimos a memória também pode se alimentar de lembranças externas, construindo representações sobre experiências do passado.

O registro assinalado por Jaime acerca da perseguição política sofrida por seu pai, atribuída a João Fenianos, é outro evento que aparece no depoimento com elevado grau de coincidência com o conteúdo do livro. O mesmo relatório do DOPS supracitado registra que o “grupo de comunistas agrediu o cidadão JOÃO FENIANOS, Escrivão ad-hoc daquela Delegacia de Polícia” (MELLO, 2009: 225). O documento faz ainda menção a testemunhas que presenciaram o fato e que todas “são unânimes em afirmar que houve o atentado contra autoridades de Campina da Lagoa e que os elementos são contrários ao regime desse país” (idem).

Os eventos ocorridos se deram nos idos de 1956, mas suas consequências se mostram nas décadas de 1960 e 1970. João Fenianos, que é apresentado no depoimento de Jaime como perseguidor político do pai em razão de desavenças, ainda não era prefeito nomeado de Campina da Lagoa, fato que se deu somente em 1960. Esses detalhes não aparecem diretamente no livro, podem ter sido levantadas por Jaime por intermédio de outras fontes.

Todavia, demonstra a percepção de Jaime de que João Fenianos se tratava de uma pessoa com poder, influência e trânsito político local e boa relação com o governador.

Algumas confusões temporais estão presentes no depoimento de Jaime, haja vista não se tratarem de vivências pessoais do depoente, mas de aspectos que marcam uma atuação política do pai e que foram silenciados para seus filhos, sendo descobertos somente posteriormente. Esses aspectos são pano de fundo para um fato mais importante: como se deu um processo de reconstrução do passado do pai, envolvendo sua participação política e prisão.

Após o trabalho de revisitar o depoimento de Jaime Mariano nos áudios da Audiência da Comissão da Verdade em Cascavel e procurar compará-lo ao livro *Caminhadas Vermelhas*, buscamos produzir uma entrevista oral com o mesmo.

Os contatos com o Sr. Jaime Mariano se deram por intermédio do advogado Yves Consentin Cordeiro, representante da OAB na Comissão da Verdade. Já possuíamos um contato prévio com Yves anteriormente e o entrevistamos em julho de 2017. Posteriormente, fui até seu escritório, no centro de Cascavel, para lhe entregar uma cópia da entrevista. As conversas com Yves sempre foram prazerosas e extensas, repletas de muitas reflexões. Naquela tarde perguntei se o mesmo conhecia ou tinha contato com o Sr. Jaime Mariano, que fora depoente na Audiência de Cascavel, vindo a descobrir que ele não apenas o conhecia, como sabia que Jaime e seu irmão, Gilmar, possuíam um escritório no prédio ao lado. Fui apresentado aos irmãos Mariano naquela mesma tarde, dia 13 de setembro, e iniciamos ali a conversação visando a realização de uma entrevista.

Embora apenas Jaime tenha sido depoente na Audiência da Comissão da Verdade, como o irmão Gilmar também vivenciou processo semelhante em relação ao pai e como estava disposto a ser entrevistado, optamos por realizar a entrevista em conjunto, ouvindo os dois irmãos simultaneamente. Esta opção revelou uma pluralidade de detalhes. Lembranças eram complementadas, divergências foram colocadas à mesa, silêncios eram compartilhados, carregados de emoção.

Para a análise servimo-nos das referências trazidas por Harald Welzer, Sabine Moller e Karoline Tschugnall, na obra “Mi abuelo no era nazi” (2012), em função da condução das entrevistas e do conjunto das análises de testemunhos geracionais a partir de narrativas com descendentes de integrantes do nazismo. De modo mais específico, em seu capítulo terceiro, “Forjando sentido”, os autores problematizam o modo pelo qual se estruturam e modificam as histórias ao serem transferidas de uma geração para outra. Na esteira dessas discussões, pudemos perceber uma série de elementos que se entrecruzam no processo de composição das

narrativas dos irmãos Mariano, principalmente de Jaime, e que procuraremos descortinar ao longo dos próximos parágrafos.

Assim como se deu com outros entrevistados, procuramos construir um ambiente cordial e de maior proximidade com os irmãos Mariano. Nesse sentido, a intermediação do advogado Yves foi bastante importante, assim como a longa conversa com os irmãos, acompanhada de um café, antes da entrevista. Nesse momento, em que se desenrolava um bate-papo mais descontraído, identificamos uma série de amigos em comum, bem como aumentou ainda mais meu interesse por conhecer a história de Seu Ramiro.

A entrevista foi realizada no escritório de advocacia de Gilmar, em horário que não acarretasse nenhum importuno para os dois entrevistados. O ambiente conhecido pelos irmãos os deixou muito à vontade: a mesa repleta de processos e outros materiais de expediente, os livros na estante, a pequena imagem da justiça, bem como um discreto esquadro sobreposto a um compasso que ornamentava o lugar. Diante disso, lembrei-me imediatamente de um excerto do testemunho de Jaime, quando o mesmo pontuou que o pai, embora sem estudo formal, frisava-lhes sempre a importância dos estudos e do trabalho, bem como lhes dizia que “os que mais estudavam na vida eram os socialistas e também os maçons”. (MARIANO, Audiência CEV: 2014).

Minha fala inicial pedia que se apresentassem e contassem um pouco de suas trajetórias de vida. Diferentemente das circunstâncias do depoimento na Comissão da Verdade, Jaime se encontrava muito tranquilo, com voz amena, porém firme, embora, ao transitar por algumas lembranças, o desconforto se fizesse aparente. Após descrever sua idade, trabalho e estudos, o entrevistado já adentrou diretamente nas questões relativas à trajetória do pai:

Enfim, tô aqui pra justamente lembrar a passagem daquilo que eu não conhecia, da história do meu pai, em relação à política, em relação à questão da época que era chamada ditadura militar que a gente nem conhecia direito, mas a gente sobreviveu a esse tempo, que era um tempo de obscurantismo, um tempo difícil, que muitas vezes as pessoas renegam a história por desconhecimento e a gente viveu aquilo e não sabia que aquilo tinha o seu lado difícil para as pessoas viverem, na questão da política. A gente percebia assim que existia uma dificuldade de se expressar porque o meu pai sequer falou pra gente que ele tinha aquela dificuldade política. (Entrevista com Mariano, Jaime e Gilmar. 2017: A/A)

A fala de Jaime enquanto entrevistado se difere de sua fala enquanto depoente, não apenas por se encontrar naquela ocasião em outro ambiente, propício a determinado tipo de testemunho, sem o nervosismo frente a um grande público. Sua fala ao longo da entrevista se

arranja de modo mais coerente, de forma mais estruturada e organizada, e também emprega tom de voz mais seguro.

Conforme já discutido anteriormente, à luz das considerações do historiador Alistair Thompson, o entrevistado compõe suas memórias na relação entre passado e presente, num movimento que abrange a percepção de seus interesses enquanto pesquisador, mas também os interesses e a necessidade de falar do entrevistado, no caso, narrar o passado que o pai havia silenciado.

Praticamente logo após o início da entrevista, Jaime já se coloca a falar sobre sua intenção de falar sobre o que ele não havia conhecido, no passado, da história de seu pai. O verbo no pretérito imperfeito “conhecia” indica um fato ocorrido no passado, mas que não se encontra terminado. Expressa uma noção de continuidade e de duração no tempo. Não nos prestamos aqui a desenvolver uma análise linguística do discurso, nem mesmo acreditar numa intencionalidade da conjugação, mas nos chama a atenção o fato de que em seu depoimento na comissão, embora demonstre de outras formas que esse passado ainda não está totalmente pacificado, os tempos verbais aparecem no pretérito perfeito ou no presente (“conhecia”, “percebia”, “existia”, “sabia”).

Ademais também chama a atenção o juízo construído de modo mais enfático sobre o passado ditatorial que fora pouco percebido pelo narrador em sua infância e juventude: “a chamada ditadura militar que a gente nem conhecia direito, mas a gente sobreviveu a esse tempo, que era um tempo de obscurantismo, um tempo difícil” (Entrevista com Mariano, Jaime e Gilmar. 2017: A/A). Embora, não tenha experiências diretas sobre o período, devido à pouca idade e os silêncios envolvendo a figura do pai, a narrativa construída no presente lança um olhar valorativo sobre o passado, construindo um entendimento sobre aquele cenário “difícil”, “de obscurantismo”, “mas que a gente sobreviveu”.

Este arranjo contribui, na memória de Jaime, para o entendimento dos silêncios do pai em torno do seu passado, pois “existia uma dificuldade de se expressar porque o meu pai sequer falou pra gente que ele tinha aquela dificuldade política”. Destacamos ainda a parte final deste excerto, classificado como uma “dificuldade política”. Em seu depoimento na Comissão, Jaime reconhece o pai como uma liderança sindical, um dos fundadores da Liga Camponesa dos Trabalhadores, perseguido durante o período militar por esta razão. Embora o livro no qual Jaime se baseou para conhecer a atuação política do pai apresente documentos que relacionem o Sr. Ramiro Boaventura Mariano à atuação da Liga Camponesa em Campina da Lagoa, que afirma ter sido ela fundada pelo PCB, bem como documentos do DOPS

representem seu pai como comunista, na fala de Jaime essa vinculação ao comunismo aparece enquanto “dificuldade política”.

A questão da vinculação de Seu Ramiro ao comunismo não se encontra tão pacificada até o momento, no entendimento de Jaime. As falas do filho procuram delinear a atuação do pai junto ao sindicato rural, mas não a vinculam ao comunismo, colocando isso como uma construção dos adversários políticos sobre a figura do seu pai:

dentro dessa pesquisa, que eu descobri uma história do Ramiro Boaventura Mariano, pela boca de gente que morava em Campina da Lagoa, vejo que naquele material tem uma liderança da direita e uma liderança da esquerda. E o da direita era o que dizia que o meu pai era uma liderança do Partido Comunista, não dizia qual que era, depois a gente veio saber que tinha as divisões entre os comunistas, não tinha a qualificação pra saber qual dos partidos da época, mas ele era tido como uma liderança política, por quê? Porque ele se aventurou a se candidatar também, com o apoio dessa parte da política, porque ele atendia muita gente na área de transporte, do pessoal Sem Terra, também tinha um pequeno comércio, era um pequeno comerciante, e morava no centro da cidade. Então ele lidava tanto com o comércio, quanto com o transporte e ele foi envolvido com a política e mesmo antes de entrar na política ele já tinha sofrido perseguição, já tinha sido preso por alguns dias na cadeia pública de Campo Mourão e lá que ele descobriu que tinha mais gente interessada que ele não participasse da política porque poderia atrapalhar os planos de alguns (...) (Entrevista com Mariano, Jaime e Gilmar. 2017: A/A)

A narrativa se desenrola de modo a assinalar que a perseguição política sofrida por Ramiro, por opositores, foi responsável por rotulá-lo como comunista. A afirmação de que haviam “divisões entre os comunistas”, não sendo possível dizer com clareza que o pai se inseria em alguma delas, coloca em dúvida a associação política do pai com o comunismo.

A fala do filho traz em si uma percepção e um discurso acerca da importância do trabalho. Essa percepção não está colocada em sua narrativa de modo aleatório, ela aparece justamente no momento em que Jaime pondera sobre o envolvimento do pai como uma liderança “comunista”. Ao confrontarmos o excerto acima com um pequeno trecho de uma fala de Jaime em seu depoimento à Comissão da Verdade, vemos que existe uma percepção sobre a relação entre comunismo e trabalho, como veremos abaixo. Na ocasião da Audiência Pública, Jaime lembrara que

chegavam alguns, alguns camaradas de Londrina... eu digo ‘camaradas’ porque naquela época ninguém dizia: ‘chegou um cidadão de Londrina, pegue a camioneta, leve em tal lugar’. Eu sabia que era uma liderança rural, também do PCB. Eles eram declarados do PCB, os cearenses. Já meu pai não. Meu pai, ele trabalhava, estava como eu estou até hoje, lá no centro de Campina da Lagoa. (Depoimento com MARIANO, Jaime. 2014: CEV-PR)

Jaime denota em seu depoimento uma preocupação de apresentar o pai como trabalhador, em oposição a uma visão que muitos possuem no presente acerca de que os comunistas não são afeitos ao trabalho: “*Eles eram declarados do PCB, os cearenses. Já meu pai não. Meu pai, ele trabalhava*”. A fala de Jaime dá a entender uma separação entre militantes permanentes, cuja principal atividade centra-se na luta política, e seu pai, que diferentemente dos demais integrantes trabalhava em suas atividades comerciais e de transporte.

Jaime se utiliza do termo “camaradas”, para logo se corrigir dizendo que era assim que todos se tratavam na época. A nomenclatura “camarada” é utilizada comumente para expressar uma relação de amizade ou simpatia que resulta de um sentimento de companheirismo. O termo camarada também é usualmente conhecido por servir de tratamento entre companheiros participantes de agrupamentos políticos de esquerda, costumeiramente comunistas.

Ademais, a fala acena para o fato de que os demais eram declarados do PCB, isto é, eram conhecidos por isto, diferente de seu Ramiro. Na esteira dessa interpretação, enquanto as lideranças comunistas se dedicavam exclusivamente à sua militância e às atividades do partido, Seu Ramiro laborava diariamente em suas atividades, tendo envolvimento político esporádico ao prestar serviços a esses grupos. Sua narrativa pode estar mediada por críticas atuais ao comunismo e a grupos de esquerda, muitas vezes apresentados por grupos de direita, principalmente liberais, como desafeitos ao trabalho ou incorporados à máquina política.

Na esteira dessas reflexões, ao retornar nossos olhares para a entrevista que fizemos com os irmãos Mariano, vemos que as narrativas continuam a afirmar um distanciamento de Seu Ramiro em relação ao PCB na região:

Lendo aqueles depoimentos que a gente foi descobrir que ele tinha esse estigma de ser comunista porque tinha um lado e desse lado aí ficou estigmatizado como comunista. Embora ele não tenha conhecimento mesmo da história, conhecimento geral das coisas, porque ele era um semi-analfabeto e o que ele conhecia mesmo era da vida prática, do comércio e da vida prática de transporte. Ele gostava muito de transporte, então ele tinha aqueles caminhões antigos e ali ele transportava o pessoal que vinha, chamado naquela época de... hoje a gente chama de Sem Terra. (Entrevista com Mariano, Jaime e Gilmar. 2017: A/A)

A vinculação do pai com elementos comunistas, no depoimento apresentada como uma “dificuldade política”, aparece nesse momento da narrativa retratando o “estigma” que recaiu sobre seu progenitor. Lembramos aqui do entendimento de Goffman, já utilizado anteriormente, para o qual o estigmatizado é caracterizado como nocivo a uma determinada

realidade social, produzindo uma perda de identidade e anulação de sua individualidade (Goffman, 2004: 12-16).

A narrativa da entrevista afirma haver, por parte do pai, uma falta de clareza sobre questões de natureza política e ideológica. Ele não teria, segundo o filho, “*conhecimento mesmo da história, conhecimento geral das coisas, porque ele era um semi-analfabeto e o que ele conhecia mesmo era da vida prática, do comércio e da vida prática de transporte*” (MARIANO, 2017: A/A). Deste modo, se houve uma adesão ao comunismo por parte de Seu Ramiro, ela não teria sido tão consciente. Assim, no processo de construção das memórias do filho, a figura do pai aparece enquanto perseguido político, alguém que sofreu com a estigmatização e repressão política injusta, mas que não teve vinculação direta com os grupos comunistas da região.

Uma vez que havíamos feito uma leitura prévia parcial do livro *Caminhadas Vermelhas* e sabíamos que seu Ramiro era apresentado ali como uma liderança sindical, ligada ao PCB na região, perguntamos na entrevista quais os motivos dele ter silenciado sobre aquele passado:

Marcelo: Esse silêncio que você atribuiu ao seu pai, não mencionar a sua trajetória política, para vocês, como filhos...

Jaime: Eu entendo como ele tinha vergonha, de ter participado disso e ter sido preso, e não ter assim, ter sido vitorioso dentro da política, ele não queria mais tocar nesse assunto. Apesar de que gostava porque, se havia um governo, ele era sempre contra. Ele era sempre oposição, já em relação a isso, no passado, desde o início ele era do MDB e contra a Arena, depois já de 1964. (Entrevista com Mariano, Jaime e Gilmar. 2017: A/A)

Nesse ponto da entrevista Jaime interpreta que o silêncio do pai sobre o passado é relacionado à vergonha que este possuía sobre aqueles acontecimentos, tanto por ter sido preso, como pelo fato de nunca ter tido êxito em sua carreira política por sempre se colocar na oposição. Nesse momento, o irmão, Gilmar Mariano, que até então não havia se posicionado, baixa a cabeça em sinal de discordância e, com um leve toque sobre o joelho de Jaime, murmura algo dando início a sua apresentação.

Gilmar descreve brevemente, em poucas palavras, sua trajetória de vida, pontuando que era comerciante, apenas com segundo grau completo e, por sugestão do irmão, decidiu voltar a estudar, sendo hoje advogado. Na sequência, dá sua interpretação sobre a pergunta feita por mim:

nesse quesito aí, do que eu acho que meu pai, porque ele ficou parado, não conversou com a gente sobre isso, sobre a sua... é, esse pensamento dele aí na política, penso que foi por motivo de proteção, porque nessa época era militar, né? Inclusive ele morreu na época militar, democracia veio só

depois, penso que ele não quis envolver a gente para que nós não tomássemos partido... na política, para que nós não fôssemos prejudicados. Esse é o meu pensamento... (Entrevista com Mariano, Jaime e Gilmar. 2017: A/A)

Nesse momento os dois irmãos se entreolham tomados pela emoção e pela lembrança do pai. Ambos parecem suspirar de maneira mais longa e um breve silêncio acompanha os olhares e a emoção dividida. Duas percepções diferentes são colocadas acerca do silêncio do pai. Se para Jaime o silêncio do pai estava revestido por medo e vergonha, para Gilmar o silêncio tinha por objetivo proteger a família, evitando o envolvimento dos filhos e, por conseguinte, qualquer tipo de infortúnio que pudesse se abater sobre eles.

Os dois irmãos claramente dividiram por alguns instantes a emoção em torno das lembranças do pai, bem como das privações em torno do silêncio sobre suas atividades políticas. O comedimento e o sigilo do pai abriram lacunas sobre o seu passado, que vão sendo preenchidas no presente a partir das conformações pessoais de cada filho sobre a atividade política e sindical de seu Ramiro, sobre sua prisão, sobre a violência sofrida, sobre as mudanças de endereço constantes, entre outros fatos.

Procurando retomar a entrevista, Jaime, ainda envolto na emoção causada pela lembrança do pai, acrescenta:

É, tem até uma foto dele, todo machucado na época que ele foi preso. Eu entreguei lá na Comissão da Verdade uma foto dele de quando ele saiu da cadeia.

Marcelo: E essa questão da prisão...

Jaime: ... da tortura.

Marcelo: ... da tortura, da fuga, vocês só ficaram sabendo posteriormente?

Jaime: É. A gente tinha curiosidade, sabia, mas tanto ele, quanto minha mãe, eles tinham um pacto de não contar para os filhos. Não sei se... eu pensava que o silêncio fosse pelo medo e o Gilmar já pela proteção da família. Talvez, isso que ele pensasse. Porque eu já vejo como uma perda histórica, né? Eu tive participação, conhecimento, de muitas questões sociais dentro da casa do estudante universitário do Paraná, em Curitiba, e que eu lamento em saber que meu pai tinha o conhecimento que ele tinha e não tinha repassado pra gente. porque a gente tinha um professor em casa e eu poderia ter utilizado ele lá... mesmo pra repassar pra gente, coisas que ele tenha passado na vida. (Entrevista com Mariano, Jaime e Gilmar. 2017: A/A)

O silêncio sobre o passado abre percepções distintas dos filhos sobre o pai, pois ambos interpretam de maneira diferente a partir das lacunas. O signo dessa ausência em torno do passado do pai mais uma vez aparece, ao refletir que “tinha um professor em casa”. Uma significativa “unidade narrativa” da entrevista é esta, a de que “tinha um professor em casa”,

mas que ele, o filho, não aproveitou o que o pai poderia ter ensinado. O lamento sobre o desperdício desta oportunidade. O pai, na entrevista de Jaime, por vezes deixa de ser pai, para ser alguém que, por conta do que ocorreu com ele, foi uma vítima do regime militar, e que, por isto, o entrevistado poderia ter aprendido com seu testemunho. Mas, por alguma razão, silenciou parte de seu passado. Não só não pôde ter aprendido, como é angustiado pelos motivos do seu silêncio. O próprio silêncio do pai foi interpretado pelo irmão como decorrente daquele regime. Assim, tanto o pai (por ter sido preso e vivido no silêncio), como os filhos foram prejudicados pelo regime ditatorial.

Nesse ponto, nos remetemos ao depoimento de Jaime na Audiência de Cascavel. Ao descrever suas sensações ao conhecer essa parte do passado do pai, ele assim se manifesta:

Eu pensei: ‘Puxa! Eu com a história na mão e não poder acompanhar isso tudo, não saber’... ou seja, eu tinha um professor em casa e sempre pensando: ‘puxa vida, eu perdi tanto tempo na vida’. Mas não tem problema, o importante era hoje eu poder superar a emoção e poder contar isso aqui para vocês. (Depoimento de MARIANO, Jaime. 2014: Audiência CEV-PR)

Em seu depoimento, mais uma vez Jaime externalizou o ressentimento em torno de desconhecer essa faceta do passado do pai. O passado, de certa forma é emoldurado pelo presente, pois enquanto foi buscar conhecimentos em lugares distantes de sua cidade e de sua família, “tinha um professor em casa”. Sua reflexão também é marcada pelo sentimento de perda daquilo que poderia ter vivenciado e conhecido ao lado da figura do pai.

Retomando a entrevista, ponderamos que há toda uma camada de passados, aqui, que levou os filhos historicizarem o que teria ocorrido, que fez também com que inserissem a história do pai na “grande narrativa” da história brasileira. Jaime e Gilmar não falam só da trajetória do pai, mediada por diversas fontes (memória comunicativa), mas a entrelaçam à história política brasileira.

Não obstante, o depoimento de Jaime para a Comissão da Verdade, bem como diferentes pontos da entrevista, conformam o passado do pai a sua visão de filho construída acerca do mesmo. Na Audiência da Comissão, seu Ramiro é apresentado como homem do comércio e do transporte, como perseguido por divergir de outros “poderosos” da cidade. Em segundo plano aparecem seus vínculos com membros do PCB que atuavam na região, muito embora estes vínculos apareçam de modo tênue. Devemos lembrar que Ramiro foi presidente da “Liga Camponesa dos Trabalhadores,” a qual trazia em seu próprio nome a marca das

Ligas Camponesas, de Francisco Julião, um movimento precursor na luta pela Reforma Agrária já durante a década de 1950⁵⁰.

A partir dessa constatação indagamos os irmãos Jaime e Gilmar sobre como eles visualizam a postura política do pai. O diálogo a seguir se faz um pouco longo, porém sua citação é de grande importância para melhor visualizarmos a percepção dos filhos acerca da atuação política do pai:

Marcelo: Então a gente percebe assim, que ele tinha uma participação política, um envolvimento marcante... assim, vendo essa documentação que você levantou no arquivo público, do seu pai, todos esses elementos, como você vê seu pai? Ele era comunista?

Gilmar: Eu não enxergava dessa forma. Eu achava que ele era da esquerda, mas não comunista.

Jaime: Agora o que me passaram assim, esse homem, o cearense, não conversa com ninguém, uma das lideranças políticas. Como é que ele corre atrás, vai conversar com o Seu Ramiro? Esse cearense que era uma das lideranças do PCB, um cidadão lá, me falou assim: “achava estranho ele não dar atenção para mim”, o seu Ramiro. Ele falou assim pra mim, o Natu, Natureza [colega que trabalhava com Ramiro]...

Gilmar: Em cidade pequena, todo mundo vê as coisas...

Jaime: “O seu Ramiro se dá bem com todo mundo e ele [o cearense] não conversa com ninguém, ele é comunista, como é que ele vai conversar com o Seu Ramiro?”. Como ele se dava bem com as pessoas, então ele era procurado, tanto por uns como pelos outros, tanto da direita como pela esquerda e por gente que não se interessava por política. Então ele transitava bem por esse meio, se ele era ou não era [comunista], eu lamento que não tenha sido, até porque não nos ensinou direito. Eu passei por esse meio estudantil, tentei aprender e não consegui aprender, só acompanhar. Quer dizer, eu não tenho [risos] essa herança genética, vamos dizer assim. E eu procurava saber, porque tinha uma desconfiança disso, será que era ou será que não era? Tem um trecho lá que eu entendia, como a gente via nas questões políticas, de até um mau tratamento, um inocente útil.

Marcelo: Você vê o seu pai como um inocente útil? Ali na situação...

Jaime: Alguém lá mencionou isso, não dizia Mariano, dizia Marino. “Marino era um inocente útil”.

Marcelo: Alguém onde?

Jaime: Nesse livro, Caminhadas Vermelhas. Eles usavam e não reconheciam.

Marcelo: Mas antes você não via ele como um comunista, como algo de esquerda. Hoje, você vê ele como um comunista?

Gilmar: Aí danou! (risos)

Jaime: De esquerda, mas era capitalista. Eu vejo por trás disso tudo e tento desvendar, porque ele vivia no capitalismo. Ele queria bens materiais, terras

⁵⁰ “As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964”. Com Francisco Julião questões ligadas a posse da terra tiveram notoriedade e “transformou o primeiro núcleo das ligas camponesas no símbolo da reforma agrária que os trabalhadores rurais almejavam”, procurando atender as reivindicações e demandas camponesas em um conjunto mais amplo. (Cf.: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>) <acesso em 07 de julho de 2018>.

e tal. Ora, era capitalista por causa da lei da sobrevivência. (Entrevista com Mariano, Jaime e Gilmar. 2017: A/A)

As falas de Gilmar são mais breves e mais exclamativas, enquanto as de Jaime se alongam mais, normalmente trazendo um tom mais reflexivo e contando episódios vivenciados pelo pai. Os episódios seguem uma estrutura muito próxima à encontrada no livro de Nelci Mello.

Podemos observar como a memória é seletiva e se constitui a partir de uma multiplicidade de fatores, alguns que vão sendo incorporados e outros que vão sendo descartados, como é o caso da narrativa presente em *Caminhadas Vermelhas*. Embora as falas de Jaime evoquem acontecimentos descritos no livro e os estruturam de modo semelhante, as explicações para a perseguição do pai são relacionadas às desavenças e rivalidades de cunho político, enquanto na obra – bem como nos documentos citados no livro – Ramiro é apresentado como uma liderança comunista na localidade.

Quando perguntados sobre o suposto comunismo do pai, Gilmar responde que sempre acreditou que o pai era de esquerda, mas não comunista. A construção evoca uma dimensão que associa a figura do pai a uma série de pautas veiculadas à esquerda, tais como justiça social, inclusão, igualdade, mas o desvincula da proposta política do comunismo atrelada à socialização dos meios de produção e à revolução do proletariado. O irmão Jaime emenda a resposta de Gilmar narrando os contatos do pai com o “cearense”, uma liderança comunista que atuou na localidade, procurando demonstrar que as relações do pai eram apenas de trabalho, ligadas ao seu pequeno comércio e ao transporte. Outrossim, tanto o livro, quanto a entrevista, parecem dar a entender que o comunismo vem para a cidade com pessoas de fora, por exemplo, o “cearense”. Pelo fato do seu Ramiro ser receptivo e comunicativo, atraía todo tipo de pessoa e, segundo os filhos, essa característica do pai teria pesado contra o pai, ao ser ele vinculado aos grupos comunistas.

Jaime se pautou em relatar a prisão, perseguição e violência sofrida pelo pai. O espaço foi compartilhado por outros perseguidos e torturados que ainda hoje compartilham o ideário socialista, como por Aluizio Palmar e Valdetar Dorneles, bem como outros que assumiram o passado vinculado ao socialismo.

No ambiente do escritório de Gilmar Mariano, ladeado por um espaço que lhe é conhecido, entrevistado apenas por mim e compartilhando esse momento de entrevista com seu irmão, Jaime estava mais propenso a emitir juízos valorativos acerca dessas questões políticas. Observamos em sua fala que ele pontua a impossibilidade de saber ao certo a

postura política de seu Ramiro: “se ele era ou não era, eu lamento que não tenha sido, até porque não nos ensinou direito”. Relata ainda que embora tenha transitado pelo meio estudantil, onde se compartilhava de tal ideário de esquerda, não se interessou por tais ideias e em meio a uma pequena risada diz que “não tem essa herança genética”.

As falas até aqui destacadas dos irmãos, para além da construção de uma memória pessoal sobre a participação política do pai, se encontram também afirmadas no campo das experiências de classe. Ao serem trazidas para o presente, informam sobre a visão que possuem acerca do passado do pai, mas também como esse passado é mediado pelas posições políticas dos narradores no presente.

Retomando a análise da entrevista, Jaime volta a se apoiar em informações do livro para embasar sua fala, convalidando a argumentação das tensões e rivalidades políticas, afirmando que seu pai acabou sendo um “inocente útil”. Diante dessa afirmação, confrontamos o entrevistado se ele visualizava seu pai como tal, obtendo como resposta que o livro traz essa informação, de que “o usavam, mas não reconheciam”, e que inclusive quem deu esse depoimento referia-se ao seu pai como Marino, ao invés de Mariano.

Recorrendo à obra *Caminhadas Vermelhas*, encontramos a referência mencionada. Trata-se de uma correspondência entre membros do Partido Comunista, arquivada no DOPS, e que faz registro de atividades do partido em Campo Mourão, Campina da Lagoa e Mamborê. No documento se faz uma descrição em tom de lamento por brigas internas no próprio partido por indivíduos “enciumados de liderança”. Conforme Jaime pontua em sua fala, faz menção ao seu pai como Marino, mas não fala em um “inocente útil” e sim que os enciumados “formam um grupo para destruir um elemento útil ao Partido” e segue dizendo que “o Marino se acha atemorizado pela Reação” (MELLO, 2009: 233).

Em outro momento da obra, Pedro Barakat, comerciante considerado um dos “pioneiros” da cidade, um dos entrevistados pela autora, pontua que embora não tenha sido “adepto do movimento, porém acompanhava a militância e se recorda da eleição de um vereador comunista – Ramiro Boaventura Mariano” (idem, 232).

O desvencilhamento da imagem do pai como comunista é um eixo estruturante da entrevista com seus filhos. Ao perguntamos se hoje, no presente, eles veem o pai como um comunista, Gilmar, como que num impulso seguido de um pequeno riso, diz: “*áí danou!*”, o que nos dá a entender que sim. Apesar de tudo o que foi exposto, Gilmar vê no pai fortes traços de uma atuação em meio aos comunistas. Já para Jaime, o pai “*era de esquerda, mas era capitalista*” e “*vivia no capitalismo*”, “*queria bens materiais*”.

Com o intuito de se certificar acerca das direções que as respostas iam nos conduzindo mais uma vez confrontamos os irmãos acerca dos motivos de seu pai ser perseguido, sendo o diálogo estruturado da maneira que segue abaixo:

Marcelo: a perseguição em cima de seu pai, se justifica por quê?

Gilmar: Porque ele tava sempre no meio daquelas pessoas que eram comunistas.

Jaime: Porque procuravam ele por interesse, aí ele acabou participando, deixando a marca dele.

Gilmar: E ele foi um dos primeiros que teve caminhão na cidade, daí procuravam ele para carregar o povo deles.

Jaime: um dia um homem foi morto, depois dessa reunião do sindicato, foi morto um tal de Mariano também. Que não era parente do Ramiro Boaventura Mariano.

Gilmar: Esse era lá do Nordeste.

Jaime: É! E mataram o cara e a polícia foi atrás e tal para ver quem tinha matado e ver se achava algum tipo de arma com alguém... meu pai estava armado, por isso que pararam ele na estrada. Só que ele não tava com a arma na mão, ele carregou uns evangélicos lá e botou na bolsa de uma mulher lá e incrivelmente da congregação cristã do Brasil. Ele botou na bolsa dela, na mulher do Aparecido, o Aparecido me contou. Aí eles me contaram que pararam ele, ele foi lá rapidinho, botou na bolsa dela a arma. Imagina, se encontrassem ele com a arma, ele poderia até ter sido investigado como possível autor da morte daquele Mariano lá. Então isso, olhando para trás com essa visão, já que estavam armando tudo isso, então pela leitura que você agora me trouxe... a memória disso aí, do sindicato... e também desse fato que ocorreu nessa eleição que teve lá. Porque eles brigavam muito, por causa da fundação desse sindicato, porque ele dormiu presidente e no outro dia já tinha mudado a ata porque ele era proprietário de terras e tal e não podia ser presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, né? (Entrevista com Mariano, Jaime e Gilmar. 2017: A/A)

Nos termos do extenso diálogo acima, mais uma vez observamos que a narrativa dos filhos se serve do argumento de que foram as desavenças políticas locais que construíram a vinculação do pai a elementos comunistas da região. Os comunistas procuravam Seu Ramiro por necessidade e interesse, dessa forma, contribuindo para a estigmatização da figura do pai. O episódio que culminou com a morte de Onofre Mariano, constante no livro *Caminhadas Vermelhas*, assim como ocorreu no depoimento a Comissão da Verdade e já analisado anteriormente também ocupou lugar na narrativa. Nesse sentido, Norbert Elias e Scotson discutem o modo como em muitas sociedades o simples contato com pessoas anômicas já se faz suficiente para a estigmatização: “*o sentimento difundido de que o contato com membros dos grupos outsiders contamina, observado nos grupos estabelecidos, refere-se à contaminação pela anomia*” (ELIAS e SCOTSON, 2000: 29). Assim, seriam os comunistas

entendidos como os *outsiders*, enquanto o pai, Ramiro, era comerciante estabelecido na região, até que os contatos começaram a se processar.

Ressaltamos que não pretendemos com esta análise apontar para contradições entre entrevista, depoimento e os fatos constantes no livro *Caminhadas Vermelhas*. De modo algum visualizamos as falas e interpretações dos irmãos Mariano como portadoras de algum tipo de leviandade ou mentira. Pretendemos sim, com esse trabalho, analisar como se dá o processo de composição de certas memórias, que as memórias não seguem uma recuperação objetiva do passado, mas se dão a partir da acomodação de múltiplas temporalidades e da conformação de determinados fatos às vivências dos sujeitos, demonstrando como uma narrativa é concebida.

Estamos diante de indivíduos que tiveram suas vidas atravessadas pelos silêncios e por itinerâncias forçadas, pois mudaram-se frequentemente em busca de segurança e proteção. É o que Jaime narra em sua entrevista:

meu avô é que falou para a minha mãe: "Não, você é casada com o Ramiro, ele tem que sair daqui agora e você tem que ir junto com ele, você é a mulher dele e tal, ele vai lá para o estado de São Paulo, lá onde o pai dele tem terras, ele vai ficar lá um tempo e vocês tem que ir". Era eu e mais duas irmãs e a minha mãe. Ele colocou a gente num Jipe e foi lá para o estado de São Paulo e foi morar lá até os anos 70, quando voltou. (Entrevista com Mariano, Jaime e Gilmar. 2017: A/A)

A lembrança evoca o passado itinerante e de fuga das autoridades. As dificuldades perpassam a vida familiar dos Mariano e são ressignificadas no presente, como podemos observar no excerto abaixo:

Marcelo: Você acha, que de certa forma essas idas e vindas, essa fuga, gerou algum tipo de sofrimento interno para vocês?

Jaime: Eu lembro que a gente foi cantando "como pode um peixe vivo viver fora da água fria", era a musiquinha do JK, na campanha eleitoral do Juscelino Kubitschek em Minas Gerais.

Marcelo: Vocês iam cantando enquanto estava viajando?

Jaime: É, viajando. E ele falava: "Vamos cantar, vamos cantar". (Entrevista com Mariano, Jaime e Gilmar. 2017: A/A)

Indagamos se as idas e vindas acarretaram algum sofrimento e a lembrança trazida a tona por Jaime rememorar as viagens em direção de um novo destino e a canção que cantavam juntamente com o pai no trajeto feito de caminhão. Mais uma vez os irmãos se entreolham emocionados, tocados pela partilha dessa lembrança de um passado comum. A música que Jaime traz em suas lembranças trata-se de uma cantiga popular, cuja letra traz

nuances de melancolia, falando de viver fora de seu habitat natural, isto é, longe daqueles que se ama e de onde se criam enraizamentos.

A rememoração da itinerância, que no presente os entrevistados sabem haver se tratado de uma mudança forçada, torna preciso considerar que algumas lembranças acabam por ser mais dramáticas, sendo o tempo histórico presente o lugar da produção de seus sentidos. A canção lembrada, possivelmente dentre outras tantas, abre uma senda interpretativa do passado, demonstrando como aquele era um momento em que, como cantado na música, sentia-se a dor da separação de viver sem a companhia dos seus.

As dimensões de poder trazidas no livro são ressignificadas por Jaime a partir de suas experiências com o pai. Não podemos inferir de modo unívoco que as memórias de Jaime, e também de seu irmão Gilmar, sobre esse passado silenciado pelo pai tenham sido constituídas exclusivamente através do livro *Caminhadas Vermelhas*. Consideramos que a obra tenha sido apenas um dos importantes vetores que dão suporte para suas percepções acerca desse passado. As conversas com a mãe, dona Val, com antigos moradores de Campina da Lagoa, documentos que Jaime levantou no Arquivo Público, seus posicionamentos políticos também se sobrepõem na tessitura dessa complexa rede de informações que vão construindo suas lembranças.

Outrossim, podemos inferir que o livro em questão ocupa grande parte da estrutura das narrativas de Jaime, à medida que outras vivências emolduram diferentes percepções daquelas apresentadas pela autora Nelci Veiga Mello, principalmente no tocante a atuação de Seu Ramiro como liderança comunista na região. Assim, depreendemos que a memória não é algo que se possa postular de modo objetivo, como se fosse possível recuperar o passado, pois esse passado se encontra atravessado por diferentes camadas de composição.

Após esta análise mais dedicada ao depoimento e a entrevista de Jaime, bem como as participações de seu irmão Gilmar, destacamos que na fronteira entre a objetividade e a subjetividade, o papel de escuta e análise do historiador se volta acerca do que pode ser extraído por intermédio das indagações sobre a fonte. Destarte, compreendemos a possibilidade de se trabalhar com tempos simultâneos em relação as narrativas e o modo pelo qual estas lembranças vão sendo costuradas no processo de composição das memórias.

Peter Burke analisa a memória enquanto tentativa de reconstrução de um passado, ponderando que este processo não é uma atividade ingênua ou despida de influências. Para este autor, o narrador - assim como todos nós - identifica-se com diferentes acontecimentos de natureza pública e que assumem relevância para um determinado grupo social - desde músicas, discursos políticos, opiniões exemplares, propagandas etc -, operando de modo a

incorporar e filtrar acontecimentos através de estruturas comportamentais. Esses acontecimentos relevantes podem ser assimilados por suas lembranças por intermédio de um processo de identificação.

Nesse sentido, podemos inferir que a memória se encontra sempre em um processo de construção. Esse processo remonta vivências que se deram no passado, mas sua construção se dá no presente. Ademais, uma vez imersos em diferentes coletividades, podemos ser influenciados pelas mesmas na composição de nossas memórias. Assim, observamos que as lembranças dos irmãos Mariano sobre a figura do pai, Ramiro, passam por um processo de depuração a partir das experiências de vida que constituem Jaime e Gilmar enquanto sujeitos.

Não nos compete aqui julgar ou falar em uma “história verdadeira”, em se tratando do campo das memórias, o que temos são diferentes processos de percepção acerca do passado. Se o testemunho em primeira pessoa já é portador de inúmeros filtros que compõem a seleção do que é lembrado e do que é esquecido, de como certos fatos são interpretados e significados, podemos dizer que o testemunho de uma segunda geração estaria ainda mais sujeito a esse processo.

Tendo em vista que cada sujeito histórico tende a singularizar e perceber o passado de uma forma específica, pensar a memória enquanto uma forma de reconstruir o passado de forma objetiva e factual, com estatuto de realidade jurídica positiva, como aparece em determinados momentos dos relatórios das Comissões da Verdade, representa perder a amplitude e a complexidade do trabalho com as memórias. Assim, compreendemos que as memórias contidas nos testemunhos e entrevistas em questão não são o passado em sua totalidade e objetividade, mas fragmentos desse mesmo passado que permitem sua investigação e reconstrução parcial.

Os depoimentos e entrevistas analisados nesse capítulo nos colocaram frente a testemunhos proferidos por integrantes de uma geração seguinte a das vítimas diretas da Ditadura. Indicamos aqui como suas falas se utilizam mais de interpretações e avaliações sobre episódios ocorridos no passado do que de descrição dos fatos.

Este teor mais reflexivo mostra como os testemunhos geracionais de filhos de vítimas podem ser estruturados a partir de diferentes suportes: histórias contadas pelos pais, documentos, lembranças de família ressignificadas, conversas delineadas no presente e que vão conformando esse passado na memória, entre outros. De toda forma, em que pese tratar-se de um passado marcado pela existência de violações aos direitos humanos, destacamos o modo como o legado da violência não se findou na sepultura e como a impunidade dos perpetradores atravessa as vivências das gerações futuras e da sociedade de modo mais geral.

CAPÍTULO 04

UMA HISTÓRIA SOCIAL DA MEMÓRIA

4.1. Narrativas sobre Valdetar Antônio Dorneles

Conhecer o Sr. Valdetar Antônio Dorneles, que prestou depoimento durante a Audiência Pública de Cascavel, foi uma grande experiência, pois possibilitou o contato inicial com sua história de vida e, posteriormente, um espaço para que ele, em entrevista, tecesse suas lembranças. Já no dia de seu depoimento na Audiência de Cascavel (ANEXO 04), seu relato chamou a atenção pela coerência e eloquência, pela clareza na exposição, pela precisão em datas, fatos e nomes e pelo envolvimento que ele provocou. Estes aspectos me fizeram enxergá-lo pulsante por trás daquelas palavras.

Também chamou atenção a duração do depoimento dado por Valdetar durante a Audiência. Seu depoimento foi o primeiro dos trabalhos da CEV em Cascavel e teve duração aproximada de 53 minutos, seguido de 6 minutos de questionamentos e respostas. Comumente os depoimentos prestados nas Audiências tem duração máxima de 10 minutos. Como já mencionamos em capítulos anteriores, a fala de Valdetar também serviu de baliza e vetor para outros depoimentos.

Valdetar Dorneles foi um dos primeiros depoentes com os quais iniciei contatos e foi bem receptivo. Primeiramente conversamos por telefone, por meio do que tivemos prolongadas conversas, sempre em tom amistoso. A prestatividade sempre fora uma característica de nossas conversas, mesmo antes de nos conhecermos pessoalmente. Por várias ocasiões Valdetar me enviara por whatsapp fotografias de eventos familiares e de momentos do seu passado, assim como várias vezes trocáramos comentários e opiniões pelas redes sociais. A solicitude de Valdetar fora tamanha que certa vez me ligou para avisar que possivelmente passaria por Cascavel e que, caso eu necessitasse, poderíamos marcar um horário para um café e uma nova conversa. Infelizmente sua viagem acabou sendo cancelada por motivos de saúde, mas os contatos não esmoreceram.

Todos esses contatos prévios, conversas e interatividades virtuais foram um grande contributo para que na ocasião de sua entrevista estivéssemos bastante à vontade. A gratidão por se fazer ouvir parecia bastante latente naquele senhor com oito décadas de experiência.

Valdetar queria, gostava e precisava falar. Sua fala assume uma forma ordenada, quase épica, relatando acontecimentos históricos compreendidos por ele como grandiosos. Sua fala recebia maior ou menor impositação de voz, de acordo com o que estava sendo narrado. Um fato cotidiano, corriqueiro, era descrito de modo manso, com voz tranquila e linear, enquanto uma troca de tiros, uma fuga, um debate, eram retratados em tom crescente e voz mais alta.

Não podemos perder de vista que a entrevista é uma construção intersubjetiva e, ao longo desse processo, pode existir a construção de uma empatia. Ao longo da entrevista, por mais que se procure colocar numa posição o mais próximo possível de uma pretensa imparcialidade, devemos observar que a própria presença e posturas do entrevistador se fazem sentir pelo entrevistado. A historiadora Luisa Passerini (2011), postula que a empatia é constitutiva do relato e que praticamente não seria possível uma narrativa sem a participação do outro sujeito, por meio de aprovação ou reprovação do que o narrador expõe. Desta forma, na busca da empatia a

exibição de si é fundamental neste teatro, no qual a pessoa que narra escolhe um papel para representar; uma autorrepresentação na qual se combinam estratégia e espontaneidade. A oralidade enfatiza, então, elementos não factuais da imagem de si' (PASSERINI, 2011: 40)

A partir dos indicativos de Passerini, pontuamos que, na medida que a memória intersubjetiva vai sendo partilhada em sua oralidade, constrói-se uma relação entre um narrador que se propõe a falar e um entrevistador que se coloca a escutar. Assim, Valdetar Dorneles tinha ciência que nossa aproximação se deu em função do depoimento prestado na Audiência Pública da CEV-PR, em Cascavel, e que meu interesse principal era compreender os acontecimentos atrelados à chamada “Operação Três Passos”, considerado o primeiro movimento de resistência armada à Ditadura Militar. O movimento teve sua articulação na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Naquela região, o PTB de Leonel Brizola possuía grande adesão nas comunidades locais, onde proliferavam vários Grupos dos Onze⁵¹. Vale

⁵¹ No que concerne ao Grupo dos Onze algumas bibliografias visitadas para a elaboração dessa tese foram: BALDISSERA, Marli de Almeida. Onde estão os Grupos de Onze?: Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS. Passo Fundo: UPF, 2005; ALMEIDA, Marli de. Os “perigosos” Grupos de Onze Companheiros e sua repressão no Alto Uruguai Gaúcho. Texto apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: UFSC, 2015. FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.2); _____. “Comunistas e Subversivos?”: Um estudo sobre a manutenção do preconceito ao Grupo dos Onze em Muniz Freire - ES. 2013. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso em História - Centro Universitário São Camilo, Cachoeiro de Itapemirim.

destacar a presença de vários militares adeptos ao nacionalismo brizolista em diferentes quartéis da região e que apresentavam concordância em se levantar contra o governo militar que havia derrubado João Goulart em 1964. Do ponto de vista geográfico, devemos destacar a questão logística, pois Três Passos se situa numa região de fronteira, aproximadamente a 25 quilômetros da Argentina. À época contava ainda com matas e florestas nativas, áreas descampadas que poderiam ser suporte para pistas de pouso, o que contribuiria para desembarque de equipamentos e tropas (CADEMARTORI, 1993: 153-154).

No que tange ao movimento como um todo, o Prof. Dr. Gilberto Calil sintetiza os acontecimentos da seguinte forma:

A operação Três Passos foi desencadeada a partir de 18 de março, com a entrada no Brasil do tenente Jefferson Cardin. Foi constituída por militares nacionalistas e por agricultores da região de Três Passos: 23 homens que buscaram dar início a uma insurreição contra a Ditadura. Em sua fracassada insurreição, da perspectiva em que foi pensada, em sua fuga atravessaram o estado de Santa Catarina, foram perseguidos e presos na região Sudoeste do Paraná nas proximidades da cidade de Capitão Leônidas Marques. (Calil Apud Silva, 2016: 21)

Outrossim, observamos que entre os objetivos do movimento estava iniciar uma sedição contra a ditadura que se instaurou após a deposição de João Goulart, bem como, conforme pontua José Wilson da Silva, no livro *O Tenente Vermelho*, de 1987, citado por Daniela Cademartori:

[...] não permitir que o golpe comemorasse o aniversário sem um protesto; segundo, aproveitar o fator surpresa para atingir um lugar seguro, onde seriam depositadas as armas e dispensado o pessoal não preparado para luta longa, ficando um reduzido grupo embrenhado no mato para manter um foco guerrilheiro através da região norte do Rio Grande, Santa Catarina e Paraná, aproveitando as áreas de reserva do Brasil, Argentina e Paraguai. (SILVA, 1987: 194 APUD CADEMARTORI, 1993: 164)

Embora os revoltosos acreditassem na adesão de mais militares gaúchos apoiadores de Leonel Brizola, bem como a eclosão de novos focos de luta em outras regiões, o movimento teve curta duração. De acordo com o CPDOC/FGV:

Em 19 de março de 1965, Jefferson Osório e Alberi atravessaram a fronteira do Brasil com o Uruguai em Santana do Livramento (RS) e deram início à operação, contando com apenas 23 homens, pouco dinheiro e armamento precário. Seguiram todos para o norte do estado de táxi, trocando de carro em cada cidade. No dia 25 do mesmo mês atacaram o presídio e o destacamento militar de Três Passos (RS), tendo Jefferson, na condição de comandante da operação, lido pela rádio local um manifesto defendendo as reformas de base e conclamando o povo à luta armada. Atingiram em seguida Tenente Portela (RS), onde tomaram o destacamento local e se apoderaram de armas. Atravessaram Santa Catarina e, no dia 26 de março, chegaram ao Paraná. Logo no dia seguinte, nas proximidades de Leônidas Marques, começaram a surgir diversas unidades do Exército que estavam no seu encalço, mas os rebeldes emboscaram uma das patrulhas a fim de escapar ao cerco e dispersaram, sendo depois capturados. (<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/osorio-jefferson-cardim-de-alencar>)

O Exército brasileiro deteve o Coronel Jeferson Cardim de Alencar Osório e mais 17 guerrilheiros sob seu comando, levando-os para o quartel do I Batalhão de Fronteira, em Foz do Iguaçu, onde foram interrogados por horas. Jeferson confessou tratar-se de um movimento de origem brizolista e que deveria ocorrer antes do final do mês de março, por ocasião do primeiro aniversário do que os militares chamavam de “Revolução”. De acordo com o *Jornal Folha de São Paulo* do dia 29 de março de 1965, a operação ocorreu antes do esperado, tendo:

em vista da inauguração da Ponte Internacional. Segundo os planos, os movimentos iniciais seriam nas cidades de Porto Alegre, Bagé e Santa Maria. No único choque armado havido, o ex-coronel matou com dois tiros na perna e um no peito, com uma pistola 45, o sarg. Carlos Argemiro Camargo, em Marmelândia. A área de Capanema continua sendo ocupada pelas tropas do Exército, que procuram os guerrilheiros remanescentes. Segundo o ex-coronel, estes seriam em número de 20. As estradas estão sendo vigiadas e todos os carros revistados. (Almanaque Folha)⁵²

No Batalhão de Fronteira, os integrantes do movimento de Três Passos foram detidos e submetidos a diferentes interrogatórios e sevícias. O Relatório Final da CEV-PR menciona que “na ocasião foram presos e conduzidos até Foz do Iguaçu dezoito guerrilheiros, onde acabaram amarrados pelas mãos, sofreram tortura e ficaram três dias sem água nem comida” (CEV, 2017: 329).

⁵² In: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29mar1965.htm <acesso em 11 de janeiro de 2019>.

O portal da UOL Notícias, publicado em 04 de maio de 2015, construiu um infográfico acompanhado de amplo conteúdo jornalístico acerca da Operação Três Passos, intitulado “A Guerrilha Maldita”. O material jornalístico destaca o seguinte:

No caminho para Foz do Iguaçu, as primeiras humilhações: "Dois tenentes da companhia fizeram-me rolar como um barril, aplicando-me pontapés em todo o corpo aos gritos de filho da puta, assassino". Espetado "dos pés à cabeça" por um garfo pelo próprio capitão Dorival Sumiani, Osório foi exposto à tropa para que "os oito ou dez soldados que se achavam presentes escarrassem sobre mim aos gritos de filho da puta, comunista, assassino". Também foi obrigado, pelo coturno do capitão, a "beijar a terra que traíste". Em 48 horas, todo o grupo foi preso e levado ao Batalhão de Fronteira, em Foz do Iguaçu (A Guerrilha Maldita. Uol, 2015)

A citação acima reproduz excertos de uma entrevista com o Tenente José Wilson, realizada para um repórter do jornal. Entendemos que a publicação desta matéria sobre um fato do passado foi uma consequência das repercussões dos trabalhos das Comissões Estadual da Verdade, que, após levantamentos documentais e oitivas de perseguidos, começa a ganhar visibilidade na grande imprensa. Sublinho que a matéria se baseou em depoimentos de Valdetar Dorneles, Jeferson e Rosa Lopetegui (filho e esposa do Cel. Jeferson Cardin), do Tenente José Wilson, entre outros. A matéria e o infográfico publicados em 2015 situam-se num momento histórico limiar da política recente brasileira - durante as mobilizações contra o Partido dos Trabalhadores e contra a Presidente Dilma Rousseff – e procura destacar os abusos sofridos pelos envolvidos no Levante de Três Passos.

O próprio título dado à matéria, “A Guerra Maldita”, remonta às contradições e conflitos decorrentes da Operação Três Passos, haja vista a mesma ter promovido uma sublevação precoce e ter sido controlada de modo também rápido pelo Exército Brasileiro, deixando um rastro de dor principalmente naqueles que acabaram presos e submetidos à torturas.

Em síntese, a Operação Três Passos fora o primeiro movimento de resistência armada contra a Ditadura no Brasil, que tomou a cidade de assalto e se deslocou em direção ao Sudoeste e Oeste Paranaense. Capturados pelas tropas do Governo, os integrantes foram conduzidos até o Batalhão de Foz do Iguaçu, onde foram submetidos a torturas e privações, como trabalharemos no decorrer deste capítulo. Mais tarde, por volta de 1979, os

sobreviventes ingressaram com pedidos de Anistia e de indenização contra o Estado perante a Justiça.

Tomando por base o plano de fundo dos acontecimentos da Operação Três Passos, este quarto capítulo intenta produzir uma espécie de história social da memória, com base no caso específico do caso do Sr. Valdetar, demonstrando como a mesma é construída em diferentes momentos de sua história de vida e da história brasileira, atentando para a dialética existente entre vivenciar, lembrar e narrar. Entendemos que o presente, tanto a infindável gama de elementos que atravessam a atualidade da história de vida, quanto a interação presente na construção intersubjetiva da entrevista, constituem um olhar retrospectivo acerca do passado.

Para o historiador Henri Rousso, a história contemporânea é caracterizada a partir da mediação e do peso de eventos catastróficos – guerras, holocaustos, ditaduras e eventos similares, que ocasionam um quase inevitável envolvimento judicial, bem como enaltecendo a importância dada à memória e à testemunha (ROUSSO, 2016: 281-2). Estes elementos acentuam a importância do estudo na memória no desenvolvimento da história do tempo presente.

Deste modo, o processo de construção do passado se realiza também no presente, mas não de forma completamente autônoma das vivências do passado. Mas é relevante refletir acerca das perspectivas atuais em relação ao passado, bem como essas mesmas perspectivas foram retratadas em presentes anteriores. Para tanto, nos serviremos de quatro momentos narrativos diferentes de Valdetar.

Sirvo-me das proposições metodológicas sugeridas pela socióloga Gabriele Rosenthal (2014), que, em suas pesquisas, procura investigar como as pessoas se apresentam com sua história de vida no presente da narração ou da escrita e até que ponto sua autoapresentação é constituída por sua vivência no passado. A autora se utiliza de narrativas orais produzidas em diferentes momentos das trajetórias de vida dos sujeitos entrevistados. Na leitura desses diferentes suportes, a autora nos leva a perceber a existência de uma não homologia entre vivência e narração, afirmando existir uma dialética entre vivência, lembrança e narração (ROSENTHAL, 2014: 227).

Assim, ao nos basearmos em princípios metodológicos da pesquisa biográfica, procuramos compreender padrões interpretativos anteriores e atuais, bem como percepções

subjetivas dos indivíduos, no que concerne ao modo como suas histórias se encontram embebidas de elementos do universo social.

Gabriele Rosenthal ainda pontua como o presente narrativo é balizador do olhar sobre o passado e busca perceber como este é recordado em cada situação específica:

Partindo, inicialmente, da percepção de que as vivências narradas se referem a lembranças que se apresentam no processo narrativo, essas lembranças não se referem a um estoque de memórias que contenha lembranças firmemente armazenadas ou fixadas. Pelo contrário: o presente da narração ou escrita biográfica define o olhar retrospectivo sobre o passado e gera um passado recordado específico em cada caso. A recordação se baseia, como Edmund Husserl já discutiu, num processo de reprodução em que aquilo que passou está sujeito, de acordo com as condições e exigências do presente da situação recordada e do futuro antecipado, a uma modificação constante (2014: 229)

A entrevista oral que produzi com o Sr. Valdetar ocorreu em 09 de novembro de 2016, após iniciarmos contatos aproximadamente seis meses antes. A entrevista se deu em um quadro político conturbado, quando o país atravessava a efervescência do processo de impeachment que culminou na derrubada da presidente Dilma Rousseff, em meio a pesadas críticas à esquerda nacional e acenos de alguns setores na defesa do militarismo e da ditadura. Esta é uma das fontes a serem utilizadas neste capítulo.

Outra fonte é o depoimento prestado pelo Sr. Valdetar à Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade, em Cascavel, no dia 21 de março de 2014. Nessa época, trabalhos de diferentes Comissões da Verdade se encontravam a todo o vapor no país. Um cenário político de bastante intensidade fazia vivificar a busca de elucidações de graves violações aos direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira.

Outra fonte, com base na qual procuraremos cotejar as narrativas acima, são trechos de entrevistas com o senhor Valdetar concedidas ao autor do livro *Confidências de um Guerrilheiro*⁵³ (2008), do escritor e professor de Letras Teobaldo Branco, que conta a história da Operação Três Passos e traz Valdetar como principal personagem. Na obra, o autor reproduz uma série de trechos das entrevistas concedidas a ele por Valdetar.

Outra referência que utilizaremos como suporte é a Dissertação de Mestrado “A Operação Três Passos: A História, o Direito e o Político” (1993), de Daniela Cademartori, que contém trechos de uma entrevista realizada com o senhor Valdetar. Trata-se de uma dissertação da área de Direito, escrita no início da década de 1990, num cenário de transição

⁵³ BRANCO, Teobaldo. *Confidências de um Guerrilheiro*. Ed. Maneco. Caxias do Sul, 2008.

para a democracia. A abordagem de Cademartori versa sobre como os réus do episódio foram enquadrados em instrumentais técnicos, jurídicos e políticos, vinculados à perpetuação dos interesses hegemônicos e de legitimação do governo militar.

O objetivo do presente capítulo orbita em torno de demonstrar como uma metodologia da pesquisa biográfica pode possibilitar a compreensão de padrões interpretativos atuais, perspectivas subjetivas dos sujeitos em seu cotidiano, bem como de quanto suas histórias se encontram perpassadas pelo universo histórico e social.

Ao nos atentarmos ao livro “Confidências de um Guerrilheiro”, bem como ao depoimento prestado à CEV-PR e a diferentes trechos da entrevista por nós realizada, percebemos que Valdetar dá um viés biográfico em sua narrativa, como procurarei demonstrar a seguir.

Primeiramente observo que trabalhar com textos de caráter autobiográfico, tais como os aqui, nos acenam para a questão de que essas fontes remetem a uma realidade passada há várias décadas. Dada a diferença temporal entre os eventos ocorridos e o período em que as entrevistas foram produzidas, podemos perceber como se estruturam os discursos atuais: pautados em datas, fatos, episódios memoráveis e narrados de modo coerente e pujante por Valdetar. Assim, é como se a narrativa fosse composta por camadas de memória, onde o entrevistado não necessariamente narra o passado objetivo, embora recorde elementos específicos de cada caso, mas também acrescenta o modo como lembrou/narrou o fato pela última vez.

O entrevistado descreve situações que vivenciou pessoalmente no passado, mas que também já narrou para outras pessoas, após ter tido contato com narrativas de outras pessoas que também viveram esse passado. Trata-se também de um processo de lembrar como recordou e conformou esse passado em suas lembranças, traduzindo-o em depoimentos e na forma escrita. Neste aspecto, concordamos com Donald Ritchie, citado pelo historiador Alexander Freund, no tocante ao modo como as pessoas tendem a construir novas formas de narrar e explorar uma determinada memória:

As pessoas regularmente reavaliam e reexplicam suas decisões e ações passadas. [...] os indivíduos utilizam os conhecimentos adquiridos, a partir de eventos atuais para reformulá-los e dar um novo sentido das experiências passadas. Não há nada que invalide esta refletividade, enquanto os entrevistadores e pesquisadores entenderem o que está ocorrendo e levem isso em conta (RITCHIE, 2003: 33 Apud FREUND, 2013: 51).

Neste primeiro momento, adotando perspectiva metodológica semelhante à de Gabriele Rosenthal (2014; 233-235), mencionaremos alguns dados substanciais e cronologicamente organizados da história de vida de Valdetar Dorneles. A escolha por Valdetar como objeto central do capítulo se deu, inicialmente, em função da diferença entre sua maneira de narrar e a dos demais entrevistados. É comum em entrevistas com membros desta geração que as entrevistas sejam mais curtas, normalmente contendo poucas narrativas espontâneas, adentrando em determinados temas ou recordações mais longas somente quando incitados a isso. Já com Valdetar foi diferente, tanto em seu depoimento a CEV-PR, quanto em nossa entrevista, ele sempre apresentou-se de modo a construir narrativas longas, expor suas interpretações e subjetividades acerca dos temas, adentrar em assuntos espontaneamente.

Por conseguinte, ao optarmos por Valdetar, o levantamento documental amplo contendo entrevistas e materiais produzidos em diferentes momentos de sua vida, acabou por apresentar-nos uma possibilidade interessante de análise de como o passado é recordado em cada caso específico. Assim, nesse texto, procurar-se-á demonstrar que de diferentes modos as entrevistas possuem vestígios do passado os quais podemos tentar decifrar particularmente a partir da perspectiva do presente de cada narrativa ou testemunho.

Esta pequena biografia que segue foi escrita com base nas informações detalhadas do entrevistado, algumas constantes no decorrer da entrevista, outras por intermédio de documentos que mostrou enquanto conversávamos (certidão de casamento, diplomas etc), também por intermédio de sua filha, Loraci Dorneles. Após composição do texto e organização dos dados sequenciais pedimos para que Valdetar e Loraci nos dessem aval acerca do conteúdo.

Valdetar Antônio Dorneles nasceu em 23 de setembro de 1933, em Vila Nelson Bones, Bom Progresso-RS; filho de Euzébio Teixeira Dorneles e Laurentina Antonia Dorneles. Até dez anos, viveu em Inhacorá, onde estudou até o segundo ano primário, na Escola Sepé Tiaraju; mudando-se em 1943 para Campo Novo, onde concluiu o curso primário (5º ano) em 1947. Aos 14 anos conseguiu seu primeiro emprego na firma madeireira Boss de Campo Novo, como faxineiro, permanecendo nessa firma por 8 meses. Em 1948 foi trabalhar na Usina Hidrelétrica do Guarita no cargo de boxe (servidor de água e ferramentas aos operários da usina). No mesmo ano tornou-se capataz de turma – comandando 48 homens na construção da estrada; terminada esta obra, passou a trabalhar como porteiro da usina. Morou de 1952 a 1953 em Vila São Sebastião, em Redentora/RS. Em 1953 serviu o exército no 1º Regimento de Cavalaria de Itaqui/RS. De 1954 a 1959 trabalhou como agricultor em Vila

Nelson Bones. Em agosto de 1959 foi contratado como professor Auxiliar de Ensino, pela 17ª Delegacia de Ensino de Santa Rosa e no mesmo mês e ano passou a lecionar na Escola Rural Isolada de Barra do Turvo, Esperança do Sul/RS – onde lecionou para 143 alunos matriculados.

Em 1960 começou seus estudos de formação pedagógica em cursos intensivos nas escolas Visconde de Cairu - Santa Rosa/RS, Murilo Braga - Santa Cruz do Sul/RS e por fim no Instituto de Educação Idelfonso Simões Lopes de Osório/RS, onde foi líder estudantil, saindo deste Instituto em 1965. Dentro desse período lecionou até 1961 em Barra do Turvo, de onde foi transferido para a Escola Carlos Gomes, de Vila Industrial, Campo Novo/RS, de onde foi transferido novamente por perseguição política para a Escola Rural Isolada Guerra Junqueiro de Lajeado Biriba, Bom Progresso/RS.

Também no ano de 1965 se tornou uma das lideranças do movimento que ficou conhecida como Operação Três Passos, comandada pelo coronel Jeferson Alencar de Cardim Osório. Por este motivo foi preso, torturado e condenado a 4 anos de prisão. Permaneceu na condição de cassado político por 24 anos e 4 meses. Já recebeu três anistias, a primeira vez pelo estado do Paraná, depois do estado do Rio Grande do Sul e, finalmente, pelo Governo Federal, que reconheceu o seu direito e retratou-se, pedindo desculpas pelos erros cometidos pela Ditadura Militar, que o prendeu e torturou.

Casou-se em 1975 com Noraci Bones Dorneles (falecida em 23 de dezembro de 2008), com quem teve 3 filhos Loraci, Valmor Euzébio e Raquel. Em 1985 foi anistiado, porém, só em 1988 pôde voltar a lecionar no colégio Carlos Gomes, em Campo Novo/RS. No mesmo ano iniciou curso supletivo de 2º Grau, vindo a concluí-lo em 1987. Em 1988, prestou vestibular na UNIJUI, sendo aprovado para o Curso de Direito, tendo concluído em 1993, como Bacharel em Direito. Desde 1997 passou a atuar na defesa e na busca dos direitos de perseguidos políticos, exiliados e anistiados, tanto seus ex-colegas combatentes de Três Passos, antigos membros do Grupo dos Onze, da VPR, bem como militares que foram perseguidos pelo regime por possuírem afinidade com o brizolismo.

Atualmente, encontra-se aposentado da função de professor, mantendo-se ainda atuante como advogado em Três Passos/RS, onde tem seu escritório juntamente com sua filha mais velha, Loraci Dorneles.

Até aqui foram elencados dados de cunho biográfico de Valdetar, organizados em sequência cronológica, sem indicar como ele próprio versa sobre esses fatos ou que

significados eles tem ou tiveram no passado para o entrevistado. Esses fatos e dados mencionados de modo sintetizado das etapas biográficas servem de suporte para pensarmos o entrevistado em diferentes momentos, bem como para dar suporte na interpretação das narrativas ao longo do capítulo.

Passaremos aqui à análise do depoimento de Valdetar à CEV-PR. A fala de Valdetar, então com 81 anos, inaugura os trabalhos de oitiva dos depoentes naquele dia 21 de março de 2014. A fala estruturada, a capacidade de articulação de datas e fatos, atrelada a sua interpretação dos mesmos, aliada a experiência na área jurídica por atuar na defesa dos interesses de perseguidos pelo regime parecem ter sido relevantes para ter sido ele o primeiro depoente.

O testemunho prestado é bastante significativo e se estendeu, contando com o espaço de questionamentos, por aproximados 60 minutos. Em seu depoimento observa-se uma linearidade cronológica, que se inicia com acontecimentos de sua infância, quando narra eventos de seu passado no interior do Rio Grande do Sul, o envolvimento de sua família com a política do período, a vinculação aos ideais políticos brizolistas, mas se concentra de modo mais dedicado à Operação Três Passos, bem como aspectos de sua trajetória que reivindicam para si certo protagonismo dos fatos, construindo-se enquanto voz autorizada para narrar aqueles episódios. Em seus comentários iniciais, descreve sua trajetória de vida em que fez “um pouco de tudo”, foi “agricultor, operário, eletricitista, trabalhei em diversas coisas [...] trabalhei em usina, fui capataz, servi ao exército, onde aprendi a lidar com armas” e segue descrevendo que cuidou do irmão enquanto “a mãe carpiá terrenos para ganhar o sustento” (Depoimento CEV, 2014).

Valdetar sublinha ainda que, em 1959, quando o Rio Grande do Sul era governado por Brizola e com a abertura de escolas, ele se apresentou para ser educador e prestou o concurso e, mesmo há muito tempo sem estudar, foi aprovado em 11º lugar como professor, trabalhando com pessoas carentes. Aperfeiçoou-se nos estudos e tomou consciência de que era necessário “lutar pelo povo brasileiro”. A relevância, contudo, dada a esta fase da vida é pequena, em relação aos aspectos que serão rememorados relativos à Operação Três Passos, mesmo assim a afirmação “lutar pelo povo brasileiro” demonstra como ele associa um objetivo político à sua atuação enquanto professor.

Nos momentos iniciais do depoimento, Valdetar compõe uma pequena autobiografia, descrevendo brevemente uma infância árdua e cheia de privações, envolta na dedicação ao

trabalho, em suas diferentes formas, encarnando em si valores ligados ao trabalho como elemento enobrecedor. Desta forma ele se constrói enquanto indivíduo e trabalhador, estabelecendo vetores de significados até chegar ao movimento conhecido como Operação Três Passos e ao Valdetar dos tempos atuais. Assim, ele logo se volta aos fatos associados à Campanha da Legalidade⁵⁴, momento em que

[...] se apresentou muita gente. Tinha pessoal do Exército, da Política, brigadiano, de tudo quanto era jeito. Mas, de repente, precisou de um homem que fosse o presidente da Comissão de Resistência. Aí as coisas mudam, todo mundo se aquietou, ninguém abriu a boca. Quando chegou a hora de tomar decisões, as coisas se complicaram... aí meu falecido pai, um homem que foi amigo do Prestes, que acolheu o pessoal do Prestes na Argentina, em 1925, esse Luís Carlos Prestes, meu pai serviu o exército dele [...]. E lá, o Prestes, chegando em Campo Novo, não encontrou meu pai. Então se dirigiu ao Alto Uruguai, e lá chamaram meu pai. Aí ele se apresentou para ele, e disse: “Óh! Tô pronto pra ir na Revolução”. E ele disse: “Não, a Revolução está perdida, mas eu quero que você assuma todo o pessoal que tá cansado, todo o pessoal que eu tenho na tropa ferido. Eu quero que você trate deles e mande de volta para o Brasil”. Esse foi o serviço que meu pai fez. (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR)

O depoente evoca a figura de seu falecido pai, o Sr. Eugênio Teixeira Dorneles, o Zebinho, em diferentes momentos do depoimento. Ele procura demonstrar que os traços de luta e engajamento são elementos inerentes a sua história familiar, evocando a figura de seu pai e seu apoio ao movimento tenentista da Coluna Prestes entre os anos 1924 e 1927. Segundo sua fala, assim como ele atendeu ao apelo de Brizola, também o seu pai atendeu ao de Prestes. Ele assim constrói uma associação entre essas duas lideranças políticas gaúchas e sua trajetória política e a de seu pai.

⁵⁴ No ano de 1961 o país se encontrava frente ao nascer de uma nova crise. Devido a renúncia do presidente Jânio Quadros, os ministros militares ambicionaram tomar o poder. Nesse ínterim, Leonel Brizola, governador do Estado do Rio Grande do Sul, iniciou uma campanha para que o vice-presidente João Goulart pudesse assumir a presidência, essa campanha ficou conhecida como Campanha da Legalidade. De acordo com a obra “Os 50 anos da legalidade em imagens”, feita pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o movimento “reuniu diversos setores da sociedade defendendo a posse do vice-presidente, João Goulart, conforme previa a Constituição. O então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, iniciou este movimento de resistência pregando a legalidade, ou seja, a posse de João Goulart, o Jango, que se encontrava em viagem à China quando Jânio Quadros renunciou. Na defesa da Constituição, Brizola requisitou os equipamentos da Rádio Guaíba, da Companhia Jornalística Caldas Junior, e passou a transmitir os seus discursos da rede da legalidade, que funcionava nos porões do Palácio Piratini. Nos 12 dias do período, a área central de Porto Alegre foi palco de grandes manifestações da população, ações da Brigada Militar para evitar um provável bombardeio, discursos inflamados do governador Brizola e encontros políticos. Os gaúchos, durante o Movimento, afirmaram ainda mais a cidadania e a sua vocação democrática” (2011: 07).

Os 50 anos da legalidade em imagens / Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital. Diretoria de Jornalismo ; organizado por Claudio Fachel e Camila Domingues. -- Porto Alegre : CORAG, 2011.

Esta construção argumentativa encontra-se atrelada ao modo pelo qual, na sequência de seu testemunho, Valdetar descreve sua adesão ao movimento contrário à ditadura militar:

Meu pai sempre teve posição muito forte e, por causa de nós querer assumir a liderança do Comitê de Resistência da Legalidade, nós fomos marcados. Tinha tanta gente, mas ninguém se manifestou, ele levantou e disse: “Eu assumo!”. Aí tinha um compadre dele que disse assim: “Junto com o senhor, compadre, eu também assumo”. “Quem se candidata para secretário do movimento?”. Todos quietos. “Pronto, Estou aqui!”. Então comecei o meu movimento, a minha militância de verdade nessa época. Tive que organizar a resistência, e formar tipo de um quartel pró-militar, mas eu nunca parei. Como professor, trabalhava em localidades, eu organizava a sociedade, organizava a igreja, organizava a escola, que às vezes não tinha, trazia a biblioteca. Fui ativista. E agora? (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR)

O testemunho de Valdetar possui várias camadas de memórias. Trata-se de uma rememoração que se dá no presente narrativo, durante o depoimento à Comissão Estadual da Verdade, em 2014, durante a qual, à medida que ele procura recordar a organização do movimento conhecido como Operação Três Passos, iniciado em março de 1965, ele narra também elementos contidos em recordações do seu pai sobre eventos dos quais ele participara na década de 1920. Desta forma, Valdetar atrela a sua história familiar a momentos importantes da História do Brasil, como a participação do pai em apoio à legendária Coluna Prestes, bem como a adesão de seu pai e dele próprio, em 1961, à Campanha pela Legalidade. A trajetória familiar atravessada por esses eventos confere, assim, legitimidade a sua fala sobre os eventos ocorridos a partir do Levante de Três Passos.

O depoimento dado à Comissão Estadual da Verdade é mais amplo do que o fragmento apresentado até aqui e retornaremos a outros trechos dele ao longo do capítulo. No entanto, como forma de procurar melhor exemplificar como o presente narrativo cria um passado recordado específico para cada caso, bem como um olhar retrospectivo sobre o passado, iremos transitar entre as diferentes entrevistas e depoimentos prestados por Valdetar, procurando observar como determinados acontecimentos são rememorados de acordo com as condições sociais de fala e escuta. Como, por exemplo, quando de seu depoimento a CEV-PR, em março de 2014, quando uma série aspectos (inter)subjetivos e objetivos desencadeados pelas ações das diferentes Comissões da Verdade – bem como suas antecedentes –

construíram lugares de escuta empenhados em fazer ecoar as falas das vítimas do período ditatorial brasileiro.

Tendo conhecimento do testemunho de Valdetar, iniciamos os contatos preliminares e realizamos uma entrevista com este militante do movimento de Três Passos. Para isto, organizamos, a partir de elementos contidos no testemunho prestado na Audiência Pública de Cascavel, um roteiro de questões, procurando, contudo, realizar uma entrevista que se encaminhasse para uma história de vida, conforme esclarecemos a ele durante os contatos prévios.

Iniciamos pedindo para que seu Valdetar se apresentasse e contasse sobre sua infância, seu trabalho, enfim, sua trajetória de vida. Em sua entrevista, seu Valdetar organiza uma narrativa cronologicamente linear, bastante estruturada, dando sentidos para o passado e presente. O entrevistado veio a confirmar a impressão que tínhamos dele acerca de ser um grande narrador. A resposta a minha solicitação inicial teve a duração de aproximadamente 15 minutos, sem interrupções. Neles, seu Valdetar abarca diferentes temporalidades, fatos de diferentes momentos históricos e de sua trajetória individual. O excerto a seguir é bastante longo – pequeno, se visualizado sob o prisma da prolongada duração da resposta, mas importante para compreender diferentes aspectos da estruturação da narrativa do entrevistado:

Meu nome é Valdetar Antônio Dorneles, nascido em 23 de setembro de 1933, localidade chamado [inaudível], isso significava também que o “campo” e “mata”, na divisa, na entrada da mata, aí eu nasci. Sou camponês, sou meio [inaudível], então... eu vim ao longo desse dia, e recebi o nome de Valdetar Antônio Dorneles em homenagem a um capitão da aeronáutica, João Valdetar Amorim de Melo, que era ministro de aviação no tempo do Getúlio Vargas, e esse homem fez a revolução de Getúlio Vargas em São Paulo junto com o meu pai, meu pai era tenente e ele capitão. Então fizeram uma amizade muito grande, e em homenagem saiu meu nome, que é um pouco estranho, mas hoje nós estamos em sessenta e poucos Valdetares no Brasil e no mundo... tem no estrangeiro também. Mas eu sou o mais velho, puxei... antes do Amorim de Melo, meu nome puxou essa outra penca de Valdetar. A gente desde pequeno já trouxe no destino alguma coisa, porque quando eu tinha um ano, eu fui doado para meus avôs... meus avós, porque meu pai tava em perigo de morte, tanto meu pai quanto a minha mãe, porque eram maragatos e aquele tempo chimangos e maragatos não se... não se enquadravam, e quem sofria... então foi doado... me doaram... então foi uma tragédia que marcou muito na minha vida porque eu era muito pequeno e assisti a doação... eu tinha um ano e meio, mas lembro como se fosse hoje, vendo os velhinhos, e vendo a doação e a recomendação do meu pai pra meus avós. Aos três anos e meio eu entrei na primeira briga... três mulheres

surrando uma tia minha... e derrubaram minha tia, e aí uma pela garganta esguelou, e quando minha tia fez termo de morte, que botou a língua pra fora e virou as vistas, eu me atraquei na mulher e dei uma mordida no braço daquela velha que tava esguelando minha tia e defendi ela, ela só gritou assim “me mordeu, desgraçado”, e eu saí fora e não ficaram sabendo quem mordeu a velha até hoje. Mas então eu trouxe uma intuição pra a luta né, porque nasci e me criei e desde muito pequeno eu tive tendência à liderança. (Entrevista com DORNELES, Valdetar. 2016: A/A)

Após ligeiramente mencionar dados ligados a seu nascimento, localidade, vinculação com o meio rural, Valdetar se preocupa em explicar que seu nome é uma homenagem a um Capitão da Aeronáutica e que foi Ministro da Aviação do presidente Vargas. Valdetar detalha não apenas isso, mas informa que ele serviu às Forças Armadas juntamente com seu pai, Zebinho, o qual “*era tenente e ele capitão*” e “*fizeram uma amizade muito grande*”. A menção da homenagem que seu nome se presta evoca a importância de um militar representativo durante o governo Vargas. Também ele, Valdetar, teria servido, segundo seu relato, de exemplo para outros indivíduos, já que seu nome teria sido dado para outras pessoas depois. O entrevistado evoca para si uma aura de bravura, a qual já lhe seria intrínseca desde pequeno, e teria inspirado outros a darem seu nome: “*hoje nós estamos em sessenta e poucos Valdetares, no Brasil e no mundo... tem no estrangeiro também, mas eu puxei essa outra penca de Valdetar*” (idem)

Em breve pesquisa sobre o capitão citado, revela-se que o mesmo se chamava João Valdetaro de Amorim e Melo, tendo sido este militar e engenheiro, participando das Revoluções de 1930 e, depois, da Revolução Constitucionalista, de 1932, ao lado das tropas de Getúlio Vargas. João Valdetaro foi chefe do Gabinete Militar da Presidência da República do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-51) – e não de Getúlio Vargas, portanto – e, também durante esse mandato foi nomeado ministro de Viação e Obras Públicas (CPDOC/FGV).

Estes tipos de imprecisões são comuns em narrativas dependentes da memória, ao se rememorar e se tentar recompor elementos do passado a partir do presente, segundo o sentido que se tenta imprimir à narrativa⁵⁵. Ser ministro de Getúlio Vargas poderia ser, na

⁵⁵ Entendemos a imprecisão de Valdetar a partir do sentido o qual ele procurou atribuir ao fato, devendo o mesmo ser interpretado dentro de suas especificidades. Nesse sentido, as lembranças podem ser imprecisas, mas nem por isso são menos reais do que o narrador intenta em revelar. Para José D’Assunção Barros, no livro *O Campo da História – Especialidade e Abordagens* (2004), a documentação escrita também traz espaços dissimulados, que trazem silêncios, falseamentos e outros elementos indicativos do que o autor do texto pretendia ou não revelar (2004: 132-137).

interpretação de Dorneles, algo de maior expressão do que ser ministro de Gaspar Dutra. Ou seja, é este o sentido que ele quer dar – o Valdetar do passado foi um militar de expressão política maior.

Outro ponto a ser desnudado no longo excerto de nossa entrevista com Valdetar Dorneles diz respeito a como essa reivindicação de protagonismo e afirmação de bravura aparece quando vinculado à sua própria história de vida pessoal desde a infância, não apenas a fatos da história política do país. O entrevistado nos conta que, tendo sido doado pelos pais para os avós, já aos três anos e meio teria entrado numa briga em defesa da tia, que se encontrava caída e apanhando de outras três mulheres. Quando a tia estava quase morrendo, ele se “atracou na briga”:

e dei uma mordida no braço daquela velha que tava esguelando minha tia e defendi ela, ela só gritou assim: “me mordeu desgraçado”, e eu saí fora e não ficaram sabendo quem mordeu a velha até hoje. Mas então eu trouxe uma intuição pra a luta né, porque nasci e me criei e desde muito pequeno eu tive tendência à liderança...” (Entrevista com DORNELES, Valdetar. 2016: A/A)

Retomamos o pequeno trecho acima, citado anteriormente, para mostrar como o entrevistado suspende a narração do episódio para estabelecer uma relação entre o seu comportamento na infância e depois, na vida adulta – ele teria uma tendência para a luta traçada já desde pequeno, segundo sua interpretação retrospectiva. Assim, ele estabelece uma relação entre os tempos por meio da narrativa. Segundo Paul Ricoeur: “*existe entre a atividade de contar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental*”. Haja vista que mesmo no plano de nossas experiências cotidianas mais simples nosso existir através da síntese de integração que a narrativa é capaz de operar, como sintetizado pelo próprio autor: “*o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo*” (RICOEUR, 1994: 85).

Ao longo de nosso processo analítico das diferentes falas de Valdetar, nos deparamos com uma história semelhante contada no livro *Confidências de um Guerrilheiro* (2008), de Teobaldo Branco:

Meu pai, Zebinho, assim era conhecido. Certa vez, enquanto ainda menino, adolescente, apareceu um andarilho, tipo gaúcho de fato, que não aparava a macega pra nada. Mau elemento, chegou e tomou conta da zona de prostituição na vila de Campo Novo. Os frequentadores não conseguiam chegar ao local porque lá era ele quem mandava, era sujeito duro com os rivais. As mulheres estavam sob seu domínio e, quando alguém se arriscava,

ele botava para correr. Veja o espírito audacioso, valente, competitivo e líder do meu pai: com apenas 13 anos de idade, ao chegar em casa de uma viagem, soube do aventureiro e de seus feitos. Certamente com aquele pensamento libertário se dispôs a enfrentar o dominador da zona de meretrício. Desejava mostrar que ninguém é dono de ninguém. Questionou outros jovens: “Não teve alguém para correr com esse sujeito? Então irei” [...] o meu pai, dentro da casa, rebentou a porta do quarto e invadiu o recinto flagrando o referido homem desprevenido e, com arma em punho, dominou-o, retirando-o do quarto e, amarrado, fez montar em seu cavalo e sumir do local. Pelo feito, os homens da época ficaram admirados, pasmos: como um menino pôde fazer aquela proeza. (DORNELES, Valdetar in: BRANCO, 2008: 24-25)

Interessante observar como em ambas as narrativas, na entrevista que realizamos e na concedida para o livro de Teobaldo Branco, existe uma recordação do passado, no caso da infância e adolescência, como forma de sublinhar valores como coragem e bravura como um aspecto inerente a Valdetar Dorneles e seu pai. Importante destacar que aqui, no caso, é do pai que ele se refere, não a ele próprio.

Ambas narrativas guardam efeito semelhante, dando a impressão de evocar a si próprio dentro de uma determinada perspectiva de heroísmo, elemento esse que se apresenta na própria conclusão de Valdetar acerca do episódio envolvendo o pai: “*desde menino, meu pai tinha espírito libertador, por isso não aceitava submissão. Era um sinal místico de grandeza para realizar o que fez. Assim organizou a família e criou os filhos. Somos filhos genéticos do tempo*” (idem. op. Cit).

Aqui Valdetar é mais explícito ainda nessa associação entre pai e filho – é pela genética que tais valores teriam sido repassados. Como podemos observar, Valdetar remonta ao passado de modo a significá-lo no presente, tanto em suas narrativas pessoais, quanto nas que envolve o pai, procurando demonstrar como os valores familiares de sua criação foram embebidos nos mesmos veios de coragem e amor à liberdade que o pai.

A socióloga Gabriele Rosenthal considera que é possível conectar no presente da narração vivências variadas, muitas delas transmitidas por outras pessoas, e com elas constituir uma história acerca de uma determinada situação. Assim o fluxo das recordações tende a apresentar uma forma mais controlada da autoapresentação biográfica de quem narra, podendo conter certos tipos de argumentação e justificativas sobre o passado com vistas ao presente, bem como incorporar anedotas, vivências alheias e outros. Esses elementos são bastante importantes para que se compreendam as sequências narrativas, bem como as formas de exposição linguística e alguns de seus enquadramentos (ROSENTHAL, 2014: 230-32).

Logo na sequência da fala inicial de Valdetar, em nossa entrevista supracitada, ele reforça a ideia de liderança presente em outros momentos de sua vida:

eu trouxe uma instituição pra luta né, porque **me nasci** e **me criei** e desde muito cedo **eu tive** a tendência à liderança... todo lugar por onde **eu passava eu tinha** o **meu** time de futebol, eu tinha **meus** amigos, **meus** companheiros, né, e gostava muito de organizar a sociedade... **formei** muitas sociedades. **Fui** professor e os professores das comunidades onde passei **eu liderei, organizei bibliotecas, organizei escolas, orientei o povo, despertei o povo** pros direitos, pros seus conhecimentos né, então **eu tive** uma atuação bastante intensa na vida pública. Mas todas essas coisas te marcam, porque tem uns que não fazem e não gostam que os outros façam, geralmente o conservador, ele quer não ter capacidade de fazer e também não permite que os outros façam, então **eu fui** perseguido nesse... nesse ponto... (Entrevista com DORNELES, Valdetar. 2016: A/A)

No trecho acima vemos a condição de liderança clamada por Valdetar se expressar no modo pelo qual ele se utiliza da voz ativa, de pronomes possessivos e em primeira pessoa. Desta forma, reivindica seu protagonismo e sua capacidade de mobilização à luta como algo que lhe é natural, fato esse que é recorrente em outros momentos da entrevista e sob outras formas.

Interessante pensar que a entrevista dada a Teobaldo Branco para a produção do livro *Confidências de um Guerrilheiro*, assim como a leitura do livro pelo entrevistado, são elementos que atravessam a estruturação das lembranças de Valdetar na entrevista dada para mim anos depois. Esse processo nos leva a refletir acerca do processo de “composição das memórias”, trabalhado pelo historiador Alistair Thomson (1997: 6). Este autor, conforme já mencionado em análises anteriores, assinala que nossas memórias são compostas na relação entre passado e presente, utilizando-se de significações que são delineadas no plano cultural do narrador. Assim, o que se faz exposto em suas lembranças não se resume ao que Valdetar recorda do passado de modo objetivo. Suas lembranças são atravessadas pelas diferentes vezes que lembrou e ressignificou esse passado anteriormente, nos colocando diante do processo de tessitura de uma memória da memória. Lembranças e suas variações são suportes ou vetores de nossas reminiscências de acordo com as alterações sofridas por nossa identidade pessoal.

Em seu depoimento à CEV, em Cascavel, a afirmação de um dom de liderança está contida em diferentes momentos de sua fala, seja ao falar da responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos e de sustentar a casa, seja para ser capataz de usina, para exercer a função

de professor, ou, inclusive para dirigir e orientar os caminhos dos mais jovens que se encontravam no auditório da Unioeste naquela ocasião, na condição de homem mais velho e experiente: “*Então, por esta razão, eu concito: todo aquele que trabalhar não depende de fazer nada errado! Ele pode muito bem sustentar a família. Embora aos poucos, mas o pão de cada dia sempre veio na minha mesa.*” (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR).

Ao analisar a totalidade do testemunho do Sr. Valdetar, percebe-se que ele se volta para uma especificidade que precisa ser contextualizada: o militante procura demonstrar sua liderança, tanto no passado como no presente, colocando-se enquanto voz autorizada⁵⁶ para falar sobre a Operação Três Passos e, personificando, ainda nos dias de hoje, uma capacidade de orientar e chamar a juventude a agir, como também aparecerá em outros momentos de seu testemunho.

É entremeado pelos exemplos de coragem, bravura, liderança, ética e outros valores que, tanto no depoimento prestado à CEV, quanto na entrevista que realizamos com ele, Valdetar Dorneles prepara o assunto para chegar aos acontecimentos relativos à década de 1960 e à Operação Três Passos.

Salientamos aqui a importância da análise do todo de uma entrevista ou narrativa, para assim se chegar ao entendimento das partes. Procuramos reconstruir o vivenciado e saber em que medida isso constitui perspectivas atuais e referências para certas ações, perfazendo uma análise do processo de narração e a interpretação das narrativas. Para Rosenthal esse tipo de abordagem contribui para o entendimento de padrões atuais, de subjetividades e de como as histórias dos sujeitos se encontram reciprocamente cruzadas ao universo social. Para esta autora a história de vida;

É formada pela inter-relação entre os modelos de planificação e interpretação da vida “normal” existentes e pré-fabricados socialmente e os acontecimentos e as experiências de maior relevância biográfica e suas sucessivas interpretações. Essas reinterpretações, a que o biografado normalmente não tem acesso consciente, mostram seus efeitos por trás dos

⁵⁶ A noção de “voz autorizada” traz em si a dimensão de alguém capaz de atestar a veracidade de tudo o que ali é relatado. Na perspectiva adotada pela pesquisadora em Comunicação Social e professora da Unesp, Eliza Casadei: “É pela vivência direta que se cria a impressão de que as testemunhas estão autorizadas a comentar sobre o assunto e, mais do que isso, tem o seu depoimento acreditado. A presunção de verdade é acionada pela posição que os personagens assumiram na cadeia de eventos passados e, como participantes diretos dos acontecimentos, suas falas funcionam como provas de autenticidade das posições que se querem confirmadas”. (CASADEI, 2010: 122)

indivíduos; são constituídas por sua estrutura biográfica geral – que as vezes se manifesta na narrativa como avaliação global –, modelando o passado, o presente e a vida futura que se antecipa (ROSENTHAL in: AMADO e FERREIRA, 2012: ebook)

Ao longo do processo de pesquisa, tivemos conhecimento da dissertação de Mestrado intitulada “Operação Três Passos – A História, o Direito e o Político”, defendida em 1993 por Daniele Mesquita Leutchuk Cademartori, na qual entre outros entrevistados aparecem trechos da entrevista realizada pela autora com o Sr. Valdetar Dorneles, no início dos anos de 1990. A dissertação construída no campo do Direito, procura reunir elementos do julgamento dos integrantes da Operação, avaliando como arcabouço jurídico à serviço do sistema judicial se encontrava à disposição da preservação dos interesses políticos do governo militar. Para tanto, a autora procura demonstrar um histórico da Operação Três Passos em relação ao cenário político do período militar, utilizando-se de documentos e entrevistas com participantes deste processo.

Procuramos utilizar a dissertação no intento de compreender como aparecem fatos e lembranças, mesmo que fragmentariamente, nas falas de Valdetar naquele momento histórico de sua vida, quando o país vivia a redemocratização e sob a égide das mudanças propostas pela Constituição de 1988. Nesse momento o entrevistado ainda se encontrava na condição de requerente aguardando a obtenção da anistia política pleiteada em 1985.

Nos excertos citados por Daniele Cademartori (1993), observamos que as falas de Valdetar eram mais objetivas, atendo-se a narrar os fatos em si, com poucas reflexões, normalmente se restringindo a como lembrava ter acontecido algum episódio. Foi um modo diferente do testemunho dado à Comissão Estadual da Verdade em Cascavel (2014) e da entrevista que realizamos (2016), nos quais Valdetar abre um flanco de subjetividade em que estabelece relações entre suas memórias sobre Três Passos e sua vida pessoal e familiar. Neles também estabelece interpretações históricas acerca dos acontecimentos, realiza contextualizações das memórias que serão transmitidas e relaciona-as com eventos históricos, aspectos políticos e realidades econômicas.

Ao estabelecermos um comparativo entre as construções narrativas de Valdetar Dorneles, procurando situá-las em seus respectivos presentes narrativos e compreender como as memórias vão sendo estruturadas pelo narrador ao longo do tempo, podemos nos aproximar dos possíveis significados dados aos fatos, relacionando-os às diversas etapas

biográficas deste narrador no momento de cada vivência e aos diferentes contextos políticos e sociais.

A morte de outros sobreviventes, durante a conjuntura dos trabalhos da CEV, da Operação Três Passos fez do senhor Valdetar um dos principais depoentes sobre aquele fato. A condição de professor (até 1995) e posteriormente advogado (1997 até hoje) foram lhe conferindo, com o passar dos anos, habilidade retórica. Somado a isso, a distância temporal dos acontecimentos permitiram a Valdetar promover novas reflexões sobre os fatos.

Nesse sentido, destacamos que quando da entrevista para a dissertação de Daniele Cademartori, Valdetar Dorneles se encontrava cursando a faculdade de Direito, no início da década de 1990. Suas percepções e interpretações dos acontecimentos vão sendo alteradas ao longo dos anos, principalmente após as experiências acumuladas na defesa de outras vítimas do regime ditatorial, do conhecimento de novos casos, de jurisprudências e outros entendimentos legais. À época da dissertação de Cademartori, Valdetar era depoente como sendo um integrante dos episódios da Operação Três Passos, possuindo um tipo de narrativa mais objetiva sobre os fatos.

Na dissertação citada anteriormente, não se encontram menções de Valdetar em referência ao cenário anterior ao levante da Operação Três Passos, apenas aos contatos com o Coronel Jefferson Cardim e com o Sargento Alberi dos Santos, a distribuição das funções e como se deu a operação. As falas de Valdetar aparecem de modo descritivo ao que ocorreu durante o levante e após a prisão dos envolvidos.

No livro de Teobaldo Branco, *Confidências de um Guerrilheiro* (2008), a contextualização é feita pelo próprio autor, descrevendo o país no cenário político da renúncia de Jânio Quadros (1961), do Parlamentarismo e da Campanha pela Legalidade, de Jango (1961-63), assim como trazendo aspectos do Golpe Militar de 1964. Falas de Valdetar entram na parte do texto em que o autor escreve sobre acontecimentos pertinentes à organização da operação, à guerrilha e às consequências para os envolvidos.

No contexto da produção do livro de Teobaldo Branco, Valdetar não é apenas um dos integrantes da Operação Três Passos, como na dissertação da área de Direito – mesma área na qual o entrevistado estava, à época, estudando – mas o principal personagem, caracterizado enquanto “guerrilheiro”. O que faz com que a palavra “guerrilheiro” deixe de ser negativa, a ponto de constar no título e assumir um entendimento próprio naquele cenário de 2008 (veremos que outra percepção se constrói em momentos futuros).

Na entrevista que realizamos, já em sua fala de apresentação, o senhor Valdetar se referiu espontaneamente àqueles acontecimentos:

E aí veio a política, e foi em 61 que entrei de cabeça na política, quando Leonel de Moura Brizola não aceitou o golpe que se projetou em 61, e o Rio Grande do Sul se levantou, porque naquela época o povo gaúcho entendeu ao Brizola (sic) e se emanou, nós aqui não tinha adversário político, todo mundo entrou por uma causa só, garantir a democracia e liberdade. Então tudo isso aí já vem me marcando, e eu em 61, quando deu a... foi feita uma reunião muito grande de resistência, e nessa reunião foi pedido quem é que assumia a responsabilidade pela... pelo movimento na região... tinha autoridade, tinha delegado, tinha militar, tinha tudo qualquer gente, mas todo mundo se aquietou... calaram. Aí meu pai: “se não tem ninguém pra assumir essa responsabilidade, eu assumo”. Aí foi aclamado como presidente do movimento da legalidade. Começou a se formar uma diretoria, aí o compadre Domingos Mendes Camilo, que nunca se meteu em nada, mas disse “compadre, eu vi que a coisa é séria, eu assumo a vice-presidência”. Aí chegou a vez do secretário, e quem é que assumia o secretariado? Ninguém. Então foi ficando marcado. Veio os inícios de reforma agrária, e nós entramos de cabeça também na reforma agrária, aí conseguimos colocar diversos vizinhos pra receberem um pedacinho de terra, e isso aí marcou muito. 61 não puderam fazer o golpe, em 64 consumou-se o golpe. A primeira casa a ser revistada... a primeira casa da região foi a minha... a nossa casa. Aí por mal dos pecados, meu pai era muito... O meu pai era muito... como que se diz, assim, dinâmico... ele não topava sacanagem... ele já disse algumas coisas e já prenderam ele, e nós não tava em casa, quando chegamos foi aquele transtorno, tinham roubado tudo que nós tinha... nosso armamento, nem faca de cozinha sobrou pra nós... não levaram nem foice e nem enxada, porque naquele tempo nós usava, mas o resto foi levado. E isso... e ainda recebemos o nome de comunista, aí tu já vê... a gente ficou um pouco machucado né, e começamos a receber os mensageiros de que o Brizola exilado em 64 né, e nós ficamos, e eu formei um pelotão de 180 homens da resistência, mas não deu tempo de fazer nada, já que o Brizola já tinha fugido e nós ficamos sofrendo as consequências aqui, mas nós pedimos para que comprovasse o que nós tínhamos feito de errado, o que que nós fizemos de errado em tudo isso, se era claro e compreensível o que nós estávamos passando, mas não adiantou... começaram a nos enxotar, aí entramos em contato com o Brizola e realizamos a tal guerrilha, que ganhou o nome de guerrilha, mas não era para ser uma guerrilha ...era para ser uma contrarrevolução porque nós contávamos com 80% das Forças Armadas, mas a gente viu nessa nossa trajetória que é muito difícil, muita gente vê as coisas de errado no mundo, mas alguém que assuma responsabilidade é muito difícil... não é fácil de você assumir uma responsabilidade pública assim. (Entrevista com DORNELES, Valdetar. 2016: A/A)

A narrativa de Valdetar, após sua apresentação pessoal e delineamento da coragem do pai, adentra nos acontecimentos pertinentes a 1961, quando, segundo ele, ele entrou de cabeça na política. A fala procura demonstrar os arranjos e a movimentação que desde 1961

se dava em apoio a Leonel Brizola e ao presidente João Goulart, na organização daquela que ficou conhecida como Campanha pela Legalidade.

A narrativa demonstra o modo como o entrevistado começa a refletir e a interpretar, resultado de um processo de avaliação posterior aos fatos: “a gente viu nessa trajetória que é muito difícil, muita gente vê as coisas de errado no mundo, mas alguém que assuma a responsabilidade é muito difícil”. Assim como quando Dorneles diz, adiante, que assumiu uma “responsabilidade pública”, o cenário histórico em que se processam os depoimentos na Comissão Estadual da Verdade são cercados por condições sociais de fala e escuta que possibilitam esse tipo de postura e de reflexão sobre o passado. O momento político vivenciado até a produção da entrevista permitiu que muitas memórias sobre a ditadura fossem reveladas, os trabalhos das Comissões da Verdade contribuíram para estimular narrativas de vítimas que ainda continuavam abafadas. O momento da Comissão Estadual da Verdade pode ter favorecido a ressaltar seu papel, bem como o do seu pai, haja vista que, durante os anos do mandato da Comissão da Verdade, um cenário mais propenso e aberto ao reconhecimento desse tipo de narrativa se criou.

Interessante perceber como a memória pode fixar determinados padrões e estruturas narrativas. A narrativa oral apresentada no excerto da entrevista é bastante similar ao depoimento prestado na CEV citado anteriormente, que reproduzo, parcialmente, mais uma vez para evidenciar a semelhança:

Meu pai sempre teve uma posição muito forte e, por causa de nós querer assumir a liderança do Comitê de Resistência da Legalidade, nós fomos marcados. Tinha tanta gente, mas ninguém se manifestou, ele levantou e disse: “Eu assumo”. Aí tinha um compadre dele que disse assim: “Junto com o senhor compadre, eu também assumo”. “Quem se candidata para secretário do movimento?” Todos quietos. “Pronto, estou aqui!”. Então comecei o meu movimento, a minha militância de verdade nessa época. (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR)

A semelhança entre o trecho do depoimento à CEV sobre a decisão da plenária que originou o Comitê da Legalidade e trecho sobre o mesmo assunto na entrevista que realizamos, tanto no conteúdo como na forma da rememoração, demonstra como a memória pode demarcar certa padronização da narrativa com o passar do tempo. Para o historiador Paul Thompson, no livro *A Voz do Passado*, o processo de seleção daquilo que será lembrado e fixado na memória vai além da capacidade de percepção e compreensão dos sujeitos, sendo mais provável que uma lembrança seja mais marcante quando corresponde a algo que seja do interesse ou da necessidade social ou individual do narrador (THOMPSON, 1992: 150-153).

Observa-se que também aqui, no excerto do depoimento, Valdetar busca reproduzir os diálogos havidos entre os presentes na reunião, para assim ressaltar a coragem dos que se dispuseram a assumir funções de liderança do Comitê.

Na fala de Valdetar reproduzida por Teobaldo Branco em seu livro, a fala também se apresenta de modo semelhante à entrevista dada a mim e ao depoimento à CEV-PR, pontuando que “*as forças populares começaram a se organizar, formando a resistência contra o anunciado Golpe de Estado na intenção de salvar a democracia institucional do Brasil*” (DORNELES, Valdetar in: BRANCO, 2008: 68) e segue descrevendo a reunião, a organização de uma eleição para o movimento de modo objetivo, sem deixar aflorar as subjetividades do diálogo descrito nas falas mais recentes. No livro de Teobaldo Branco, Valdetar incorpora à sua fala o trecho de uma Ata de Fundação do Movimento, possivelmente apresentada por ele durante a entrevista:

Como ponto inicial foi concretizada a eleição de uma diretoria, sendo empossada e composta pelas seguintes pessoas, conforme ata de fundação:
 Presidente – Euzébio Teixeira Dorneles (meu pai)
 1º Vice-Presidente – Domingos Mendes Camilo (vizinho)
 2º Vice-Presidente – Ângelo Sebastião Rosa Gobo
 1º Secretário – Valdetar Antônio Dorneles
 2º Secretário – Luciano Bones
 1º Tesoureiro – Olmiro Ramos Bones
 2º Tesoureiro – Volmar Aguirre
 (Ata de Fundação apud BRANCO, 2008: 69)

Primeiramente destacamos que a ata não é citada *ipsis litteris* no livro, pois ela é lida e explicada pelo entrevistado, que vai identificando sua relação com alguns integrantes do grupo. Também salientamos o modo como uma memória pode se utilizar tanto dos aspectos subjetivos da lembrança, como também de um suporte objetivo, no presente caso, a ata de fundação do Movimento da Legalidade na cidade de Três Passos, cujo trecho é reproduzido por Valdetar em sua entrevista para Teobaldo Branco. Por conseguinte, vemos como a figura do narrador busca sublinhar a prontidão do pai e sua perspectiva em alavancar o movimento.

Na entrevista que realizamos e no depoimento à CEV citados anteriormente, Valdetar remonta a cenários mais subjetivos, reproduz possíveis diálogos, reforça sua atuação e liderança, ao contrário dos demais, já que em sua visão “*todo mundo se aquietou*” (DORNELES, Entrevista). Na entrevista para o livro de Teobaldo Branco, munido da Ata de Fundação, Valdetar tem uma fala mais objetiva, descreve a composição da diretoria, formada por 7 membros listados com funções específicas. Também cita no restante de sua fala outros

integrantes alocados, por exemplo, na Comissão Fiscal que “*ficou a cargo de Antônio Bones, Áureo Bittencourt, Sérgio Bones, Valdomiro de Jesus Freire e Ibanes Ribas*”. E ele continua seu relato dizendo que “*Temos ainda a Comissão de Resistência com 99 nomes de nossa localidade, cujo original tenho em mãos, sendo que uma cópia foi enviada para o senhor Governador Leonel Brizola*” (DORNELES, Valdetar in: BRANCO, 2008: 69).

Na esteira da questão de como se estruturam determinados modelos narrativos, os quais seguem certos vetores e repetem certas formas e exemplos, percebemos como Valdetar apresenta de modo já claramente incorporado à sua narrativa o fato de sua casa ter sido a primeira a ser revistada após a tomada de poder pelos militares, em 1964. Tanto em nossa entrevista e no depoimento à CEV-PR, a lembrança apresenta um padrão semelhante, mencionando tratar-se de uma tarde de domingo, quando ele e os irmãos não se encontravam na residência e uma série de coisas foram levadas pela polícia: “*levaram todas as armas que nós tínhamos. Não ficamos nem com uma faca de cozinha. Levaram tudo*” (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR). Já na entrevista que realizamos aparece do seguinte modo: “*tinham levado tudo que nós tinha... nossos armamento, nem faca de cozinha sobrou pra nós... não levaram foice nem enxada, porque naquele tempo nós usava, mas o resto foi levado*” (Entrevista com DORNELES, Valdetar. 2016: A/A). No exemplo analisado, um mesmo conteúdo e forma de narrar os fatos se observa no depoimento e na entrevista, em razão de um processo de padronização.

Destacamos que a interpretação posterior de Valdetar sobre estes fatos, após algum tempo, deve ter colaborado para que ele reforçasse o seu papel em prol da democracia nos momentos que ainda viriam, como na Audiência e na entrevista que realizamos. A publicação do livro – centrado na figura dele – o empoderou e contribuiu para a forma como ele se constrói enquanto pessoa e se posiciona frente aos acontecimentos do passado no presente da narração.

Na entrevista a Teobaldo Branco, na década anterior, o episódio é relatado da seguinte maneira:

A revolução foi deflagrada em 31 de março de 1964. Após vários dias, nossa casa foi invadida por 40 homens da Brigada Militar, comandados por um coronel, mais alguns oficiais e um delegado de polícia. Na época da invasão, de lá foram levadas algumas armas que a família possuía para defesa individual: uma espingarda e um revólver que foi comprado dentro de uma delegacia e que foi tomado na hora, tendo-se perdido o porte, sendo que esse

se encontrava em cima do roupeiro. Nesse dia o meu pai foi levado preso. (DORNELES, Valdetar in: BRANCO, 72-73)

Observemos que, em relação a este conteúdo, o modo de contar o episódio é diferente dos relatos posteriores. Enquanto em nossa entrevista e na Audiência salienta-se o fato de “terem levado tudo”, o que enfatiza a condição de vítima e de perseguido, para Teobaldo Branco, Valdetar teria afirmado que levaram apenas as armas, sendo que uma delas se encontrava de modo irregular. Ademais, devemos observar que a entrevista concedida ao autor do livro, de 2008, traz o componente da prisão do pai na ocasião. A não menção desse episódio nas versões futuras, de acordo com o teor e a forma de narrar, deixam um silêncio acerca dos motivos da detenção do Sr. Zebinho, o que não conseguimos apurar documentalmente.

Outrossim, vejamos como estas informações são delineadas por Teobaldo Branco:

A organização do grupo originou-se no município de Campo Novo, distrito de Bom Progresso, na localidade de Lajeado Pessegueiro, na região-celeiro do Alto Uruguai, Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, zona de fronteira do Brasil com a Argentina. O quartel-general nasceu propriamente no interior da propriedade do agricultor Euzébio Teixeira Dorneles (Zebinho) (BRANCO, 2008: 43)

Poderíamos assim depreender que a escolha da residência dos Dorneles para averiguação não fora feito a esmo, mas possivelmente ocorreu em função do conhecimento, pelo Exército, das movimentações e atividades que lá aconteciam.

Outro ponto comum em todas as três narrativas e que demonstra o processo de constituição da memória de Valdetar sobre estes acontecimentos está no fato de que após esse episódio da revista da casa, apreensão de armas e prisão do pai, passaram a ser rotulados como comunistas pela comunidade local. Esse desfecho sequencial da invasão do domicílio, associado à construção do estigma pela comunidade, aparece tanto na entrevista que realizamos (“*e ainda recebemos o nome de comunista, aí tu já vê...*”), no depoimento à CEV (“*e daquele momento em diante, nós passamos a ser comunistas*”), como na entrevista a Teobaldo Branco (“*A partir daí passamos a ser chamados de comunistas, de subversivos, porque éramos do governo Brizola*”).

Como analisamos em depoimentos de capítulos anteriores, o estigma de ser rotulado de comunista pode possuir desdobramentos tanto no plano legal, moral, como religioso. Este fato marcou também a família Dorneles: “*E aí começou a perseguição para o nosso lado.*

Onde íamos, “olha o comunista! Olha o comunista! Olha o comunista!” (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR). Não adentraremos neste aspecto com maior ênfase, pois anteriormente isto já foi analisado com base em narrativas de outros depoentes.

No plano narrativo, Valdetar constrói uma trama a qual tem, na invasão da residência, o gatilho para os acontecimentos que, a partir dali, se processaram: *“começaram a nos enxotar, aí entramos em contato com o Brizola e realizamos a tal guerrilha, que ganhou o nome de guerrilha, mas não era pra ser uma guerrilha... era pra ser uma contrarrevolução, porque nós contávamos com 80% das Forças Armadas”*. (Entrevista com DORNELES, Valdetar. 2016: A/A).

A bibliografia consultada é imprecisa no tocante a esses dados, não possibilitando uma conclusão mais precisa acerca desses números presentes nas falas de Valdetar e do Coronel Jefferson Cardim⁵⁷. O que se apresenta de modo uniforme é o papel de liderança do Cel. Jefferson e do Sargento Alberi à frente do movimento, os quais teriam procurado os Dorneles com o intuito de organizarem uma resistência ao Governo Militar, conforme afirma Cademartori (1993: 123).

Na entrevista concedida a mim, posterior ao livro de Teobaldo Branco e ao depoimento a CEV, ele vincula seu pai e ele próprio de forma mais direta a Leonel Brizola, ou seja, reforça o seu papel de protagonista:

não é fácil de você assumir uma responsabilidade pública assim. Então começou a chegar mensagem do Brizola para começar a organizar a contrarrevolução... tava muito bem animada, mas em um determinado dia chegou um coronel e chegou um Sargento e disse “chegou a hora”, e nós caímos de cabeça na contrarrevolução... organizei fiz o levantamento da região, então me compliquei bastante no caso e no dia 26 de Março de 65 nós lançamos a denominada Guerrilha de Três Passos, que não era para ser uma guerrilha, era para ser uma contrarrevolução... (Entrevista com DORNELES, Valdetar. 2016: A/A)

Esse contato direto com Brizola não aparece em outros relatos de Valdetar a que tivemos acesso. No trabalho de consulta a outras fontes, encontramos um fragmento de uma

⁵⁷ CADEMARTORI, Daniele. Operação Três Passos: A História, o Direito e o Político. [Dissertação]. UFSC. Florianópolis, 1993; DORNELES, Loraci. Comissão da Verdade Nacional: A Revisão de uma História Mal Contada. [Monografia em Direito]. Unijuí. Três Passos, 2014; MACHADO, Carla Cristina; TORRES, Mateus, Gamba. História e memória: A formação do grupo de Guerrilha em Três Passos – RS no período de 1964 – 1980. In: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/31/1404174345_ARQUIVO_Historiaememoria-trespasos-3versao.pdf; PALMAR, Aluizio; Onde foi que vocês enterraram nossos mortos. Curitiba – Travessa dos Editores. 2012.

entrevista de Valdetar ao Portal de Notícias da UOL, no qual ele próprio afirma que: “*Nem eu, nem meu pai estivemos alguma vez com o Brizola nesse período, mas os mensageiros falavam em nome dele o tempo todo. O Brizola é que estava no comando, disso não resta dúvida*”.⁵⁸ Não estamos colocando em xeque a veracidade de qualquer informação contada por Valdetar Dorneles, mas analisando como o aspecto subjetivo da fonte oral é importante e não apenas a materialidade dos acontecimentos, haja vista ela se encontrar envolta na própria atitude do narrador, no processo imaginativo e nas vontades que revestem sua relação com a história. Alessandro Portelli nos lembra que as “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997: 31). Olhando sob esta perspectiva, pontuamos que para a história oral inexitem fontes “falsas”, haja vista que mesmo a ocorrência de afirmativas que possam ser erradas, podem, ainda assim, se encontrarem corretas para o narrador, construindo-se enquanto uma verdade de relevância igual à pertencente a registros tidos como confiáveis, bem como com significado próprio atrelado ao contexto histórico da entrevista.

Assim, o que mais importa nesse excerto é o significado dessa afirmação, a associação direta feita pelo entrevistado, por meio da memória, ao importante personagem histórico, haja vista ter sido ele quem convocou o Grupo dos 11, do qual Dorneles tomou parte.

Na entrevista que realizamos em 2016, dá a entender que ele próprio, Valdetar, se encontrava a encabeçar o movimento em sua cidade, quando chegaram Jeferson e Alberi, deflagrando precocemente o levante. Em sua exposição à CEV-PR, em 2014, Valdetar conta que anteriormente Jeferson, assim como Alberi, já haviam visitado sua casa e os deixado de sobreaviso: “*Olha, tal dia vai estourar a revolução! Se preparem que vocês vão participar*” (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR). Eles também lhe haveriam delegado uma função específica: “*e, aí, eu recebi a incumbência de fazer o levantamento da cidade de Três Passos e da região [...]*”, enquanto Jeferson e Alberi “*começaram a fazer contatos*”.

No livro *Confidência de um Guerrilheiro*, Teobaldo Branco menciona quando Jeferson e Alberi chegam à casa da família Dorneles. Sr. Euzébio não se encontrava,

⁵⁸ A Guerrilha Maldita. UOL, 2015. <https://noticias.uol.com.br/infograficos/2015/05/04/guerrilha-de-tres-passos.htm> <acesso em 02 de janeiro de 2019>.

[...] de modo que foi seu filho, o Professor Valdetar Antônio Dorneles, procurado pelos militares, quem recebeu o grupo e, ao mesmo tempo, aderiu à ideia e engajou-se na organização do movimento rebelde, recebendo o posto militar de Tenente, sendo sua função especial na tropa a de ser observador. A partir daquele momento, o Tenente Valdetar passou a vigiar e fiscalizar os primeiros passos, dando informações e mapeando os trajetos a serem percorridos (BRANCO, 2008: 44).

Na dissertação de Daniele Cademartori, de 1993, esses eventos também aparecem explicitados nas falas de Valdetar, bem como o delineamento das funções atribuídas a ele como “Tenente do movimento” – levantamento e mapeamento da região, e arregimentar vizinhos para aderir ao movimento –, pois “*A intenção era fazer de Três Passos o quartel-general do levante*” (1993: 160). Essas informações ainda são confirmadas de modo breve na citação de uma fala de Valdetar: “*Então diante das informações, coronel nos trouxe as credenciais, era um Coronel do Exército, o sargento eu conhecia, então eu não tive dúvida em aceitar as colocações deles.*” (idem. p.161)

O que evidenciamos na análise comparativa das diferentes abordagens sobre os acontecimentos é a maneira como nas falas mais recentes Valdetar invoca sobre si um maior protagonismo e liderança frente aos eventos atrelados à Operação Três Passos. No cotejamento de diferentes narrativas de Dorneles, veremos como sua memória se constrói frente a diferentes momentos históricos, bem como em suas falas mais recentes ecoam ressentimentos pelo protagonismo atribuído a Alberi e Jeferson, que acabam por encobrir sua atuação.

Não obstante, também é interessante observar o modo como o entrevistado promove uma atenuação do papel do movimento em suas falas mais recentes, no caso, o depoimento à CEV e a entrevista que realizamos. Na tese de Daniele Cademartori, os excertos de falas de Valdetar não trazem esse tipo de avaliação individual sobre o movimento, ele afirma que se tratava de uma revolta, revolução, guerrilha ou operação. Normalmente esse tipo de avaliação aparece creditada a outros personagens.

Já nas falas reproduzidas no livro de Teobaldo Branco, as ações são descritas em tom mais belicoso, em alguns trechos: “*entramos em ação realizando a tomada da cidade de Três Passos*” (p. 81) ou “*Quando o coronel contou que era a revolução do Brizola, todo mundo se empolgou pra ir junto*” (83), ou “*Eu tinha uma impressão que a revolução estava pra estourar de um momento para outro, porque o Coronel Jeferson disse isso no primeiro*

contato que tivemos” (87). Em diferentes momentos ele utiliza a caracterização de guerrilha, levante ou movimento armado.

Já no depoimento prestado na Audiência Pública da CEV-PR, a movimentação é descrita mais no sentido de uma “operação”, isto é, um conjunto de ações ou medidas com a utilização de meios combinados para que se atinja determinados resultados ou objetivos (Cf.: dicio.com.br)⁵⁹. Um exemplo é quando ele explana sobre a mensagem que ouviu no rádio, dando início à “Operação Touro Preto” e chega até o campo de aviação e pergunta para o sargento Alberi: “*Onde é que é a Operação Touro Preto?*”. Ao receberem a confirmação, se colocam em ação. Na sequência, ele descreve o baixo provisionamento de armas: “*nós tínhamos um mosquetão e três rifles, três Flaubert, era nosso armamento. Aí chegamos, dominamos o destacamento. Apanhamos 65 mosquetões, uma metralhadora e um pouco de munição que eles tinham, não era muita munição. Está iniciada a Operação Três Passos*” (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR).

Essa mudança constatada nos conduz a pensar diferentes possibilidades e seus motivos: o tempo transcorrido desde o conjunto de entrevistas para o livro de Teobaldo Branco e as novas leituras realizadas sobre o movimento neste interstício lhe propiciaram a formulação de novas interpretações. Consideramos também que a ambiência da própria comissão ou a apropriação da expressão “operação”, utilizada na Audiência, contribuem de modo a suavizar sua forma de retratar o episódio.

Na entrevista que realizamos, em 2016, Dorneles denota que o que ocorreu em Três Passos não foi uma “guerrilha”, mas uma “contrarrevolução”:

nosso manifesto público foi uma contrarrevolução, mas agora poucos dias eu fui descobrir aonde que travou porque foi mandado a mensagem para largar a operação e a meia-noite foi dado a mensagem para suspender... já tava dominada cidade, já tava com um rádio na mão, mas e aí não chegaram os companheiros e não chegaram armamento, não chegou nada, mas tivemos que fugir, e por incrível que pareça hoje fomos para o lado que estava vindo o Castelo Branco por uma ponte em Foz do Iguaçu e nós fomos naquela direção, então as coisas se agravaram, porque nós viajamos rumo a Foz do Iguaçu num caminhão... que era meu caminhão... viajando, passando por postos de polícia, e fomos chegando perto até que fomos cercado pelo exército... e aí deu combate né, mas... nós estávamos em 20 combatendo contra mais três mil soldados do exército, mais a polícia do Paraná, mais a Federal... era uma desproporção muito grande, mas não tinha outra saída, tivemos que combater, e nesse combate morreu um sargento do exército, e aí eles acharam que nós era o culpado, e nós não fomos os culpados pela

⁵⁹ In: <https://www.dicio.com.br/operacao/> <acesso em 22 de janeiro de 2019>.

morte do sargento, porque o tal sargento morreu, porque correu e os que vinham atrás... o pessoal do exército que vinha atrás metralhou ele achando que era adversário. Nós não tínhamos aquele calibre de arma que matou o sargento, mas tudo isso veio a complicar a nossa vida, mas aguentamos três dias... em três dias não tivemos mais alimento, arranjar água era difícil, tinha que beber água pertinho do exército e nós estávamos cercados, aí nós resolvemos fazer um acordo com os militares... (Entrevista com DORNELES, Valdetar. 2016: A/A)

A narrativa de Valdetar se mostrou de uma riqueza imensa. Além do abrandamento do sentido dos termos “guerrilha” ou “revolução”, utilizados em outros momentos, ressignificados aqui como “contrarrevolução”, e o enaltecimento da resistência - 20 homens teriam promovido resistência contra “mais de três mil soldados” - Valdetar salienta a desproporcionalidade de forças e realça assim a bravura dos participantes.

Como destacamos anteriormente, cada narrativa é enunciada num presente que interage na forma como o passado é lembrado e narrado. Nesse aspecto, cabe destacar que no momento das entrevistas para a dissertação de Daniele Cademartori, Dorneles se encontrava ainda em meio à movimentação judicial de seu processo de anistia. Vale destacar também que a produção da entrevista utilizada na dissertação de Cademartori se encontra em um período ainda próximo do fim da Ditadura, tendo sendo realizada ao longo do ainda recente processo de redemocratização. Este cenário pesa no tocante às posições assumidas objetivamente pela testemunha, a qual procura ser muito mais descritiva e objetiva em suas falas.

Já quando da obra de Teobaldo Branco, além de ser o personagem principal do livro, o qual é dedicado a “contar as suas memórias”, o cenário político é outro, com maior distanciamento dos episódios, o que lhe permite maior interpretação dos acontecimentos. Também destacamos a atuação de Valdetar como advogado em diferentes processos de Anistia política, bem como o cenário de maior abertura dado pelo Governo de Luís Inácio “Lula” da Silva, a abertura dos arquivos e esclarecimento de violações. Estes fatos deixam traços nas falas do entrevistado, possibilitando a ele falar com mais liberdade sobre os eventos do passado.

Embora no ambiente da Comissão Estadual da Verdade, Valdetar Dorneles assumia um tom mais brando em relação à apresentação do movimento e ainda que reivindique uma liderança em diferentes momentos, o entrevistado não deixa de conferir legitimidade ao Movimento. A idade já avançada, o tipo de memória e associação que isto deixará para os que ficam são elementos que atravessam sua maneira de delinear seu testemunho. A Comissão da

Verdade pode ser entendida como um canal oficial para se deixar um testemunho no tempo. Logo, o testemunho de Valdetar se dá no intuito de conferir legitimidade à Operação, demonstrar seu protagonismo enquanto sujeito na luta contra um regime de exceção.

Movimentação semelhante ocorre em nossa entrevista, realizada em meio a todo o cenário que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff e na ascensão de forças políticas conservadoras e de mentalidades sociais que buscam promover um revisionismo acerca do passado ditatorial, como procuramos delinear nos capítulos anteriores. Também não podemos deixar de lado a idade já avançada do entrevistado e a necessidade de deixar um registro de suas memórias sobre os acontecimentos, pois quanto mais ameaçado o futuro, pensado sob o prisma de quem o projeta, maior a tendência a romantizar e mitificar o passado.

A narrativa oral é caracterizada por uma heterogeneidade de elementos que perfazem as lembranças coletivas e individuais, bem como suas atualizações. A narrativa é capaz de avançar e recuar sobre a linha do tempo, muitas vezes “*transbordando a finitude espaço-temporal que é própria dos acontecimentos vividos*” (BENJAMIN, 1987: 37). Por intermédio das condições sociais de fala e de escuta, o narrador sente um ambiente favorável para retomar o passado no presente. Ao partilhar suas vivências pessoais ou coletivas com um interlocutor, seja para um indivíduo ou uma plateia, um emaranhado de condições sociais se enredam à narrativa.

As diferenças entre as temporalidades, entre o presente contido no momento da recordação, entre o presente no ato da narração e entre o presente da vivência do passado, descortinam múltiplas possibilidades de recordação, conforme assinala Gabriele Rosenthal, podendo ser mais ou menos caótica, ordenada, rápida ou lenta, conforme a diferença de temporalidade da percepção em relação à recordação. Conforme a autora, “*tanto a sequência das vivências recordadas, narradas ou fixadas por escrito, quanto a sequência de diversas sequências de ação recordadas, narradas ou escritas de uma vivência são diferentes da sequência da vivência no passado*” (ROSENTHAL, 2014: 230).

O passado vivenciado por Valdetar durante a Operação Três Passos e o período de prisão é narrado de modos diferentes ou semelhantes, a depender do seu conteúdo e do momento histórico, conforme as condições e estímulos os quais o mesmo recebe. Ele narra com maior grau de reflexão de seu papel e maior contextualização histórica quando do depoimento à CEV e em nossa entrevista, e de modo mais objetivo e compacto nos

fragmentos apresentados por Daniele Cademartori, no início da década de 1990. Na obra de Teobaldo Branco, de 2008, ele inicia um novo processo interpretativo.

Retomando a entrevista de Valdetar, observamos que ela também é momento, para ele, de esclarecer a morte do Tenente Camargo durante a troca de tiros com os militantes do levante de Três Passos. O jornal *Folha de São de Paulo*, de 29 de março de 1965, assim noticiou o ocorrido:

No único choque armado havido, o ex-coronel matou com dois tiros na perna e um no peito, com uma pistola 45, o sarg. Carlos Argemiro Camargo, em Marmelândia. A área de Capanema continua sendo ocupada pelas tropas do Exército, que procuram os guerrilheiros remanescentes. Segundo o ex-coronel, estes seriam em número de 20. As estradas estão sendo vigiadas e todos os carros revistados. (Almanaque Folha⁶⁰)

A sentença de 1º Grau do Processo Nr. 335 da Justiça Militar Federal, redigida em 20/12/1979, que teve por acusados Leonel Brizola e os demais participantes da Operação, atribui a culpa da morte aos combatentes de Três Passos:

Reunindo-se ao grupo, JEFFERSON dispôs sua tropa para a emboscada e, armado de metralhadora, mosquetão e pistola, salta para a estrada e manda parar a viatura do Exército, com a qual havia cruzado, ocorrendo o choque armado, entre os militares e o grupo comandado por JEFFERSON que teria atirado primeiro com o mosquetão e tentado manobrar a metralhadora, sem o conseguir. Respondido o ataque com poder maior de fogo, os acusados debandaram, sendo presos e recolhidos ao I Batalhão de Fronteiras. Desse combate resultou a morte do sargento Carlos Argemiro de Camargo que viajava na viatura militar. (Processo No. 335 Apud CADEMARTORI, 1993: 348)

A memória pública em torno do fato, até tempos presentes, se estruturou a partir da leitura oficial dada pelo Exército Brasileiro. Diversas homenagens em todo o país foram dadas a Carlos Argemiro de Camargo, por meio da nomeação de escolas, ruas, praças, etc., bem como lhe foi conferido o posto de Tenente, em honraria póstuma feita pelo Exército. Conforme o site do Exército Brasileiro:

Sua morte prematura causou comoção nacional, mas abalou sobremaneira a população beltronense, que já havia o abraçado como um de seus filhos. Totalmente integrado à comunidade local, além de militar, atuava como professor de voleibol no Colégio das Irmãs, hoje Colégio Nossa Senhora da

⁶⁰ In: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29mar1965.htm <acesso em 17 de janeiro de 2019>

Glória. Sua memória está eternizada na denominação de logradouros e estabelecimentos de ensino em diversos municípios da Federação. Foi promovido *post-mortem* ao posto de Segundo-Tenente e recebeu a Medalha do Pacificador. (Exército Brasileiro) ⁶¹

O episódio envolvendo o confronto com as tropas do exército e a morte do Tenente Camargo é rememorado por Valdetar em diferentes momentos de sua vida e nas diferentes oportunidades de narrar o acontecido. Seguem abaixo trechos da entrevista a Teobaldo Branco, do depoimento concedido à CEV e da entrevista concedida a mim:

A patrulha abriu fogo contra nós, ao que respondemos, havendo um enorme confronto. O combate causou infindável trovejar de balas com longa duração. Nesse confronto ocorre a morte de um sargento do Exército e, com isso, houve uma concentração militar poderosa, não havendo possibilidade de resistência. Nossos homens se dividiram na linha de fogo, porque o combate era cerrado e intenso. A pressão do ataque foi poderosa em quantidade e qualidade bélica, o que levou nosso grupo a se dispersar. À tardinha, cessaram os combates (DORNELES, Valdetar in: BRANCO, 2008).

Na entrevista para Teobaldo Branco, mais antiga, a morte do sargento é mencionada, mas aparece diluída num relato que, de maneira quase literária, se concentra na narração dos combates – importante lembrar que a narrativa foi construída para um livro acerca da “guerrilha”. Já no depoimento prestado a CEV e na entrevista que realizei, o foco da fala de Valdetar é o pesar pela morte do sargento e a questão da responsabilização da morte dele. Ele se concentra bastante nisto, procurando esclarecer que foi o Exército e, assim, fazer uma defesa dos integrantes da Operação Três Passos:

Infelizmente, nesse combate, um sargento chamado Carlos Argemiro Camargo, de Francisco Beltrão, correu pela capoeira, e outro sargento, que vinha na retaguarda do Exército, achou que era nós que estávamos correndo pelo mato e deu uma rajada nesse sargento e o matou. Nós levamos um tempão pra justificar que não fomos nós que o matamos. Aí, com exame de balística, eles foram saber que foi um sargento chamado Ubiratã. É a única coisa que consegui saber, que foi ele que matou o sargento. Mas, para todos os efeitos, ficou nas nossas costas. Então nós não fizemos, porque não atiramos em ninguém. Durante a nossa jornada, não demos um tapa em ninguém, não ofendemos ninguém. Tomávamos as armas, e isso aí bastava. (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR)

[...] não tinha outra saída, tivemos que combater, e nesse combate pereceu um sargento do exército, e aí eles acharam que nós era o culpado, e nós não

⁶¹ In: http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/homenagem-aos-52-anos-da-morte-do-tenente-camargo <acesso em 17 de janeiro de 2019>

fomos os culpados pela morte do sargento, porque o tal sargento morreu porque correu e os que vinham atrás... o pessoal do exército que vinha atrás metralhou ele, achando que era adversário. Nós não tínhamos aquele calibre de arma que matou o sargento, mas tudo isso veio a complicar a nossa vida (Entrevista com DORNELES, Valdetar. 2016: A/A)

Primeiramente destacamos que tanto no depoimento à CEV-PR, quanto na entrevista por nós realizada, o episódio envolvendo a morte do Sargento Camargo é rememorado espontaneamente por Valdetar, sem ter sido necessário lhe apontar para esse tipo de recordação ou realizar qualquer questionamento. O episódio já fazia parte do modo de Valdetar compor suas memórias e ele não o relegou ao silenciamento. Entretanto, percebemos diferentes formas de acomodar o ocorrido em suas lembranças. Na entrevista para Teobaldo Branco, em 2008, a maneira de narrar se foca mais em relatar que o confronto se deu em resposta à ofensiva militar que “abriu fogo” contra os militantes e que por isso “ocorre a morte de um Sargento do Exército”. Observa-se que na ocasião o assunto não se encontrava totalmente conformado à narrativa de Valdetar. O foco principal se dá em demonstrar que ele e seus companheiros agiram de modo reativo ao ataque militar, bem como havia uma desproporcionalidade de forças. A morte do sargento é rapidamente mencionada e seu nome sequer citado.

Por sua vez, no depoimento à Comissão da Verdade já se encontra melhor acomodado e sua exposição se inicia com o sentimento de pesar apresentado pelo depoente. O militar que veio a óbito durante o confronto tem nome, sobrenome e posto, todos mencionados por Valdetar, cuja narrativa, mais elaborada, atribui culpa ao próprio exército, que na troca de tiros acabou por balear Camargo, o que, segundo ele, foi mais tarde esclarecido por exames de balística. Outro ponto que merece ser apreciado é o modo como o depoente acena para o fato de que não atiraram em ninguém, - “não demos um tapa”, - apenas faziam os adversários depor as armas.

Na entrevista que realizamos, o episódio também é mencionado, de modo passageiro e no mesmo sentido do depoimento de 2014, focando que não possuíam outra saída que não o enfrentamento, mas que a morte do sargento ocorreu em decorrência de uma ação mal sucedida pelo exército e que, embora o Exército achasse, eles não foram os culpados pela morte, uma vez que não possuíam armamentos daquele calibre.

Assim, nos encontramos diante do que Gabriele Rosenthal pontua como uma não homologia entre vivência e narração (2014: 227), isto é, uma não correspondência plena entre

o vivido e o contado, o que se processa em função de diferentes contextos do presente narrativo, bem como dos diferentes gatilhos que estimulam a lembrança.

As narrativas construídas em diferentes momentos da vida de Valdetar representam, em cada caso, reconstruções sobre o passado, em decorrência de novas perguntas e reinterpretações. Essas perguntas e reconstruções não se referem, contudo, somente em função do contexto atual da fala, mas também se constroem a partir do passado, em razão da relação interdependente entre passado, presente e futuro.

O historiador Alexander Freund pontua que os historiadores orais devem sempre visualizar de modo claro que os seus próprios interesses de pesquisa não devem ser a única ou a principal base para a avaliação das memórias de um entrevistado, haja vista que os mesmos lembram o que eles acham importante lembrar, não necessariamente o que o entrevistador julga ser mais importante. Assim, o autor afirma que as memórias se modificam ao longo do tempo, devendo sempre ser consideradas a partir do contexto do ciclo de vida do entrevistado (FREUND, 2014: 51).

O autor Fred H. Allison, no texto intitulado *Remembering a Vietnam War Firefight: Changing perspectives over time* (Lembrando um combate da Guerra do Vietnã: Mudando as perspectivas ao longo do tempo) comparou duas diferentes narrativas de um veterano de guerra norte-americano sobre sua participação na guerra do Vietnã, uma colhida em forma de interrogatório pelas forças armadas logo após um combate, em 1968, e outra produzida por ele por meio de uma entrevista de História Oral, em 2002. Dentre suas conclusões, está a de que quanto mais no passado se encontre uma experiência, mais forte é a possibilidade de que essa memória seja incorporada à história de vida real com mais interpretações e avaliações. Allison demonstra como a entrevista realizada em 1968 era repleta de fatos e detalhes, mas contados de modo desconjuntado, já que o soldado foi entrevistado logo após o incidente. Já a narrativa produzida em 2002, embora possuísse menos detalhes, tornou-se uma história mais coerente, pois o entrevistado, com o tempo, conformou situações-chave aos objetivos que o entrevistado postulava com sua narrativa (Cf. ALLISON, 2004: 225-226).

Embora narrado de diferentes modos, com maior ou menor grau de elaboração, em síntese Valdetar procura esclarecer, na entrevista que realizamos e no depoimento à CEV, o episódio que culminou com a morte do militar, a partir de uma narrativa que ateste a inocência dele e de seu grupo.

Embora na composição de suas memórias sobre o ocorrido, o grupo de Três Passos teria reagido ao ataque militar, outras versões também se apresentam sobre este fato. Pedro Bones, um dos integrantes do grupo de guerrilheiros de Três Passos, em entrevista para o Jornal de Beltrão, em 27 de março de 2015, apresenta o fato de modo diferente:

“Um pouco depois chegou o Exército e o tenente Camargo foi o primeiro a descer. A gente estava escondido no mato e, como ele foi o primeiro a sair, todo mundo puxou o gatilho. Já matamos o tenente. Na hora, os militares não prenderam ninguém, porque todo mundo saiu correndo, mas depois todo mundo foi pego”, lembra Pedro.⁶²

A culpa aqui é coletiva, do grupo da Operação 3 Passos. O fato de o jornal de Beltrão ter escrito uma matéria com o título: “*Há 50 anos, Pedro atirou contra o Tenente Camargo, mas não sabe se foi ele quem matou o militar*”, a qual traz a citação acima, demonstra como esse fato está e/ou é noticiado como em aberto até hoje.

A versão de Pedro Bones não desautoriza a de Valdetar. Entrevistas de história oral são envoltas em elevado grau de singularidade, subjetividade e complexidade, em seu processo de elaboração. Não oferecem, pois, uma estrutura de experiências comuns, mas todo um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A complexidade para estruturar a gama de possibilidades em representações compreensíveis demonstra que na mente dos sujeitos se constroem diferentes direções possíveis (Cf. PORTELLI, 1996: 72).

Na dissertação de Daniele Cademartori são trazidos documentos do processo acerca da morte do Tenente Camargo. Segundo a análise da autora:

Quanto ao crime "homicídio", capitulado pelo artigo 181 do CPM, temos que para o Conselho, a prova da autoria do evento morte constitui-se na grande deficiência existente nos autos. Não foram tomadas as providências necessárias para a determinação da arma da qual partiu pelo menos um dos projéteis que atingiram o sargento Camargo (CADEMARTORI, 1993: 233)

E para confirmação dessa interpretação, a autora traz a sentença proferida pela Justiça Militar Federal:

⁶² Disponível em <http://www.jornaldebetrão.com.br/noticia/219732/ha-50-anos-pedro-atirou-contra-o-tenente-camargo-mas-nao-sabe-se-foi-ele-quem-matou-o-militar>. <Acesso em 15 de janeiro de 2019>.

Por essa razão, não é possível atribuir a quem quer que seja a morte do sargento Camargo. Também não é de ser esquecido o constante no venerando acórdão do Egrégio STM de fls. 3521, por cópia, segundo o qual 'a morte ocorrida em combate não pode ser capitulada como homicídio, por se tratar de consequência de crime político' (JUSTIÇA MILITAR FEDERAL. Sentença de 1º grau, p. 4392 Apud CADEMARTORI, 1993: 233)

Assim, observamos que a sentença proferida considera uma dupla situação: a) o fato que não foi possível descobrir de quem partir a bala, não havendo, assim, prova contundente da autoria da morte de Camargo, uma vez que não foram tomadas as providências necessárias para a identificação dos projéteis; b) um acórdão que estabelecia que não se tratava de homicídio. Isso demonstra que a legislação na qual se baseou a sentença justificava uma ação que desonerava o autor da morte do militar.

No processo de composição das memórias de Valdetar, o contido na sentença acima citada é internalizado como o atestado de inocência sua e de seus companheiros, sendo conformado na sua maneira de narrar este episódio. Assim, podemos entender que até hoje não há provas de quem matou o Sargento Camargo e que Valdetar, pelo fato de não ter havido condenação deles pela Justiça Militar, além de isentar o grupo levanta responsabilidade do exército pelo ocorrido.

No tocante ao modo como a percepção dos fatos se altera na construção na memória dos sujeitos e como a mesma sofre influências de um contexto histórico específico e, no caso abaixo, também da intersubjetividade que permeia a produção de uma narrativa de rememoração, ao longo do levantamento documental desta pesquisa, encontramos alguns documentos importantes para realização desse tipo de análise. O Jornal *O Celeiro*, da cidade de Três Passos, em sua edição de 12 de março de 1970, em matéria intitulada “Foi guerrilheiro, agora é Pastor”, noticia os acontecimentos de cinco anos antes, se referindo à “famosa e frustrada guerrilha de Jeferson, Alberi & Cia”. Em síntese, a matéria procura demonstrar o que faziam os envolvidos no levante passado há alguns anos e, no tocante aos Dorneles, assim se posiciona:

Fomos até o Lajeado Pessegueiro, até a residência do Sr. Euzébio Dorneles, conhecido por Zébinho. Lá encontramos, além do dono, os filhos Valdetar e Abraão. Os três, pai e filhos, participaram da desventura guerrilheira. Entre um chimarrão e outro, fomos recordando os episódios, principalmente da noite fatídica, da qual participamos. Muita coisa interessante nos foi narrada. Quando, contudo, falamos em entrevista, a reação foi diferente. Nos foi dito, por Valdetar, o líder da família, que não queriam aparecer, que pretendem viver tranquilos, cuidando cada um da sua vida. Ele, Valdetar, é pregador da Congregação Cristã do Brasil, (ilegível) fé que abraçou nos dias prisão.

Falando sobre os dias de prisão, conta que foi lá que aprendeu a conhecer as pessoas. Depois chegou a conclusão do engano em que caíra, iludido na sua boa fé, adotou a sentença Bíblica: “Ai do homem que confiar no homem”. Foi na prisão que êle viu o Cel. Jeferson chorando desesperado querendo suicidar-se. Viu que na hora mais amarga se desnuda a personalidade humana aparecendo só o que lhe é autêntico. Todos os demais valores perecem. Discorreu Valdetar, com grande fluência, sobre a sua nova igreja. (Nova para êle, pois existem fiéis por todo o Brasil.) Afirmou que pouco têm o dom e o talento de entender as sagradas escrituras. Perguntado em relação ao governo revolucionário, mais uma vez citou a Bíblia: “Nenhuma potestade se erguerá contra a vontade do Senhor”. Portanto, se a revolução prevalece, é por vontade de Deus.

Encerrando nossa conversa, nos disseram, Euzébio, Valdetar e Abraão que agora pretendem chegar ao fim de seus dias em paz. O engano em que caíram foi uma lição dura. Se despedem repetindo “Ai do homem que confiar no homem”.⁶³

A pequena reportagem é de grande riqueza documental, quando analisada com base nas outras formas como se narrou aquele passado. Primeiramente observemos que se trata de um texto escrito por um jornalista que lança seus olhares e impressões sobre a conversa que teve com os Dorneles. Ele descreve que a lembrança dos acontecimentos da Operação Três Passos corria de modo fluído, mas que quando falou em entrevista, a família declinou do convite e se cercou de cuidados.

Algumas interpretações nos são possíveis acerca do conteúdo da reportagem, entre elas: a de que Valdetar teria se arrependido do seu envolvimento no levante ou a de que estaria se protegendo para não se comprometer naquele cenário ditatorial e de repressão aos opositores do regime.

Desde o título da reportagem (“Foi guerrilheiro, agora é pastor”), até os elementos textuais utilizados em sua escrita, a opinião do jornalista fica demarcada, ao apresentar o levante como uma “desventura”, isto é, um infortúnio ou desgraça, ao se referir à “fatídica noite” dos episódios, bem como ao representar o governo ditatorial como “revolucionário” e o golpe enquanto “revolução”. Os elementos apresentados são insuficientes para descortinar se realmente naquele momento Valdetar e seus familiares se faziam arrependidos ou apenas encenavam como forma de proteção.

A ideia de arrependimento, de engano ou de ilusão, que teriam em relação ao movimento, contudo, se coaduna com elementos do cristianismo, que são utilizados por

⁶³ FOI GUERRILHEIRO, AGORA É PASTOR. Jornal O Celeiro. Três Passos – RS, 12 de março de 1970, p. 06.

Valdetar para, naquele momento de repressão política, responder às perguntas daquele representante da imprensa. Importante lembrar que Valdetar, em sua autorrepresentação à CEV, não menciona ter sido pastor. Mesmo assim, se era ou não, o que está explícito e publicado é a forma como ele se posiciona, em 1970, ao repórter, o uso de elementos cristãos e da Bíblia para se autopreservar.

No entanto, devemos refletir acerca de como se constroem narrativas variadas de acordo com o momento histórico e a relação construída entre entrevistador e entrevistado. Valdetar procura deixar claro ao repórter seu papel de pregador em congregação religiosa, assim como “que não queriam aparecer, que pretendem viver tranquilos, cuidando cada um da sua vida” e que “reconhece o engano que caíra”. Destarte, nos permitimos também conceber essas falas como quem procura libertar-se de estigmas criados após os episódios da Operação Três Passos na comunidade, como a rotulação dele e dos demais integrantes de comunistas.

Quando analisamos o conteúdo da reportagem em relação a outras falas de Valdetar, podemos observar a maneira como as reflexões se estabelecem na memória, promovendo reflexões sobre o passado no presente, como em seu depoimento à CEV-PR, quando Valdetar descreve o “aprendizado” que a prisão e tortura lhe acarretaram:

Então nesta minha jornada, eu aprendi a ver, a desnudar a personalidade humana. Vi o Jeferson querendo se matar, vi cada companheiro tirar o seu da reta, ninguém queria assumir. Eu digo: “Eu assumo. Eu assumo. Sou eu o responsável! Se tiver um ano para cada um, eu tiro, se tiver dez, eu tiro e morro na cadeia, mas deixem os outros”. (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR)

Os trabalhos da memória presentes na produção dos depoimentos são de grande amplitude, no presente caso acenam para como determinadas sentenças e construções se encontram enraizadas na memória há muito tempo, sendo repetidas de modo a cristalizar-se enquanto elemento narrativo.

Na esteira dessa dimensão, Gabriele Rosenthal acena para uma reflexão importante acerca do fato de que nem toda narração de uma vivência realizada pelo próprio sujeito se baseia num processo de recordação ocorrido durante a narração. Para a autora, muitos narradores podem

simplesmente contar de novo (de modo quase mecânico) uma história que há muito se tornou uma anedota, que já contei muitas vezes e modifiquei de acordo com as experiências interativas feitas durante ou após a narração,

sem sequer chegar perto de envolver um processo recordativo. Da mesma maneira, posso juntar, no presente da narração, diversas vivências – próprias ou transmitidas por outros – e formar com elas uma história sobre uma situação (ROSENTHAL, 2014: 230).

Deste modo, inferimos que no processo narrativo fragmentos de experiências pessoais posteriores ou anteriores aos fatos narrados ou até mesmo experiências de terceiros podem ser acrescentadas, assim como partes importantes da vivência passada podem ser omitidas. Para além disso, de modo concomitante e indireto, surgem também como lutas pelo reconhecimento de suas trajetórias. Narrativas podem clamar uma reivindicação por um protagonismo, como no caso acima, no qual Valdetar coloca-se na condição de assumir a responsabilidade pelos acontecimentos do levante, quando se vivia um momento propício à escuta de vítimas da repressão durante a ditadura civil-militar, uma atitude muito diferente daquela expressa por Valdetar ao repórter 44 anos antes.

Essa visão, que objetiva o reconhecimento de sua trajetória e seu protagonismo, já se encontra apresentada no Jornal *O Observador*, da cidade de Três Passos-RS, em sua edição de 31 de janeiro de 1992, utilizado como fonte e citação indireta por Daniela Cademartori. Ao se referir aos interrogatórios e ao emprego de torturas nos presos da Operação Três Passos, no Batalhão de Fronteiras em Foz do Iguaçu, a autora assim destaca:

O primeiro a que foi submetido o preso Valdetar, teria durado horas e durante ele, o acusado teria assumido a responsabilidade por seus atos, pedindo para que soltassem os outros participantes, seus convidados: eles eram inocentes. Segundo Valdetar, os interrogatórios iam até o amanhecer, havendo ao todo três equipes revezando-se. (CADEMARTORI, 1993: 206)

O excerto traz o destaque aos suplícios sofridos por Valdetar, que teriam demorado por horas a fio, atravessando a noite, bem como o papel de liderança desempenhado por ele, assumindo a responsabilidade e procurando isentar os companheiros. Vale lembrar que os relatos podem, muitas vezes, ser mais claros e coerentes que a própria vida do narrador, o que demonstra a pluralidade e a riqueza dos trabalhos da memória, que atribui significados às trajetórias individuais, o que não torna o relato menos legítimo ou importante.

Conforme Maurice Halbwachs, a memória não se reduz a uma simples reprodução de fatos e acontecimentos, mas se articula em uma elaboração singular de um indivíduo frente a sua própria experiência (HALBWACHS, 2006: 95-96). Deste modo, os olhares lançados

sobre o passado são trespassados pelo presente, demonstrando um passado cingido de contornos que modificam constantemente. Os relatos orais trazem diferentes perspectivas, as quais são construídas a partir de outras pessoas e outros lugares, o que “também pode ser proveitoso no sentido de ampliar e modificar a noção de fato histórico e, por esse caminho, contribuir para incorporação de outros sujeitos à história” (KHOURY, 2004: 85).

Falar sobre a prisão, tortura e violência, não é tarefa simples. Jamais conseguiremos sentir a dor relatada por qualquer vítima desse período da história brasileira. Todavia, sempre que lemos, escutamos ou escrevemos sobre os relatos de sobreviventes desses tipos de violações, estamos compartilhando minimamente um pouco dessas experiências. Muitas das pessoas que passaram por essas experiências durante a ditadura não sobreviveram, algumas adoeceram psicicamente, outras não conseguem falar ou tem dificuldades para falar sobre o aquilo que viveram.

As salas de tortura acompanharam e ainda acompanham a memória de muitas pessoas que vivenciaram o período da ditadura. Suas vidas são atravessadas em diferentes segmentos por esses fatos, os quais nós não teríamos a possibilidade de acessar e compreender sem as narrativas dos sobreviventes. No entanto, é preciso pensar que a rememoração desse passado é composta por meio de um processo narrativo, o qual torna possível conviver com esse passado, processo que também compreende as estratégias que o “eu” se utiliza para a recuperação desse passado no presente da narração.

As falas de Valdetar nos outros materiais que servem de base para esta análise geralmente descrevem situações mais genéricas ou contam episódios envolvendo outros companheiros. É o caso do contido no livro de Teobaldo Branco, no qual Valdetar conta sobre o irmão de Alberi, cujo apelido era “Gringo”: “*A tortura foi tão violenta e por tão longo tempo que tornou-se um suplício brutal inagüentável, sendo que não conseguiu resistir. Os seus torturadores eram selvagens por demais, de forma bárbara ao extremo*” (DORNELES, Valdetar in: 2008: 101). Ele segue contando que intencionalmente o libertaram para que fosse “morrer em casa”.

A tortura era também psicológica, na forma de instrumento de intimidação, fazendo uso da exibição de companheiros torturados como forma de pressão, para que quem estivesse vendo confessasse aquilo que as autoridades pretendiam.

A seção em que o livro traz a experiência de Valdetar com os interrogatórios e a tortura está assim delineada:

Os interrogatórios e as torturas:

- No interrogatório os militares queriam que a gente dissesse o que eles queriam, mas eu me limitei a dizer aquilo que fiz. Na verdade, sabia de mais alguma coisa, até porque poderia comprometer algum companheiro, por isso não passei daquilo que eu fiz [...]. Conteí-o (sic) desde o dia que entrei, a partir de 20 de março, mesmo porque não sabia de mais nada. Os tais interrogatórios eram realizados por militares brutamontes, sob ameaças perversas, agressões morais e físicas. Certa vez entrei numa seção de tortura às 10 horas, saindo às 4 da madrugada, sendo interrogado abaixo de espancamento para dar informações. (DORNELES, Valdetar in: BRANCO, 2008: 102)

Valdetar descreve a tortura a partir de um prisma mais amplo, sem descrever especificidades de violências que ele veio a ter sofrido. Narrar as violações sofridas, sob circunstância alguma é algo fácil ou agradável, principalmente para aqueles que sofreram e ainda sofrem com as consequências traumáticas da tortura.

No caso de Valdetar, ele conforma, de modo voluntário, essas situações em sua narrativa tanto na Audiência Pública de Cascavel, quanto em nossa entrevista, talvez em função do tempo passado, de um processo pessoal que o levou a falar sobre essa violência, e também em função da ampliação das condições sociais e históricas de fala e de escuta sobre tais violações, favorecida pelos trabalhos das Comissões da Verdade e suas antecessoras.

Em seu testemunho à CEV-PR, após delinear uma breve trajetória de vida, o ápice da fala do Sr. Valdetar se refere às prisões e torturas sofridas ao longo da resistência ao regime, o que é reforçado na centralidade das questões levantadas pela mesa. Um dos principais pontos foi a prisão de 18 guerrilheiros no Sudoeste do estado e seu deslocamento até Foz do Iguaçu:

Bom, fomos conduzidos dali até Foz do Iguaçu, e quando chegamos em Foz do Iguaçu, tinha uma fileira enorme de soldados, e desamarraram nós do caminhão e nós levava pontapés e socos, até chegar dentro da prisão, lá na prisão, em seguida, nos amarraram pelas mãos e seguraram dentro da grade, aí a bordoadada pegou. Três dias, não tinha água, não tinha comida, nem nada.[...].

Eu sofri muito dentro da prisão, no meu corpo, depois eu posso mostrar pra vocês as marcas, as queimadura, cabeça quebrada, nariz torto, é, os sinais das corda, faz cinquenta anos e ainda, se nós olhar aqui bem, vamos achar sinal de corda nos meus braços, nas minhas pernas, aqui nos meus dedos foi feito as alianças, que só a sepultura vai apagar isso aqui. (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR)

A fala de Valdetar contém elementos que caracterizam a violência. Primeiramente traz a construção acerca da grande quantidade de soldados que os aguardavam, para em seguida descrever detalhes da violência física e psicológica perpetrada: “levava pontapés e socos”, bem como “nos amarraram pelas mãos e seguraram dentro da grade, aí a bordoada pegou”. A brutalidade perpassa a fala de Valdetar e demonstra os excessos cometidos pelos agentes do Estado. A crueldade cinge-se de desumanidade, demonstra a desproporcionalidade do uso da força para com um prisioneiro, e é um dos traços da fala do depoente.

As lembranças de Valdetar encontram-se atravessadas pela violência, as marcas estão presentes não apenas em suas lembranças, elas persistem, são presentes até hoje, também estão em seu próprio corpo. Observamos que não lhe bastam as palavras, pois ele se dispõe a mostrar no seu corpo as marcas da violência física: “*depois eu posso mostrar pra vocês as marcas, as queimadura, cabeça quebrada, nariz torto*”. Os sinais são marcas que lhe lembram constantemente do passado: “*faz cinquenta anos e ainda se nós olhar aqui bem, vamos achar sinal de corda nos meus braços, nas minhas perna*”. O presente de Valdetar encontra-se repleto de passado, suas lembranças demonstram como as agressões sofridas fazem com que este passado custe a passar, já que, como ele afirmou, “só a sepultura vai apagar isso aqui”.

A narrativa de Valdetar é dura e profunda, repleta de memórias que evocam os sofrimentos então sentidos e as marcas até o presente momento, sensações intensas em relação à violência sofrida. Mas também traz consigo a dimensão de que querer buscar a verdade negada ou silenciada pelos perpetradores, o que, a seu ver, implica em provar os danos causados, o que o faz apresentar o próprio corpo como evidência. Para além do relato impactante, a narrativa encontra-se em consonância com o que esperava pela Comissão, que procurou criar um espaço para a manifestação das vítimas e das violências por elas sofridas e as marcas que ainda no presente se fazem sentir. Nesse sentido, acenamos para a intersubjetividade constituinte do depoimento, mediado pelas pessoas presentes na Audiência e pelas expectativas da CEV.

O testemunho de Valdetar quer resgatar o que houve de mais terrível no passado, mesmo que para isso se utilize de estruturas ou suportes apreendidos ao longo das vivências cotidianas, como forma de criar coerência, uma vez que a linguagem é produtora de sentidos.

A violência descrita pelo militante expressa um pouco do que foi a violação dos direitos humanos durante o regime militar brasileiro. Demonstra objetivamente como se faz necessário trazer à tona os testemunhos pós-tragédias e publicizar os acontecimentos de modo a assegurar sua não repetição em circunstâncias futuras. Todavia, apenas relatar as violências sofridas pode não ser o suficiente para garantir uma perlaboração mais ampla, como bem pontua Márcio Seligmann-Silva: “*a base do testemunho consiste em uma ambiguidade: por um lado, a necessidade de narrar o que foi vivido, e por outro, a percepção de que a linguagem é insuficiente para dar conta do que ocorreu*” (2003: 46). Observamos que ao depor, o próprio Valdetar se dá conta da insuficiência da linguagem, por isso faz referências às marcas em seu corpo.

Segundo o historiador Alistair Thomson, nossas memórias são compostas como forma de atribuir sentido ao nosso passado e presente. As lembranças dos fatos vivenciados são modificadas à medida que nossa identidade pessoal vai se alterando, demonstrando que identidade e memória se constituem numa relação de grande proximidade e dialogia, de modo que compomos um passado com o qual possamos conviver (Thomson, 1997: 58).

A exposição às diferentes formas de sevícias a que foi submetido marcam a existência de Valdetar. Na entrevista que realizamos com ele, a lembrança da violência é reforçada, mas ela também é acompanhada de outros elementos importantes:

Eu fiquei marcado pelo efeito das aliança nos dedos, né... botaram uns fios de náilon na... de toda a turma, só dois que foi marcado, eu e o meu pai. Só nós dois foi marcado por ser os cabeças do movimento, né. Então nem o Jeferson, nem o sargento e outros lá, tiveram marcas, mas eu e meu pai fomos separados e fomos marcados. Eu tenho o nariz quebrado, tenho... ainda pelo corpo... ainda sequelas, hoje tenho os ombros tudo deslocado, tudo fora do lugar, por causa de tudo os golpes que levei. Mas como gaúcho teimoso, pode dizer que é o Valdetar, porque passei por muitas consequências, muita tortura, muito sofrimento, mas tô resistindo. (Entrevista com DORNELES, Valdetar. 2016: A/A)

Seu relato evidencia como a violência extrema era utilizada nos interrogatórios. Narrar essas experiências são formas de testemunhar e denunciar os crimes de tortura, os quais colocam o indivíduo numa condição de sobrevivente, à medida que estabelece uma ligação com os demais que também estiveram sob esse tipo de violência. Entendemos que essas narrativas são importantes à medida que o entrevistado sente a necessidade de exprimir os fatos. Nessa perspectiva, para Márcio Seligmann Silva, a construção das narrativas faz com

que o sujeito saia da condição de sobrevivente para retornar à vida. Segundo o autor, a imaginação é o meio por onde o trauma consegue um canal para a sua narração. Uma vez que o trauma é resultado de acontecimentos peremptórios e extremados, procuramos entender o trauma de modo individual, quando uma pessoa sofre por determinada ação, ou de modo coletivo, quando várias pessoas são vitimadas perante o mesmo contexto (Cf. SELIGMANN-SILVA, 2008: 69). O caso de Valdetar não retrata apenas um caso individual, pois embora sua tortura guarde traços específicos, se dá pelas mesmas causas de tantos outros casos de torturados, isto é, a repressão política.

Valdetar destaca que os demais companheiros, “nem o Jeferson, nem o sargento (Alberi) e os outro lá, tiveram marcas”, diferentemente dele e do pai, que carregaram, além das memórias da tortura, os sinais físicos. A menção a estes sinais pode ser entendida como uma espécie de vetor que acena para aquelas lembranças trágicas.

Alberi, lembrado na fala anterior por não possuir marcas relativas a tortura, é envolto em circunstâncias polêmicas relativas a delação de companheiros nos anos de 1970. Somente no depoimento na Audiência Pública de Cascavel, já nos momentos finais, quando os membros da Comissão o interpelavam, que, numa única ocasião, Valdetar menciona a traição de Alberi ao movimento, momento no qual o questionamento se dava em outra direção:

Ivete Caribé Rocha: Uma outra pergunta: o senhor chegou a ser preso no Batalhão de Fronteiras?

Valdetar Dorneles: Sim. Lá que eu fui torturado. Sofri tortura ali e em Porto Alegre, sofri tortura de diversos jeitos. E eu quero dizer pra vocês que em Foz do Iguaçu eu tive cinquenta e um dias, e lá eu saía da tortura e não podia ficar de pé, eles me levavam erguido e me tiravam de lá. O Alberi entregou os companheiros, o Jeferson se retratou e queria suicidar-se, os outros companheiros queriam sair fora dos compromisso, e aí eu via a responsabilidade. Digo: “Não, eu assumo”. E aí me tiraram para falar com o General e sofrer as consequências, né? Mas assim como estou fazendo aqui, eu fazia com o General: ele me fazia uma pergunta e eu fazia outra pra ele. Assim nós lutamos. (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR)

A fala de Dorneles é perpassada pelo relato dos sofrimentos que sofreu, mas também pelo ressentimento. Grande parte dos documentos e materiais consultados até a primeira década deste século trazem Jeferson e Alberi como principais lideranças, destacando principalmente a atuação dos dois. O ressentimento em si não teria origem nos episódios do passado, mas na falta de reconhecimento do papel destacado que ele próprio ocupou, da

liderança que exerceu, da responsabilidade que tomou para si, e por não ser lembrado por muito tempo.

A historiadora Méri Frotscher, em artigo sobre narrativa autobiográfica, pontua que a intriga de uma narrativa *“integra eventos múltiplos e dispersos numa história inteira e completa. A narrativa autobiográfica articula diferentes temporalidades visando criar uma história de vida coerente com o sentido que se quer dar a ela”* (FROTSCHER, 2013: 143). Sob esta perspectiva, vemos como o passado narrado por Valdetar é articulado ao desejo presente de reconhecimento de sua luta e sofrimento, haja vista ter arcado com responsabilidades e com duras consequências quando preso, e de certo modo, ser preterido por outras narrativas sobre o Movimento de Três Passos.

A necessidade de lutar e certo ressentimento pelo não reconhecimento, principalmente em tempos atuais, de certo modo, contribuíram para Valdetar constuir sua interpretação do passado e ressignificá-lo no presente, principalmente ao observar o desenrolar da história de Alberi, uma das principais lideranças da Operação e que depois se tornou colaborador do regime.

Articular os relatos conforme as experiências do sujeito envolve dado grau de complexidade, ao se abarcar diferentes dimensões do vivido. O sociólogo Pierre Bordieu, no livro *“Razões práticas: Sobre a teoria da ação”* (1996), pontua que:

Os campos de produção cultural propõem, aos que neles estão envolvidos, um espaço de possíveis que tendem a orientar sua busca definindo o universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais..., em resumo, todo um sistema de coordenadas que é preciso ter em mente – o que não quer dizer na consciência – para entrar no jogo (BORDIEU, 1996: 53)

Os trabalhos de rememoração são envoltos no que o autor chamou de *“espaços de possíveis”*. Um espaço que transcende a singularidade dos sujeitos, uma espécie de sistema de coordenadas comuns que permitem que os sujeitos, mesmo sem a referenciação direta entre uns e outros, se encontrem situados uns em relação aos outros. Os *“espaços de possíveis”* acenam para a existência de uma relação inteligível entre os sujeitos, capazes de articular diferentes tomadas de posição.

Para lembrar Koselleck (2006: 161-2), a memória consiste em um espaço de cruzamento de experiências e expectativas, descortinando as capacidades e possibilidades de

produção de sentidos do sujeito em seu processo de rememoração que é construído em meio a essa relação. Destarte, as experiências constituídas posteriormente ao tempo vivido por Valdetar em relação aos acontecimentos das décadas de 1960 e 70, permitiram conhecer outras realidades acerca dos companheiros, bem como formular outras interpretações do passado.

Assim, podemos visualizar a figura do Sargento Alberi Vieira dos Santos, destacado comumente como liderança e como uma das mais controversas figuras da Operação Três Passos. O Sargento fora preso juntamente com os demais integrantes da guerrilha e após sua prisão passou a atuar como informante do CIE (Centro de Informações do Exército). No site “Documentos Revelados”, organizado por Aluizio Palmar, e que disponibiliza documentos de diversos órgãos de repressão atuantes durante a ditadura, em texto explicativo acerca de um novo bloco de documentos e fotografias sobre a Operação Três Passos, ele assim se refere ao Sargento Alberi:

Em 1973 se infiltrou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e sob o comando do coronel Paulo Malhães, atraiu um grupo de militantes que estavam exilados em Buenos Aires, sob o comando de Onofre Pinto para uma armadilha no Parque Nacional do Iguazu (sic). Onde cinco pessoas foram assassinadas a sangue frio. Enquanto Onofre Pinto foi assassinado na Casa da Morte de Foz do Iguazu (DOCUMENTOS REVELADOS, 2015)⁶⁴

Embora não saibamos se Alberi foi persuadido a isso ou se ele se tornara colaborador espontaneamente, ele foi assassinado algum tempo depois. Com isso, mesmo a Operação Três Passos tendo sido considerada por muitos um pequeno foco de resistência, a mesma esteve sob constante alvo da repressão, estando os envolvidos nela sob vigilância durante o período ditatorial.

Neste amplo cenário permeado por entrevistas, depoimentos, biografias e espaço de construção de vida do sujeito, Valdetar vai construindo sua narrativa à medida que se constitui como sujeito. Neste ínterim, diferentes narrativas, dramas individuais e familiares, lembranças traumáticas, ressignificações se apresentam e a memória vai sendo tecida, haja vista ser por intermédio dela que muitos aspectos obscuros da ditadura vão sendo revelados.

Destarte, o tempo se torna o responsável pelas transformações que agem sobre a criação e manutenção das memórias, fazendo com que sejam reconstruídas e atualizadas como pudemos observar na constituição da forma mais recente de narrar de Valdetar. Com isso,

⁶⁴ <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/fotos-e-documentos-ineditos-da-guerrilha-de-tres-passos-primeiro-movimento-armado-contra-a-ditadura/> <acesso em 16 de janeiro de 2019>.

pontuamos que a memória não é meramente um processo individual ou concebido em contraposição às memórias coletivas, mas são constituídas em meio a um contexto social.

Por exemplo, percebe-se que Valdetar, tanto em seu depoimento à CEV-PR, quanto na entrevista que realizamos, nos momentos conclusivos de sua fala, dirige palavras de incitação e estímulo para a luta aos ouvintes. Na ocasião da Audiência Pública, finalizou convocando a juventude a se organizar e lutar: “Por essas razões eu concito a mocidade que se preparem e descubram entre vós as lideranças, porque nem todos tem liderança, mas alguns têm liderança. Apoiem essas lideranças de vocês” (Depoimento de DORNELES, Valdetar. 2014: Audiência CEV-PR). E finaliza dizendo: “Estou chegando ao fim da vida, mas com tudo o que sofri é bom viver, é bom lutar. E, enquanto eu puder me mexer, eu vou lutar pelos ideais do socialismo na face da terra” (idem).

Em direção semelhante, nas considerações finais de nossa entrevista, Valdetar mais uma vez se coloca a estimular a mobilização:

Eu continuo conclamando as forças a lutarem, a se organizarem, porque a nossa sociedade tá desorganizada, nós não temos mais uma organização perfeita pra levar adiante a própria democracia... porque pelo que nós vimos hoje a situação, o golpe que foi sofrido no Brasil, que... isso daí é vergonhoso, foi feito tudo com objetivo de acabar com o PT (Entrevista com DORNELES, Valdetar. 2016: A/A)

A fala de Valdetar já se encontra balizada pela idade avançada, pelos desafios em relação a sua condição física, pelos legados que pode deixar através de seu testemunho de vida. Em 2014, para a CEV-PR, na condição de depoente, ele “concita a juventude”, principalmente por se encontrar no auditório de uma universidade, repleto principalmente de jovens, dirigindo-se ao mesmo de forma mais genérica. Já em nossa entrevista, a fala se dá de modo mais específica, ele vê a democracia ameaçada no Brasil. Sua fala é atravessada por elementos próprios daquele presente narrativo de meados de 2016, quando ocorria o processo de impeachment de Dilma Rousseff e as primeiras delações premiadas da Operação Lava-Jato chegavam ao nome do ex-presidente Lula. A narração de sua luta no passado, na entrevista, encontra vazão para ser vetor para novas lutas políticas no presente. Sua luta é representada como um grande legado para a juventude brasileira.

Em diferentes momentos das conversas com Valdetar é possível perceber a expressão melancólica de uma preocupação de sua parte em relação ao destino de seu legado. Talvez suas falas estivessem permeadas por dúvidas sobre o interesse que toda a sua experiência

poderia ou não despertar nas gerações futuras. Sobre isto e o papel do narrador, assim discorre a psicóloga social Ecléa Bosi em seu livro:

O narrador é um mestre do ofício que conhece seu mister: ele tem o dom do conselho. A ele foi dado abranger uma vida inteira. Seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo. Uma atmosfera sagrada circunda o narrador. (BOSI, 2010: 90-91).

O cotejamento entre os diferentes presentes narrativos de Valdetar, por ocasião dos testemunhos dados e entrevistas realizadas em diferentes momentos de sua vida, por diferentes pessoas e com diferentes objetivos, nos conduz a variadas reflexões acerca da composição das memórias e do papel da História Oral para a construção do conhecimento histórico. A História Oral produz narrativas que são, sobretudo, narrativas de memória. Essas narrativas tem íntima ligação com a identidade do entrevistado, haja vista que ele próprio não mostra apenas como enxerga o passado e o mundo na ocasião da entrevista, mas como ele se vê, como ele é ou quer ser visto pelos demais sujeitos.

Ao nos centramos nas falas de Valdetar Dorneles, percebemos o modo como suas percepções em depoimentos e entrevistas mais recentes vão se delineando a partir de uma “unidade narrativa” (ALBERTI, 2007: 110) que orbita em torno de seu eu, do seu protagonismo político, que assim é reivindicado a ser reconhecido e lembrado pelas gerações futuras.

Se faz deveras importante salientar novamente como as relações entre coletivo e indivíduo e entre passado, presente e futuro são constituídas nestas narrativas numa relação intersubjetiva. Deve-se levar em conta o espaço dialógico construído na relação pesquisador e pesquisado, narrador e ouvinte. Através dos referenciais e metodologias aplicados na análise de partes de sua história de vida, observamos como as memórias e discursos são transformadores do próprio sujeito, haja vista que ele foi promovendo mudanças em seu percurso biográfico e em sua história de vida, ressignificando suas vivências e saindo de uma posição de quem se encontra à margem e colocando-se como agente de sua própria vida e perante o mundo.

Como vimos, em 1970, em pleno período ditatorial, ao ser entrevistado pelo jornal, Valdetar se mostra arrependido, demonstrando inclusive algumas pitadas de desilusão. Já em 2014, perante a CEV-PR, e em 2016, em nossa entrevista, ele reivindica o papel de protagonista em relação à Operação Três Passos.

Tais narrativas de vida aqui apresentadas, por serem autorreferenciais, podem ser entendidas enquanto “escritas de si”. A historiadora Margareth Rago, em *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013), demonstra a importância de registrar as “marcas discursivas” que se constituem enquanto possibilidades de transformação das subjetividades, isto é, da construção de si. Rago aborda diferentes subjetividades da vida de mulheres, abordando as reestruturações, as reinvenções, as fugas subjetivas, os espaços onde se constituem o eu, demonstrando modos de pensar-se e agir frente ao mundo. (Cf. RAGO, 2013: 35).

Entendemos que, de modo semelhante, Valdetar Dorneles vai constituindo sua narrativa ao longo de diferentes momentos de sua vida. A sua construção enquanto sujeito e a construção desse passado em suas lembranças vai se operando conforme se transformam suas subjetividades, reestruturando seus pensamentos, reinventando maneiras de contar, lembrando ou silenciando sobre acontecimentos que são subjetivados de acordo com a própria construção que o entrevistado faz de si naquele momento.

Por conseguinte, a narrativa do passado, ao evocar memórias que se constroem no presente, são uma das formas de representação que constrói um relato acerca de si mesmo, da própria vida. A vida acaba por ser, necessariamente, como uma história a qual contamos para nós mesmos enquanto sujeitos, uma forma de enxergar nossa própria existência no mundo.

Phillippe Lejeune (2008) nos conduz a uma reflexão acerca da autobiografia, um gênero que, segundo ele, carece de legitimação mesmo no campo literário. Ela abarca diferentes tipos de escrita autobiográfica, tais como narrativas do eu, autoficção ou romance. Para Lejeune, trata-se de uma forma de atribuir veridicção na subjetivação dos sujeitos, a partir de uma relação que ele estabelece consigo mesmo. Segundo o autor, esse tipo de construção do eu está mais ligado ao campo da representação do eu, ou seja, uma verdade revelada em estilo quase confessional para a figura do outro ou a uma coletividade.

Assim, pode-se dizer que aquilo que é dito sobre si deve ser visualizado como uma releitura subjetiva que abriga reconstruções de momentos e fragmentos do vivido, trabalhos imaginativos e diferentes temporalidades sobrepostas.

Observamos neste capítulo como o potencial da análise das entrevistas e depoimentos de Valdetar, construídos em diferentes contextos, podem ser de grande relevância quando operadas na forma de um cotejamento que leve em conta as expectativas que operam na autocompreensão do sujeito. Para tanto, procuramos observar as interações

entre o presente da narração e o passado vivenciado, os variados e possíveis prismas sobre esse passado, bem como as transformações, mudanças e permanências de elementos contidos nas narrativas ao longo da vida e da história.

Na esteira dessas dimensões, pontuamos que a narrativa oral e a memória não abordam o passado em sua totalidade, mas fragmentos desse passado, que são escolhidos e ressignificados pelo presente, envolvendo um processo contínuo de reconstrução das experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban realizou um amplo e emblemático trabalho. Produziu um variado arcabouço de depoimentos, os quais abarcam diferentes facetas acerca do período compreendido em seu mandato. Destacamos que o trabalho de compilação dos dados e informações torna dificultosa uma análise mais subjetiva do conteúdo dos testemunhos prestados, sendo um grande mérito da Comissão conseguir levantar documentos e fatos históricos presentes na historiografia e sistematizar, nos três volumes do relatório, o que fora dito nas audiências.

Os resultados apresentados pelas Comissões ficaram longe de chegar a um consenso sobre o período em questão. Se pensarmos em um panorama nacional, antes mesmo da publicação do Relatório Final da CNV, grupos ligados às Forças Armadas e aos Colégios Militares procuraram barrar sua divulgação. É representativo refletir sobre como essas manifestações demonstram uma preocupação com a imagem das Forças Armadas, mesmo que a CNV não tivesse o poder de levar os casos à Justiça. Reafirmava-se, com tais manifestações de pessoas ligadas às Forças Armadas, o desejo de manutenção de uma determinada interpretação sobre o período ditatorial. Nesse sentido, tanto a versão defendida pelos militares, quanto os novos fatos trazidos à superfície pela CNV, são decorrência de uma produção que se submete a determinados enquadramentos, passando por uma seleção, organização e distribuição de certos conteúdos.

A questão da tensão entre distanciamento e pertencimento é um problema inclusive para os historiadores de experiências autoritárias. Já perguntava Luis Alberto Romero, historiador argentino: como se pode ser, ao mesmo tempo, um bom historiador e cidadão? Qual a responsabilidade de quem lida com o passado? Assim, o pesquisador é ao mesmo tempo cidadão e historiador, devendo procurar encontrar um equilíbrio entre a defesa de seus valores ligados à cidadania e as possibilidades de relativização do conhecimento (ROMERO, 2007: 11).

Nesse ponto, nem a história pertence unicamente aos historiadores – e isso a “explosão da memória” demonstrou –, nem a “verdade” é neutra. Todo discurso acerca da verdade é fruto de conflito, principalmente em se tratando de um regime autoritário que durou

21 anos. O essencial são os usos, a interpretação das fontes, a reescrita, a ressignificação de sentidos, de textos essenciais – como a Constituição de 1988 e a Lei de Anistia – para a vida política brasileira.

Pensar as dimensões da verdade e da memória se faz importante para o ofício de historiador, principalmente dentro do espectro desta pesquisa, a qual trabalhou com fontes testemunhais. Para a historiadora Yara Aun Khoury, “ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu próprio ponto de vista” (2004: 125). As fontes com os quais lidamos diariamente dentro de nosso ofício de historiador trazem em si evidências de experiências vivenciadas por sujeitos históricos localizados no interior de determinadas relações e estruturas sociais.

A matéria-prima da qual se utiliza o historiador é constituída em meio a um conjunto de contradições e tensões que se processa em meio às vivências dos sujeitos e por uma estrutura social. Yara Khoury destaca a insuficiência de o historiador na contemporaneidade privilegiar o “conteúdo” manifesto nas fontes. A realização de uma crítica das fontes deve se encontrar perpassada pela problematização em torno da produção dos documentos (quem, quando, como, onde e com quais interesses as mesmas foram produzidas). Desta forma, procura-se fraturar a ideia de que as fontes são simples reflexo da realidade ou portadoras de dados objetivos. Entendemos que a compreensão das subjetividades que nutrem os depoimentos é de relevada importância, pois dizem respeito à composição da vastidão dos universos que residem em cada indivíduo e suas relações com as condições materiais de sua existência.

Outrossim, ao longo dos capítulos, pudemos constatar que os relatórios finais da Comissão Estadual da Verdade no Paraná promovem o que chamamos de uma objetivação dos testemunhos. Isso se dá, principalmente, em função da estrutura jurídica na qual se encontram cingidas as comissões, que olham para os depoimentos buscando dados objetivos e factuais, como se os mesmos promovessem um resgate do passado ou uma reconstrução precisa dos acontecimentos.

Nesta tese analisamos os fragmentos testemunhais que foram transferidos para os relatórios, as razões e o modo pelo qual foram utilizados, bem como observamos aqueles que foram deixados de fora. Realizamos seu cotejamento com novas narrativas orais produzidas por e com esses sujeitos, aplicando metodologias próprias de História Oral e levando em conta considerações da História do Tempo Presente. Assim pudemos apreender a maneira

pela qual essas narrativas se prestam a recuperar elementos do passado, um passado que muitas vezes insiste em não passar, mas também são atravessadas pelo tempo presente.

Os depoimentos prestados são pensados pela Comissão Estadual dentro de uma concepção de objetividade, isto é, são tomados como evidência, como fontes para se extrair fatos. Assim, os trabalhos das Comissões da Verdade se encontram atravessados por uma dimensão de objetividade a qual cientificamente está atrelada ao estudo analítico de um objeto, guardando uma postura de distanciamento e neutralidade, à medida que se legitima metodologicamente em função de um controle intersubjetivo. A prioridade dos trabalhos se assentou em apresentar evidências e elementos concretos acerca das violações e do passado ditatorial.

Para atingir os objetivos presentes em seu mandato, a CEV-PR, por meio das Audiências públicas e de seus relatórios, atuou numa perspectiva de revelar ou apresentar os fatos. Conforme já pontuamos anteriormente, os objetivos da Comissão visam estabelecer uma verdade factual sobre o passado da ditadura no Brasil. Na obra *Memória do Mal, Tentação do Bem*, Tzvetan Todorov assinala as etapas para que se possa “reviver o passado no presente” (TODOROV, 2002: 142) e nos ajuda a compreender o procedimento utilizado com o intento de constituir uma determinada memória. A primeira etapa descrita pelo autor é o “estabelecimento dos fatos”, isto é, “a base sobre a qual devem repousar todas as construções ulteriores” (idem). Todorov destaca que entre os fatos em si, ocorre um processo de seleção, o qual escapa à vontade dos indivíduos, uma seleção involuntária – atrelada às condições de preservação, acesso etc –, seguida de uma seleção consciente e voluntária, ligada àquilo que o sujeito, a partir de suas subjetividades, julga ser digno de ser perpetuado. Todorov destaca ainda que após essa seleção um processo de hierarquização define quais fatos serão destacados e quais serão relegados à periferia.

Com efeito, após o “estabelecimento dos fatos”, opera-se a “construção de sentido”, a segunda etapa destacada pelo autor. É preciso interpretar os fatos, relacioná-los, reconhecer causas e efeitos, num processo de seleção e combinação. Essa etapa tem por finalidade “compreender o passado”, sem banalizar o mal ou justificá-lo, mas compreendê-lo para impedir seu retorno, ou seja, promover a justiça. Por fim, a terceira etapa consiste no “aproveitamento” que “é a instrumentalização dele com vistas a objetivos atuais. Após ter sido reconhecido e interpretado, o passado será agora utilizado” (TODOROV, 2002, 149).

Todorov destaca que esses três estágios se confundem entre si e podem ocorrer desordenadamente, mas que se fazem elementos importantes para a compreensão da

construção de determinadas memórias e usos do passado. Nesse sentido, destacamos que as Comissões da Verdade, se colocam dentro de uma perspectiva de “*apresentação da realidade fática, por si, na sua absoluta crueza*” (CNV. 2014: 15), com a finalidade de “estabelecer os fatos” do passado.

Conforme procuramos delinear no primeiro capítulo, os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade se orientaram por um prisma factual. A utilização desses fatos segue orientação de um projeto que busca no passado exemplos que possam legitimar interpretações no presente, ao pretender dar visibilidade à memória das vítimas e das graves violações perpetradas no período em questão.

Destacamos também, a partir das aproximações com Todorov, que esse processo de evidenciação sublinha como os esforços de políticas de memória em relação a ditadura ainda estão preocupadas em “estabelecer os fatos”, visto que a guerra de memórias instaurada demonstra como muitos fatos, como a violência operada desde 1964, a tortura sistemática empregada pelo Estado, entre outros, não são reconhecidos enquanto fatos por parcelas da população.

As Comissões da Verdade possuem um objetivo que é, ao mesmo tempo, retroativo e prospectivo. Retroativo no sentido de olhar para o passado da ditadura civil-militar, identificar o terrorismo de Estado e seus impactos na sociedade, abrindo espaço para que diferentes memórias sobre esse passado de violações adquiram publicidade e legitimidade. Mas também é prospectivo à medida que essas memórias tem uma função atrelada ao reconhecimento da violência e o desenvolvimento de políticas voltadas para a consolidação dos direitos humanos.

No primeiro capítulo procuramos contar um pouco da história e dos trabalhos da CEV e do Comitê Memória, Verdade e Justiça no Oeste do Paraná, demonstrando como durante os anos da Ditadura a região se encontrava imersa em uma realidade de conflitos e contradições. Procuramos desenvolver elementos que demonstram a importância dos trabalhos da CEV e da realização de uma Audiência Pública no âmbito das regiões Oeste e Sudoeste do Estado. Apresentamos como foi estruturada a Audiência Pública de Cascavel, quem foram seus depoentes, como a mesma funcionou, qual sua repercussão e outros temas, como forma de compreender a composição dos relatórios finais da CEV e como a Audiência de Cascavel fornece substrato para este documento, assim como são abordados os casos aqui levantados.

Algumas concepções caras a nós historiadores aparecem ao largo dos relatórios finais da Comissão Estadual da Verdade. Por vezes, o documento é atravessado por uma noção que pontua uma “reversibilidade” (CEV, 2014: 20) ou “resgate” do passado, colocando como um

de seus objetivos a “recuperação” (CEV2-PR, 2017: 201) das memórias das vítimas da violência de Estado, afirmando que “aquilo que foi dito pode ser desdito, assim como aquilo que foi feito pode ser desfeito” ou que “a narrativa dos fatos pelas vítimas, seus familiares, como também pelos seus algozes, permite a reconstrução do passado em outros termos que não aquele narrado oficialmente pelo Estado” (CEV, 2014: 20).

Encontramo-nos diante de uma concepção a qual tende à objetificação da memória e do passado, como se os mesmos fossem portadores de elevado grau de concretude e singularidade. Para o relatório da CEV, “*o trabalho das comissões da verdade é fundamental para a reconstrução de uma narrativa que recupera a verdade, recria a memória e, assim, possibilita um futuro digno de ser vivido*” (CEV, 2017: 25). Ou ainda:

O trabalho de verdade e memória, na desconstrução das narrativas, revela sofrimento como também causa sofrimento em todos aqueles que o experimentam. Mas não só. Ele reconstrói, em sua ação e significado político e ético, o caminho para a transformação; isto é, a possibilidade de se refundar o nosso Estado com a radicalidade e intransigência que a democracia e a justiça requerem (CEV-PR, 2014: 21).

Conforme os excertos acima e a leitura dos relatórios finais, podemos assinalar que ambos se orientam pela construção de semelhantes formas de enunciação de dadas formas de representação do passado e de temporalidades. A leitura dos relatórios e depoimentos demonstra que o foco principal dos trabalhos centrou-se numa objetivação dos testemunhos, atribuindo a estes um estatuto de verdade histórica, bem como, em alguns momentos operando uma seleção de ideias e informações que se adequem à memória que se objetiva construir.

Ainda que os relatórios resvalam, em algumas ocasiões, nessas visões, os mesmos se constituem em documentos importantes para apresentar a sociedade uma realidade a qual a mesma não está cotidianamente acostumada a lidar ou, ainda, se pauta em uma interpretação equivocada acerca da atuação da Ditadura nas regiões interioranas.

Em nosso trabalho de análise da composição das memórias dos diferentes sujeitos que prestaram depoimentos nas Audiências públicas da Comissão da Verdade, pudemos observar que o processo de construção das narrativas é permeado por inúmeras subjetividades, muitas vezes, dizendo mais respeito ao presente dos sujeitos do que ao passado buscado de modo objetivo pela Comissão.

Os depoimentos produzidos na Audiência de Cascavel são muito ricos, do ponto de vista das memórias dos sujeitos acerca da ditadura, das graves violações perpetradas, das violências sofridas, das feridas do passado que ainda se fazem sentir no presente, das

consequências da violência para as gerações futuras etc. Todavia, estes mesmos depoimentos também demonstram que o passado não é narrado objetivamente, como algo que se possa “resgatar”, mas encontra-se imerso em subjetividades, trata-se de um passado repleto de presente.

Nesse sentido é que visualizamos a importância do objetivo de produzir novas entrevistas, não no sentido de contrapor-las aos depoimentos dados à CEV-PR, mas de utilizá-las como ponto de partida para ampliar o debate sobre a memória de fatos relacionados à ditadura civil-militar no Paraná. Assim sendo, foi possível compreender como os indivíduos lidaram com esse passado ditatorial, como foi depor para a CEV, como eles narram o passado na situação de entrevista e na situação de depoentes da comissão.

O trabalho com entrevistas e depoimentos, analisados em paralelo a outros documentos históricos e referências bibliográficas específicas, nos possibilitou a reflexão sobre a relação dialógica que os compõe. Pudemos compreender como os sujeitos constroem suas percepções em ambas as situações. Ao lidar com os depoimentos e entrevistas produzidos na Audiência Pública de Cascavel e com as entrevistas que realizamos, observamos que não se tratam de traduções objetivas do passado, mas são narrativas constituídas no presente e que tratam de um passado que já não está mais disponível a não ser enquanto memória. Assim, este passado vai se construindo no presente narrativo, sendo acomodado e sofrendo interpretações das próprias composições do narrador em seu presente.

Nesse sentido, as entrevistas produzidas com depoentes da Audiência Pública de Cascavel se encontram numa relação de complementaridade com os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade, explorando dimensões que não competiam ao seu mandato, procurando enfocar as subjetividades presentes nos testemunhos, bem como uma reflexão sobre a relação entre passado, presente e futuro, próprios dos movimentos da memória, e reveladora de importantes aspectos do passado ditatorial.

Por assim ser, as entrevistas que realizamos com os ex-integrantes do Grupo dos Onze são significativas por demonstrarem o modo como esses sujeitos possuem a necessidade de falar sobre seu passado, sobre assuntos e fatos específicos, bem como os sentidos assumidos estão associados ao seu modo de vida. Procuramos demonstrar como violências operadas do ponto de vista simbólico atravessam a vida desses camponeses, como seu presente ainda se encontra carregado de passado, como estigmatizações de outrora ainda se fazem sentir ou, ainda, como foi necessária a composição de um “*passado com o qual se possa conviver*” (THOMSON, 1997:57).

O trabalho com essas memórias se dá em uma senda que somente foi possível a partir dos indicativos levantados nos trabalhos da Comissão. Essas memórias são reveladoras de como os sujeitos interpretaram e vivenciaram a ditadura militar, as violações aos direitos humanos, o exílio e a tortura, e extrapolam algumas visões já organizadas do ponto de vista acadêmico, pois assumem significados maiores ou menores conforme as vivências dos indivíduos. Como exemplo a fala e entendimentos de Lauro Rossini acerca das disputas entre Arena e MDB, as questões familiares, a moral social envolvida, que denotam como a ditadura também pode ter sido encarada como um evento da política municipal, visualizada pelo prisma de fatos e interpretações que não estamos habituados na literatura da academia.

As entrevistas expõem diferentes construções de memória sobre as experiências de vida durante o período da ditadura civil-militar brasileira e as narrativas se apresentam de modo mais fluído, em comparação com os depoimentos dados nas Audiências públicas da Comissão Estadual da Verdade. As variações nas narrativas trazem diferentes perspectivas sobre fatos, tornam ainda mais latente a maneira como a memória é um campo de disputas e tensões, bem como assinalam o modo como estas memórias encontram-se ancoradas no presente.

Assim, à medida que julgamos importante pensar a maneira pela qual os depoimentos prestados à Comissão da Verdade se emolduravam em algumas configurações ligadas ao ambiente testemunhal da Audiência Pública, também julgamos pertinente pensar como, nas entrevistas produzidas com os mesmos depoentes, as histórias contadas também podem ser moldadas a partir de outro momento e outro ambiente de entrevista, normalmente a casa do entrevistado. As entrevistas que produzimos se deram entre dois e três anos após os depoimentos prestados na Comissão Estadual da Verdade. Houve uma série de mudanças no cenário político nacional, provocando reelaborações nas narrativas, bem como situações jurídicas acerca de processos de anistia que colaboram para que novas percepções fossem apresentadas à medida que também ocorreram permanências.

Nesse sentido, como o ambiente das Audiências públicas contribui para uma retórica testemunhal que realça a condição de vítima e, num cenário político aberto para a investigação das violações do passado, as condições sociais de fala e de escuta – tanto sob o prisma político, quanto sob o prisma do ambiente criado nas Audiências – foram priorizadas pela Comissão narrativas acerca da violência física. Já no cenário das entrevistas, observamos a abordagem de outros temas que apareceram nas narrativas, relativos a diferentes situações, bem como percebemos uma narrativa mais detalhada de violências que perpassaram também o campo simbólico.

O trabalho com entrevistas orais que realizamos denota o potencial e o caráter das fontes orais, procurando expressar o significado da experiência através dos fatos, haja vista que recordar e narrar já é em si uma forma de interpretar. Deste modo, o caráter simbólico de algumas formas de violência é sentido de maneira real na construção da identidade de um indivíduo. As lembranças de violência e privação assumem diferentes formas, como, por exemplo, para seu Benjamim Machado. Suas percepções demonstram como o sofrimento não se encerrou em sua pessoa, mas atingiu seus familiares, ganhou um espectro mais amplo. Mesmo sendo o responsável pela família, ele teve que abandonar sua mãe “doentinha” e seus “irmãozinhos” à própria sorte.

A apresentação da violência aparece de diferentes formas, muitas vezes narrada de modo direto, como por seu Adair Amaro “eles me levavam lá minha chácara, me traziam de volta na delegacia, me bateram, me judiaram, me colocaram dentro da cadeia, me batiam, os soldados ali” ou demonstrando a fragilidade do indivíduo frente aos Agentes do Estado por intermédio do uso da voz passiva, se colocando na condição do sujeito que sofre a violência, como o Sr. Benjamim Machado. Ou ainda, de modos que revelam como as percepções da violência se apresentam ligadas a formas próprias de um determinado modo de vida, como nas lembranças marcadas pelo sofrimento do Sr. Waldemar Rossini por ver os policiais derramando o feijão produzido pela família a muito custo.

As subjetividades próprias de uma população marcadamente oriunda dos meios camponeses e modo como a questão da terra permeiam as narrativas dos sujeitos é um dos grandes diferenciais da Audiência de Cascavel. Como procuramos evidenciar ao longo da tese, a questão da terra ocupa um lugar destacado na constituição desses sujeitos históricos e no processo de composição de suas memórias. Os casos dos entrevistados nesse trabalho, bem como de outros depoentes que acabaram não aparecendo nesta tese, demonstram trajetórias de vida atravessadas pela itinerância na luta pela sobrevivência e representam a propriedade da terra enquanto fator de enraizamento e identidade.

Lembremos, por exemplo, o caso do Sr. Lauro Rossini. Suas lembranças vão além da violência física a qual foi submetido, adentra na questão da violência simbólica. Sua narrativa é tracejada de modo a narrar a violência ocorrida quando da intervenção da polícia na propriedade da família, mas vai sendo matizada com os desdobramentos que lhe forçaram a abandonar a cidade, rompendo laços de pertencimento, abandonando planos e sonhos que havia traçado.

Se nos tivéssemos a uma leitura objetiva e factual do caso de Lauro e de outros entrevistados, poderíamos incorrer na recriação de um passado assinalado por fatos e dados

que não seriam aqueles que pertencem ao sujeito. É nesse sentido que, ao nos debruçarmos sobre metodologias próprias da História Oral, procuramos compreender as construções narrativas, suas relações entre passado, presente e futuro dos sujeitos, compreender trajetórias de vida e trazer à tona entendimentos que, na maioria, se fazem esquecidos.

Para muitos depoentes a necessidade de esclarecer o passado os faz enxergar na Comissão um lugar autorizado para tanto, como no caso de Lauro Rossini, que queria “passar a limpo” e mostrar “perante o povo” que foram vítimas, desfazendo a imagem lançada sobre ele e seus familiares quando dos acontecimentos na década de 1960.

Outra dimensão deveras rica que procuramos demonstrar, a partir dos aportes de Verena Alberti, se deu em torno da construção de unidades narrativas. Denotamos como os sujeitos expressam modalidades próprias de conceber o mundo, plasmando experiências que vão além das trajetórias particulares dos sujeitos, que superam os limites de serem apenas uma versão do passado, condensando dilemas, tensões e limites do entrevistado.

Uma impressionante construção de sentidos se dá quando atentamos para a maneira como Sr. Adair Amaro narra suas lembranças acerca da prisão. Objetivamente, Adair se coloca a contar como foi preso, fala da violência sofrida, mas ao mesmo tempo vai enrubescendo sua narrativa com subjetividades tamanhas que se abrem em diferentes formas de interpretar o real: o ressentimento em torno do fato, o entendimento em torno da ideia de “verdade” constante na própria comissão, as correlações teológicas entre verdade e libertação assentadas numa leitura cristã, entre outras. Tudo isso nos demonstra como a linguagem muitas vezes se faz insuficiente para descrever a dimensão e o simbolismo que povoam as memórias de muitos entrevistados.

Partindo dessas dimensões, entendemos que a CEV contribui na construção de espaço de fala e escuta para estas pessoas, as quais foram vítimas de violações, do arbítrio e da violência perpetrada em nome de um Estado. Entendemos que as ações desenvolvidas pela CEV em seus trabalhos conseguiram dar conta de promover um processo de individuação e subjetivação, permitindo que os depoentes, na perspectiva de Alain Touraine (2009), se tornem sujeitos e promovam uma reflexão de si para si e na relação para com o outro. Somente nos tornamos plenamente sujeitos aceitando como ideal reconhecer-nos – e fazer-nos reconhecer enquanto indivíduos – tornando-nos seres individuados, que lutam, protegem e constroem sua singularidade, dando sentido a sua existência através de seus atos.

Não obstante a esse processo de individuação e subjetivação, tem-se uma dimensão contemporânea da memória e do passado como elementos promotores de uma práxis que

promova os direitos humanos no presente, questionando estruturas sociais e políticas que primam pela manutenção de desigualdades e injustiças, bem como violações contemporâneas.

Conforme a concepção do autor faz-se necessário que os sujeitos resguardem sua memória, mas que a possam atrelar ao pensamento racional, à liberdade e identidade cultural. Pois, assim, a democracia conseguirá garantir o respeito às diferenças individuais e a pluralidade, bem como as práticas participativas e colaborativas sociais e políticas.

A CEV trouxe interessante proposta de centralidade na figura da vítima. Seu relatório promove a inserção dos testemunhos como um elemento comprobatório de uma realidade estrutural mais ampla, tentando tornar objetiva uma realidade que é construída em meio a subjetividades e construções temporais.

Devemos pensar a memória a partir da necessidade de problematizar a experiência humana em tempos de violência e crise. Muitas narrativas das vítimas trazem consigo não apenas a memória, mas também o silêncio, o esquecimento e uma forte tendência retórica, as quais não fazem parte do escopo dos trabalhos das Comissões da Verdade, mas devem ser problematizadas pelos historiadores. Nesse sentido, não está em jogo apenas o que é lembrado e o que é esquecido, mas também o trabalho de seleção do que pode ou não ser lembrado, bem como a maneira pela qual isso deve ser lembrado e narrado, fazendo com que experiências de privação, violação, perdas, mortes, entre outras, assumam sentido, justificando sua trajetória e legitimando aquilo que se reivindica.

No terceiro capítulo nos colocamos diante de testemunhos proferidos por integrantes da geração seguinte a das vítimas diretas. Pudemos diagnosticar como suas falas são compostas mais por avaliações acerca do passado e menos descrição dos fatos, pois este tipo de narrativa tende a ver os acontecimentos a partir de um lugar social de quem não viveu diretamente a ditadura, mas que também sofreu as consequências do período.

O caso de Reneu Mertz nos mostra como a filha Clarissa, frente à morte precoce do pai, assume em si o desejo de falar do pai, encampando a dimensão de “testemunha por substituição”. Observamos como o legado da violência não se encerra no túmulo e que a impunidade dos perpetradores atravessa não apenas vivências familiares, mas grande parte do devir social.

A entrevista com os irmãos Mariano nos mostrou como o testemunho geracional realizado por filhos de vítimas, além de terem mais teor reflexivo do que factual, podem ser matizados a partir de diferentes suportes: histórias contadas pelos pais, ressignificação de

lembranças e, no presente caso, a utilização do livro *Caminhadas Vermelhas* que motivou pesquisas e conversas com outros moradores acerca da figura do pai.

Não obstante, procuramos demonstrar como o testemunho constrói uma forma de narrar repleta de subjetividades e que muitas memórias representam um amálgama entre memórias coletivas e individuais, construindo um relativo compromisso com o passado e seus mortos (Cf.: SELIGMANN-SILVA, 2008: 73). Igualmente as testemunhas de substituição compartilham diferentes modos de narrar. Algumas reproduzem enquadramentos advindos de heranças familiares atreladas ao afeto. Outras carregam o ressentimento pelo sofrimento dos entes familiares. Destarte, devemos lembrar que a memória operada pelo testemunho é envolta em seleções que se dão durante o contexto da rememoração.

Em síntese, pudemos constatar como a memória se encontra imersa em um processo de construção contínua e que, embora remonte acontecimentos do passado, sua construção se dá no presente. Outrossim, estes testemunhos de segunda geração também são portadores de determinados filtros que, assim como nos testemunhos diretos, operam uma seleção do que será lembrado ou silenciado, mas que esse tipo de testemunho se encontra mais permeado de vinculações afetivas e morais em torno dos pais.

Entendemos que os trabalhos da CEV cumprem uma importante tarefa que os inserem no que classificamos como “dever de memória” (Guazzelli, 2010: 47), o qual opera de modo a transformar as testemunhas em agentes fundamentais não apenas como forma de lembrança aos mortos, mas em termos de efeitos concretos no âmbito da justiça e da política.

Ao tecermos uma aproximação das dimensões acima mencionadas com as ponderações de Tzvetan Todorov no livro *Los abusos de la memoria* (2000) podemos extrair importantes reflexões acerca da noção do dever de memória. Todorov promove uma diferenciação acerca dos bons usos e dos abusos da memória, pontuando haver “*una distinción entre diversas formas de reminiscencia. El acontecimiento recuperado puede ser leído de manera literal o de manera ejemplar*” (TODOROV, 2000: 30). No caso da literalidade, o evento é lembrado de modo singular e intransitivo, não sendo levado além de si mesmo. No tocante à memória exemplar, a lembrança é mais generalizada, perfazendo um movimento semelhante ao trabalho de luto e constituindo-se enquanto exemplo de onde é possível extrair uma lição.

Para Todorov, no caso da memória exemplar, “*nuestra conducta deja de ser privada y entra en la esfera publica -, abro esse recuerdo a la analogia y la genelarización, construyo un exemplum y extraigo una lección. El pasado se convierte por tanto en principio de acción para el presente*” (TODOROV, 2000: 31). Entendemos que os trabalhos desenvolvidos pela

Comissão da Verdade pleiteiam a construção de memórias exemplares, promovendo uma aproximação da memória com a justiça, bem como olhando para o passado de modo prospectivo, isto é, com vistas a um projeto futuro, procurando promover a memória como antídoto às formas de esquecimento. Também visa fomentar uma mentalidade que desaprove as violações aos direitos humanos no presente.

A Comissão da Verdade desempenhou um importante papel de trazer à tona casos de graves violações, mapear as violências ocorridas, apresentar casos de tortura, identificar como o aparelho de Estado operou em consonância com um projeto político e se utilizou de sua estrutura para perseguir opositores. Todo arcabouço documental, bem como os depoimentos produzidos, abrem uma importante seara para nós, historiadores, procurarmos compreender essa realidade.

Na esteira dessas dimensões, pensando na relação entre o historiador e suas fontes – haja vista que ambos se encontram mergulhados em subjetividades próprias –, procuramos nesse trabalho adentrar no âmbito do debate acerca desta objetividade e da subjetividade. Reinhardt Koselleck (2006) destaca que o historiador é convocado a construir “enunciados verdadeiros”, mas, ao mesmo tempo, é convocado a estar em confronto com a relatividade que subjaz suas proposições. O autor dimensiona como as representações do passado são atingidas pelo tempo, haja visto o presente ser articulado através de variados “espaços de experiência” e “horizontes de expectativas”, encontrando-se envolto em novas experiências, superando outras, sempre nos levando a repensar o passado e a história, demandando novas investigações (Cf.: KOSELLECK, 2006: 161).

Deste modo, procuramos nesta tese observar como o passado é delimitado, selecionado e reconstruído no presente narrativo, podendo ser ressignificado, acomodado, visto por outro ângulo. Outrossim, procuramos demonstrar que nesse mesmo presente, os indivíduos também se relacionam com o futuro, realizando escolhas e delineando projetos. Essa aporia do tempo denota que cada presente constrói uma relação com o passado e o futuro, construindo representações de si próprio e de suas necessidades.

Ante ao exposto, entender como esta objetividade preconizada pelas Comissões da Verdade dialoga com o reconhecimento da subjetividade que perfaz a História enquanto uma ciência que trabalha com acontecimentos permeados por subjetividades, a medida que os agentes que produzem esses conhecimentos, os depoentes e membros da Comissão, também se inscrevem em vários circuitos subjetivos.

Para Alessandro Portelli, as histórias orais “nos dizem não apenas o que as pessoas fizeram, mas o que elas queriam fazer, o que elas acreditavam que estavam fazendo, o que

elas pensam agora sobre o que fizeram” (1997). Assim, não compreendemos os depoimentos prestados à Comissão como retratos ou descrições precisas do passado, mas sobrepostos de múltiplas temporalidades e antagonismos, envoltos em uma trama de subjetividades que dimensionam os sujeitos no presente. No artigo *A Filosofia e os Fatos*, Portelli defende que não há como separar a “filosofia” e os “fatos”, pois os fatos já são narrados a partir de uma interpretação. Alerta ainda sobre “*a ilusão do testemunho como uma tomada de consciência imediata, de primeira mão, autêntica, fiel à experiência histórica*” (PORTELLI, 1996: 59).

Nesse sentido, trazemos no quarto capítulo as narrativas do Sr. Valdetar Dorneles. A subjetividade presente na maneira de narrar os fatos, as interpretações dadas em cada momento da vida de Valdetar nos faz perceber nitidamente como o passado que se busca está repleto de presente, variando de acordo com cada cenário contextual. O entrevistado por vezes reafirma determinados episódios, conforma em sua memória certos acontecimentos de modo mais atencioso, à medida que também fornece novas interpretações, constrói silêncios e opera escolhas, que dizem muito do contexto histórico atrelado às condições sociais de fala e escuta, mas também da própria construção de si próprio enquanto pessoa em diferentes presentes narrativos.

Assim a compreensão de que no ofício historiográfico nossos dados não são absolutos, de que se encontram colocados de modo esparso e fragmentário, nos leva a refletir sobre as estruturas do conhecimento histórico, suas permanências, rupturas, transformações e, até mesmo, sobre os equívocos e dinâmicas próprias de cada circunstância. Para o historiador francês Jacques Le Goff, em seu livro *História e Memória* (1994), a objetividade não faz parte da natureza científica da história, embora seja almejada, sendo necessária a compreensão do passado pelo presente e, em sentido inverso, do presente pelo passado.

Por fim, compartilhamos um pouco das dificuldades e dilemas éticos que tangenciam a pesquisa. Em tempos de distorções de significados a partir de fragmentos textuais entendidos fora de seu contexto, uma série de preocupações orientou essa pesquisa. Ao longo do fazer-se desse trabalho, realizamos uma análise que reconhece a grande importância dos trabalhos das Comissões da Verdade, embora teça uma análise metodológica que aponta alguns limites e críticas.

À vista disso, ao adentrarmos no debate sobre objetividade e subjetividade e promover uma análise metodológica dos relatórios da CEV-PR, reconhecemos a importância da mesma no tocante ao estabelecimento dos fatos, da evidenciação dos mesmos, sem os quais nossas análises não seriam possíveis. Ao trabalharmos com algumas noções que

apontam lacunas dos trabalhos das Comissões, nos vemos cercados das dúvidas de como pode ser isso interpretado ou ressignificado, principalmente fora do contexto geral desta tese. É o caso, por exemplo, quando debatemos como, para Beatriz Sarlo (2007), as Comissões tendem a construir um ambiente propício para discursos “vitimizadores”. A autora traz uma interpretação sociológica e histórica da condição de vítima, não se utilizando desse termo de modo pejorativo. Todavia, hodiernamente, se utiliza do termo vitimização fora dos circuitos acadêmicos como sinônimo de quem se coloca na condição de vítima ou que procura encontrar culpados que justifiquem sua falta de ação ou fracasso. Em tempos de redes sociais, esse tom pejorativo tem sido atribuído preconceituosamente a homossexuais, negros, mulheres e determinados grupos políticos.

Deste modo, embora exista um receio de uma interpretação fora de contexto de trechos do trabalho, o receio de uma interpretação distorcida e aleatória que possa servir a ideais fascizantes que povoam nosso presente político, entendemos que as análises e reflexões aqui contidas devam ser atravessadas do ponto de vista metodológico de quem faz história. Destacamos que esta tese foi concebida a partir das possibilidades gestadas e deixadas como base pela própria densidade e importância dos trabalhos da Comissão da Verdade.

Ao longo da análise, tanto de entrevistas quanto depoimentos, com frequência fomos tomados por uma apreensão, dos limites de se pensar aquelas narrativas à luz de referenciais teóricos próprios de nosso ofício acadêmico. Por vezes, vivemos a angústia em torno de apresentar em nossas constatações realidades políticas que são contrastantes com aquelas delineadas pelos entrevistados ou por produzir interpretações que pudessem ferir o entrevistado. Neste caso, os caminhos tomados foram os de evitar qualquer dano ao entrevistado.

Por várias vezes fomos acometidos por esse tipo de sentimento – que ainda não se encontra de todo pacificado –, uma vez que a visão pela qual os filhos conformam os seus pais se encontra permeada por laços afetivos, vivências familiares, estruturas de sentimentos, infinitamente superiores ao arcabouço teórico e documental que nos servimos em nossa condição de historiadores.

Nesse sentido, pensar os silêncios presentes em uma narrativa e como eles conformam uma visão acerca de um ente familiar, bem como constroem uma determinada

visão do passado acaba por ser um trabalho que requer respeito para com os sujeitos e ancoragem em limites éticos bastante claros.

Algumas entrevistas se apresentam enquanto novas narrativas constituídas de maneira bastante diversas e com dados narrados de modo contraditório ao que foi dito nos depoimentos à Comissão. Outrossim, alguns entrevistados tentam a anistia política, bem como processos de reparação financeira junto à Comissão de Anistia e ao Ministério de Justiça. Todavia, suas narrativas se desenrolam em situações que apresentam acontecimentos diferentes daqueles apresentados ao longo do processo, desde informações sobre posses e bens, ofícios desempenhados durante os arbítrios sofridos, condição dos entes familiares no período etc.

Ante ao exposto, podemos destacar que construir uma narrativa acerca do passado consiste também em refletir sobre esse mesmo passado, objetivando compreender motivações e circunstâncias que permeiam aquele momento, haja vista que o narrador, ao retomar os detalhes e contar uma história, pode fazer uso de uma sequência já internalizada ou mesclar com elementos espontâneos, atrelando essa narrativa a uma avaliação do seu comportamento.

O modo pelo qual Valdetar, Benjamin, Clarissa, Jaime, Gilmar, Lauro, Waldemar e tantos outros narraram suas experiências nos traz a reflexão acerca da necessidade de compreender suas trajetórias de vida, seu passado e seu presente. Desde a timidez do Sr. Waldemar, muitas vezes possuindo dificuldade de organizar as frases com clareza, chegando ao tom extraordinário empregado por Valdetar em sua narração, organizada de modo quase teatralizado e grandiloquente, recriando cenários com intensidade, refazendo diálogos de modo a incitar a curiosidade, todos nossos entrevistados e depoentes constroem uma percepção de que sua história de vida, principalmente atrelada a ditadura civil-militar, se constitui de eventos que merecem ser reconhecidos e contados, como um legado para outras gerações.

Podemos depreender que o tempo vivido é o tempo que a consciência permite durar, fixar-se em interpretações do mundo, plasmar o real a sua volta. Nesse sentido, o tempo vivido e que se enraíza na memória do Sr. Valdetar Dorneles é o tempo da luta contra a ditadura. Para o Sr. Benjamim Machado, foi ser preso e apanhar enquanto trabalhava. Para o Sr. Adair Amaro, é o ressentimento com a prisão injusta. As construções de sentido, os ideais e as convicções, as experiências vivenciadas, os temores e incertezas, enfim, toda uma gama de sensações se reflete no presente. Os anos da ditadura civil-militar e as vivências nesse

ínterim não foram apenas momentos do passado desses sujeitos, mas foram constantes e recorrentes em diversos momentos de suas vidas.

Sendo assim, nós historiadores não nos encontramos isentos das tensões inerentes às narrativas, dos sentimentos, dos dramas e sonhos que nelas aparecem revelados, sendo um desafio incorporar estas dimensões ao largo do fazer historiográfico. Assim, uma série de dilemas, muitos deles ainda não pacificados, perfazem a pesquisa como um todo.

Por fim, destaco que a realização deste trabalho, principalmente a realização e análise das entrevistas, trouxe questões sensíveis que revelaram ainda mais a necessidade de se conhecer o outro, de compreender seus itinerários, a construção de seu eu e de suas experiências. Como historiador, procurei historicizar esses sentidos, sempre adotando o cuidado para não resvalar em visões personalistas ou de romantizar as trajetórias de vida dos sujeitos dessa tese.

Dentre diferentes edificantes constituídos no fazer-se desta tese, a riqueza do convívio com os entrevistados me foram uma experiência engrandecedora e desafiadora, pois pairava sobre mim a responsabilidade por ouvi-los falar, por lidar com suas histórias, suas visões, suas angústias.

Em meio a esse processo todo, a medida que se construía um trabalho acadêmico dessa proporção, também ia me construindo, desconstruindo e reconstruindo permanentemente, procurando entender minha humanidade em correlação a humanidade do outro, para assim podermos juntos erigirmo-nos enquanto seres sociais, plurais e sob a ótica da alteridade. Os riscos assumidos abrem uma importante seara futura para novos estudos e para a constante necessidade de lutar para que o passado de violações não se repita.

ANEXO 01

Auditório da Unioeste – Cascavel, durante a Audiência Pública da Comissão da Verdade em 21 de março de 2014 (foto: dedihc.pr.gov.br)

ANEXO 02

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

16/03
19h: Ato Ecumênico em homenagem aos mortos e desaparecidos
Local: Igreja Anglicana - Rua Arnaldo Estrela, nº 272, Bairro Brasília

17/03
09h e 14h: Exibição e discussão de filme
Local: Centro de Juventude - Travessa da Felicidade, nº 601, Bairro Julieta Bueno

18/03
Atos de protesto nos Colégios Estaduais Costa e Silva e Castelo Branco

19/03
19h: Ato da Marcha das Mulheres
Local: Em frente à Igreja Matriz

23/03
18h: Festival Ditadura Nunca Mais
Local: Café com Prosa - Rua Riachuelo, nº 2509

A Audiência é um evento público. Todos podem participar. Se você foi vítima da Ditadura Brasileira, venha dar seu depoimento também. Precisamos conhecer nossa História. Não podemos esquecer. Para que nunca mais aconteça.
Email de contato: ditaduranoeste@gmail.com



Realização:



AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

20 E 21 DE MARÇO DE 2014
HORÁRIO: DAS 9H ÀS 12H E DAS 14H ÀS 18H
LOCAL: ANFITEATRO DA UNIOESTE - CASCAVEL

SERÃO EMITIDOS CERTIFICADOS DE 20 HORAS PELA UNIOESTE

APRESENTAÇÃO

A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná foi criada pela Lei 17362 - 27 de Novembro de 2012. Ela se insere no contexto da Comissão Nacional da Verdade. Sua existência indica que o Brasil finalmente acordou para entender o que aconteceu no país nos chamados "Anos de Chumbo". A Ditadura instaurada no Brasil em 1964 deixou atrás de si uma enorme série de crimes cometidos por agentes do Estado, violência e violação dos Direitos Humanos. A Comissão da Verdade tem como objetivo trazer à luz essas violações, envolvendo a sociedade na nossa história recente. Se os atos foram cometidos "nos porões", já passa da hora de que os conheçamos, para reparar as vítimas, permitir que elas falem e que lutem por justiça.

A Audiência Pública é uma forma de dar voz a quem precisa falar do que aconteceu, e ao mesmo tempo, dar oportunidade aos demais de ouvir, conhecer e se informar sobre esta parte sangrenta do nosso passado recente. As violações cometidas em nome do Estado não podem ser justificadas, elas precisam ser denunciadas e punidas. O grande ensinamento que a História nos dá é que quantas mais pessoas conhecerem o que aconteceu mais teremos chances de evitar que se repitam as atrocidades. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça. Por isso estão todos convidados a participarem deste importante evento, onde pessoas vitimadas pela Ditadura estarão contando suas experiências, para que a sociedade Brasileira não possa nunca mais dizer que "não sabia o que acontecia nos porões".

Venha, participe, assista, divulgue, traga seus amigos. E se você conhece alguém que tenha sofrido violações na Ditadura, faça-o saber e procure o Comitê Memória, Verdade e Justiça do Oeste do Paraná.

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

QUINTA-FEIRA (20/03)

9 às 12 horas:
A repressão à "Operação Três Passos"

A "Operação Três Passos" foi o primeiro movimento armado contra a ditadura civil-militar instaurada em 1964. De inspiração nacionalista, o grupo constituído por camponeses, militares e profissionais liberais, após tomar delegacias de polícia, destacamentos militares e uma emissora radiofônica, foi capturado nas proximidades da cidade de Capitão Leônidas Marques no dia 27 de março de 1965, onde ocorreu combate com a morte de um sargento do Exército. Os presos foram levados para o 1º Batalhão de Fronteiras, localizado em Foz do Iguaçu, e submetidos a violentas torturas. Dos 22 integrantes do levante armado conhecido como Guerrilha de Três Passos, cerca de oito estão vivos. Na Audiência Pública de Cascavel serão ouvidos três sobreviventes.

14 às 18 horas:
A repressão aos "Grupo dos Onze"

A partir de outubro de 1963, sob o comando de Leonel de Moura Brizola, surgiu no Brasil o movimento denominado Grupo dos Onze. As pessoas formavam os grupos de modo espontâneo. Depois de ouvirem as conclamações de Brizola pelo rádio, as pessoas, muitos delas agricultores, deslocavam-se de casa em casa buscando as assinaturas para a "lista dos onze companheiros". Os objetivos desses grupos eram a organização popular para defender as conquistas democráticas e resistir a qualquer tentativa de Golpe. Logo após o Golpe de 1964, foram objeto de intensa perseguição. Na Audiência Pública serão ouvidos ex-integrantes dos Grupos dos Onze, moradores de Barracão, Santo Antonio do Sudoeste e Capanema.

SEXTA-FEIRA (21/03)

Das 9 às 12 horas:
Violações contra Indígenas: Impactos da Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Há registros documentais e relatos orais de queima de casas e ameaças e agressões físicas contra Guarani em Ocoy e Colonia Guarani na região de Guaíra, com envolvimento de policiais, servidores do INCRA na década de setenta. Estas violências ocorreram no contexto da construção da ITAIPU durante a administração da FUNAI e ITAIPU pelo coronel Nobre da Veiga e general José Costa Cavalcanti. Nestes casos há ainda registro da intervenção de agentes vinculados ao SNI e Polícia Federal. Na Audiência Pública algumas lideranças indígenas vão depor sobre as violações ocorridas.

Das 14 às 18 horas:
A repressão às organizações de resistência armada

Os grupos de esquerda armada no Brasil foram formados, em sua maioria, por estudantes secundaristas e universitários e em menor número por militares de esquerda, de operários e setores progressistas da Igreja Católica. A opção pela luta armada ocorreu quando não havia mais espaço para contestação à ditadura pelos meios pacíficos e em consequência da instituição do AI-5 - Ato Institucional nº 5. Surgiram então diversas organizações político-militares que desafiaram o regime e se tornaram importante forma de resistência ao arbítrio. Na Audiência Pública de Cascavel prestarão depoimento sobreviventes de organizações de resistência armada com atuação na região (Movimento Revolucionário 8 de Outubro; Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares).

Folder de divulgação da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade em Cascavel (foto: dedihc.pr.gov.br)

ANEXO 03

Depoentes da Audiência Pública de Cascavel: integrantes dos Grupos dos Onze e da Operação Três Passos (foto: dedihc.pr.gov.br)

ANEXO 04

Sr. Valdetar Antônio Dorneles em seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade na Audiência Pública de Cascavel (foto: dedihc.pr.gov.br)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- ANTONIO, Gustavo Miranda. **Os objetivos da Comissão Nacional da Verdade: a busca pela verdade e a promoção da reconciliação nacional**. Dissertação (Mestrado em Direito) São Paulo, FGV: 2012.
- ARAÚJO, Maria Paula. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. In: **Revista de Brasileira de História Oral** v. 15, n. 2. ABHO, 2012. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=256> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BACZKO, Bronislaw. **Antropos-homem Enciclopédia Einaudi**, tomo 5. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História – Especialidades e Abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BAUER, Caroline S. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 115-152, dez. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/viewFile/53185/36144> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- BENJAMIN, Walter. “**Paris, capital do século XIX**”. In: KOTHE, Flávio (Org.). Walter Benjamin. Trad. Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1985, p.43.
- BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. trad. J. C. Barcellos, S. Paulo: Ed. Paulinas, 1985
- BORDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BRANDALIZE, Carla e HARRES, Marluza Marques. Brizola e os comunistas: os Comandos Nacionalistas na conjuntura do golpe civil-militar de 1964. **Revista Lume**. v. 8, n. 15esp., p. 178-202, nov. 2015. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/173058/001055470.pdf?sequence=1>
<acesso em 05 de agosto de 2019>.

BUENO, Bruno Bruziguessi. Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. In: **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 1, 47-64. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/3311> <acesso em 05 de agosto de 2019>.

BURKE, Peter. “História como memória social”. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

CAMPOS, Marcos Adriani Ferrari de. **Resistência e repressão no oeste paranaense : o caso da VAR--Palmares em Nova Aurora em 1970**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2014.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011

CASADEI, Eliza. **Jornalismo e Ressignificação do Passado: Os fatos históricos nas notícias de hoje**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). São Paulo: USP, 2010.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da história**. tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAGASTELLES, Gianne e LACERDA, Gislene. **História oral, memória e história do tempo presente: debate conceitual e de sentidos**. Disponível em: http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1372529143_ARQUIVO_textoGianneGislene.pdf <acesso em 05 de agosto de 2019>.

CHAPARINI, Fabiana Stahl. **Gernote Kirinus: religião, política e lutas pela terra no Oeste Paranaense (1970-1980)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade estadual do Oeste do Paraná, 2018.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Trad. Maria M. Galhardo. Rio de Janeiro : Bertrand, 1990.

CIRIO, Dom Armando. **Arquidiocese de Cascavel: Ontem e Hoje – 1978-1983**. Assoeste, Cascavel, 1983;

COLODEL, Augusto. **Obragens & Companhias Colonizadoras - Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988;

CONRADI, Carla N. **Memórias do Sótão: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História) Curitiba: UFPR, 2015.

DEITOS, Nilceu Jacob. **Presença da igreja no oeste do Paraná: a construção do imaginário católico (1930-1990)**. Tese (Doutorado em História) Porto Alegre: UFRGS, 2004..

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2007.

FERREIRA, Amauri Carlo e GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa da trama na subjetividade: perspectivas e desafios. In: **História Oral**. Vol. 7. 2004. ABHO. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=view&path%5B%5D=10&path%5B%5D=showToc> <acesso em 05 de agosto de 2019>.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. In: **Revista Topoi**: Rio de Janeiro, 2002. P. 314-332. Disponível em: http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf <acesso em 05 de agosto de 2019>.

FICO, Carlos. **Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 24, nº 47. São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003 <acesso em 05 de agosto de 2019>.

FILHO, José Carlos Moreira da Silva. **O Terrorismo de Estado e a Ditadura Civil-Militar no Brasil: Direito de Resistência não é Terrorismo**. Disponível em: http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11337/2/O_Terrorismo_de_Estado_e_a_Ditadura_Civil_Militar_no_Brasil_Direito_de_Resistencia_nao_e_Terrorismo.pdf <acesso em 10 de maio de 2018>

FRANCO, Paula. **A Escuta que Produz a Fala: O Lugar do Gênero nas Comissões da Estaduais e na Comissão Nacional da Verdade (2011-2015)**. Dissertação (Mestrado em História) Santa Catarina, UDESC, 2015.

FREUND, Alexander. História Oral como Processo Gerador de Dados. In: **Revista Tempos Históricos**. Volume 17. 2º Semestre de 2013. p. 28 - 62 ISSN 1517-4689. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/9877/7195> <acesso em 05 de agosto de 2019>.

- FRIEDE, Reis. **A Unilateralidade do Relatório Final da Comissão da Verdade**. Disponível em: <http://clubemilitar.com.br/a-unilateralidade-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-e-possiveis-implicacoes-juridicas-reis-friede/> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- FROTSCHER, Méri, STEIN, Marcos. OLINTO, Beatriz. Memória, ressentimento e politização do trauma: narrativas da II Guerra Mundial (Suábios do Danúbio de Entre Rios, Guarapuava – PR). In: **Revista Tempo**, v. 20. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-2014203613.pdf <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- GIDDENS, Antoine. O Positivismo e seus Críticos (p. 315-378). In: BOTTOMORE, T. e NISBET, R. **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOFFMAN, E. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Publicação original: 1988. Digitalização: 2004.
- GUZZELLI, Dante, Guimaraens. O dever de memória e o historiador: uma análise de dois casos brasileiros. In: **Revista Mosaico** – Volume 2 – No. 4, 2010. P46-68. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19887/62792-134936-2-PB.pdf> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro: 2006.
- HARTOG, François. Experiências do tempo: da história universal à história global? In: **História, histórias**. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. ISSN 2318-1729 179 Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/viewFile/9367/6959> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- _____. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- _____. Tempo e Patrimônio. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol 22 nº 36: p. 261-273, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- HUYSSSEN, Andreas. **Passados presentes: mídia, política, amnésia**. In: **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- _____. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. In: **Memórias do modernismo**. Tradução Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- _____. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Museu de Arte do Rio, 2014.

- _____. **Políticas de Memória do Nosso Tempo.** Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=CGJYBQAAQBAJ&pg=PT39&lpq=PT39&dq=exito+e+a+eficacia+da+memoria+politica+dependiam+da+forma+de+esquecimento&source=bl&ots=seVdjr-S2O&sig=TI3ITmHuE7JPZNbl3Lr5v-WnU-E&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj-gqXLo7raAhWFFZAKHY4dAV8Q6AEwAHoECAAQMA#v=onepage&q&f=false> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- _____. Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público. 2004. In: **Intercom.** Porto Alegre. Disponível em: http://intercom.org.br/memoria/congresso2004/conferencia_andreas_huyssen.pdf <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- _____. **Direitos Naturais, Direitos Culturais e a Política da Memória** [tradução de Mércia Ribeiro da Cruz]. Disponível em: http://www.uesc.br/icer/artigos/direitos_memoria.pdf <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- JARDIM, Luis Eduardo F. Psicologia Social e Pesquisa com Memória: Método e Reparação de Danos da Ditadura Civil-Militar. In: **Psicologia: Ciência e Profissão.** 2017 v. 37 (núm. esp.), 103-115. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703080002017> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- KESSLER, H.; RODRIGUES, M.; KVELER, D.; SZUCHMAN, K. O Ensino Testemunhal entre os Restos da Ditadura: uma Metodologia Ético-política. In: **Psicologia: Ciência e Profissão.** 2017 v. 37 (núm. esp.), 161-171. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703080002017> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; et al (Orgs.) **Muitas histórias, outras histórias.** São Paulo: Olho D'Água, 2004, p. 116-138.
- KOLING, Paulo. **A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações.** Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2018
- KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Unicamp, 1994.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo.** Curitiba: SEED, 2001.
- MATOS, Júlia S; SENNA, Adriana K. História Oral como Fonte: problemas e métodos. In: **Revista Historiae,** v. 2, n.1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395>
- MELLO, Nelci Veiga. **Caminhadas Vermelhas.** Campo Mourão, Fecilcam: 2009.

- MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro - a anistia e suas conseqüências: um estudo do caso brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) São Paulo, Humanitas/Fapesp, 2006.
- MYSKIW, Antônio. **Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)**. Dissertação (Mestrado em História) Rio de Janeiro, UFF: 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NIEDERAUER, Ondy H. **Toledo no Paraná – História de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso**. Toledo. Grafo-Set. 1992;
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, PUC-SP, n. 10, pp. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- Núcleo de Preservação da Memória Política – **A Comissão da Verdade no Brasil: Por que? O que é? O que temos que fazer?** São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.nucleomemoria.org/o-nucleo?lightbox=image_1ex0 <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- ORBEN, Tiago Arcanjo. A Revolta dos colonos outras memórias. In: **VII Encontro Regional Sul de História Orla**. Unila, 2013. disponível em: http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1376605513_ARQUIVO_Tiago_Arcanjo_Orben_Texto_Completo.pdf <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- PALMAR, Aluizio. Memória, Medo e Esquecimento: a ditadura civil-militar na Região Oeste do Paraná, fatos e reflexões sobre a pesquisa no Arquivo da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu (p. 145-153). In: Silva, C. [et. al]. **Ditaduras e Democracias: Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)**. Porto Alegre, FCM Editora, 2014.
- PAWELKE, J. **Ficando rico no Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Igreja Martin Luther, 1970;
- PEDROZA, Rejane G. ‘Verdade ou Verdades’? (ou) Paul Veyne e Foucault em um Programa de Verdade. In: **Revista Inter-Legere**, No. 10 Janeiro-Junho de 2012. UFRN. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/10/pdf/10es06.pdf> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- PINTO, Simone R. Direito à Memória e À Verdade: Comissões de Verdade na América Latina. In: **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 128-143, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/11860> <acesso em 05 de agosto de 2019>.

PLATO, Alexander Von. Mídia e memória: apresentação e 'uso' de testemunhos em som e imagem. In: **Revista Brasileira de História** [online]. 2011, vol.31, n.61, pp.211-229. ISSN 1806-9347. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882011000100011>. <acesso em 05 de agosto de 2019>.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf <acesso em 05 de agosto de 2019>.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. In: **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 59-72. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20%E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf <acesso em 05 de agosto de 2019>.

_____. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240> <acesso em 05 de agosto de 2019>.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas Reflexões sobre ética na História Oral. In: **Projeto História**, nº 15, Revista do departamento de História da PUC SP, São Paulo: Abril de 1997, p. 13-33. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215> <acesso em 05 de agosto de 2019>.

_____. **História Oral como Gênero**. Revista Projeto História, PUC- SP, São Paulo, n. 22, jun/2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10728> <acesso em 05 de agosto de 2019>.

RAUSCHENBERG, Nicholas. Negacionismo Subterrâneo: verdade versus justiça na transição argentina. In: **Revista Outros tempos**, v. 10, n. 16 (2013): Disponível em: http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/269 <acesso em 05 de agosto de 2019>.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa** - Tomo I. Campinas: Papyrus, 1994.

RIGHI, Graziani Ortiz. **Grupos dos Onze: a tentativa de resistência**. Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/viewFile/90/40> <acesso em 05 de agosto de 2019>.

RODEGHERO, Carla S. **Memórias e Combates: Uma História Oral do Anticomunismo Católico no Brasil**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

- ROLLEMBERG, Denise. **Esquerdas revolucionárias e luta armada**. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas_Revolucionarias_e_Luta_Arma_mada.pdf <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- ROMERO, Luis Alberto. A memória, o historiador e o cidadão. A memória do Processo argentino e os problemas da democracia. In: **Revista Topoi**, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 9-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v8n15/2237-101X-topoi-8-15-00009.pdf> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada A interrelação entre experiência, recordar e narrar. In: **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249, maio-ago. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/17116/11471> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 - 132. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- ROUSSO, Henri. Para una historia de la memoria colectiva: el post-Vichy. In: **Revista Aletheia**, v.3, n.5, 2012. Disponível em: <http://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-5/pdfs/Rouso-ok.pdf> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- SAATAKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e conquistas: História de Marechal Cândido Rondon**. Cascavel: Assoeste, 1984.
- SANTOS, Myriam Sepulveda dos. A luta da memória contra o esquecimento: reflexões sobre os trabalhos de Jacques Derrida e Walter Benjamin. In: **Revista Síntese**. V. 25 N. 82 (1998): 351-368. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/701>. <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado. Cultura da Memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.
- SARMENTO-PANTOJA, Tânia. Resenha: Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva (Beatriz Sarlo) v. 4, n. 5 (2008): **Dossiê Leitura e Letramento** – Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/download/2797/2929> <acesso em 05 de agosto de 2019>.
- SAUNDERS, Rebecca. Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul. In: **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 5, n. 9, Dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452008000200004 <acesso em 05 de agosto de 2019>.

SCHLACHTA, Marcelo Hansen. **O MST e a Questão Ambiental: Uma Cultura Política em Movimento**. Dissertação (Mestrado em História) MCR: Unioeste, 2008.

_____. **Direito à terra e práxis católica: A ação da Igreja no espaço agrário do Oeste Paranaense**. Cascavel, 3Anas: 2015.

SCHMIDT, Benito Bisso. De Quanta Memória Precisa Uma Democracia? In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 153-177, dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/54042> <acesso em 05 de agosto de 2019>.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: Discursos Ocultos**. Letra Livre. Lisboa, 2013.

SELIGMANN-SILVA, M. S. Apresentação da questão. In: ____, org. **História, memória, literatura**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

_____. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. In: **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 30, p. 71-98, jun. 2005. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255/1348> <acesso em 05 de agosto de 2019>.

_____. Narrar o Trauma: A Questão do Testemunho de Catástrofes Históricas. In: **Psicologia Clínica do Rio de Janeiro**, VOL.20, N.1, P.65 – 82, 2008 IN <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf> <acesso em 05 de agosto de 2019>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Carla Luciana. Histórias de Resistência Contra o Terror. In: **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 56, jul./dez. 2014. ISSN 1808-043X

SILVA, Carla e BATISTA, Alfredo. **Combatentes: Tempo de Falar**. Cascavel: Edunioeste, 2016.

SILVA, Mara Dhulle dos Santos. Guaíra: a cidade em tempos de ditadura civil-militar (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

SPERANÇA, Alceu A. **Cascavel: A História**. Curitiba: Lagarto, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP**. São Paulo, n.15, abr. 1997, p.51-84. <acesso em 05 de agosto de 2019>.

THOMPSON, E.P. A economia moral revisitada. In: **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzevetan. **Los abusos de la memoria**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

_____. Memória do mal, tentação do bem. São Paulo: Arx, 2002.

TOLENTINO, Marcos. Memórias e representações dos estudantes secundaristas desaparecidos durante a última ditadura civil-militar argentina (1976 - 1983). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 386-422, jan./abr. 2014. <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306112014386> <acesso em 05 de agosto de 2019>.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar Outramente**: o discurso interpretativo dominante. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

WELZER, Harald; MOLLER, Sabine; TSCHUGGNALL, Karoline. **Mi abuelo no era nazi. El nacionalsocialismo y el Holocausto em la memória familiar**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2012.

FONTES:

CNV. Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / CNV – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. – Volumes 1, 2 e 3 (in: <http://www.cnv.gov.br/>).

CEV-PR. Relatório da Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. Relatório / CEV – Recurso eletrônico. – Paraná: CEV-PR, 2014.

CEV-PR. Relatório da Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. Relatório / CEV – Recurso eletrônico. – Paraná: CEV-PR, 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). rev. e atual. Brasília: SEDH, 2009.

BRASIL. Brasil, violação dos direitos humanos - Tribunal Russell II / Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, organizadores.- João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

BRASIL. Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011. Lei da Comissão da Verdade. Brasília, DF.

BRASIL. Lei Federal 9140, de 04 de dezembro de 1995. Lei dos Desaparecidos Políticos. Brasília, DF.

BRASIL. Decreto 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília, DF.

PARANÁ. Lei 17.362, de 27 de novembro de 2012. Lei da Comissão Estadual da Verdade. Curitiba, PR.

COMISSÃO DE ANISTIA. Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil / Org.: Antonio T. Montenegro, Carla S. Rodeghero, Maria Paula Araújo. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.

COMISSÃO DE ANISTIA. Busca da Verdade: Elementos para a criação de uma comissão da verdade eficaz. 2013.

DEPOIMENTOS COMISSÃO DA VERDADE – AUDIÊNCIA PÚBLICA CNV
CASCATEL – Disponível em:
http://projetos.unioeste.br/webradio/index.php?option=com_content&view=article&id=191:audiencia-publica-da-comissao-estadual-da-verdade-unioeste-cascavel-nos-dias-20-e-21-de-marco-acompanhem-os-audios&catid=40:eventos.

Processo de Anistia sob No. 2006.01.54030. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia.

Processo de Anistia sob No. 2002.01.11852. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia.

Processo de Anistia sob No. 2006.01.53886. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia.

ENTREVISTAS ORAIS

ALMEIDA, João Maria. Anistiado político e colaborador nas buscas pela CEV. Entrevista realizada em 13 de setembro de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

AMARO, Adair. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

CORDEIRO, Yves Consentino. Membro da CEV. Entrevista realizada em 01 de Julho de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

DORNELES, Valdetar. Depoente da CEV-PR – Integrante da Operação Três Passos. Entrevista realizada em 27 de março de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

GOULART, Sérgio. Depoente da CEV-PR na condição de filho de Aristides Quaresma Goulart (Grupo dos Onze). Entrevista realizada em 12 de setembro de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

GOULART, Maria Fernandes. Esposa de Aristides Quaresma Goulart (Grupo dos Onze). Entrevista realizada em 12 de setembro de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

MACHADO, Benjamim. Depoente da CEV – Membro do Grupo dos Onze. Entrevista realizada em 12 de setembro de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

MARIANO, Gilmar Boaventura. Filho de Ramiro Boaventura Mariano (PCB). Entrevista realizada em 13 de setembro de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

MARIANO, Jaime Boaventura. Depoente da CEV-PR na condição de Filho de Ramiro Boaventura Mariano (PCB). Entrevista realizada em 13 de setembro de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

PALMAR, Aluizio Ferreira. Membro e depoente da CEV-PR e Militante VPR. Entrevistas realizadas em 20 de janeiro e 03 de fevereiro de 2017.

QUADROS, Elizeu Andrade de. Depoente da CEV – Membro do Grupo dos Onze. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

ROCHA, Geraldo Bueno. Depoente da CEV. Entrevista realizada em 12 de setembro de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

ROSSINI, Lauro. Depoente da CEV. Entrevista realizada em 12 de julho de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

ROSSINI, Waldemar. Depoente da CEV. Entrevista realizada em 26 de março de 2016. Arquivo do Autor (A/A).

MAYOR, Olympio de Sá Sotto. Entrevista realizada em julho de 2017. Arquivo do Autor (A/A).

SITES:

PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/> <acesso em 02 de outubro 2017>.

OEA condena Brasil por mortes na Guerrilha do Araguaia - Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,oea-condena-brasil-por-mortes-na-guerrilha-do-araguaia,653670> <acesso em 10 de dezembro de 2017>

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o> <acesso em 15 de janeiro de 2018>.

FICO, Carlos. Sobre o relatório da Comissão da Verdade. Brasil Recente, 11 dez. 2014. Disponível em: <http://www.brasilrecente.com/2014/> <acesso em 05 de maio de 2018>.

GAZETA DO POVO. “Temos que desconstruir a ideia positiva que se tem da ditadura”, diz promotor. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/temos-que-desconstruir-a-ideia-positiva-que-se-tem-da-ditadura-diz-promotor-4plkkwbtkciqi427fp4xl5p41>

GRUPO DOS ONZE. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/grupos-dos-onze> <acesso em 11 de janeiro de 2018>.

PRISAO E TORTURAS SOFRIDAS PELO DENTISTA DO POVO POBRE DA REGIÃO DE TRÊS PASSOS. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/depoimentos-torturas-denuncias-ditadura/prisao-e-torturas-sofridas-pelo-dentista-do-povo-pobre-da-regiao-de-tres-passos/> <acesso em 22 de setembro de 2017>.

Comissão da Verdade Está em Cascavel. Disponível em: http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/bom-dia-pr/videos/t/edicoes/v/comissao-estadual-da-verdade-esta-em-cascavel/3228587/?fbclid=IwAR2GtCIqDV53O13KaEvDnaei_nZJT62LIVL8tXwCwapA7N9CF6QBIM-vKEg <acesso em 16 de abril de 2019>.

Coronel Paulo Malhões, que assumiu torturas, é encontrado morto no Rio. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1445454-coronel-paulo-malhaes-que-assumiu-torturas-e-encontrado-morto-no-rio.shtml> <acesso em 16 de novembro de 2017>.

A Guerrilha Maldita. UOL, 2015.
<https://noticias.uol.com.br/infograficos/2015/05/04/guerrilha-de-tres-passos.htm>
 <acesso em 02 de janeiro de 2019>.

OPERAÇÃO – DICIONÁRIO: <https://www.dicio.com.br/operacao/> <acesso em 22 de janeiro de 2019>.

ALMANAQUE FOLHA DE SÃO – 29 março de 1965:
http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29mar1965.htm <acesso em 17 de janeiro de 2019>.

HOMENAGEM AOS 52 ANOS DA MORTE DO TENENTE CAMARGO - EXÉRCITO BRASILEIRO http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/homenagem-aos-52-anos-da-morte-do-tenente-camargo <acesso em 17 de janeiro de 2019>.

JORNAL DE BELTRÃO: <http://www.jornaldebeltroao.com.br/noticia/219732/ha-50-anos-pedro-atirou-contra-o-tenente-camargo-mas-nao-sabe-se-foi-ele-que-matou-o-militar>.
 <Acesso em 15 de janeiro de 2019>.